



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

LUCAS MORATO ARAUJO

**O debate Brenner-Arrighi e a questão da unidade de
análise**

**CAMPINAS
2016**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

LUCAS MORATO ARAUJO

**O DEBATE BRENNER-ARRIGHI E A QUESTÃO DA
UNIDADE DE ANÁLISE**

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti - orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO LUCAS MORATO ARAUJO E ORIENTADA
PELO PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI**

Orientador

A handwritten signature in black ink, appearing to be "E. Barros", is written over a horizontal line that serves as a signature line.

**CAMPINAS
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Ar15d Araújo, Lucas Morato, 1987-
O debate Brenner-Arrighi e a questão da unidade de análise / Lucas Morato
Araújo. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Brenner, Robert, 1943-. 2. Arrighi, Giovanni, 1937-. 3. Economia
marxista. 4. Capitalismo. I. Mariutti, Eduardo Barros, 1974-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The Brenner-Arrighi debate and the unit of analysis problem

Palavras-chave em inglês:

Brenner, Robert, 1943-

Arrighi, Giovanni, 1937-

Marxian economics

Capitalism

Área de concentração: Teoria Econômica

Titulação: Mestre em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Eduardo Barros Mariutti [Orientador]

Eduardo da Motta e Albuquerque

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Data de defesa: 03-08-2016

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LUCAS MORATO ARAÚJO

**O DEBATE BRENNER-ARRIGHI E A QUESTÃO DA
UNIDADE DE ANÁLISE**

Defendida em 03/08/2016

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. EDUARDO DA MOTTA E ALBUQUERQUE
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG



Prof. Dr. CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA
Instituto de Economia / UNICAMP

DEDICATÓRIA

A Wallace Gonçalves de Araújo, meu querido e amado pai, um grande guerreiro cujos exemplos de perseverança, paciência e generosidade nunca me deixaram duvidar de que um outro mundo é possível!

AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar, agradeço a meus pais, Tânia e Wallace, pelo amor, a amizade, o apoio incondicional e as lições de perseverança, generosidade e loucura.

Agradeço também ao camarada Marcelo D'agostini, velho comunista responsável por demonstrações de amizade de que só um irmão mais velho seria capaz.

Juntos, meu pai, minha mãe e Marcelo lutaram contra o golpe militar e a ditadura. Cabe a nós honrá-los lutando contra o(s) golpe(s) contemporâneo(s).

Agradeço também às minhas lindas irmãs: Maíra, Jeruza e Julinha: três belas e recatadas donzelas que sempre guerrearam ao meu lado contra as inúmeras adversidades da vida. Uma lembrança também a meus feiosos (ex)cunhados, Rodrigo Ferrari, Rodrigo Alberto e Luciano Machado.

Aos meus amados sobrinhos: Davi, Mateus, Luanda e Pedrinho, amostras de *little drunk people* que são a razão da minha vida. A Luis Felipe Silva, o irmão que eu nunca tive. A Natália e Vivi, por me suportarem e permitirem que eu chegasse até aqui. A primos, primas, tias e tios, em especial Humberto, Heitor, Tereza e Tobias, bem como à sereníssima tia Sandra.

Ao amigo e orientador Mariutti agradeço por compartilhar seus ensinamentos, pela disposição ao debate, pela liberdade e, por fim, por sua paciência inquebrantável. Foi depois de assistir a uma de suas palestras que tomei novamente gosto pela economia, essa disciplina quase impalatável que só se torna minimamente atraente devido à possibilidade de temperá-la com um pouco de História. A ele devo o principal *insight* dessa dissertação, bem como grande parte de minha evolução intelectual dos últimos anos.

Logo em seguida, não posso deixar de agradecer ao grande amigo e co-orientador informal Pedro Mendes Loureiro, vulgo *Pettrucci* ou *Jesdroca* (Jesus + Pedroca). Ele não só leu, releu e comentou várias vezes cada um dos inúmeros rascunhos que precederam essa dissertação, como lembrou-me constantemente do fato de que a cerveja não bebe a si própria, nem pode fazê-lo, mas que nem por isso é justo que nós a impeçamos de cumprir sua função na Terra.

Sempre ao lado dele, feito uma amazona a combinar a disciplina japonesa, o espírito guerreiro dos índios e o jogo de cintura das mulatas do samba, encontra-se Aiko Ikemura Amaral. Também conhecida como *Aikotchan*, tem como característica um raro

conhecimento sobre a teoria dos movimentos sociais, tendo dividido comigo referências imprescindíveis para meus estudos.

Agradeço aos professores Carlos Cordovano e Fábio Campos, pelas excelentes aulas, os comentários inteligentes, as críticas perspicazes e construtivas durante a qualificação, o apoio ao projeto e a compreensão sobre os percalços com que me deparei ao longo do mestrado. Agradeço ao professor Eduardo Albuquerque, pela pronta aceitação em participar da banca e se dispor a encarar a leitura desse trabalho.

Ainda entre os amigos de Campinas, presto aqui minhas homenagens ao excelentíssimo Dr.(ando) Fernando Chafim. Dele é preciso ser dito que, ainda que tenha perdido algumas vezes o rumo de casa (e até dos cômodos da casa, num caso memorável), por outro lado nunca se desviou do caminho do conhecimento. Fernando me recolheu e me acolheu em sua casa logo em minha primeira visita a Campinas, e foi, entre outras coisas, companheiro de academia, *wingman* das noitadas da vida e, como se não bastasse, mentor de nosso grupo de estudos sobre o realismo crítico.

Entre os colegas de sala, não poderia deixar de falar de *cumpade* Jean Peres, que, com sua virtude e sabedoria, só pode ser equiparado ao inigualável Washington, seja por seu conhecimento da *vida como ela é*, seja por sua perspicácia.

Quem falar em Jean não pode não falar de Jaime: *Jaiminsky* para os íntimos, *JJ* para os muito íntimos. Além de ter vindo ao mundo para se esfalfar com sucrilhos, ele nasceu também para desfazer estereótipos: carioca de alma pacata, sua sina é rir, fazer rir, e brilhar na academia e na vida.

Ainda no campo dos agradecimentos familiares-acadêmicos, não poderia deixar de louvar a Eduardo Andrade, *my main man*. Sempre disposto a nos salvar das enrascadas em que eu nos coloquei, esse insigne burocrata com *animal spirits* empresarial foi responsável também por não permitir que eu abandonasse o mestrado.

Outro parceiro que sempre presente na alegria e na tristeza é Filipe Penido, gigante entre gigantes. Dotado de enorme inteligência e de um carisma capaz de fazer sem graça Maria Bethânia, Filipe também é generoso, tendo dividido comigo desde sua loucura até o papelão feito por nós de cobertor numa noite mal planejada. Falando em Filipe, um “salve” aos companheiros do Vasco: à amicíssima Laura Alberti, vulgo *Laurinha do Helldorado*. A Rafaela Cotta, Daniela Leite e Weverton Bicalho, integrantes e fundadores da *Confraria Tonin das droga*.

A Fernando Duca, o *Boquinha*, futuro presidente do Brasil. A ele, que me acolheu em sua casa e me ajudou (não sem resmungar) com o processo final de perfumaria dessa filha de vários pais, agradeço de todo o coração.

A Taiguara, o marxólogo, que durante a graduação se especializou em eletrizar a todos com sua energia.

A Francis Leonardo, vulgo Francelino, mestre churrasqueiro, imperador absoluto dos carnavais de Diamantina. A José Bacamarte, homem de classe que luta por um mundo sem classes. A Ademir Vilaça, meu usuário favorito.

A Yago Porto e Leonardo Bacha, codinomes Baihaninho e Mineiro, eternos guerrilheiros, linha de frente na Guerra do Amor.

Aos amigos do Rio: Gabriela Goulart, a *Gabi da Pinga*. A Felipe Amaral, *MC Faustim*, que, apesar dos problemas de saúde, continua encantando a todos com seu funk econômico. Ao desaparecido Felipe *El Cabuloso* Honnold Batista: procurado vivo ou morto.

Agradeço também a Thiago Oliveira, o gênio. A demais amigos como Zim dos dólar; Cecé *pacêro*; Gula, *o fantástico amigo que vai casar*; a Marinela Cabral, musa do bode por merecimento e direito de herança; a Passaglito, o mendigato de Campinas.

Dando seguimento à lista, gostaria de agradecer a Thaisa Vilela, que com seu silêncio inteligente, suas pílulas de sabedoria e seu apoio tem me ajudado há muito tempo. A Renata Ciotola, também pela inteligência, as pílulas e o apoio.

Às meninas da secretaria do IE-Unicamp, especialmente Fátima Dias e Andrea Tonhatti, *as Salvadoras*. A Simone de Deos, pelo amparo e o talento no trato com homens desequilibrados. A Fracanzana e Hiratuka, pelos esforços para permitir a admissão desse *trouble maker* num dos últimos bastiões do pensamento crítico brasileiro.

À Bia, dona de um bom coração e de uma risada ainda melhor. A Aloísio, cuja disposição e amizade só podem ser descritos com a interjeição: *Putá que pariu, Gutenberg!* A Gilmar Robson, que vive vendendo o *toner* Minas Gerais afora. A Paré, a quem não é necessário dizer mais que: *Tamo junto?!* Finalmente, a Carolina Randt, amiga cujo amor, apoio e compreensão foram imprescindíveis para mim.

Aos terceirizados e aprendizes do BDMG e da AFBDMG: estrutura e alma do banco. A prática absurda de revistá-los diariamente só serviu para revelar sua integridade, bem como o elitismo hospedado nos andares de cima da instituição. Agradeço especialmente a Cida, um exemplo de pessoa! A Marco Aurélio Crocco, pela oportunidade. Uma lembrança a Pequeno, André, Tânia, Xênia e Maria Angélica, cortesãos do camarote da vida. A Matheus Fourreaux: Batman do pandeiro, herói da criançada.

A Nicolino, homem dos livros, generoso operário do prelo a quem o acaso fez meu mais novo amigo, e cuja habilidade tornará possível a impressão desse trabalho. Obrigado!

*“Isso seria um absurdo...”
A Rainha Vermelha sacudiu a cabeça.
“Pode chamar de ‘absurdo’, se quiser (...)
mas já ouvi absurdos que fariam este parecer
tão sensato quanto um dicionário!”
Lewis Carroll – Alice*

*Sem teto, sem terra, sem perspectiva,
sem estudo, sem emprego e sem comida.
O pavio de dinamite está aceso,
qual será o preço pra eu ter os meus direitos?
Eduardo Taddeo, Washington Santana
– Discurso ou Revólver*

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma introdução ao debate entre Brenner e Arrighi a partir do prisma da unidade de análise. E, a partir desta perspectiva, trata das abordagens de cada um dos autores sobre o significado e as características de diferentes tipos de estruturas sociais, em especial do capitalismo. Discute os padrões de desenvolvimento associados a essas estruturas e o caráter de suas transformações qualitativas, bem como o tema da transição entre esses diferentes tipos de estrutura social. Por fim, aborda a relação entre os desenvolvimentos ocidental e oriental, dando atenção à evolução recente da China.

Palavras-chave: unidade de análise; desenvolvimento desigual; modo de produção; ciclos sistêmicos de acumulação; padrões de desenvolvimento; crise estrutural do capital; acumulação por espoliação; debate da transição.

ABSTRACT

This work presents an introduction to the debate between Robert Brenner and Giovanni Arrighi, viewed through the angle of the unit of analysis. It explores each author's approach to the meaning and the characteristics of the different kinds of social structures, particularly those of capitalism. It discusses the development patterns associated to these structures and the nature of their qualitative changes, as well as the transition between them. Finally, this work also discusses the relationship between Western and Eastern development, with particular attention to China's recent evolution.

Key words: unit of analysis; uneven development; mode of production; systemic cycles of accumulation; patterns of development; structural crisis of capital; accumulation by dispossession; the transition debate.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I: O DEBATE SOBRE O LONGO DECLÍNIO DO SÉCULO XX	13
1 BRENNER.....	14
1.1 TEORIA.....	14
1.1.1 CAPITALISMO, BLOCOS DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	14
1.1.1.1 <i>Blocos de capital, desenvolvimento desigual e queda da taxa de lucro</i>	17
1.1.2 AS RELAÇÕES DE CLASSE.....	29
1.2 HISTÓRIA.....	36
1.2.1 O LONGO DECLÍNIO DO SÉCULO XX.....	36
2 ARRIGHI	50
2.1 TEORIA.....	50
2.1.1 CAPITALISMO COMO SISTEMA-MUNDO: OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO ...	50
2.1.1.1 <i>Sistema-mundo</i>	50
2.1.1.2 <i>Capitalismo em Arrighi</i>	55
2.1.1.3 <i>Hegemonia e sistema interestatal</i>	59
2.1.1.4 <i>O sistema-mundo capitalista em movimento: os ciclos sistêmicos de acumulação</i> 64	
2.1.2 RELAÇÕES DE CLASSE.....	72
2.2 HISTÓRIA.....	91
2.2.1 AS TRÊS CRÍTICAS DE ARRIGHI	91
3 COMENTÁRIOS I	107
PARTE II: O DEBATE DA TRANSIÇÃO REVISITADO: CAPITALISMO, MERCADOS E DESENVOLVIMENTO NO OCIDENTE E NO ORIENTE	124
4 BRENNER.....	125
4.1 TEORIA.....	125
4.1.1 MODOS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E NÃO-CAPITALISTAS.....	125

4.1.1.1	<i>O debate da transição.....</i>	125
4.1.1.2	<i>Relações sociais de propriedade, regras de reprodução e padrões de desenvolvimento:</i>	133
4.1.1.3	<i>As pré-condições do modo de produção capitalista:</i>	143
4.1.1.4	<i>Marxismo neo-smithiano e acumulação primitiva</i>	145
4.2	HISTÓRIA	155
4.2.1	CAPITALISMO E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO: INGLATERRA E YANG-TSÉ.....	155
5	ARRIGHI	164
5.1	TEORIA.....	164
5.1.1	SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA OCIDENTAL <i>VERSUS</i> SISTEMA-MUNDO ORIENTAL	164
5.2	HISTÓRIA.....	182
5.2.1	A EVOLUÇÃO DO SISTEMA-MUNDO ORIENTAL	182
6	A TRANSIÇÃO REVISITADA	201
6.1	A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO EM HARVEY.....	204
6.2	A ACUMULAÇÃO SEM ESPOLIAÇÃO EM ARRIGHI	212
6.3	A AUSÊNCIA DA TRANSIÇÃO EM BRENNER.....	220
6.4	HARVEY ENTRE BRENNER E ARRIGHI: TRANSIÇÃO NA CHINA CONTEMPORÂNEA	223
7	COMENTÁRIOS II.....	239
8	REFEFÊNCIAS	258

INTRODUÇÃO

Recentemente, o mundo foi surpreendido por uma onda de agitação social que assumiu a forma de um grande ciclo de protestos. Desde o *Occupy Wall Street*, passando pelos *Indignados* na Espanha, a *Primavera Árabe* no norte da África e Oriente Médio e as chamadas *Jornadas de Junho* no Brasil, uma diversa gama episódios de mobilização estremeceu não só as estruturas do modo de produção capitalista, mas também a crença até então inabalável na capacidade de reprodução sistêmica “*business as usual*”.

Parte dos observadores enxerga esses acontecimentos como resultado dos problemas conjunturais e mais ou menos circunscritos que atingem as diversas regiões do globo. Outra parte, porém, encara-os como uma manifestação explosiva de sintomas até então latentes, que revelam problemas mais profundos. Segundo essas interpretações, para entender o período recente de abalo dos fundamentos da sociedade contemporânea, é preciso investigar não apenas acontecimentos particulares e fatores conjunturais, mas também, ou melhor, principalmente, suas causas estruturais. Além disso, é preciso dar atenção não só à dimensão local ou à relação imediata entre as diversas regiões do globo, mas também sua dimensão sistêmica.

Dentre os autores que procuram investigar o período contemporâneo de turbulência global tendo em vista suas raízes mais profundas, dois dos mais destacados no campo da teoria crítica são o historiador Robert Brenner (1943-presente) e o economista Giovanni Arrighi (1937-2009). Ambos investigam as tendências e desdobramentos relacionados ao capitalismo global e dão prioridade às causas estruturais dos fenômenos contemporâneos, reconhecendo também a importância da dimensão sistêmica.

Brenner e Arrighi são dois dos principais autores ligados à teoria e à historiografia crítica contemporânea. O primeiro deu nome à segunda rodada do famoso debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, o debate Brenner (ASTON; PHILPIN, 1987). Mais recentemente, o autor foi o centro de outra discussão a partir da publicação de *O boom e a bolha* e *A economia da turbulência global*, que buscam investigar a evolução dos principais elementos da economia capitalista contemporânea a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. O editorial anônimo do periódico britânico *New Left Review*, que antecede a versão inicial de *A economia da turbulência global*, de 1998, chega a afirmar, a respeito de Brenner: “a empreitada de Marx certamente encontrou um sucessor” (NLR, 1998, p. v). A afirmação foi em geral recebida como um exagero. Mesmo Ellen Wood, uma das maiores defensoras das

ideias de Brenner, demonstrou certo constrangimento com a afirmação¹ (WOOD, 1999, p. 176). Não obstante seu caráter desmedido, contudo, o fato de ter sido publicada por um dos mais prestigiados periódicos no campo da teoria crítica, dá uma dimensão da importância da obra do autor. De um ponto de vista bastante genérico, pode-se dizer que o tema de interesse de Brenner são as mudanças intra-sistêmicas e inter-sistêmicas relacionadas à transição do feudalismo e, principalmente, do capitalismo.

Arrighi também foi um autor bastante proeminente. Ele contribuiu para o desenvolvimento das teoria da dependência e dos sistemas-mundo, além de ter sido um dos principais teóricos contemporâneos dos processos de financeirização. Sua trilogia composta por *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, *O longo século XX* e *Adam Smith em Pequim*, reacendeu o debate sobre a crise estrutural do capitalismo e seus possíveis desdobramentos. Wallerstein, por exemplo, fundador da perspectiva dos sistemas-mundo, diz, a respeito de *O longo século XX*, que o livro representa “uma enorme contribuição para nosso entendimento do nosso mundo”, acrescentando que “não se trata de leitura de cabeceira. É um livro sério para pessoas sérias em um tempo sério” (WALLERSTEIN, 1990). Os principais temas de interesse de Arrighi são o estudo das hegemonias comparadas, os ciclos sistêmicos de acumulação e a análise e comparação entre sistemas-mundo. Todos eles, contudo, relacionam-se intimamente com a tentativa de compreensão do surgimento e da evolução do sistema capitalista. Assim, partindo novamente de um ponto de vista bastante genérico, é possível afirmar que o tema principal que motiva a pesquisa de Arrighi é semelhante ao de Brenner, a investigação das causas relacionadas às mudanças intra-sistêmicas e inter-sistêmicas.

Talvez não seja um exagero dizer que qualquer um que busque compreender e adereçar os problemas da crise contemporânea do capitalismo global no campo da teoria crítica precise se haver com os trabalhos de Brenner e Arrighi, não só em razão de seu conteúdo, mas também devido ao fato de que grande parte dos autores contemporâneos que se debruçam sobre o assunto tem os dois como interlocutores importantes². A título de exemplo,

¹ Segundo Wood, apesar de anônimo, o editorial apresentava todos os indícios de ter sido escrito por Perry Anderson, antigo orientador de Brenner. Perry Anderson foi orientado por Eric Hobsbawm, que por sua vez foi orientando de Maurice Dobb, protagonista do debate da transição, juntamente com Paul Sweezy. Curiosamente, Perry Anderson é também irmão do famoso cientista político Benedict Anderson, autor do livro *Comunidades imaginadas*, que aborda o tema do nacionalismo.

² Por fim, como não poderia deixar de ser, as abordagens desses dois eminentes autores gerou um intenso debate entre os adeptos da teoria crítica. Nesse sentido, o periódico *Historical Materialism* publicou edições especiais para discutir *O boom e a bolha*, a primeira versão de *A economia da turbulência global* (publicada originalmente como artigo em 1998 na *New Left Review*), e, por fim, *Adam Smith em Pequim*.

é possível citar os trabalhos de Ellen Wood e David Harvey, dois outros notáveis autores que dedicaram suas carreiras à compreensão e à tentativa de superação dos grandes problemas contemporâneos associados ao funcionamento do sistema capitalista.

Esse trabalho justifica-se tanto pela importância da obra desses dois autores para a compreensão do período atual quanto pela ausência de uma discussão que trate especificamente do debate estabelecido recentemente entre eles. Muito embora a obra dos dois autores seja bastante debatida, quase sempre a discussão sobre ela é feita em campos separados. Brenner, por exemplo, é bastante citado e debatido entre autores marxistas. Arrighi, por sua vez, é abordado principalmente pelos adeptos da perspectiva dos sistemas-mundo e da teoria da dependência. Uma exceção notável é o artigo *Teorizando o mundo contemporâneo* de Moishe Postone (2008), que discute não só as obras de Brenner e Arrighi, mas também a de Harvey.

Além de existirem poucos trabalhos dedicados à análise simultânea das obras de Brenner e Arrighi, outra constatação importante é a ausência quase completa de discussões que abordem especificamente e de maneira concomitante a questão da unidade de análise adotada pelos dois autores, isto é, ao recorte espacial e temporal associado à definição de um objeto de estudo. O problema da unidade de análise é bastante discutido entre os autores ligados à perspectiva dos sistemas-mundo. No mais das vezes, contudo, a discussão fica restrita aos autores e adeptos das perspectivas de Wallerstein, Frank, Braudel e Arrighi. Pouca atenção é dedicada a autores marxistas, como Brenner, por exemplo.

Já no debate marxista contemporâneo, por sua vez, especialmente no que se refere às discussões sobre a obra de Brenner, a questão da unidade de análise é grande parte das vezes ignorada ou, na melhor das hipóteses, subestimada. Nesse sentido, mesmo quando a questão é endereçada, sua menção é feita quase sempre de maneira passageira e sua importância é tida como secundária. Obviamente existem alguns trabalhos que tratam da questão da unidade de análise em Brenner e Arrighi, ainda que eles não sejam seu foco principal. Schwartz (2007), por exemplo, faz isso ao tratar das análises *unit-level* em contraposição às análises *system-level*, enquadrando Brenner na primeira categoria e Arrighi na segunda, mas não aprofunda a discussão especificamente sobre os dois autores.

No que diz respeito ao recorte temático, pode-se dizer que o interesse tanto de Brenner quanto de Arrighi gira em torno da compreensão sobre o surgimento e a evolução do capitalismo em toda sua extensão. Ambos os autores, principalmente Brenner, engajaram-se também em investigações sobre o sistema feudal, mas, mesmo nesse caso, seu objetivo é principalmente identificar as pré-condições associadas ao nascimento do capitalismo.

Tanto Brenner quanto Arrighi privilegiam recortes temporais de longo prazo. Arrighi, por exemplo, adota a perspectiva da *longue durée* [longa duração], que envolve os ciclos político-econômicos correspondentes aos chamados séculos longos. Segundo o autor, todos esses ciclos “duram mais de um século: daí a ideia de ‘século longo’, que será tomada como unidade temporal básica na análise dos processos mundiais de acumulação de capital” (ARRIGHI, 2006, p. 6). Assim, por exemplo, o século americano, também chamado de o longo século XX, inicia-se no fim do século XIX e estende-se até os dias de hoje. Arrighi identifica ainda um ciclo ibero-genovês entre o século XV e início do século XVII, um ciclo holandês do fim do século XVI até o fim do século XVIII, um ciclo britânico da segunda metade do século XVIII até o início do século XX.

Brenner também interessa-se por ciclos de longa duração. No debate da transição, por exemplo, em consonância com os historiadores demográficos, o autor identifica dois grandes ciclos, “guiados primordialmente pelo crescimento populacional e o declínio da produtividade do trabalho na agricultura” (BRENNER, ca. 2006, p. 3). O primeiro ciclo compreende duas fases. A primeira diz respeito ao período de crescimento populacional entre o início do século XII e o início do século XIV e à inflexão representada pela Crise Geral do Século XIV, que tem como principais marcos a Grande Fome de 1316-1317 e a Peste Negra de 1348-1349. O declínio populacional é seguido pela segunda fase do primeiro ciclo, batizada de “a era de ouro dos camponeses e trabalhadores”, resultante principalmente da disputa entre senhores feudais por mão-de-obra. A primeira fase do segundo ciclo compreende o período de crescimento populacional entre meados do século XV e fim do século XVII, bem como o início da chamada Crise Geral do Século XVII. Por fim, a segunda fase diz respeito ao período de estagnação e declínio populacional entre o fim do século XVII e o início do século XVIII.

De acordo com Brenner, apenas Inglaterra e Holanda foram capazes de escapar do período de crise ligado ao segundo ciclo, e isso justamente devido ao fato de que as duas regiões já não mais funcionavam de acordo com as leis de movimento que regiam o sistema feudal, mas cada vez mais aproximavam-se das relações de propriedade e produção que caracterizam o capitalismo. No debate sobre o sistema capitalista contemporâneo, Brenner investiga o ciclo econômico que compreende o longo *boom* do século XX entre 1945 e 1965, seguido de um período de inflexão entre 1965-1973, o qual por sua vez dá lugar ao chamado longo declínio do século XX, iniciado em 1973 e que estende-se até os dias de hoje.

Apesar de, em linhas bastante gerais, adorarem adotarem como objeto de estudo privilegiado o capitalismo, buscando identificar suas características e sua evolução Brenner e

Arrighi partem de unidades de análise fundamentalmente diferentes no que diz respeito ao recorte espacial. Voltaremos a esse ponto logo adiante. Por ora é suficiente notar que Brenner parte do estudo de regiões ou blocos de capital associados a Estados específicos com o objetivo principal de compreender as relações sociais de propriedade características de cada um deles. Arrighi, por sua vez, adota a perspectiva dos sistemas-mundo ou sistemas interestatais como ponto de partida fundamental de suas investigações.

Antes de continuar a discussão, é preciso fazer algumas observações. Ainda que seja possível, do ponto de vista analítico, abordar separadamente os diversos recortes que se relacionam à unidade de análise, na prática eles são indissociáveis. Assim, a análise dos sistemas-mundo elaborada por Arrighi depende tanto da dimensão temporal associada aos séculos longos, quanto à dimensão espacial referente ao sistema-mundo ou sistema interestatal capitalista. Juntos, esses aspectos dão origem ao conceito dos ciclos sistêmicos de acumulação, que constitui a categoria central elaborada por Arrighi para a análise de seu objeto de estudo, o sistema capitalista.

Do mesmo modo, a dimensão temporal dos ciclos demográficos e econômicos analisados por Brenner e a dimensão espacial associada ao estudo de regiões e blocos de capital ligados a Estados específicos conformam os dois lados da mesma moeda. É com base nesses dois fatores inter-relacionados que Brenner promove sua investigação do processo de desintegração do sistema feudal e o nascimento do capitalismo. Mais do que isso, a definição da unidade de análise é inseparável da questão da definição do objeto de estudo. Assim, o próprio significado do termo capitalismo ou da expressão sistema capitalista por cada um dos autores implica a adoção de uma unidade de análise compatível com essa definição. Em outras palavras, não é possível recorrer simplesmente a combinações arbitrárias dos elementos relacionados à definição indissociável do objeto de estudo e da unidade de análise. A escolha de uma unidade de análise determinada depende da interpretação que se faz do objeto de estudo em questão. Em resumo, a questão da unidade de análise diz respeito à própria definição que cada um dos autores faz sobre o conceito de capitalismo, isto é, sobre o sistema ou modo de produção capitalista.

Em seu debate sobre o período recente, tanto Brenner como Arrighi tomam como objeto de estudo o sistema capitalista global contemporâneo. Como vimos, entretanto, os dois adotam unidades de análise fundamentalmente diferentes em sua investigação. Assim, a questão da unidade de análise é importante porque representa uma das principais chaves para entender a razão fundamental das divergências entre as abordagens de Brenner e Arrighi, abrindo caminho também para esclarecer a definição de capitalismo adotada por cada um

deles, além de, por fim, ajudar a elucidar a razão do caráter muitas vezes truncado do debate entre os dois. A questão da unidade de análise é importante também porque está ligada não só à definição do objeto de estudo e ao potencial de determinada abordagem para desvendar os elementos, as relações e as tendências que o integram, mas também porque diz respeito às perspectivas sobre os limites e possibilidades abertos à transformação da realidade social.

O debate entre Brenner e Arrighi gira em torno de dois pontos principais. Um deles refere-se à discussão sobre o longo declínio do século XX, iniciado com a queda da taxa de lucro do setor industrial nas economias avançadas entre meados da década de 1960 e início da década de 1970. O outro está associado ao debate da transição e à discussão sobre as pré-condições para o surgimento do sistema capitalista, incluindo a polêmica sobre o marxismo neo-smithiano.

No debate mais diretamente ligado ao período contemporâneo, que diz respeito ao longo declínio do século XX, Arrighi faz críticas à maneira como Brenner aborda (ou deixa de abordar) a relação entre o setor industrial e o setor financeiro, a relação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora e, por fim, a relação entre as regiões centrais e periféricas do sistema capitalista mundial, isto é, entre Norte e o Sul globais. O debate é iniciado por Arrighi em *Adam Smith em Pequim* (2008, 2007), que tem por objetivo analisar as “origens e fundamentos do século XXI”, como indica o subtítulo do livro. O livro de Arrighi dá sequência, de maneira renovada, à abordagem desenvolvida em *O longo século XX* (1996) e *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* (2001), onde ele se dedica com mais atenção à análise da evolução dos ciclos sistêmicos de acumulação e às diversas sucessões hegemônicas que os acompanharam, respectivamente. No caso específico das relações entre capital e trabalho, contudo, o autor expõe mais claramente sua visão em outros artigos, principalmente *Marxist century, american century* (1990), bem como em *Workers North and South*³. Nessa parte do debate, Arrighi toma como contraponto *O boom e a Bolha* (2003) e *A economia da turbulência global* (2006, 1998) de Brenner.

O segundo momento do debate refere-se à discussão sobre as pré-condições para o surgimento do capitalismo e as trajetórias de desenvolvimento específicas percorridas por regiões diversas desde o princípio da dissolução do feudalismo até a consolidação do capitalismo. Nesse caso, o interesse de Brenner e Arrighi é entender os motivos pelos quais o

³ Como veremos ao longo do trabalho, esse exemplo de compartimentalização levado a cabo por Arrighi em sua análise das relações capital-trabalho é bastante sintomático. Embora tenha sido atenuado ao longo do tempo, não eliminou o que parece constituir uma clivagem fundamental existente em sua obra no que diz respeito ao privilégio das relações desenvolvidas a partir do “alto comando” do sistema capitalista mundial, isto é, das classes ou grupos dominantes, em detrimento da importância das classes subordinadas.

capitalismo se desenvolveu em algumas regiões, e não em outras. Mais especificamente, a ideia é contrapor a trajetória de desenvolvimento capitalista europeia ou ocidental com aquela trilhada pela região do leste asiático ou Oriente, com atenção especial à região chinesa do Yang-tsé.

Também essa parte do debate é iniciada por Arrighi em *Adam Smith em Pequim*, tomando por base principalmente dois outros trabalhos de Brenner, *The origins of capitalist development* (1977), onde o autor critica as abordagens de Sweezy, Wallerstein e Frank sobre o problema da transição para o capitalismo, e *England's divergence from China's Yangzi Delta* (2002), escrito em parceria com Isett e que visa analisar as trajetórias de desenvolvimento inglesa e chinesa novamente tendo por base o debate da transição. Num texto ainda mais recente, *Property and progress* (ca. 2006), publicado oficialmente no mesmo ano de *Adam Smith em Pequim* (2007), Brenner reforça e esclarece suas posições, tornando-o um texto chave para a compreensão dos pressupostos do debate entre ele e Arrighi.

Como veremos ao longo do trabalho, tanto no primeiro quanto no segundo momento do debate a contenda entre os dois autores gira sempre em torno da questão da unidade de análise, que por sua vez está ligada à definição de cada um deles sobre o significado do capitalismo, os padrões de desenvolvimento a ele ligados, por fim, ao tema sempre presente das transformações sociais, seja através de crises como a representada pelo longo declínio do século XX, seja, através de períodos de transição entre estruturas sociais diferentes.

Em ambos os momentos do debate, Brenner parte do estudo das relações de propriedade e das trajetórias de desenvolvimento específicas de regiões que viriam a fazer parte de Estados específicos. Para tanto, o autor vale-se das unidades de análise regionais-nacionais.

No debate da transição, Brenner concentra sua atenção nas relações sociais internas características das regiões que vieram mais tarde a formar a Inglaterra, a Holanda, a França, a Alemanha (oriental) e a região chinesa do Yang-tsé. O foco primário do autor aqui são as relações de propriedade vigentes em cada região. As relações de propriedade definem as possibilidades e as estratégias prováveis de atuação dos agentes econômicos ou classes econômicas nos limites de uma determinada região. A partir dessas regras de reprodução são definidas as relações de produção que dão origem a trajetórias de desenvolvimento distintas.

No debate sobre o longo declínio do século XX, o autor volta a recorrer às unidades de análise regionais-nacionais com o intuito de investigar o período recente de turbulência econômica sistêmica. Para tanto, o autor apoia-se no conceito de blocos de capital

regionais. Em *O boom e a bolha*, o autor concentra-se primordialmente no bloco de capital formado pelos Estados Unidos. Já em *A economia da turbulência global*, Brenner analisa também os blocos de capital constituídos pela Europa ocidental e pelo Japão. Ainda assim, contudo, apesar das menções esparsas sobre a situação da economia europeia, Brenner refere-se quase exclusivamente à Alemanha, que é encarada como uma espécie de agente representativo da região em razão de seu *status* de liderança econômica na Europa ocidental. De acordo com Brenner, a turbulência econômica global resulta primordialmente da interação entre os principais blocos de capital que compõem o capitalismo global, isto é, de um processo de desenvolvimento desigual.

Enquanto Brenner toma como ponto de partida as unidades de análise nacionais ou regionais, Arrighi vale-se das unidades de análise representadas pelos sistemas-mundo ou sistemas interestatais. Em outras palavras, Arrighi utiliza-se das unidades de análise sistêmicas.

No debate sobre o longo declínio do século XX, Arrighi investiga o nascimento e a evolução do sistema-mundo capitalista, caracterizado pelo estreitamento da relação entre Estado e capital que leva à expansão do sistema por meio da sinergia estabelecida entre capitalismo, industrialismo e militarismo, bem como pela ascensão e predomínio das altas finanças enquanto esfera privilegiada da acumulação de capital. Como já apontamos, a evolução do sistema-mundo capitalista de Arrighi se dá através de uma série de ciclos sistêmicos de acumulação, onde assume vital importância o exercício da hegemonia de um dos integrantes do do sistema capitalista enquanto sistema interestatal. Como em Brenner, a dinâmica desses ciclos é ditada pela concorrência. Ao contrário dele, contudo, Arrighi leva em conta em sua teoria não praticamente apenas a concorrência econômica, mas também a concorrência política. Juntas, a concorrência econômica, guiada pela lógica capitalista, e a concorrência política, orientada pela lógica territorialista, conformam as lutas pelo poder responsáveis pela dinâmica do sistema ao longo do tempo.

No debate sobre a transição no Ocidente e no Oriente, Arrighi volta sua atenção para a análise e a comparação não de duas regiões distintas, mas de dois sistemas-mundo distintos, o sistema ocidental capitalista e o sistema oriental de mercado não-capitalista. Cada um desses sistemas segue uma trajetória de desenvolvimento diferente em razão de suas características distintas. Já vimos que os dois principais traços do sistema capitalista de acordo com a abordagem de Arrighi são a sinergia entre capitalismo-industrialismo-militarismo decorrentes da relação entre Estado e capital, conferindo a ele um caráter

belicista, e a prioridade das altas finanças enquanto esfera privilegiada da acumulação de capital.

Juntas, essas características têm como resultado o sequestro ou a subordinação dos Estados por interesses capitalistas em detrimento do que Arrighi chama de o “interesse nacional” ou “interesse geral”. Outras características do sistema-mundo ocidental de acordo com Arrighi são a existência de um sistema interestatal onde prevalece um equilíbrio de poder relativamente proporcional entre suas diversas unidades, mesmo levando em conta o papel destacado do *hegemon* na garantia da ordem sistêmica; a propensão à implementação de inovações disruptivas; a existência arcabouço institucional flexível para acomodar o constante processo de destruição criativa que o define; a tendência progressiva à expansão do sistema, por meio da qual novas regiões e formações sociais são subsumidas; o favorecimento de atividades intensivas em capital e energia, levando à exploração e alienação do trabalho e à degradação ambiental.

Já o sistema-mundo oriental ou asiático contrasta fortemente com o ocidental. Em primeiro lugar, enquanto o sistema-mundo ocidental é baseado em relações de mercado capitalistas, o sistema oriental, embora também fundamentado em relações de mercado, possui, segundo Arrighi, um caráter não-capitalista, menos voltado para a expansão e mais para o mercado interno. Isso decorre da ausência de uma relação entre Estado e capital tão imbricada quanto aquela prevalecente no sistema europeu, além da inexistência de um domínio das altas finanças sobre os processos de acumulação de capital, o Estado, a sociedade e o “interesse nacional”.

A ausência da sinergia expansiva entre capitalismo-industrialismo-militarismo torna o sistema asiático menos belicista, ou ainda, mais pacífico. Além disso, o sistema oriental tem como características: um sistema de equilíbrio de poder desproporcional, com o Estado chinês assumindo uma centralidade relativamente muito mais importante que aquela exercida pelo *hegemon* ocidental; um arcabouço institucional rígido, que praticamente impede inovações disruptivas, mas favorece as pequenas inovações; em contraste com o regime capital e energético-intensivo ocidental, um sistema mais centrado no trabalho e na economia de energia, resultando numa menor exploração e alienação das classes ou grupos subordinados e a uma menor degradação da natureza.

Segundo Arrighi, a partir das Guerras do Ópio de meados do século XIX, o sistema-mundo capitalista subsume o sistema-mundo asiático, dando origem a um sistema-mundo “ampliado” de alcance praticamente global. A partir daí inicia-se entre os integrantes do antigo sistema asiático, especialmente China e Japão, um processo de hibridação das

trajetórias de desenvolvimento ocidental e oriental, que pende para a adoção das características capitalistas durante a fase da Grande Divergência, ocorrida entre meados do século XIX e meados do século XX, e para as características do sistema de mercado não-capitalista a partir de então, quando inicia-se a Grande Convergência, isto é, o processo de ascensão dos países do leste asiático.

Em linhas gerais, chega-se à conclusão de que, do ponto de vista da unidade de análise, e apesar das críticas feitas pelo autor às abordagens marxistas, o trabalho de Arrighi mostra-se mais condizente do que o de Brenner com uma definição sistêmica do capitalismo, isto é, que considera o modo de produção capitalista enquanto uma totalidade orgânica. Arrighi parte do princípio de que a evolução do sistema capitalista deve ser apreendida primordialmente a partir do ponto de vista sistêmico, plano primordial para a determinação das possibilidades e restrições abertas aos diversos integrantes que o compõem. Essa visão, por sua vez, favorece uma compreensão do capitalismo enquanto um sistema orgânico e contraditório que subsume as mais diversas regiões do globo e as mais diversas esferas da existência humana com o objetivo de favorecer sua finalidade última: a acumulação interminável de capital.

Brenner parece-nos, portanto, se equivocar ao tratar os resultados sistêmicos como consequência indireta da interação entre diversas unidades ou blocos de capital nacionais (relativamente) independentes entre si. Isso não significa, contudo, que a priorização da análise de Estados ou blocos de capital específicos, bem como de sua comparação, não sejam válidas ou mesmo desejáveis. Implica apenas que, levando em conta que o objetivo dos dois é o mesmo, uma análise do nascimento e da evolução do sistema capitalista em toda a sua extensão, bem como o caráter intimamente entrelaçado das relações econômicas e políticas que o caracterizam, a adoção de uma unidade de análise sistêmica parece-nos mais apropriada.

Além disso, não se pode negar abordagem de Brenner apresente contribuições importantes. Nesse sentido, Arrighi acaba muitas vezes por negligenciar o papel das relações internas às diversas unidades que fazem parte do sistema na transformação social. Esse problema fica evidente na análise do autor da ascensão chinesa recente, que o autor encara como resultado da adoção de uma trajetória de desenvolvimento baseada no mercado, mas que assume, segundo ele, um caráter fundamentalmente *não-capitalista*.

A análise de Arrighi tem consequências importantes, pois, por um lado, subestima largamente os processos de exploração da classe trabalhadora chinesa descritos por Harvey em *Breve historia del neoliberalismo* (2007) – cujos mecanismos são tratados aí e em *O novo*

imperialismo (2005) por meio do conceito de acumulação por espoliação – e, por outro, *naturaliza* e idealiza práticas de mercado indissociavelmente ligadas ao capitalismo.

Em grande medida, a falta de atenção às relações internas e a idealização da trajetória do sistema e elas ligado parecem estar por trás da defesa de Arrighi das qualidades inerentes à trajetória de desenvolvimento oriental, levando o autor a defender, como saída para a crise estrutural do sistema capitalista, uma espécie de socialismo de mercado. Nesse sentido, a análise de Brenner, que enfatiza mais claramente tanto o caráter *historicamente específico* do modo de produção capitalista, quanto aos mecanismos de exploração necessariamente ligados à dependência geral da sociedade em relação ao mercado, pode contribuir bastante para a discussão.

Essa dissertação possui dois objetivos principais. Um deles é apresentar os principais elementos teóricos das obras de Brenner e Arrighi. O outro é abordar os principais elementos da discussão entre Brenner e Arrighi a partir do enfoque da unidade de análise, levando em conta suas abordagens do capitalismo, os padrões de desenvolvimento por eles identificados, bem como o tema constante das transformações intra e inter-sistêmicas.

Essa dissertação está dividida em duas partes. Na primeira, abordaremos o debate sobre o longo declínio. Na segunda, o debate da transição.

Em relação à primeira parte, a divisão é a seguinte: o primeiro capítulo visa apresentar os principais elementos teóricos e históricos da abordagem de Brenner, o segundo faz o mesmo em relação a Arrighi. O terceiro apresenta os comentários sobre a primeira parte, finalizando-a. A segunda parte está dividida da seguinte forma: o quarto capítulo trata da retomada do debate da transição em Brenner, onde o autor compara as trajetórias de desenvolvimento da Inglaterra e da China. Nele apresentamos suas principais observações teóricas, bem como um resumo de suas discussões históricas. O quinto capítulo apresenta uma discussão sobre os padrões de desenvolvimento ocidental e oriental em Arrighi, levando em conta seu arcabouço teórico e sua narrativa histórica. O sexto capítulo trata de alguns dos problemas envolvidos nas análises de Brenner e Arrighi, bem como apresenta brevemente alguns elementos teóricos e históricos de Harvey que, em grande medida, representa uma tentativa de sintetizar a contribuição dos dois autores. O sétimo capítulo trás os comentários da segunda parte.

É importante deixar claro que esse trabalho não visa esgotar o tema, seja no que diz respeito ao debate entre Brenner e Arrighi, seja em relação às discussões sobre a unidade de análise. Uma análise mais completa deveria levar em conta, por exemplo, algumas considerações sobre a influência das obras de Braudel, Wallerstein e Frank sobre as

elaborações de Arrighi, bem como a importância de autores como Perry Anderson na formação e na elaboração do arcabouço teórico de Brenner. Referências secundárias, como as edições especiais do periódico *historical materialism* dedicadas exclusivamente às obras de Brenner e de Arrighi foram incorporadas apenas indiretamente e marginalmente. Esse trabalho representa apenas uma primeira aproximação ao problema, demandando ainda grandes aperfeiçoamentos. Com todos os seus defeitos, contudo, deseja-se que ele possa contribuir, ainda que minimamente, para introduzir a abordagem dos autores sob a perspectiva da unidade de análise, estimulando o debate sobre a crise estrutural do capitalismo contemporâneo e suas perspectivas de superação.

PARTE I: O DEBATE SOBRE O LONGO DECLÍNIO DO SÉCULO XX

1 BRENNER

1.1 TEORIA

1.1.1 CAPITALISMO, BLOCOS DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Brenner inicia o prefácio de *The economics of global turbulence* (2006) [A economia da turbulência global] com a seguinte observação,

A evolução das economias capitalistas avançadas desde a Segunda Guerra Mundial se divide de forma natural em dois períodos aproximadamente iguais, com ordem de duração de um quarto de século: um período de prosperidade desde o fim da década de 1940 até 1973, e uma época de crescimento reduzido e crescente turbulência econômica desde 1973 adiante, marcada por profundas recessões e a ocorrência de crises financeiras devastadoras desconhecidas desde a Grande Depressão (BRENNER, 2009, p. 9).

Em sua obra, publicada inicialmente em 1999 na forma de um extenso artigo, atualizado e impresso num livro lançado em 2006, Brenner afirma que “o objetivo de *A economia da turbulência global* é oferecer uma interpretação *unificada* dessa trajetória” (BRENNER, 2009, p. 9, [grifo nosso]). Mais especificamente, enquanto a finalidade geral do livro é “fornecer uma *explicação sistêmica* da evolução do desenvolvimento pós-guerra” (BRENNER, 2009, p. 9, [grifo nosso]), Brenner deixa claro em seguida que “é sobretudo esse longo declínio (...) o que este estudo pretende explicar” (BRENNER, 2009, p. 9).

O principal fator por trás do longo declínio da economia capitalista global teria sido, segundo Brenner, a “queda da taxa de lucro à escala de todo o sistema” (BRENNER, 2009, p. 10), principalmente no setor industrial, mas também no restante da economia. Por essa razão, para compreendê-lo é preciso “explicar esse padrão de comportamento da própria taxa de lucro” (BRENNER, 2009, p. 10). Esses são os objetivos por trás de *A economia da turbulência global*, um “estudo histórico-comparativo da economia global pós-Segunda Guerra Mundial” (BRENNER, 2009, p. 9-10).

Igualmente, Brenner parte das mesmas motivações ao escrever *O boom e a bolha* (BRENNER, 2003), finalizado em meados de 2001 e publicado em 2002. No livro, conforme indicado no subtítulo do livro, o autor realiza um estudo sobre o papel “[d]os Estados Unidos na economia mundial”, novamente com o objetivo de analisar a “longa estagnação na

economia mundial, entre 1973 e 1995” (BRENNER, 2003, p. 13). Aqui, o autor declara ainda que “a evolução da economia americana na época do pós-guerra, e ainda mais em décadas recentes, só me parece compreensível no contexto do desenvolvimento da economia mundial como um todo; (...) minha interpretação parte dessa premissa” (BRENNER, 2003, p. 14). Por fim, de forma semelhante à posição assumida em *A economia da turbulência global*, em *O boom e a bolha* Brenner expressa a “convicção (...) [de] que os problemas atuais na economia mundial e, por conseguinte, da própria economia dos Estados Unidos têm raízes profundas e não se sujeitam a consertos rápidos”, confirmando sua interpretação da crise como resultado de processos estruturais (BRENNER, 2003, p. 14).

No início de *A economia da turbulência global*, numa seção intitulada *Teoria e história*, Brenner reconhece a enorme complexidade da tarefa, destacando que

A dificuldade de oferecer uma explicação sistemática da evolução do desenvolvimento pós-guerra é evidente por si mesma. Em primeiro lugar, é preciso apresentar um marco [teórico] coerente que possa abarcar simultaneamente as principais mudanças ocorridas no conjunto do sistema – uma série de fases que diferem entre si em seus padrões de crescimento – e as variações regionais, já que os principais pólos de acumulação diferem no que diz respeito à sua macroeconomia (BRENNER, 2009, p. 9).

Para cumprir essa tarefa colossal, o autor diz ser necessário “integrar a teoria e a história comparativa”, o que torna-se ainda mais difícil em razão “da ausência de estudos globais” e da insuficiência da alternativa principal sobre o tema, em suas “versões ortodoxas e heterodoxas”, as quais explicam o longo declínio com base no “poder e pressão exercidos pelo trabalho sobre capital” (BRENNER, 2009, p. 9-10).

As teorias que privilegiam o “poder do trabalho” fundamentam-se na noção de que as relações entre capitalistas e trabalhadores, ou relações verticais, teriam sido o principal fator por trás do longo declínio. Nesse sentido, a influência do trabalho seria a principal responsável pela queda da taxa de lucro, resultante de um processo *profit squeeze* devido à elevação crônica dos salários reais acima do crescimento da produtividade do trabalho. Em contraposição às teorias que privilegiam as *relações verticais*, Brenner concentra-se na análise das *relações horizontais* entre capitalistas, ou relações intercapitalistas, mormente através do estudo da relação entre blocos de capital ligados a Estados específicos. Assim, segundo Brenner, é sobretudo a partir da intensificação da competição intercapitalista, e não da “competição” entre capitalistas e trabalhadores, isto é, da luta de classes entre capital e trabalho, que a queda da taxa de lucro e, portanto, o longo declínio, precisam ser explicados. Vejamos agora em linhas gerais o argumento de Brenner.

Ao tratar do método por trás de seu trabalho, Brenner afirma que sua “interpretação se desenvolve, esquematicamente, em três níveis inter-relacionados” (BRENNER, 2009, p. 11). No primeiro deles, “tomando como ponto de partida a anarquia e a competitividade da produção capitalista”, que exige a constante adaptação dos capitais individuais na forma de redução de custos e da introdução de inovações principalmente a partir de investimentos em capital fixo. Esse fator faz com que haja, “por um lado, um desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, mas também, por outro, impedimentos à realização dos investimentos em capital fixo das empresas com métodos de produção de custo elevado” (BRENNER, 2009, p. 11). Essas tendências, segundo Brenner, acabam “dando lugar conjuntamente a um excesso de capacidade e a uma redução da lucratividade” (BRENNER, 2009, p. 11). *A queda da taxa de lucro* prevalecente ao nível “de todo o sistema” (BRENNER, 2009, p. 10), intimamente relacionada à sobre capacidade (e à sobreprodução), *corresponde, portanto, ao elemento propriamente sistêmico da análise de Brenner.*

O segundo nível de articulação teórica diz respeito ao estabelecimento de um vínculo conceitual entre a *queda da taxa de lucro* e o *desenvolvimento desigual*, resultante “da interação entre um bloco de capital mais pioneiro (...) e blocos capitalistas de desenvolvimento mais tardio (...) capazes (...) de aproveitar as vantagens de seu desenvolvimento tardio” (BRENNER, 2009, p. 11).

Por fim, o terceiro nível diz respeito à explicação concreta da “evolução econômica internacional desde a Segunda Guerra Mundial”, cujo traço mais importante está ligado ao fato de que “durante o primeiro quarto de século após a guerra, as economias dos países avançados seguiram uma trajetória de desenvolvimento desigual que acabou dando lugar a taxas de lucro decrescentes nelas como consequência da impossibilidade de valorizar grandes blocos de capital fixo” (BRENNER, 2009, p. 12).

Em resumo, partindo do caráter anárquico e competitivo que caracteriza o capitalismo, bem como do papel imprescindível do capital fixo, Brenner tenta mostrar como o funcionamento do sistema tende a promover tanto o desenvolvimento das forças produtivas quanto crises resultantes da redução da lucratividade, os quais resultam do desenvolvimento desigual decorrente da competição entre blocos de capital distintos. Vejamos agora de maneira um pouco mais detalhada os elementos que conformam a teoria de Brenner ou, nas palavras do autor, seu “esboço de uma explicação alternativa” (BRENNER, 2006, p. 27-40).

1.1.1.1 BLOCOS DE CAPITAL, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E QUEDA DA TAXA DE LUCRO

Brenner inicia sua “crítica às explicações da economia da oferta” com uma observação sobre a especificidade do capitalismo. De acordo com ele

(...) o modo de produção capitalista se distingue de todos os anteriores por sua tendência a um desenvolvimento incessante e sistemático das forças produtivas, derivada de um sistema de relações sociais de propriedade em que as unidades econômicas – diferentemente de épocas históricas anteriores – dependem do mercado para tudo o que precisam e não podem assegurar para si sua renda mediante sistemas coercitivos extraeconômicos de extração de excedente, como na servidão, na escravidão ou no Estado absolutista (BRENNER, 2009, p. 117).

Nessa passagem, Brenner opõe o modo de produção capitalista aos modos de produção pré-capitalista em razão das formas de extração de excedentes e dos padrões ou trajetórias de desenvolvimento característicos de cada um deles.

Assim, enquanto no capitalismo prevalece a extração econômica do excedente, nos modos de produção pré-capitalistas predomina a extração política. Brenner identifica a apropriação econômica do excedente à extração de mais-valia relativa, obtida por meio da introdução de inovações. A apropriação extra-econômica do excedente, por sua vez, é associada à extração de mais-valia absoluta, resultante basicamente da intensificação do trabalho sem alterações qualitativas do processo produtivo.

No que diz respeito desenvolvimento econômico, a extração de mais-valia relativa a partir da introdução de inovações corresponde a um padrão de desenvolvimento que o próprio Brenner, em seu debate da transição, define como smithiano. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico capitalista é definido como “o crescimento sustentado do produto *per capita* ou produtividade do trabalho” (BRENNER, 2007, p. 57). A afinidade de Brenner com as proposições de Smith pode ser atestada na afirmação do autor de que de “em qualquer discussão sobre o desenvolvimento econômico (...) a teoria do crescimento econômico de Smith deve constituir o ponto de partida necessário, se não também o de chegada” (BRENNER, 2007, p. 55).

A afirmação sobre a afinidade entre as proposições de Brenner e aquelas associadas ao pensamento de Smith podem parecer estranhas, sobretudo quando se levam em conta as reiteradas críticas feitas por ele no debate da transição para o capitalismo aos “historiadores smithianos”, ou mesmo aos que ele chama, um tanto pejorativamente, de

“marxistas neo-smithianos”. Aqui é necessário esclarecer, contudo, que as críticas de Brenner à teoria de Smith referem-se especificamente, por um lado, à explicação da *origem* do capitalismo, e não de seu *funcionamento*. Por outro lado, Brenner também critica o individualismo metodológico das abordagens smithianas, afirmando que “[f]undamentalmente, as abordagens ligadas ao materialismo histórico partem da negação de qualquer noção de uma racionalidade econômica individual trans-histórica”, pontuando ainda que “as formas específicas de comportamento sócio-econômico que indivíduos e famílias considerarão fazer sentido e escolherão dependerá (...) dos constrangimentos e oportunidades sociais [*society-wide*] no qual eles se encontram” (BRENNER, 2007, p. 57). Com exceção dessas críticas, Brenner não se cansa de elogiar e de fazer uso da abordagem de Smith para explicar o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Enquanto nos modos de produção capitalistas tende a prevalecer um padrão de desenvolvimento econômico smithiano, no caso das economias pré-capitalistas tende a prevalecer, segundo Brenner, um padrão de desenvolvimento malthusiano, propenso a crises demográficas “derivadas da tendência secular ao aumento cada vez menor da produtividade do trabalho (...) sob a pressão do aumento populacional” (BRENNER, 2009, p. 118). A oposição entre os padrões de desenvolvimento smithiano e malthusiano, reproduzida no debate sobre o longo declínio, também é fruto do arcabouço teórico desenvolvido por Brenner durante o debate da transição.

A oposição entre o modo de produção capitalista enquanto estrutura social conformada a partir de relações sociais de propriedade ressoa os de Brenner avançados ao longo do chamado debate da transição, que trata do surgimento do capitalismo a partir da dissolução do modo de produção feudal. Como veremos ao longo do trabalho a definição do modo de produção a partir das relações sociais de propriedade, definidas por comunidades políticas em grande medida confinadas às dimensões do Estado, está intimamente ligada à questão da unidade de análise em Brenner. Nesse sentido, é possível interpretar a associação feita por Brenner no debate do longo declínio entre blocos de capital e Estados específicos como uma continuação da tendência do autor à identificação dos modos de produção com as esferas políticas nacionais.

Brenner refere-se à taxa de lucro simplesmente em termos da “taxa de lucro líquido, definida, de praxe, como os lucros líquidos sobre o estoque de capital líquido” (BRENNER, 2003, p. 359). Definindo a margem ou cota de lucro como a relação entre a massa de lucros e o produto na forma de valor adicionado, também é possível expressar a taxa de

lucro através da igualdade dada pela “cota de lucro vezes a relação produto/capital” (BRENNER, 2003, p. 359).

Aqui cabe notar que, apesar de aproximação aparente com a interpretação marxista das crises econômicas, vistas como resultado estrutural da manifestação da tendência à queda da taxa de lucro, a discussão de Brenner afasta-se fundamentalmente da abordagem marxiana. Dados os nossos objetivos, não poderemos nos dedicar ao assunto. Não obstante, é possível observar, por exemplo, que enquanto Brenner privilegia o papel do capital fixo como causa por trás da queda da taxa de lucro, Marx e outros autores marxistas conferem maior importância ao capital constante e o capital variável, ou mais precisamente, à composição orgânica do capital, dada pela relação entre “trabalho morto” e “trabalho vivo”. Além disso, enquanto Brenner aborda o problema da queda da taxa de lucro com base em sua expressão monetária mais concreta, na teoria marxista a tendência à queda da taxa de lucro é abordada num outro nível de mediação, tendo seus componentes expressos em valores, e não em preços de mercado.

O próprio Brenner se afasta conscientemente das abordagens que privilegiam a relação entre o capital constante e o capital variável, segundo o autor associadas à “teoria marxista ortodoxa, segundo a qual a tendência da economia a aumentar a produtividade recorrendo cada vez mais ao trabalho indireto [capital constante] em detrimento do direto [capital variável] conduz inexoravelmente à queda da taxa de lucro” (BRENNER, 2009, p. 119). Novamente evocando sua noção dos padrões de desenvolvimento, Brenner vai adiante e afirma, a respeito da teoria marxista ortodoxa, que

Paradoxalmente, também essa teoria é de caráter malthusiano, porque também atribui a queda da taxa de lucro ao arrefecimento da produtividade. Segundo a tese marxista ortodoxa, para poder competir com êxito, os capitalistas devem reduzir custos, o que se reflete em uma crescente composição orgânica do capital (relação entre capital e trabalho); mas isso leva inevitavelmente a uma diminuição da taxa geral de lucro (...). Tal tese, caso correta, daria validade à afirmação impecavelmente malthusiana de que a queda da taxa de lucro é inevitável porque também o é – como consequência direta da acumulação de capital – a da ‘produtividade total dos fatores (*que leva em conta os insumos de capital e trabalho*)’ (BRENNER, 2009, p. 119).

Depois de associar as abordagens marxista e malthusiana, Brenner, dá um passo adiante e direciona seus olhos malthusianos ao próprio Marx no seguinte trecho,

Marx era, certamente, ferozmente antimalthusiano, e por isso o caráter malthusiano de sua teoria sobre a queda da taxa de lucro resulta bastante inconsequente, ainda que logicamente inevitável, dado que deduz a queda da lucratividade a partir da diminuição da produtividade, levando em conta os insumos de capital e trabalho (“produtividade total dos fatores”) (BRENNER, 2009, p. 119).

O apreço de Marx pelo pároco inglês pode ser atestado em diversas passagens de *O capital* onde diversas vezes ele é referido como “Malthus, esse mestre do plágio”, seguida de observações como a de que “sua teoria da população é um plágio desavergonhado (...) [da qual ele] se apropriou em 1815” (MARX, 1996, p. 133). Em ainda outra passagem, Marx faz um elogio distorcido a Malthus quando esse defende que o prolongamento excessivo da jornada de trabalho, apesar dos efeitos “muito meritórios” e “altamente admiráveis”, deveria ser usado apenas como um remédio temporário. Em seguida, o autor pontua,

os interesses conservadores, aos quais servia Malthus, impediam-no de ver que o desmesurado prolongamento da jornada de trabalho, juntamente com um extraordinário desenvolvimento da maquinaria e a exploração do trabalho feminino e infantil, tornava “excedente” grande parte da classe trabalhadora, nomeadamente tão logo cessaram a demanda de guerra e o monopólio inglês do mercado mundial. Era, naturalmente, muito mais cômodo e muito mais adequado aos interesses das classes dominantes, que Malthus de modo autenticamente clerical idolatrava, explicar essa “superpopulação” a partir das eternas leis da Natureza do que a partir de leis naturais, apenas históricas, da produção capitalista (MARX, 1996, p. 156).

Enfim, não deixa de ser curioso que, na mesma nota de rodapé utilizada pelo autor para desclassificar a abordagem marxiana das crises, Brenner o inclua no mesmo grupo de um de seus maiores desafetos intelectuais. Essa pequena digressão, contudo, de caráter confessadamente anedótico, não deve nos desviar da discussão propriamente dita sobre os padrões de desenvolvimento identificados por Brenner ao funcionamento de cada tipo de estrutura social.

A questão sobre a tendência à queda da taxa de lucro é extremamente complexa e altamente técnica. Dado nosso foco no problema da unidade de análise, não precisaremos nos dedicar a ela aqui. Para o que nos interessa, o mais importante é atentar para relação entre modos de produção, definidos a partir de relações sociais de propriedade cuja determinação é praticamente confinada à escala nacional, e as trajetórias ou padrões de desenvolvimento econômico deles decorrentes.

A importância da taxa de lucro para o funcionamento da economia capitalista é destacada por Brenner na seguinte passagem

A taxa de lucro realizada serve como critério direto para estimar a capacidade das empresas em obter um excedente de suas instalações, equipamentos e *software*, bem como constitui o melhor instrumento com que contam para prever o retorno que podem esperar de seus novos investimentos. Dessa forma, a taxa de lucro determina em grande medida a velocidade com que as empresas que constituem a economia acumulam capital e ampliam o emprego, e, conseqüentemente, o aumento de sua produção, produtividade e salários, que por sua vez determinam o da demanda agregada, tanto de investimento quanto de consumo (BRENNER, 2009, p. 10).

Brenner identifica o longo período de turbulência econômica global iniciado em meados da década de 1960 com uma crise estrutural do capitalismo global consubstanciada na queda da taxa de lucro da economia global, principalmente das economias avançadas representadas pelos Estados Unidos a Alemanha e Japão, sobretudo no setor industrial.

A queda da taxa média de lucro corresponde a uma situação de sobreacumulação de capital na forma de sobrecapacidade e sobreprodução. O excesso de capital característico das situações de crise refere-se não às necessidades de consumo da sociedade ou a qualquer outro critério de comparação, senão ao excesso em relação às necessidades de valorização do próprio capital.

A apresentação da abordagem de Brenner servirá de base para que possamos investigar os pressupostos sobre os quais se erguem os edifícios teóricos dos dois autores. Particularmente, estamos interessados em compreender as abordagens dos dois autores a partir da questão da unidade de análise.

O argumento de Brenner sobre a crise inicia-se com uma avaliação da importância crescente do capital fixo ao longo da evolução do capitalismo. O capital fixo diz respeito à parcela do capital que realiza-se em várias rodadas de acumulação. Ele é definido em oposição ao capital circulante, que refere-se aos componentes da produção que realizam-se ao longo de um só ciclo de acumulação.

As exigências técnicas de empreendimentos cada vez mais complexos, as economias de escala na produção, a necessidade de investimentos cada vez maiores em pesquisa e desenvolvimento e a própria dinâmica interna dos processos de concentração e centralização de capital, fizeram com que passassem a ser exigidas quantidades cada vez maiores de capital fixo tangível e intangível para que se pudesse realizar investimentos competitivos (BRENNER, 2006, p. 32).

O capital fixo tangível refere-se às máquinas, equipamentos e edifícios que fazem parte da empresa. Já o capital fixo intangível diz respeito a bens como informações exclusivas sobre um mercado específico, relações favoráveis com fornecedores e clientes e *know-how* técnico. Muitas vezes, o capital fixo intangível constitui o principal tipo de ativo de uma empresa.

Ao longo da evolução do capitalismo, dados o imperativo da concorrência e o processo de centralização de capital dele decorrente, o capital fixo apresenta-se crescentemente como condição para a efetivação de processos bem sucedidos de acumulação.

Ao mesmo tempo em que apresenta-se como condição de sobrevivência no mercado, o capital fixo, por outro lado, aumenta a vulnerabilidade do capital à competição.

Isso ocorre em razão da impossibilidade de mobilizar prontamente o capital empatado de acordo com mudanças nas expectativas e condições do mercado, resultando na chamada inércia do capital fixo.

A inércia do capital diz respeito à tendência de perpetuação do nível técnico de produção decorre do caráter interrelacionado da estrutura de produção, seja no âmbito da divisão técnica do trabalho em uma empresa qualquer, seja no que diz respeito à divisão social do trabalho entre diferentes unidades produtivas.

Por um lado, a inércia ligada à divisão técnica do trabalho, ou inércia “intra-empresa”, está ligada ao fato de que muitas vezes as firmas enfrentam dificuldades para introduzir inovações isoladas sem alterar significativamente o restante de seu *layout*. Ela decorre do fato de que a introdução de novas tecnologias frequentemente gera custos que vão muito além daqueles associados estritamente à alteração a ser feita, exigindo também a adaptação outras partes estrutura produtiva da empresa de forma a acomodar a inovação.

Para evitar arcar com os custos totais necessários às alterações intra-empresa, as empresas muitas vezes tendem a substituir os meios de produção depreciados por outros idênticos ou parecidos ao invés de introduzir inovações⁴.

A inércia ligada à divisão social do trabalho resulta do fato de que os investimentos industriais tendem a ser introduzidos em grandes ondas e a formar *blocos tecnicamente inter-relacionados de capital* que entrelaçam os vários ramos da economia. Essa tendência deriva do fato de que os capitalistas procuram garantir a existência tanto de fornecedores de insumos quanto de demanda por seus produtos como forma de minimizar os riscos relacionados ao funcionamento de suas empresas, dada a volatilidade do mercado provocada pela competição. Esse ponto é fundamental, pois está associado ao surgimento dos blocos de capital, que formam a unidade de análise básica utilizada por Brenner em suas elaborações, tanto na que aborda o período de turbulência econômica global contemporâneo, quanto, como veremos adiante, a que trata do debate sobre o surgimento do capitalismo.

Brenner inicia a apresentação de sua teoria com uma discussão sobre a competição entre firmas num mesmo ramo de produção. Ao fazê-lo, refere-se a empresas

⁴ Brenner trata deste ponto na seguinte passagem: “(...) frequentemente não faz sentido aceitar os custos de implementação das alterações ou transformações requeridas, porque o restante da unidade produtiva – excluindo a parte específica a ser aperfeiçoada pela introdução da invenção – é perfeitamente eficiente e seria custoso mudar. Unidades de produção existentes consideram então irracional implementar avanços técnicos que unidades recentemente construídas considerariam racional instalar, com o resultado de que existe uma tendência em tais unidades [antigas] para substituir as partes depreciadas por [partes] novas praticamente idênticas e para conservar o capital fixo em sua velha forma ao invés de transformá-lo de acordo com o avanço tecnológico” (BRENNER, 2006, p. 33).

fabricantes de bens transacionáveis [*tradables*] pertencentes ao setor industrial. Nesse ponto, é preciso mencionar que Brenner praticamente ignora os demais setores da economia em sua teoria, em especial o setor financeiro.

Depois de enfatizar que seu “ponto de partida é a proposição de que o investimento tende a ocorrer em ondas, ou blocos, de alocação inter-relacionadas [*interrelated placements*] de capital fixo” (BRENNER, 2006, p. xxi), o autor trata da competição entre diferentes blocos de capital.

A linha de raciocínio de Brenner, portanto, vai da análise de firmas individuais num mesmo ramo para blocos de firmas pertencentes a linhas diferentes de produção. Brenner não oferece nenhuma justificativa para esse movimento, apenas assume implicitamente uma espécie de analogia entre a competição entre firmas e a competição entre blocos de capital. Tampouco se refere aos problemas de agregação e equalização entre taxas de lucro de ramos diferentes.

Definidos os blocos de capital, Brenner passa a assumir, sem no entanto justificar sua decisão, uma correspondência entre os blocos de capital e Estados nacionais específicos. E é justamente esse amálgama de relações entre blocos de capital e Estados nacionais a unidade de análise fundamental de Brenner em sua análise do capitalismo global contemporâneo. Assim, tanto em *O boom e a bolha* quanto em *A economia da turbulência global*, o autor analisa evolução da interação entre os blocos de capital associados aos Estados americano, alemão e japonês como o elemento chave por trás do desenvolvimento desigual, que por sua vez constitui a chave para compreender o período de turbulência global em curso.

É basicamente a partir da relação entre os blocos de capital e seus respectivos Estados que são definidas as trajetórias ou padrões de desenvolvimento nacionais cuja interação dá origem aos resultados globais ou sistêmicos. Em outras palavras, a evolução do capitalismo global é, conforme a abordagem de Brenner, resultado da agregação dos efeitos gerados pelas trajetórias de desenvolvimento definidas ao nível nacional.

Como veremos ao longo desse trabalho, a análise com base em unidades de análise nacionais resulta, em última instância, da interpretação de Brenner do capitalismo como um modo de produção definido ao nível das relações sociais de propriedade. As relações sociais de propriedade, por sua vez, são resultantes primordialmente da interação entre comunidades políticas formadas pelas classes sociais que compõem cada modo de produção.

Concretamente, Brenner centra sua discussão sobre o capitalismo global contemporâneo na análise do processo de competição entre o bloco de capital pioneiro

localizado nos Estados Unidos – ou, como no original, “*earlier-developing bloc in the United States*” (BRENNER, 2006, p. xxi) – e os blocos tardios [*later-developing blocs*] situados na Europa ocidental e no Japão. No caso da Europa ocidental, contudo, apesar das menções e dos dados esparsamente apresentados sobre a região, a discussão é fortemente centrada em observações sobre a Alemanha.

Dado o caráter inter-relacionado dos blocos de capital e a preponderância do capital fixo, a estratégia de maximização dos lucros por parte dos capitalistas individuais inseridos numa determinada estrutura produtiva pode resultar na perpetuação ou lenta modificação da matriz tecnológica em vigor. A tendência à inércia do capital fixo, entretanto, é constantemente contrarrestada por uma outra característica fundamental do modo de produção capitalista, à tendência ao desenvolvimento das forças produtivas através da inovação.

Brenner associa a tendência à inércia do capital às empresas já consolidadas e aos blocos de capital pioneiros, e a tendência à inovação às empresas entrantes e aos blocos de capital tardios. A combinação entre a tendência à inércia do capital fixo e a tendência à inovação, ao nível das unidades de análise nacionais, tende a produzir disparidades nas trajetórias ou padrões de desenvolvimento dos diversos blocos de capital que compõem o sistema capitalista global.

Como vimos adiante, o capital fixo tende a tornar seus proprietários menos propensos à inovação e mais vulneráveis à competição. A vulnerabilidade proporcionada pelo capital fixo evidencia-se quando um bloco de capital já instalado, ou bloco pioneiro, é defrontado com a introdução de novos blocos de capital mais produtivos e com menores custos, ou blocos tardios. Em outras palavras, a vulnerabilidade do capital fixo concretiza-se por meio da competição.

A competição entre blocos de capital distintos corresponde à dinâmica do *desenvolvimento desigual*. De acordo com Brenner, é a partir da análise do desenvolvimento desigual, isto é, da competição entre blocos de capital nacionais caracterizados por padrões de desenvolvimento distintos, que torna-se possível compreender o período contemporâneo de turbulência global. Concretamente, é sobretudo o processo de intensificação da competição industrial entre os blocos de capital americano, alemão e japonês que dá origem à crise estrutural do capitalismo materializada pela queda da taxa de lucro a nível global.

Segundo Brenner, para além da influência do capital fixo, o processo de desenvolvimento desigual tem origem, por um lado, nas desvantagens relacionadas à liderança tecnológica, ao desenvolvimento sócio-econômico e ao *status* hegemônico

desfrutado pelo Estado que incorpora o bloco pioneiro de capital. Por outro lado, relaciona-se, correspondentemente, às vantagens potencialmente disponíveis aos blocos tardios em razão de sua posição de seguidor tecnológico, de seu desenvolvimento sócio-econômico menos acentuado, e de *status* hegemônico (BRENNER, 2006, p. 37).

Brenner não discute se as vantagens e desvantagens associadas à capacidade de mobilização de capital fixo e ao *status* de seguidor aplicam-se igualmente a todos os blocos de capital que compõem o sistema capitalista global, mas parece defender que apenas as regiões *relativamente* mais desenvolvidas economicamente sejam capazes de participar ativamente da disputa relacionada ao desenvolvimento desigual. Assim, Brenner parece assumir, ainda que não de maneira completamente explícita, que apenas os blocos de capital centrais sejam capazes de influenciar decisivamente os caminhos gerais do sistema capitalista a nível global. Analogamente, o autor parece acolher implicitamente a ideia de que, quanto menor a importância de um determinado bloco de capital nacional em termos de seu nível de desenvolvimento econômico, menor sua influência e importância para a explicação dos resultados sistêmicos. Essas parecem ser, diga-se de passagem, as maiores justificativas por trás da escolha de apenas três blocos de capital nacionais, Estados Unidos, Alemanha e Japão, na análise do período estudado por Brenner.

Por meio do processo de desenvolvimento desigual, territórios relativamente retardatários que incorporam novos blocos de capital realizam um esforço de *catching up* em relação ao bloco de capital mais bem sucedido, representado pelo bloco pioneiro. Nesse contexto, o acirramento da competição entre os blocos de capital com grandes investimentos em capital fixo provoca a redução da taxa de lucro média. A diminuição da lucratividade corresponde a uma situação de excesso de capacidade produtiva e de mercadorias em geral, ou, nos termos de Brenner, à sobre capacidade e sobre produção.

De um ponto de vista estritamente econômico, a solução da crise de lucratividade exige a eliminação das unidades produtivas menos eficientes. Esse processo de queima de capital permitiria o arrefecimento da competição e, conseqüentemente, uma retomada da taxa de lucro. Ocorre que as decisões tomadas pelos capitalistas e governantes que integram os diferentes blocos de capital e seus respectivos Estados não necessariamente levam à queima de capital.

No caso dos capitalistas, a pena para a eliminação no mercado resultante da competição é extremamente severa, podendo levar, no limite, à extinção completa de seu capital. Isso faria com que a garantia de sua própria sobrevivência passasse a depender da venda de sua força de trabalho no mercado. Assim, em razão das grandes quantias de capital

fixo normalmente investidas nas empresas, grande parte de caráter intransferível ou irrecuperável, produz-se uma tendência de que os capitalistas individuais procurem defender suas somas de capital, impedindo a recuperação da taxa de lucro por meio dos mecanismos de entrada e saída de capitais. As formas pelas quais os capitalistas buscam resistir à eliminação são: a aceitação de uma taxa de lucro reduzida, a realização de novos investimentos, a busca por crédito.

Além de se recusarem a promover a realocação de seu capital, frequentemente as empresas já estabelecidas contra-atacam investindo ainda mais em inovação e capital fixo adicional. As empresas entrantes, por sua vez, podem reagir à contraofensiva das empresas do bloco pioneiro introduzindo novas mudanças técnicas e gerando uma espiral de sobreinvestimento que agrava os problemas relacionados da queda da taxa de lucro, sobrecapacidade e sobreprodução.

Outro motivo para que não ocorra a realocação de capital resulta do fato de que, durante a crise, torna-se difícil encontrar novas linhas de produção com lucratividade satisfatória. Assim, enquanto, em períodos de crescimento a realocação de capital em novos ramos dá-se de maneira mais ou menos automática, em fases de baixo dinamismo a renda necessária para possibilitar a demanda por mercadorias diversas se reduz, limitando as oportunidades de investimento (BRENNER, 2006, p. 35-36).

A ampla disponibilidade de crédito também contribui para a perpetuação do problema da lucratividade, porque torna possível que empresas de custo mais elevado prolonguem sua permanência no mercado. O financiamento externo pode ser usado para investir em melhorias de competitividade ou simplesmente para permitir que a empresa atravesse o período de turbulência na expectativa de melhoras nas condições do mercado. Por essa razão, o crédito tende a retardar retomada da lucratividade dos ramos atingidos, além de aumentar a instabilidade econômica em razão do entrelaçamento dos ativos e passivos dos agentes econômicos.

Os agentes governamentais também podem combater a eliminação do capital ligado a seus respectivos Estados, visto que, antes de mais nada, sua própria arrecadação depende do desenvolvimento econômico proporcionado pelos blocos de capital a ele ligados. Nesse sentido, torna-se especialmente importante a orientação das políticas fiscal, monetária e cambial.

Brenner chama atenção para o fato de que as práticas keynesianas, associadas ao aumento do déficit orçamentário do governo, à redução das taxas de juros, e à desvalorização cambial, ao mesmo tempo em que permitem estimular a demanda agregada também tendem a

desacelerar o processo de ajuste ao permitir que possam continuar em funcionamento firmas que em outras condições teriam que se retirar da produção. Já as práticas monetaristas, por sua vez, cujas medidas vão no sentido oposto àquelas de cunho keynesiano, incentivando o equilíbrio orçamentário, a elevação das taxas de juros, a contração monetária e a valorização cambial, tendem a acelerar a queima de capital necessária ao ajuste. Contudo, ao promover quase sempre a formação de um ambiente econômico recessivo, estas medidas acabam por desincentivar no curto prazo os investimentos em outros ramos, bem como a demanda agregada necessária para a retomada das vendas e da taxa de lucro.

A necessidade de lidar com o problema da crise coloca os agentes governamentais e empresariais numa situação complicada, já que, por um lado, a atuação do governo pode evitar, ou melhor, retardar a queima de capital e os problemas econômicos a ela associados, a partir de esforços cada vez maiores. Por outro lado, ao fazê-lo ele contribui para a perpetuação do problema da queda da taxa de lucro, que afeta os capitalistas como um todo e, no limite, pode desacelerar o ímpeto ao desenvolvimento econômico. De fato, de acordo com Brenner, a história do longo declínio está ligada justamente à tentativa de equacionar esse dilema, nunca resolvido de maneira satisfatória, dada a persistência da queda de lucratividade e, conseqüentemente, da sobrecapacidade e da sobreprodução.

A tendência à intensificação da competição característica do desenvolvimento desigual é inicialmente contrabalançada por algumas contratendências. Num primeiro momento, o bloco pioneiro busca bloquear a inserção de potenciais concorrentes em seu mercado utilizando-se do poder conferido pelo seu capital fixo, seja em razão de sua superioridade técnica, seja da capacidade para reduzir o preço de suas mercadorias, bloqueando a entrada de potenciais concorrentes. Os entrantes potenciais, por sua vez, tendem a evitar num primeiro momento o confronto com o bloco pioneiro em seu próprio mercado devido aos grandes riscos envolvidos, preferindo normalmente migrar para regiões geográficas onde as perspectivas de investimento mostrem-se mais favoráveis.

Em contraste com os blocos pioneiros, onde tende a prevalecer um salário real mais elevado, os blocos pioneiros tendem a se formar em regiões onde é possível encontrar mão-de-obra de baixo custo, normalmente proveniente de áreas rurais.. Os novos territórios normalmente também se caracterizam pela existência de mercados inexplorados e relativamente isolados da competição, regulações menos restritivas e um Estado mais disposto a criar um ambiente propício aos negócios para atrair o capital estrangeiro.

A instalação de blocos tardio nesses territórios, compostos por capitais que utilizam novas tecnologias e são capazes de proporcionar maior produtividade e custos mais

baixos relativamente ao bloco pioneiro, confere tempo e espaço para que os entrantes se consolidem, aumentando ainda mais sua produtividade e expandindo sua capacidade produtiva. Quando tornam-se devidamente fortalecidos, a busca por novos mercados leva os membros dos blocos tardios a se engajarem na competição com o bloco pioneiro.

A acentuação da competição geralmente faz com que os membros menos eficientes às margens do bloco pioneiro sejam eliminados do mercado, o que contribui para a queima de capital. Mas a maior parte de seus integrantes, contudo, ao invés de simplesmente migrarem de ramo de produção, procuram, segundo Brenner, proteger as enormes quantidades de capital fixo tangível e intangível já instaladas, e às vezes ainda por pagar.

Nesse contexto, grande parte dos capitalistas menos eficientes pertencentes a diferentes ramos da economia passa a aceitar uma menor taxa de lucro que aquela auferida até então. Essa tendência verifica-se especialmente no setor industrial, mais sujeito às pressões da competição internacional. Assim, enquanto inicialmente os capitalistas pertencentes às empresas de custo relativamente elevado, principalmente do bloco pioneiro, mostravam-se capazes de extrair uma determinada quantidade de lucro sobre seu capital total, passam agora a exigir uma quantidade proporcional apenas a seu capital circulante. A redução da massa de lucro em relação ao capital total investido faz com que a taxa de lucro seja reduzida.

Enquanto a parte mais importante dos componentes do bloco pioneiro se continua presa à produção, os membros do bloco tardio, por sua vez, dotados de tecnologias avançadas, têm capacidade de produzir incorrendo em menores custos. Isto os coloca numa posição vantajosa para manipular os preços e quantidades de suas mercadorias de forma a usufruir da taxa de lucro média antes auferida pelas empresas de custo mais elevado, ou ainda aceitar uma taxa de lucro reduzida em troca da captura de maiores parcelas de mercado. A redução da taxa de lucro das empresas menos eficientes, particularmente do bloco pioneiro, combinada com a manutenção ou leve redução da taxa de lucro das empresas do bloco tardio, resulta na queda da taxa de lucro geral.

Em resumo, para Brenner não existe mecanismo automático de entrada e saída de empresas nos diversos mercados. Por um lado, as empresas do bloco estabelecido procuram continuar aferradas à produção em seus ramos de negócio, isto é, evitam a saída. Já as empresas entrantes, pertencentes ao bloco tardio, apesar de inicialmente evitarem o confronto direto, acabam por fim avançando contra bloco pioneiro, estimulando a entrada e acentuando a competição intercapitalista.

Segundo Brenner, o pós-Segunda Guerra Mundial assistiu a um processo de *desenvolvimento desigual* caracterizado pelo esforço empreendido principalmente pelos

blocos tardios instalados na Alemanha e no Japão para alcançar uma posição de proeminência econômica internacional através da realização de um *catching-up* em relação aos EUA, bloco pioneiro e líder econômico mundial de então. A dinâmica engendrada por este processo exacerbou a competição intercapitalista global, ou, em outras palavras, a competição horizontal, o que acabou por gerar uma crise crônica de sobreacumulação, expressa na forma de uma queda da taxa de lucro a nível global, especialmente no setor industrial, e no excesso de capacidade e de produção a ela associados. A diminuição da lucratividade, por sua vez, provocou uma redução do dinamismo econômico mundial que não foi completamente recuperado até o fim do período analisado. Ainda de acordo com Brenner, a concorrência intercapitalista foi incapaz de promover uma queima de capital suficiente para resolver o problema da sobreacumulação. Do mesmo modo, os mecanismos utilizados pelos governos associado aos blocos de capital em competição não foram capazes de sanar o problema, tendo, ao contrário, na maior parte do tempo contribuído para retardar sua solução. Por fim, o autor conclui que, apesar do longo período de turbulência global, a crise na forma de lucratividade reduzida, supercapacidade e superprodução não teria sido equacionada. Agora, dedicaremos nossa atenção às críticas feitas a Brenner por Arrighi.

1.1.2 AS RELAÇÕES DE CLASSE

Brenner aborda o tema das relações verticais entre capital e trabalho em sua crítica contra as explicações da crise “do lado da oferta”. Segundo ele, a maior parte dos autores que escreveram sobre o longo declínio tende a atribuir o início e a persistência da crise não só às súbitas elevações do preço do petróleo ao longo da década de 1970, mas principalmente a uma queda persistente do crescimento da produtividade não acompanhada por um ajustamento concomitante da elevação dos salários, resultando num achatamento dos lucros [*profit squeeze*]. A chamada “crise de produtividade” é normalmente atribuída “ou à efetividade em declínio do chamado sistema Fordista de organização do processo de trabalho, ou ao aumento da resistência dos trabalhadores e da negligência no chão de fábrica, ou a uma combinação dos dois” (BRENNER, 2006, p. 14). Já a inflexibilidade salarial, por sua vez, seria resultado das pressões exercidas pelas organizações da classe trabalhadora.

Em suas versões mais elaboradas, baseadas nas “contradições do keynesianismo”, as explicações da crise do lado da oferta tendem a atribuir tanto o *boom* do pós-Guerra quanto

o longo declínio que se seguiu aos arranjos institucionais e políticas governamentais colocados em prática após o fim do conflito. Estas medidas foram responsáveis pela “ascensão do trabalho após 1945 a uma posição reconhecida na economia política dos países capitalistas avançados” (BRENNER, 2006, p. 17), a qual, por sua vez, teria sido a principal chave para o crescimento da demanda que deu origem ao *boom*.

Nesse sentido, além do estímulo a um maior crescimento dos salários, foram colocadas em prática medidas de estabilização da demanda como o seguro-desemprego e políticas fiscal e monetária expansionistas com o objetivo de buscar o pleno emprego e suavizar o ciclo de negócios. O pacto entre capital e trabalho mediado pelo Estado, as iniciativas de estímulo à demanda e a implementação do Estado de bem-estar social contribuíram para reduzir os riscos e os custos do desemprego e enrijecer o mercado trabalho, aumentando a confiança e o poder de barganha dos trabalhadores.

Ainda de acordo com as explicações ligadas às “contradições do keynesianismo”, conforme o *boom* atinge seu auge e a demanda por trabalho ultrapassa a oferta, os trabalhadores se aproveitam de sua condição vantajosa para lançar “uma poderosa onda de militância trabalhista através das economias capitalistas avançadas” (BRENNER, 2006, p. 18). Dessa ofensiva teria resultado tanto a chamada “explosão de salários”, corroborada por Arrighi, quanto, segundo alguns autores, uma redução deliberada da produtividade do trabalho. Autores mais ligados à tradição kaleckiana também dão ênfase à influência do aumento do poder do trabalho e da participação governamental na economia sobre a deterioração das expectativas dos empresários, o que teria produzido efeitos negativos sobre os investimentos e, portanto, sobre a produção e a produtividade.

Juntas, a prolongada redução da produtividade e a explosão de salários teriam sido as principais responsáveis pela redução da lucratividade, isto é, pelo *profit squeeze*. Vejamos agora quais as críticas elaboradas por Brenner a respeito da tese que dá ênfase ao poder do trabalho como causa da crise.

Em primeiro lugar, é preciso notar que Brenner não nega a possibilidade teórica de que, *coeteris paribus*, o crescimento da demanda por trabalho no contexto de um prolongado processo de acumulação de capital contribua não só para reduzir o desemprego, como para aumentar a taxa de crescimento dos salários e melhorar o poder de barganha dos trabalhadores. Além disso, o autor reconhece que estes fatores aumentam a capacidade de que os trabalhadores provoquem uma pressão negativa sobre a lucratividade, tanto mais quanto políticas governamentais e arranjos institucionais contribuam para a redução dos riscos e custos associados ao desemprego. O que Brenner critica entretanto, é a ideia de que seja

possível advogar pela persistência e pelo não-ajustamento da economia num contexto como este, isto é, de que seja possível *manter tudo o mais constante* nesta situação (BRENNER, 2006, p. 19). Diante disto, o autor questiona,

mesmo supondo que o pleno emprego leve a um crescimento salarial superior ao crescimento da produtividade, pode-se esperar que a queda de lucratividade resultante persista, e portanto implique num declínio econômico *temporalmente prolongado?*” (BRENNER, 2006, p. 19).

Assim, como já foi colocado na primeira parte do trabalho, percebe-se que para Brenner o mais importante não é o fato de que tenha ou não havido um episódio relativamente breve de “explosão de salários”, mas sim se o chamado poder do trabalho pode ser considerado um fator que explique a longo declínio durante toda sua existência. Brenner apresenta argumentos teóricos e evidências empíricas para corroborar sua tese, as quais apresentaremos brevemente a seguir.

Antes disso, contudo, é preciso fazer uma observação. Pois, ao tratar da relação capital-trabalho, e apesar de não deixar isso explícito, Brenner aponta evidências que se relacionam à análise de blocos de capital específicos, os quais, por sua vez, são identificados aos três Estados analisados pelo autor em *O boom e a bolha* e *A economia da turbulência global*. Assim, os argumentos de Brenner devem ser entendidos a partir do recorte das unidades de análise nacionais adotado pelo autor. A partir daí, será possível avaliar melhor tanto as afirmações de Brenner quanto as críticas feitas contra ele por Arrighi.

A primeira crítica feita por Brenner às explicações do lado da oferta, que tendem a atribuir a queda da taxa de lucro à influência do poder do trabalho, se refere ao fato de que estas versões da crise tendem a ignorar ou a subestimar os efeitos positivos do crescimento dos salários sobre a lucratividade. Nesse sentido, o autor considera ser preciso levar em conta os impactos dos aumentos salariais não só sobre a elevação custos das empresas, mas também sobre a expansão da demanda agregada. Apesar de aventar a possibilidade de que os efeitos positivos dos aumentos salariais ultrapassem seus efeitos negativos sobre a taxa de lucro, Brenner, contudo, não esclarece as condições necessárias para que tal situação ocorra em suas observações teóricas.

Além de produzir efeitos diretos ambíguos sobre a lucratividade, o aumento do poder do trabalho e a pressão para o crescimento dos salários estimula a substituição de trabalho por capital, o que tende a acelerar o processo de inovação tecnológica. As inovações, por sua vez, tendem não só a reduzir a demanda por trabalho através da introdução de técnicas mais capital-intensivas, quanto promover o aumento da produtividade geral, reduzindo a

quantidade de trabalho demandada para qualquer nível de produto e diminuindo a pressão para a queda da lucratividade. Diante disto, Brenner se pergunta,

Por que não deveria o crescimento da produtividade, resultante tanto da elevação salarial, que leva à substituição de trabalho por capital, quanto das pressões da competição inter-empresas, ser rápido o suficiente para evitar a queda da taxa de lucro?" (BRENNER, 2006, p. 20)

Na mesma linha de argumentação, Brenner pontua que a queda da taxa de desemprego e o crescimento dos salários tendem a estimular a migração tanto de capital quanto de trabalho. No primeiro caso, o capital migra em direção às regiões geográficas onde prevalece uma taxa de salários menor e um mercado de trabalho mais flexível. Já o trabalho tende a fluir para as regiões com maiores oportunidades e melhores salários. Assim, ainda que haja barreiras à movimentação de capital e trabalho entre as fronteiras dos diversos países, a tendência ao ajustamento contribui para contrabalançar as eventuais pressões dos trabalhadores sobre a lucratividade ao longo do tempo. A ênfase no papel da migração de capital e trabalho no âmbito contrasta com a prioridade conferida por Brenner aos blocos de capital. Obviamente, Brenner não ignora o papel do entrelaçamento entre as diversas atividades e escalas de produção, ligadas à divisão do trabalho que, como veremos, caracterizam o padrão de desenvolvimento smithiano. Não obstante, a depender do status conferido a esses fatores internacionais, seria preciso que Brenner explicitasse qual sua relação com a própria formação e a evolução de cada um dos blocos de capital, caso contrário o argumento pode assumir um caráter compartimentalizado em relação a seu arcabouço teórico geral.

Outra maneira pela qual as relações verticais são importantes para explicar o início e o desenrolar do longo declínio refere-se ao caráter inflacionário da longo declínio do século XX, em comparação ao caráter deflacionário da longo declínio de fins do século XIX. Como vimos, segundo Arrighi o gerenciamento inflacionário da crise durante os anos 1970 foi em grande parte resultado da impossibilidade de contornar as pressões dos movimentos trabalhistas por aumentos de salários por meio de outras vias, como as demissões em massa e mesmo a repressão generalizada. Brenner, conforme reconhece o próprio Arrighi, admite que a instauração de uma política antiinflacionária nesse momento acarretaria um alto custo político, mas não associa este custo político à existência do poder do trabalho.

Ainda como parte de suas desavenças teóricas contra os autores da economia da oferta, Brenner se questiona se pode o poder do trabalho tem condições de prevenir, a médio e longo prazos, os ajustes que provocariam seu enfraquecimento. O autor nota que, antes

mesmo que se estabeleçam as relações verticais trazem à tona disputas distributivas capazes de afetar a lucratividade, é preciso que sejam tomadas decisões autônomas de investimento que se encontram inteiramente sob controle do capital. A este respeito, Brenner afirma

Os empregadores não encontrarão motivo para investir em qualquer tempo e espaço dados a não ser que possam assegurar uma taxa de retorno satisfatória. Os empregadores precisam, em outras palavras, exigir uma taxa de lucro satisfatória *como uma condição para investir*, porque uma taxa de retorno satisfatória é a condição fundamental para a competitividade e por isso para a viabilidade da firma” (BRENNER, 2006, p. 21).

Portanto, à medida que o chamado poder do trabalho passa a ameaçar sustentadamente a lucratividade, os empregadores ou capitalistas passam a responder via redução da taxa de investimento ou acumulação, o que provoca uma queda da demanda por trabalho em relação à oferta manifesta na forma de um aumento da taxa de desemprego. Com o tempo, o aumento do desemprego abala o poder do trabalho e com isso tende a moderar as demandas dos trabalhadores, reduzindo a pressão sobre a lucratividade e restaurando parte das condições para uma nova rodada de acumulação. Brenner, então, conclui

O resultado é que uma acumulação de capital que produza uma ultrapassagem da oferta de trabalho pela demanda por trabalho pode acarretar um achatamento dos lucros apenas *no curto prazo* e, portanto, parece incapaz de precipitar um longo declínio secular e sistêmico. A teoria de pleno emprego do achatamento dos lucros [que é uma das explicações do lado da oferta] só pode dar conta de algumas instâncias da redução da lucratividade, mas ela não pode explicar um longo declínio” (BRENNER, 2006, p. 21-22).

Nesta passagem, Brenner reforça mais uma vez seu interesse em analisar as causas que expliquem o longo declínio em toda a sua duração. Além disso, o autor enfatiza a capacidade de influência do “poder do capital”, derivada de sua prerrogativa de decisão sobre os investimentos, de contrabalançar e, na maior parte dos casos, de superar o poder do trabalho. Brenner Conclui suas observações teóricas contra as explicações do lado da oferta com a seguinte passagem,

O princípio geral pode ser colocado da seguinte forma: vitórias do trabalho em conflitos econômicos tendem a ser relativamente localizadas; diminuições da lucratividade resultantes da utilização bem-sucedida do poder do trabalho tendem, portanto, a ser correspondentemente localizadas; não obstante, existe uma pressão generalizada sobre os empregadores para auferir a taxa média de lucro sob pena de extinção. Logo, na medida em que os ganhos dos trabalhadores reduzam a taxa de lucro de seus empregadores abaixo da média, eles minam a acumulação de capital, criando as condições, no médio prazo, para sua própria erradicação. A ação dos trabalhadores pode certamente reduzir a lucratividade em certos locais no curto prazo, mas não pode, geralmente falando, produzir um declínio prolongado porque não pode, como regra, trazer à tona um declínio espacialmente generalizado (de abrangência sistêmica) e temporalmente estendido na lucratividade” (BRENNER, 2006, p. 23-24).

Depois de feitas suas observações teóricas, Brenner volta suas atenções para as evidências básicas contra os argumentos do lado da oferta. Logo de início, o autor afirma que

Uma vez que os teóricos da oferta explicam o longo declínio em termos da operação de instituições e do impacto de políticas, eles são obrigados a explicá-lo em termos histórica e nacionalmente específicos (BRENNER, 2006, p. 24).

Segundo Brenner, isso faz com que suas explicações do *profit-squeeze* precisem ser constituídas de interpretações caso a caso. Por esta razão, tais versões da crise não seriam capazes de dar conta do caráter universal, simultâneo e temporalmente estendido do declínio, ou, em outras palavras, de seu caráter verdadeiramente sistêmico.

Em relação à universalidade, o autor afirma que tanto países com economias relativamente enfraquecidas e movimentos trabalhistas fortes, como a Grã-Bretanha, quanto economias fortes com movimentos trabalhistas relativamente debilitados, como o Japão, sofreram de maneira semelhante com a queda da lucratividade. Isso mostra que o poder do trabalho não é capaz de explicar o longo declínio por toda a parte.

No que diz respeito à simultaneidade, Brenner aponta o início concomitante do longo declínio através das economias capitalistas avançadas entre 1965 e 1973, e sugere a implausibilidade do corolário resultante das explicações da oferta, de que as trajetórias econômica, política e tecnológica distintas de cada uma destas economias poderia resultar em “mudanças virtualmente idênticas na situação do mercado de trabalho e no balanço das forças de classe de forma a determinar essencialmente a mesma *evolução da lucratividade* nestas economias” (BRENNER, 2006, p. 24). Aqui, Brenner chama atenção para o que no debate da transição ele chama de relações sociais de propriedade, as quais estão por trás das características específicas dos diferentes blocos de capital analisados por ele.

Por fim, Brenner acredita que a própria extensão temporal do declínio desqualifica a tese das explicações da oferta. De acordo com ele, se forem levados em conta tanto as alternativas disponíveis aos capitalistas resultante de sua capacidade de decisão sobre os investimentos, quanto os interesses de longo prazo dos trabalhadores, especificamente no que se refere à dependência da acumulação de capital para sua própria sobrevivência dentro do modo de produção capitalista, então torna-se

“quase impossível acreditar na afirmação de que o poder dos trabalhadores tenha sido tão efetivo e tão obstinado a ponto de ter feito com que o declínio persistisse através do mundo capitalista avançado por quase um quarto de século” (BRENNER, 2006, p. 25).

Essa passagem é de suma importância. Aqui percebe-se como Brenner critica os autores da economia da oferta em razão de seu caráter histórica e nacionalmente limitado. Ele próprio, contudo, acaba por adotar essa posição ao priorizar os blocos de capital nacionais as unidades de análise básicas cuja interação é responsável pelo responsável pelo desenvolvimento desigual que caracteriza o período de turbulência global analisado por ele.

Em outras palavras, a evolução do capitalismo global é encarada como resultado da interação entre blocos de capital nacionais, formados principalmente a partir das relações sociais de propriedade internas, as quais definem em linhas gerais as trajetórias de desenvolvimento seguidas por cada um deles, resultando no desenvolvimento desigual. Arrighi, por sua vez, tem como ponto de partida a unidade de análise representada pelos sistemas-mundo. Por esta razão, a crítica feita por Brenner contra os autores da economia da oferta poderia, com bastante propriedade, ter sido escrita por Arrighi contra Brenner.

Depois de entender as críticas gerais de Brenner aos autores da economia da oferta, é possível relacioná-las com a teoria do autor sobre o desenvolvimento desigual. No que diz respeito às relações de classe em geral, isto é, considerando tanto as relações horizontais quanto verticais, Brenner atribui uma importância decisiva às relações intercapitalistas na instauração da crise, e, ao mesmo tempo, um papel na melhor das hipóteses secundário à influência do “poder do trabalho”. Essa posição é coerente com a importância atribuída por Brenner ao padrão de desenvolvimento capitalista como baseado na constante introdução de inovações, na tendência ao aumento da acumulação de capital na forma de capital fixo, e na conformação de blocos de capital nacionais onde prevalecem uma dessas duas tendências.

O foco de Brenner nos padrões de desenvolvimento econômicos fazem com que as relações entre capital e trabalho no modo de produção capitalista sejam analisadas quase exclusivamente do ponto de vista da luta por melhores rendimentos líquidos. Esse tipo de visão, que, por ignorar em grande medida as formas de exploração e de dominação do capital que se abatem principalmente sobre a classe trabalhadora em outras esferas da vida, como as que envolvem as questões urbanas e ambientais, apresenta um caráter fortemente economicista.

Em razão de seu foco quase exclusivo no desenvolvimento ou evolução de cada um dos integrantes do capitalismo global do ponto de vista econômico, a abordagem de Brenner acaba por tornar difícil a antecipação de qualquer espécie de saída para o problema da divisão de classes e da *transição* a partir do capitalismo para outros tipos de estrutura social. Assim, ao mesmo tempo em que deixa clara a “futilidade” das tentativas do poder do

trabalho de tentar contornar ou conter as iniciativas do poder do capital no longo prazo, Brenner, que defende a existência de uma crise crônica e estrutural do capitalismo a nível global, não aponta para o surgimento de estratégias de reprodução da classe trabalhadora que possam colocar em marcha qualquer espécie de transformação das relações sociais de propriedade baseadas na separação entre capital e trabalho.

Em seus trabalhos, Brenner se resume a apontar que a alternativa para a saída da crise de lucratividade a partir da queima de capital apresenta sérios problemas que podem gerar ainda mais volatilidade e incertezas no curto prazo, antes de permitirem a recuperação da taxa de lucro num prazo mais estendido. No entanto, o autor praticamente não aborda a possibilidade contemporânea de *transição*, um dos principais temas aos quais ele dedicou-se ao longo de sua obra. De maneira intimamente relacionada, o autor não se dedica à análise da questão sobre se tal reestruturação poderia ser alcançada isoladamente a partir da reestruturação das relações sociais de propriedade nacionais, ou se, dado o caráter necessariamente interrelacionado do capitalismo a nível global, só poderia ter lugar a partir de transformações em diversas regiões-chave do sistema.

1.2 HISTÓRIA

1.2.1 O LONGO DECLÍNIO DO SÉCULO XX

A seguir, apresentaremos em linhas gerais a evolução do período do longo declínio com base nos principais elementos apontados pelo autor tomando por base principalmente *O boom e a bolha*, mas levando em conta também *A economia da turbulência global*. O livro trata do problema da turbulência global a partir do ponto de vista do bloco de capital associado aos Estados Unidos, mas leva em conta também os principais acontecimentos ocorridos na Alemanha e no Japão, e, de maneira marginal, nos demais blocos de capital que compõem o núcleo do leste asiático.

Os problemas do excesso de capacidade e de produção e da crise de lucratividade iniciam-se no período 1965-1973. Desde meados dos anos 1960, de acordo com a dinâmica do desenvolvimento desigual, os blocos de capital representados Alemanha e Japão, utilizando-se de técnicas produtivas avançadas e trabalho de baixo custo, passaram a competir

mais ferozmente com os Estados Unidos, que dispunham de uma tecnologia menos eficiente e de um custo do trabalho mais elevado.

O aumento da competição internacional provoca uma pressão para a queda relativa dos preços dos produtos manufaturados ao redor dos diversos blocos de capital, acarretando num excesso de capacidade e de produção e reduzindo a taxa de lucro do setor, principalmente nos Estados Unidos. Com o tempo, a pressão competitiva leva à deterioração da balança comercial americana, que passa a apresentar déficits crescentes, acompanhada de uma piora dos resultados das transações correntes do país.

Os blocos representados por Alemanha e Japão, por sua vez, experimentam uma realidade oposta àquela vivenciada pelo bloco americano, com superávits comerciais e de transações correntes crescentes. Nos Estados Unidos, a deterioração do balanço de pagamentos é acompanhada do aumento dos déficits governamentais, em particular devido aos gastos com a Guerra do Vietnã, aumentando acentuadamente a disponibilidade de dólares no exterior. Estes fatores levaram a uma enorme pressão para a desvalorização da moeda americana, e simultaneamente, para a valorização do marco e do iene.

As pressões resultantes dos desequilíbrios econômicos internacionais levam ao abandono sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas no início da década de 1970, resultando numa enorme desvalorização do dólar e numa acentuada valorização das moedas alemã e japonesa. As alterações cambiais provocam uma mudança dos custos relativos de produção, beneficiando os fabricantes americanos em detrimento dos alemães e japoneses. Mas a desvalorização do dólar não resolve o problema da queda de lucratividade, contribuindo apenas para alastrá-lo de seu ponto de concentração inicial, o bloco pioneiro representado pelos Estados Unidos, para as diversas economias avançadas, principalmente para os blocos tardios centrados na Alemanha e no Japão. De acordo com Brenner, a queda da lucratividade manufatureira nas economias avançadas resultante da intensificação da competição mundial foi o principal fator responsável pela passagem do longo *boom* ao longo declínio (BRENNER, 2003, p. 58).

Para demonstrar sua tese de que a intensificação da competição foi a principal responsável pela instauração do longo declínio, Brenner aponta para o fato de que a lucratividade no setor de bens não-manufaturados, composto majoritariamente de bens não-transacionáveis, isto é, não sujeitos à competição internacional, reduziu-se bem menos do que no setor de manufaturados.

A discrepância discrepância entre o setor manufaturados e os demais deve-se principalmente ao fato de que, como resultado da intensificação competitiva, os preços dos

bens manufaturados cresceram bem mais lentamente do que o dos não-manufaturados nas principais economias avançadas. Além disso, de acordo com Brenner, os custos do trabalho cresceram muito mais lentamente e a produtividade do trabalho muito mais rapidamente no setor de manufaturados do que no de não-manufaturados, novamente corroborando a ideia de que a intensificação competitiva, e não uma crise de produtividade ou o poder do trabalho, tenha sido a principal responsável pela instauração do longo declínio.

Na verdade, segundo o autor, o crescimento da produtividade do trabalho no setor manufatureiro chega mesmo a aumentar entre 1965-1973 em comparação com o início da década de 1960. A partir de 1973, o crescimento da produtividade sofre uma forte redução. Esta queda, contudo, não teria sido o resultado de um esgotamento tecnológico, visto que, segundo Brenner, este fator tende a gerar reduções graduais do crescimento da produtividade, e não quedas abruptas e descontínuas, como ocorreu nos anos 1970. Não teria sido também, no caso do “poder do trabalho”, fruto da pressão por aumentos de salários, visto que, já no período entre 1965-1973 o crescimento dos salários reais começa a se desacelerar, chegando praticamente ao ponto da estagnação ao longo da década e meia seguinte, sem que o longo declínio tenha sido resolvido. De fato, já na década de 1970 é lançada uma ofensiva contra os trabalhadores que resulta na contínua redução do crescimento dos custos diretos e indiretos do trabalho.

A queda da lucratividade coloca os representantes do setor manufatureiro internacional diante de um impasse, ao qual a parte mais importante deles responde não por meio da realocação de capital entre ramos de produção, mas sim através do enfrentamento da concorrência.

A atitude dos membros dos blocos já instalados de capital resulta principalmente da grande quantidade de capital fixo empatada de caráter irrecuperável e muitas vezes ainda por pagar. A permanência de grande parte dos fabricantes na produção, no entanto, não é capaz de deter a entrada de novos blocos de capital no setor, os quais produzem com técnicas mais avançadas e com menores custos.

Em seguida aos blocos alemão e japonês, segundo Brenner, diversos países do leste asiático emergem como blocos de capital importantes. Apesar de mencionar de passagem sua importância, contudo, Brenner não analisa esses blocos em profundidade. Em suma, o excesso de entrada e a ausência de saída resultantes das estratégias seguidas pelos membros dos diversos blocos de capital acarretam a permanência e o agravamento do problema da lucratividade. Aqui, percebe-se como o problema da crise é abordado basicamente em termos das relações intercapitalistas entre diversos blocos de nacionais.

Mas as decisões dos empresários do setor manufatureiro explicam apenas a fase inicial do longo declínio. Deixado por si só, o processo de intensificação da concorrência deveria, segundo Brenner, levar à eliminação dos produtores menos eficientes e de mais alto custo, restaurando a lucratividade. Ao longo dos anos 1970, contudo, também os governos das principais economias avançadas tomaram diversas medidas com o objetivo de beneficiar seus fabricantes domésticos.

Nos Estados Unidos, o fim da conversibilidade instituído em 1971 e a virada em direção ao câmbio flutuante em 1973 permitiram ao país implementar uma política monetária extremamente frouxa e uma política fiscal fortemente expansionista. Os americanos também lideraram um movimento pela liberação dos fluxos de capitais de forma a estimular os produtores domésticos. O mecanismo deveria funcionar da seguinte maneira,

Os fluxos especulativos de capitais para longe do dólar forçariam uma continuada revalorização das moedas daqueles de seus concorrentes e parceiros que insistissem em manter superávits de conta corrente (...). A revalorização das moedas, reduzindo a capacidade competitiva desses mesmos concorrentes e parceiros e tornando as suas exportações mais difíceis, criaria por sua vez pressões poderosas para que adotassem políticas macroeconômicas expansionistas, facilitando as exportações americanas (BRENNER, 2003, p. 69-70).

A liberalização dos fluxos de capitais, contudo, não tinha como objetivo exclusivo o estímulo da indústria doméstica, mas também o setor financeiro doméstico, que, no primeiro quarto de século do pós-guerra, se internacionalizou seguindo os passos das empresas multinacionais americanas. Nesse sentido, as pressões originadas dos mercados de eurodólares, consolidado a partir de meados dos anos 1960, constituíram um fator importante para minar o controle de capitais.

Na esteira da crise do petróleo iniciada em 1973, Nixon elimina o controle temporário de capitais e os Estados Unidos impedem que o FMI realize a reciclagem dos petrodólares, deixando ao cargo dos bancos privados o controle do processo. O capital proveniente dos países exportadores de petróleo permite que os agentes financeiros se engajem, entre outras atividades, no financiamento dos países do Terceiro Mundo em processo de industrialização.

Aqui é preciso fazer uma observação. Em sua teoria, Brenner enfatiza as razões e os efeitos da adoção das diversas medidas econômicas sempre primordialmente a partir do prisma da indústria, em consonância com sua abordagem ancorada nos blocos de capital, no capital fixo e no setor industrial ou manufatureiro. Já em seu relato histórico, Brenner acaba por suavizar sua própria posição, destacando vez por outra a importância relativa do setor financeiro, por exemplo, na tomada de decisões específicas. Isso faz com que sua narrativa

histórica adquira um caráter mais equilibrado do que suas observações teóricas pareceriam permitir. O mesmo ocorre, como veremos, quando o autor trata da relação entre Estado e capital financeiro nas iniciativas dos países avançados de distribuir o fardo da crise para seus concorrentes menos desenvolvidos. Essa tensão entre teoria e história verifica-se ao longo de todo o trabalho de Brenner.

A liberalização dos fluxos de capitais é acompanhada de medidas ativas do Estado voltadas para o aumento da proteção comercial dos Estados Unidos, permitindo bloco de capital americano retaliar práticas comerciais de outros blocos de capital consideradas “injustas”. Estas providências são complementadas por uma política econômica de caráter keynesiano, marcadas pelo expansionismo fiscal e monetário.

Os diversos incentivos de estímulo do governo ao setor manufatureiro doméstico que integram o bloco de capital americano fizeram com que as empresas continuassem buscando uma saída para a queda da lucratividade através de aumentos de investimento em capital fixo, e não por meio da realocação de capital. Os blocos da Alemanha e do Japão, por sua vez, também realizaram diversas ações no sentido do enfrentamento da concorrência internacional e da implementação de estímulos governamentais à produção, assim como o fizeram diversos países do leste asiático e alguns da América Latina. Em suma as atitudes tomadas por empresários e governantes dos diversos blocos de capital contribuíram, juntas, para o agravamento do excesso de capacidade e de produção e a crise de lucratividade que caracterizaram o longo declínio. Percebe-se, ao longo de praticamente toda a narrativa de Brenner, uma sonora ausência das discussões sobre o papel da classe trabalhadora na dinâmica de funcionamento ligada ao desenvolvimento desigual.

Ao longo dos anos 1970, a permanência do problema da lucratividade provoca paulatinamente uma redução no crescimento dos investimentos nas economias avançadas, o que acarreta uma diminuição substantiva do crescimento da produtividade. A queda da produtividade gera novas pressões para a redução dos custos diretos e indiretos do trabalho.

Juntos, a queda do nível dos investimentos e do consumo reduziram significativamente a demanda agregada privada aumentando o potencial dos efeitos de problemas como os choques do petróleo. Nesse contexto, apenas a manutenção do expansionismo fiscal e da política de crédito fácil foram capazes de permitir que as economias capitalistas avançadas superassem a recessão causada pela crise do petróleo de meados da década e continuassem a se expandir ao longo dos anos 1970. De acordo com Brenner,

Como o faria pelas próximas duas décadas, o imenso crescimento da dívida – em especial da dívida pública, que permitiu aumentos paralelos nas tomadas de

empréstimos privados – constituiu a chave indispensável para a estabilidade e a expansão econômica internacionais. Já que apenas o governo dos Estados Unidos foi capaz e esteve disposto a sustentar os cada vez maiores déficits de orçamento que acabaram se revelando necessários – e os crescentes déficits de conta corrente que os acompanharam –, unicamente as tomadas de empréstimo do governo americano mantiveram à tona a economia mundial durante o seguinte longo período de reduzida lucratividade e acumulação de capital privado” (BRENNER, 2003, p. 76-77).

Aqui, Brenner roça num ponto bastante destacado pela abordagem de Arrighi, a relação entre Estado e capital, expressa por meio da subordinação do Estado aos interesses do capital financeiro forjada a partir da dinâmica da dívida pública. Mais uma vez, partindo simplesmente da teoria de Brenner, seria difícil que o autor tivesse condições de dar atenção a esses argumentos, o que novamente demonstra a capacidade do autor de se afastar dos limites estreitos impostos por seu modelo através de sua narrativa histórica.

O keynesianismo que caracterizou o bloco de capital associado ao Estado americano produziu resultados ambíguos e crescentemente contraditórios. Por um lado, ele possibilitou que se evitasse uma recessão prolongada a nível internacional. Por outro, permitiu a permanência em atividade de produtores ineficientes, contribuindo para a permanência da queda da taxa de lucro. Além disso, progressivamente os estímulos à demanda agregada deixaram de produzir expansões da *quantidade* ofertada, dada a deterioração das perspectivas econômicas, acarretando sobretudo em aumentos de *preços*. Por fim, os déficits fiscais crescentes e a política monetária expansionista que visava estimular as exportações americanas e restaurar a lucratividade do setor manufatureiro, contribuiriam não só para o aumento da inflação, mas também para a formação de enormes déficits de conta corrente.

Os fatores acima mencionados geraram um aumento da desconfiança em relação à moeda americana que resultou numa corrida contra o dólar já no fim da década de 1970, ameaçando sua posição enquanto reserva monetária internacional. Estes acontecimentos expuseram os limites do keynesianismo e forçaram uma reviravolta econômica não só no bloco ligado aos Estados Unidos, mas também naqueles associados às economias capitalistas avançadas. As mudanças implementadas a partir deste período ficaram conhecidas como a revolução monetarista, ou “contrarrevolução”, nos termos de Arrighi, levadas a cabo de maneira mais radical sob os governos de Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, na Inglaterra.

Brenner lista o que considera serem os vários objetivos das políticas monetaristas. Elas visavam a redução dos gastos diretos e indiretos com o trabalho e o aumento do desemprego, bem como a redução de impostos sobre as empresas de forma a reduzir os custos da produção. Pretendiam também provocar expurgo em massa de capital para acabar com

excesso de capacidade e recuperar a lucratividade do setor manufatureiro, que o autor considera o eixo dinâmico da acumulação dos blocos de capital. Novamente, nota-se que, mesmo no caso da revolução monetarista, que representa o marco inequívoco da consolidação dos processos de financeirização, Brenner sempre enquadra essas diversas medidas assumindo uma prioridade do setor industrial, o que demonstra que, apesar da riqueza inegável de sua narrativa histórica, as limitações de sua teoria, baseada nos blocos de capital nacionais, no papel do capital fixo e na importância do setor industrial, volta e meia se fazem presentes em sua análise.

Nos Estados Unidos, a virada monetarista se inicia com o aumento explosivo dos juros americanos implementado pelo Fed sob a liderança de Volcker. O aperto monetário teve sucesso em promover o início do enxugamento do excesso de capacidade do setor manufatureiro, mas, em compensação, acabou resultando na pior recessão desde a década de 1930. Além disso, já em 1982 a política de aumento dos juros americanos e a valorização do dólar acabam por precipitar a Crise da Dívida latino-americana, colocando em risco a solvência de alguns dos principais bancos mundiais e ameaçando provocar um colapso econômico mundial. Aqui, percebe-se como, apesar da ênfase nos blocos de capital nacional, particularmente das economias mais avançadas, Brenner aborda de passagem temas ligados às relações entre os blocos de capital centrais e os blocos periféricos.

Em face dos problemas durante a primeira metade da década de 1980, os representantes do governo relacionado ao bloco americano, apesar de manter o aperto monetário, resolveram mais uma vez incorrer em uma política fiscal fortemente expansionista, desta vez por meio do aumento explosivo dos gastos militares e da redução dos impostos para os mais abastados. Estas medidas contrastaram com a da maioria dos outros blocos, em especial Alemanha e Japão, que, além do aperto monetário, também se afastavam progressivamente das políticas fiscais keynesianas. Aqui Brenner toca de passagem no ponto da relação entre Estado e capital, particularmente no que diz respeito ao que Arrighi chama de militarismo, e também na concessão de novos privilégios principalmente à parte mais bem posicionada da classe capitalista. Essa observação é feita, novamente, num momento em que Brenner se afasta dos limites de suas concepções teóricas.

A volta ao keynesianismo americano evitou o aprofundamento da recessão provocada pelas medidas monetaristas, mas não impediu que a economia mundial continuasse funcionando lentamente, além de ter contribuído para diminuir o ritmo dos expurgos necessários à retomada da lucratividade.

A permanência, ainda que reduzida, do enxugamento do setor manufatureiro a nível internacional, contudo, foi compensada pela continuidade da entrada de novos blocos de capital provenientes do leste asiático, de forma que os problemas interligados do excesso de capacidade e de produção e da queda da taxa de lucro persistiram. Além disso, num contexto de manutenção de taxas de juros elevadas nas economias capitalistas avançadas, a expansão da economia mundial passou a depender não só dos déficits fiscais do governo americano, mas também crescentemente da formação de bolhas financeiras e do efeito riqueza a elas associado.

A partir do início dos anos 1980, de acordo com Brenner, o prolongamento do problema da lucratividade no setor manufatureiro estimulou uma guinada da economia para o setor de serviços, especialmente nos Estados Unidos, que experimentavam uma situação de forte contenção salarial e de déficits fiscais crescentes. Esta expansão, contudo, foi severamente limitada pelo lento crescimento da demanda agregada mundial, com a diminuição do consumo devido à contenção salarial, a diminuição dos investimentos, e mesmo a diminuição dos gastos governamentais fora dos Estados Unidos.

O crescimento do setor de serviços nos anos 1980, além disso, não teria sido embasado na expansão das novas tecnologias de informação e comunicação que se tornariam tão importantes na década seguinte (BRENNER, 2003, p. 84-86). De forma geral, o crescimento puxado pelo setor de serviços não conseguiu impedir que o desempenho econômico das economias capitalistas avançadas durante os anos 1980 fosse ainda menor que o dos anos 1970, quando, como fator agravante, ocorreram as duas crises do petróleo.

Além de estimular a expansão do setor de serviços em geral, os problemas vividos pelo setor manufatureiro também impulsionam o desenvolvimento do setor financeiro em particular. Nas palavras de Brenner,

Em resposta ao impasse do setor manufatureiro internacional no final dos anos 1970, resultante do aprofundamento da crise de lucratividade durante a década anterior, os governos de todas as economias capitalistas avançadas buscaram facilitar o ingresso em atividades financeiras e pavimentar o caminho para retornos mais altos. Para fazê-lo, não só iniciaram uma guerra permanente contra a inflação como também encetaram um processo abrangente de desregulamentação financeira.” (BRENNER, 2003, p. 86-87).

Mais uma vez, contudo, a obtenção de retornos satisfatórios no setor financeiro, seja por meio de empréstimos, seja pela via da especulação, foi severamente limitada pelo desempenho econômico geral, e pela crise do setor manufatureiro em particular. Nesse contexto, a obtenção de retornos elevados pressupunha, em primeiro lugar, um apoio decidido dos governos por trás do processo de financeirização. No caso dos Estados Unidos, este apoio

assumiu justamente a forma de uma manutenção de taxas elevadas de juros acompanhadas de déficits fiscais crescentes, resultantes do aumento dos gastos acompanhados de cortes de impostos para os mais ricos. Nesse sentido, Brenner aponta que

(...) com a brecha entre impostos federais recordes que tinham de ser financiados, com as taxas de juros reais em altas históricas e com o valor do dólar subindo inexoravelmente, os financistas americanos e do estrangeiro podiam (ao menos por um tempo) obter enormes lucros com a compra dos bônus do Tesouro americano, e choveu dinheiro para os mercados financeiros dos Estados Unidos” (BRENNER, 2003, p. 132).

Além do mecanismo da dívida pública, o apoio estatal assumiu a forma de uma maior convivência, ou mesmo da garantia de apoio frente à implementação de atividades fraudulentas por parte das empresas financeiras e não-financeiras envolvidas no processo de financeirização. Por fim, houve ainda a intensificação da ofensiva contra o trabalho a nível das empresas fortemente amparada e estimulada pelo Estado. Em suma, os agentes ligados ao setor financeiro “[f]oram obrigados a confiar, para melhores oportunidades de obtenção de lucro, na mais ou menos enérgica redistribuição da renda e da riqueza por meios políticos” (BRENNER, 2003, p.132).

Essa parte da narrativa de Brenner, que não encontra ressonância em sua teoria, guarda uma semelhança bastante pronunciada com a ênfase de Arrighi sobre a importância da associação entre Estado e capital financeiro no capitalismo. Apesar de não ser reforçada ao longo do livro, ela é fundamental. Representa mais um exemplo da tensão entre a priorização dos blocos de capital, o capital fixo e o setor industrial, enfim, os mecanismos econômicos por trás do longo declínio, e seu relato histórico, que vez por outra enfatiza a importância própria do setor financeiro e de mecanismos políticos associados à tentativa de superação da crise de lucratividade.

Mesmo quando se afasta de seu modelo econômico, contudo, Brenner continua em grande medida restrito às unidades de análise nacionais. Caso houvesse estendido sua discussão para abranger as unidades de análise sistêmicas, talvez sua abordagem se aproximasse bastante daquela feita por Arrighi e outros autores que privilegiam as unidades de análise sistêmicas, particularmente no que diz respeito à acumulação primitiva ou acumulação por espoliação, por meio das quais os blocos de capital dos países avançados buscam amenizar e transferir os fardos da crise para seus concorrentes.

Mesmo com todo o apoio estatal durante a década de 1980, o setor financeiro teve dificuldades para encontrar oportunidades lucrativas de negócios sistemáticas devido à gravidade do contexto de estagnação da economia não-financeira, e em especial do setor de

manufaturados. Por isso, a lucratividade do setor financeiro passou a depender também da assunção de riscos cada vez mais elevados, tanto por parte das empresas financeiras quanto das não-financeiras, com constante formação de bolhas, que, ao estourarem, provocavam quebras avassaladoras. Assim, ao longo do fim da década de 1970 e do decorrer da década de 1980, a financeirização estimulada pelas políticas monetaristas teve como consequência “o retorno dos ciclos financeiros, que geraram sucessivas crises financeiras” (BRENNER, 2003, p. 87).

Segundo Brenner, o monetarismo indubitavelmente estimulou o setor financeiro americano, tendo sido importante também para provocar a eliminação dos produtores menos eficientes do setor de manufaturados, aumentando significativamente a produtividade do setor mesmo diante da estagnação dos investimentos. Contudo, a guinada em direção à financeirização, em especial devido à política de juros altos e à marcante valorização do dólar, acabou mostrando-se insustentável, visto que aumentou sobremaneira os custos de financiamento das empresas e os custos relativos dos produtos americanos no mercado internacional. É importante notar que, conforme avança a narrativa de Brenner, sua teoria parece se tornar cada vez menos importante para a explicação dos eventos por trás do longo declínio do século XX. Essa discrepância parece ser derivada do foco teórico na análise de blocos de capital nacional, associado à importância crescente dos processos associados à internacionalização do capital. Nesse sentido, é preciso levar em conta não só o caráter cosmopolita das finanças, mas também a importância cada vez maior das corporações transnacionais e das cadeias globais de valor, que tornam importante não só os aspectos da concorrência ligados aos blocos de capital nacional, mas também a concorrência entre grandes corporações localizadas simultaneamente em diversos blocos de capital. Por fim, é preciso notar também o estreitamento das relações entre as próprias empresas ligadas ao setor industrial e os processos de financeirização, problematizando a dicotomização entre os dois.

Respondendo às pressões do setor manufatureiro dos blocos de capital em razão de suas dificuldades, o governo Reagan promove uma reorientação da política econômica e articula com as principais potências capitalistas mundiais a assinatura do Acordo Plaza em 1985, que dá início a uma década de acentuada desvalorização do dólar em relação ao marco e ao iene. O acordo é complementado ainda por políticas comerciais de caráter protecionista

implementadas pelo governo americano⁵ e pela continuidade da ofensiva contra o trabalho, em especial das iniciativas de contenção salarial.

O Acordo Plaza marca o início de um período de retomada da competitividade e da lucratividade do setor manufatureiro americano, obtidas não tanto por meio dos ganhos de produtividade da indústria doméstica em relação aos concorrentes, mas quase exclusivamente devido à política cambial e à contenção salarial (BRENNER, 2003, p. 109). Percebe-se nesse ponto as reviravoltas ligadas às estratégias adotadas pelos agentes capitalistas e governamentais associados aos blocos de capital que caracterizam o desenvolvimento desigual.

O Acordo Plaza ajudou a aliviar os problemas implicados pela virada monetarista em relação ao setor industrial. Por outro lado, o próprio acordo não esteve livre de contradições, tanto no que diz respeito às políticas governamentais, quanto às decisões dos empresários. A contínua desvalorização do dólar, por exemplo, ameaçava os retornos do setor financeiro em termos internacionais. Já as altas taxas de juros prejudicavam os integrantes do setor manufatureiro. Por isso, nas palavras de Brenner,

Os políticos americanos foram pegos em um dilema, necessitando de taxas de juros relativamente baixas e de um dólar baixo para proteger o setor de manufaturados e do exato oposto de modo a oferecer segurança aos financistas e especuladores” (BRENNER, 2003, p. 134).

Já em 1987, a contínua desvalorização cambial americana ameaça provocar um ataque especulativo contra o dólar. Em resposta, o Fed eleva suas taxas de juros para tranquilizar o setor financeiro, mas a medida é contrabalançada pela elevação dos juros na Alemanha e no Japão. O resultado foi uma marcante fuga de capital dos Estados Unidos que deu início à Crise da bolsa de valores de 1987. A crise só foi contida no curto prazo por meio da contínua intervenção não só do Fed, mas também das autoridades japonesas, que acabaram reduzindo a taxa de juros do país e estimularam os investidores japoneses a aumentar suas aplicações nos Estados Unidos, mesmo com o elevado risco de desvalorização do dólar⁶. Num balanço geral, Brenner pontua que

⁵ A respeito destas medidas, Brenner afirma: “Ao longo das décadas seguintes, as sucessivas administrações Reagan, Bush e Clinton iam, repetidas vezes, fazer uso da ameaça de fechar os mercados dos Estados Unidos para os principais rivais dos produtores americanos, em especial os do Japão e cada vez mais os do Leste Asiático, como uma advertência para limitar as importações provenientes desses países e forçar a abertura dos mercados deles às exportações e aos investimentos externos diretos americanos” (BRENNER, 2003, p. 108).

⁶ A respeito da situação do Japão, Brenner coloca: “Essas iniciativas foram tomadas com altos custos para a economia japonesa: exacerbaram em demasia a bolha financeira da década de 1980 e levaram a assombrosas perdas japonesas atingindo centenas de bilhões de dólares quando a moeda americana de fato caiu significativamente ainda mais em relação ao iene durante a primeira metade dos anos 1990. Foram apenas

Não pode, claro, haver dúvida de que durante a década de 1980 os muito ricos tornaram-se muito mais ricos e o fizeram em parte por meio de atividades de concessão de empréstimos e de especulação. Por outro lado, quase ninguém mais enriqueceu” (BRENNER, 2003, p. 138).

O enriquecimento da fração mais abastada se deu primordialmente tanto por meio da intensificação da exploração dos trabalhadores através de meios políticos, por um lado, quanto por meio de “fenomenais ordenhas nas próprias empresas e instituições financeiras – as quais foram, em resultado, com frequência deixadas em condições desesperadoras” (BRENNER, 2003, p. 138). Esses mecanismos, que como veremos em Arrighi, associam-se às relações entre Estado e capital e aos mecanismos primordialmente políticos da acumulação de capital. Novamente, a abordagem da acumulação e dos aspectos não-econômicos da evolução dos blocos de capital e do capitalismo global não encontram apoio na teoria de Brenner.

No fim da década de 1980, apesar do incentivo representado pela ofensiva contra o trabalho e pelo Acordo Plaza, dentre outras iniciativas, as empresas do setor de manufaturados encontravam-se em grandes dificuldades, devido ao crescimento da proporção de dívidas assumidas ao longo da década, seja para permanecer em atividade, seja para participar de atividades financeiras especulativas. As instituições financeiras também experimentavam uma fase difícil, com a queda da taxa de retorno sobre ações e ativos dos bancos comerciais e uma onda de falências bancárias num nível comparável apenas às da Grande Depressão.

A condição das empresas financeiras e industriais deteriora-se ainda mais durante a recessão do início da década de 1990, agravada pela retenção de liquidez por parte das instituições financeiras. O problema só foi solucionado devido à iniciativa do Fed de reduzir as taxas de juros de curto prazo para impedir um colapso financeiro e permitir que os bancos continuassem se engajando em atividades lucrativas de empréstimo. Segundo Brenner, foi durante a década de 1990 que se “testemunhou a verdadeira ascendência do setor financeiro” (BRENNER, 2003, p. 139).

A intensificação dos processos associados à financeirização deveu-se às iniciativas de manipulação das taxas de juros por parte do Fed comandado por Greenspan, mas também da reviravolta fiscal de Clinton em direção ao equilíbrio orçamentário, de forma a fazer com que a inflação não ameaçasse os lucros das instituições financeiras. O principal fator por trás da melhoria do setor financeiro, contudo, foi a recuperação da lucratividade e da

empreendidas sob a premissa de que, na ausência delas, o equilíbrio da economia americana ficaria em perigo, e com isso o mercado indispensável para as exportações japonesas, assim como a estabilidade da economia mundial como um todo” (BRENNER, 2003, p. 135).

saúde financeira dos setores não-financeiros, e em especial do setor de manufaturados ao longo dos anos 1990 (BRENNER, 2003, p. 139). Nas palavras de Brenner,

O resultado marcou época. Durante a década de 1990, os bancos comerciais dos Estados Unidos conquistaram as suas mais altas taxas de retorno do período pós-guerra sobre as ações e os ativos, e por uma margem bem decente. Indicativos dessa nova ordem de coisas, os lucros do setor financeiro vieram constituir uma maior porcentagem dos lucros corporativos totais do que a qualquer época anterior na história pós-guerra” (BRENNER, 2003, p. 140).

Os fatores por trás da recuperação do setor manufatureiro a partir de meados dos anos 1990 foram o enxugamento de excesso de capacidade ao longo de uma década e meia, a ampliação dos lucros à custa dos trabalhadores decorrentes de mais de uma década de congelamento dos salários reais e a desvalorização do dólar. Nesse contexto, o aperto fiscal implementado por Clinton fez com que as empresas passassem a depender cada vez mais do crescimento dos investimentos e das exportações para continuar funcionando. De acordo com Brenner, foi o aumento da lucratividade do setor manufatureiro que permitiu a recuperação dos setores não-financeiros da economia americana até 1995. O reflorescimento da “economia real”, por sua vez, permitiu que o setor financeiro aproveitasse melhor os benefícios da financeirização.

Em meados da década de 1990, os problemas vividos pela economia japonesa, que havia experimentado uma bolha de especulação imobiliária sem precedentes até então, obrigam as economias dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão a estabelecerem um novo acordo para evitar o colapso da economia global. Conhecido como o Acordo Plaza Invertido, sua principal medida foi a reversão da desvalorização do câmbio a favor das economias japonesas e alemã, levando a uma revalorização da moeda americana depois de uma década de depreciação. Para isso, o governo japonês reduziu drasticamente os juros da economia, diminuindo a atratividade para os investidores estrangeiros, bem como estimulou e se engajou num enorme programa de compra de títulos e outros investimentos financeiros na economia americana, aumentando a demanda por dólares e contribuindo para mudança da relação cambial.

Os recursos provenientes não só do Japão, mas também de outras economias da Ásia oriental e do restante do mundo, permitiram que os Estados Unidos pudesse continuar mantendo níveis de consumo e investimento relativamente elevados. A expansão da economia americana, e, impulsionada por ela, da economia mundial, davam a impressão de que o longo declínio do século XX estava chegando ao fim, apesar das enormes dificuldades enfrentadas por economias como a japonesa, por exemplo. Grande parte dos recursos que fluíram para os

Estados Unidos, contudo, foi simplesmente direcionado não à inovação e ao crescimento da produtividade, e sim à especulação financeira, alimentando a bolha cujo estouro resultaria na crise do início dos anos 2000.

Mesmo antes disso, contudo, a valorização do dólar, apesar de contribuir para evitar maiores problemas advindos do bloco de capital japonês, acabou por provocar problemas em outros blocos de capital da economia global, especialmente da Ásia oriental. Muitas das economias asiáticas haviam atrelado suas moedas ao dólar antes do Acordo Plaza Invertido como forma de manter suas moedas relativamente desvalorizadas, garantir credibilidade frente aos investidores externos e embasar seus próprios processos de *catching up* no contexto do desenvolvimento desigual descrito por Brenner. Com a reversão da tendência à desvalorização do dólar, contudo, essas economias, cujo crescimento estava fundamentalmente embasado numa estratégia de aumento das exportações líquidas, acabaram por ver prejudicada grande parte de sua competitividade internacional. Os movimentos de abertura econômica realizados em alguns desses blocos com o objetivo de continuar atraindo a entrada de recursos externos, bem como a diminuição do crescimento em razão da queda das exportações líquidas, foram dois dos principais fatores por trás da crise asiática de 1997.

No fim das contas, depois da crise asiática, o estouro da bolha americana deixou evidente que a recuperação da economia americana e da economia mundial não representavam o começo do fim do longo declínio. Na verdade, praticamente o único efeito das mudanças cambiais, de juros e das estratégias adotadas por agentes empresariais e governamentais foi a redistribuição da parte mais pesada do fardo da queda de lucratividade ao redor dos blocos de capital que compõem a economia global. Além disso, a continuidade da implementação de estímulos governamentais em diversos deles evitou que fossem eliminados os produtores menos eficientes de cada um desses blocos. Por fim, a continuidade do processo de desenvolvimento desigual descrito por Brenner implicou a continuidade da entrada de novos blocos no ambiente de competição internacional, contribuindo para agravar ainda mais o problema.

Por todas essas razões, Brenner afirma que o problema da queda da taxa de lucro, e com ela da sobrecapacidade e sobreprodução no contexto da economia capitalista global, permanece, o longo declínio do século XX continua e as perspectivas para o futuro continuam sombrias. Agora que vimos os principais argumentos que embasam a narrativa histórica de Brenner, podemos passar à análise teórica de Arrighi sobre o capitalismo global, a qual embasa sua interpretação da evolução recente do sistema e suas críticas em relação à abordagem de Brenner.

2 ARRIGHI

2.1 TEORIA

2.1.1 CAPITALISMO COMO SISTEMA-MUNDO: OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

2.1.1.1 SISTEMA-MUNDO

A unidade de análise fundamental adotada nos trabalhos de Arrighi corresponde ao sistema-mundo, ou, mais precisamente, à evolução do(s) sistema(s)-mundo ao longo de seu desenvolvimento histórico. Ao longo de sua obra, Arrighi analisa basicamente dois sistemas-mundo distintos: o sistema-mundo capitalista ou ocidental e o sistema-mundo oriental. A ideia da existência de um sistema-mundo ocidental está presente em todas as grandes obras de Arrighi, isto é, tanto em *O longo século XX*, como em *Caos e Governabilidade* e *Adam Smith em Pequim*. Já a noção sobre a existência de um sistema-mundo oriental é estabelecida somente na última delas.

A inspiração para a adoção dos sistemas-mundo como unidades de análise provém dos trabalhos de Wallerstein, que funda essa perspectiva a partir da publicação de *The Modern World-system*, em 1974. Na introdução do primeiro volume, em que o autor trata das origens e das condições iniciais do sistema-mundo moderno ao longo de 1450-1640, o principal objetivo de Wallerstein é retrazar sua trajetória na “busca de uma unidade de análise apropriada” (WALLERSTEIN, 1990, p. 17). Essa observação por si só já demonstra a importância da questão da unidade de análise na visão do autor. Mas Wallerstein é ainda mais incisivo ao tratar da mudança social, isto é, da modificação ou diferenciação das estruturas sociais, como pode ser notado na seguinte passagem

Quais serão as unidades apropriadas a estudar se se desejar descrever esta “diferença” e explicá-la? Num certo sentido, muitos dos mais importantes debates teóricos do nosso tempo podem ser reduzidos a discussões sobre esse ponto. Ele é a grande questão das ciências sociais contemporâneas (WALLERSTEIN, 1990, p. 15).

Ao longo de seus estudos, principalmente a partir de sua experiência durante o período de descolonização da África na segunda metade do século XX, Wallerstein chega à conclusão de que não era possível “tomar uma unidade como a ‘tribo’ e procurar analisar as suas operações sem referência ao fato que, numa situação colonial, as instituições que governam a ‘tribo’, longe de serem ‘soberanas’, estavam claramente circunscritas pelas leis (e costumes) de uma entidade mais vasta de que eram uma parte indissociável: a colônia” (WALLERSTEIN, 1990, p. 17). E o que é verdade para a tribo, também é verdade para os Estados e demais unidades que compõem o sistema-mundo capitalista. Nesse sentido, vale relembrar a citação de Marx que serve de epígrafe ao trabalho de Wallerstein e que, em vários sentidos, representa sua síntese,

A descoberta de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização e a inumação nas minas da população indígena, o início da conquista e do saque das Índias Orientais, a transformação da África num viveiro para a caça comercial aos negros, assinalaram a risonha aurora da era da produção capitalista. Estes procedimentos idílicos são os momentos chave da acumulação primitiva (MARX, 1996, p. 370).

Assim, ao se convencer da relação indissociável entre o que antes eram vistas como unidades sociais, econômicas e políticas mais ou menos independentes, Wallerstein abandona “a ideia de adotar como unidade de análise quer o Estado soberano quer esse conceito mais vago de sociedade nacional. Decidi que nenhum dos dois era um sistema social e que se podia apenas falar de mudança social em sistemas sociais. Neste esquema, o único sistema social era o sistema mundial” (WALLERSTEIN, 1990, p. 18).

Antes de seguir adiante, é preciso notar que a abordagem dos sistemas-mundo constitui não uma teoria ou arcabouço conceitual fechado, e sim uma perspectiva, com margem para diferentes aproximações. Nesse sentido, o próprio Wallerstein se posiciona explicitamente a favor da ideia de que sua abordagem “se trata de uma perspectiva e não de uma teoria do sistema mundo” (MARIUTTI, 2012, p. 30). Mas quais são as principais características dos sistemas-mundo?

Em primeiro lugar, é preciso notar que o sistema-mundo constitui uma totalidade, cujo conjunto representa mais que a soma das partes, mas que de maneira alguma visa revelar ou dar conta da plenitude da realidade social. Assim, é preciso notar que a perspectiva de Wallerstein visa “descrever o sistema-mundo a um certo nível de abstração, o da evolução de estruturas do sistema global”, dando atenção aos acontecimentos particulares “apenas na medida em que eles lançassem luz sobre o sistema como exemplos típicos de um qualquer mecanismo ou fossem os momentos decisivos em alguma importante mudança institucional” (WALLERSTEIN, 1990, p. 19).

Além disso, é preciso outro critério importante no que se refere à definição dos sistemas-mundo é a “fusão entre o tempo e o espaço na demarcação dos limites do sistema-mundo”. Por fim, Wallerstein estabelece ainda uma tipologia dos sistemas-mundo, fazendo distinção entre os impérios-mundo, o tipo mais comum de sistema-mundo, e as economias-mundo. Mais especificamente, Wallerstein interessa-se pelo nascimento e as mudanças sociais associadas à economia-mundo europeia, de caráter capitalista, a qual corresponde ao sistema-mundo moderno que serve de título ao seu trabalho. Segundo o autor,

Foi nos finais do século XV e princípios do século XVI que apareceu aquilo a que podemos chamar uma economia-mundo europeia. Ela não era um império mas, no entanto, era tão extensa como um grande império e partilhava algumas de suas características. Mas era diferente, e nova. Era uma espécie de sistema social que o mundo ainda não conhecera realmente antes e que constitui a característica distintiva do sistema-mundo moderno. Era uma entidade econômica mas não política, ao contrário dos impérios, cidades-estados e nações-estados. De fato, ela continha precisamente dentro dos seus limites (é difícil falar de fronteiras) impérios, cidades-estados e “nações-estados” em ascensão. Era um sistema-“mundo”, não porque contivesse todo o mundo, mas porque era mais lata do que qualquer unidade política juridicamente definida. Era uma “*economia-mundo*” porque as ligações básicas entre as partes do sistema eram econômicas, embora fossem reforçadas em alguma medida por laços culturais e eventualmente, como teremos ocasião de ver, por arranjos políticos e inclusive estruturas confederadas (WALLERSTEIN, 1990, p. 25).

Arrighi não se apega à tipologia de Wallerstein, mas incorpora a ideia do sistema-mundo europeu “moderno” como a base a partir do qual desenvolve suas ideias. No trabalho de Arrighi a unidade de análise associada ao sistema-mundo capitalista, levando em conta tanto sua dimensão espacial quanto temporal, corresponde aos ciclos sistêmicos de acumulação. Em outras palavras, a análise da evolução do sistema-mundo capitalista corresponde à unidade de análise fundamental adotada por Arrighi. O autor atribui a ideia dos ciclos sistêmicos de acumulação a suas leituras de Braudel, conforme pode ser notado na seguinte passagem

A ideia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas me permitiu decompor a duração completa do sistema capitalista mundial (a *longue durée* de Braudel) em unidades de análise mais manejáveis, que chamei de ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996, p. xi).

Assim, os ciclos sistêmicos de acumulação dizem respeito à sucessão de fases que o sistema-mundo capitalista atravessa ao longo do tempo. No que diz respeito à dimensão espacial, assim como em Wallerstein, os sistemas-mundo não necessariamente englobam todas as regiões do planeta. De acordo com Arrighi, por exemplo, os países do leste asiático permaneceram ao longo de quase toda a existência do capitalismo às margens desse sistema-

mundo, integrando um sistema-mundo paralelo centrado na China. Já a Europa e o continente americano, por outro lado, fazem parte do sistema-mundo capitalista desde o seu nascimento.

O marco do nascimento do sistema-mundo capitalista na Europa corresponde aos Tratados de Westfália, firmado em meados do século XVII. Os Tratados simbolizam o nascimento do sistema de equilíbrio de poder europeu, baseado na competição interestatal. A América, por outro lado, é subsumida ao sistema-mundo capitalista nascente justamente em razão das lutas pelo poder travadas entre os países europeus. A incorporação subordinada da África subsaariana e sua exploração por parte dos conquistadores do velho continente segue a mesma lógica. Assim, por exemplo, segundo a abordagem dos sistemas-mundo, e em consonância com o trabalho de Arrighi, pode-se dizer que o comércio triangular do atlântico, que envolvia a troca das matérias-primas europeias por escravos africanos e produtos manufaturados europeus faz parte da lógica de funcionamento do capitalismo. Essa conclusão é importante, porque entra em conflito com concepções segundo as quais o capitalismo deve ser entendido simplesmente como um tipo de relação onde prevalece a separação entre trabalho e capital que implica em assalariamento, extração de mais-valia e subsunção real do trabalho ao capital. Brenner adota essa posição, identificando o capitalismo com subsunção real e mais-valia relativa em regiões específicas.

Do ponto de vista temporal, como vimos, Arrighi adota a perspectiva da *longue durée*, afirmando

(...) Wallerstein estava absolutamente certo ao insistir em que a *longue durée* do capitalismo histórico era o arcabouço temporal adequado para o tipo de construção que eu pretendia (ARRIGHI, 1996, p. xiii).

Por isso, da mesma forma que Wallerstein, Arrighi não dirige sua atenção aos aspectos dos sistemas-mundo relacionados ao plano dos acontecimentos cotidianos, nem mesmo ao de eventos conjunturais e mais ou menos circunscritos. A perspectiva da *longue durée*, incentivada por Wallerstein, também é fruto da afinidade de Arrighi com as ideias de Braudel, o qual propôs uma análise sistêmica baseada em diferentes temporalidades históricas de acordo com a posição dos fenômenos históricos nos diferentes níveis da estrutura social.

Antes de passar adiante, é possível fazer uma crítica ao trabalho de Arrighi. Apesar de trabalhar com o conceito de sistema-mundo, Arrighi menciona escassamente o termo, e o define de maneira esparsa ao longo de sua obra. Talvez o texto em que o autor deixa mais evidente sua posição é *Adam Smith em Pequim*, seu último grande trabalho, onde são comparados os sistemas-mundo ocidental e oriental. Mesmo aqui, contudo, o autor aborda a questão apenas ligeiramente e de maneira pouco sistemática.

Não obstante essas observações, é possível identificar três elementos constituintes de um sistema-mundo, os quais sem dúvida ecoam as observações de Wallerstein sobre a economia-mundo europeia. Os mais importantes são a existência de relações econômicas e políticas sólidas e estreitas entre os integrantes do sistema. Em alguma medida, também é importante a existência de um quadro de referência cultural comum, ao menos entre seus membros principais.

No caso das relações econômicas, Arrighi tem em mente a existência de redes de comércio que conectam os vários integrantes do sistema-mundo ocidental, atribuindo particular importância ao comércio de longa distância. No caso das relações políticas, Arrighi refere-se basicamente às relações estabelecidas entre os Estados integrantes do sistema-mundo enquanto membros de um sistema interestatal. Além disso, é preciso destacar a relação política entre os Estados centrais e seus satélites e colônias estabelecidos em regiões periféricas. Por fim, o último elemento importante diz respeito à existência de uma herança cultural comum entre os integrantes do sistema-mundo. No caso do sistema-mundo capitalista, é possível presumir que essa herança se refira à associação entre as matrizes culturais greco-romana e judaico-cristã que embasam algo como uma *Weltanschauung* ocidental. A importância dos aspectos culturais é deixada clara por Arrighi na passagem que trata do papel primordial exercido pelos agentes associados à diáspora ultramarina chinesa na ascensão do país a partir das reformas de Xiaoping,

Incomodadas com as regras que restringiam a liberdade de contratar e demitir funcionários, comprar e vender mercadorias e remeter lucros para fora da China, essas empresas [americanas, europeias e japonesas] tenderam a manter os investimentos no nível mínimo necessário para marcar posição na RPC [República Popular da China]. Já os chineses ultramarinos podiam contornar a maioria dos regulamentos, graças à familiaridade com o idioma, os costumes e os hábitos locais, à manipulação de vínculos comunitários e de parentesco – que reforçaram com doações generosas para instituições locais – e ao tratamento preferencial que recebiam das autoridades do PCC [Partido Comunista Chinês]. Assim, enquanto as grandes empresas estrangeiras não cansavam de se queixar do ‘clima de investimentos’, os empresários chineses começaram a se mudar de Hong Kong quarenta anos antes (e em volume muito maior) (ARRIGHI, 2008, p. 357-358).

Em resumo, ao tratar sobre as semelhanças entre os sistemas-mundo ocidental e oriental, e assim deixar claro algumas dos traços essenciais de sua definição do conceito, Arrighi afirma que

Ambos os sistemas consistiam em uma multiplicidade de jurisdições políticas que bebiam da mesma herança cultural e comerciavam extensamente dentro da região (ARRIGHI, 2008, p. 322).

Aqui é importante frisar que a existência do sistema-mundo está ligada tanto à prevalência de elementos de homogeneidade e semelhança, como à diferenciação e à separação entre seus integrantes. Assim, por exemplo, o sistema-mundo depende da existência de Estados e demais regiões que, apesar de manterem estreitas relações entre si, seja no campo diplomático, seja na arena militar, constituem unidades políticas relativamente independentes. Da mesma maneira, as redes de comércio internacional forjadas ao longo do estabelecimento do sistema-mundo pressupõem a existência de unidades políticas e econômicas que só podem estabelecer relações de troca devido à separação entre os agentes diversos. No plano das relações culturais, é impossível negar que, apesar do pano de fundo cultural comum, ainda assim é necessário estabelecer diferenças entre os traços característicos de regiões e Estados específicos, como a Alemanha e a França. Só assim torna-se possível compreender plenamente as razões e a forma de manifestação de sua rivalidade, por exemplo. A possibilidade de existência de um sistema-mundo depende, assim, de uma relação dialética entre as características da unidade sistêmica e aquelas desenvolvidas a partir de cada um de seus integrantes particulares. Voltaremos a esse ponto na seção dos comentários.

2.1.1.2 CAPITALISMO EM ARRIGHI

Para Arrighi, o capitalismo é constitui um sistema-mundo dotado de quatro características principais. A primeira delas é a existência de um sistema de equilíbrio de poder associado à concorrência política e econômica, por meio da qual os integrantes do sistema-mundo buscam manter ou melhorar sua posição engajando-se em lutas pelo poder.

Uma segunda característica importante do sistema-mundo capitalista é o estreitamento das relações entre Estado e capital, sob a dominância do último. Assim, segundo Arrighi “o momento mais decisivo” da transição para o capitalismo “não foi a proliferação de elementos capitalistas ligados à iniciativa capitalista na Europa” (ARRIGHI, 2006, p. 11). Para o autor,

(...) a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa” (ARRIGHI, 2006, p. 11).

Os agentes governamentais e capitalistas são orientados por lógicas distintas. O objetivo dos agentes capitalistas é a acumulação de capital, simbolizada pela fórmula marxiana DMD' . Esse impulso corresponde à lógica capitalista do poder, por meio da qual o dinheiro (D), é utilizado na obtenção de mercadorias (M), as quais por sua vez são vendidas por mais dinheiro (D').

Já para os agentes governamentais, pautados por uma lógica territorialista, o poder identifica-se “com a extensão e a densidade populacional de seus domínios” (ARRIGHI, 2006, p. 30). No caso do territorialismo, o capital representa um meio para a aquisição de territórios. Numa analogia à fórmula do circuito do capital de Marx, dada por DMD' , Arrighi representa a lógica territorialista pela fórmula TDT' , em que T representa o montante inicial de territórios controlados por um determinado Estado, D representa o capital ou recursos financeiros utilizados como meio, e T' representa o montante final expandido de territórios conquistados. Em contraste com a lógica territorialista, o objetivo da lógica capitalista é a obtenção de mais capital, e nesse caso os recursos do território representam apenas meios para a consecução deste fim. A fórmula que condensa a lógica capitalista é representada por DTD' , onde o objetivo final é a acumulação de capital, isto é, de uma situação em que idealmente $D' > D$, sendo as conquistas territoriais um mero meio de alcançar esse fim.

A partir da transição do feudalismo para o capitalismo, a lógica capitalista passa a imiscuir-se cada vez mais nas lutas pelo poder entre as unidades do sistema interestatal – sem, contudo, eliminar a lógica territorialista, que se insere com maior ou menor força a depender das condições e objetivos de cada participante ao longo do tempo. As lógicas territorialista e capitalista direcionadas às lutas pelo poder são os principais elementos que ajudam a explicar a dinâmica das relações entre Estado e capital. Por fim, é preciso notar que as lógicas territorialista e capitalista relacionam-se de maneira sempre problemática, podendo variar desde a harmonia relativa até a contradição absoluta.

Por meio da relação Estado-capital e do entrelaçamento entre as lógicas capitalista e territorialista do poder, o sistema-mundo capitalista propicia uma sinergia única entre capitalismo, industrialismo e militarismo. Nesse sentido, a busca por lucro por parte dos agentes capitalistas faz com que eles se engajem no desenvolvimento das forças produtivas, em grande medida levado a cabo por meio do desenvolvimento da indústria. Ao mesmo tempo, as entidades territorialistas estimulam e aproveitam-se desses desenvolvimentos com o objetivo de obter o aprimoramento de suas capacidades militares. A busca por novas fontes de recursos e novos mercados por parte dos agentes capitalistas e a procura do Estado por novos domínios territoriais são os principais fatores por trás do impulso sem precedentes do sistema-

mundo capitalista à expansão. Como veremos ao comparar o sistema-mundo capitalista ocidental ao sistema-mundo oriental, uma das principais diferenças apontadas por Arrighi entre essas duas formações sociais refere-se justamente ao caráter expansionista e belicista da trajetória de desenvolvimento capitalista em oposição ao caráter relativamente introvertido e pacífico próprio do desenvolvimento oriental.

Intimamente relacionada à relação Estado-capital, é preciso destacar também a proliferação e ascensão de uma classe capitalista ligada principalmente às altas finanças e ao comércio de longa distância. O comércio de longa distância é importante porque é através dele que formam-se as redes de comércio que possibilitam o surgimento do sistema-mundo capitalista. Já as altas finanças estão associadas, por exemplo, ao financiamento das atividades do Estado, que é a principal forma de manifestação da relação entre Estado e capital. O poder dos grandes agentes financeiros torna-se mais claro durante as fases de financeirização do sistema-mundo capitalista.

A manifestação da tendência à queda da taxa de lucro resultante da escalada competitiva gera uma bifurcação nas trajetórias da acumulação de capital. Por um lado, é possível que se continue a reinvestir praticamente todo o capital na expansão material, apesar da redução da lucratividade. Esta estratégia poderia resultar, por exemplo, da predominância de uma lógica de investimentos puramente comercial. Por outro, também é possível que se transfira parte do capital alocado no comércio para as finanças, que prometem retornos mais elevados. Esta estratégia, segundo Arrighi, é condizente com uma lógica mais puramente capitalista.

A bifurcação dos caminhos da acumulação, contudo, não deve ser vista como a separação entre trajetórias únicas de desenvolvimento, mas sim como um campo de forças, “definido pela coexistência de duas vias ideais alternativas e mutuamente excludentes de acumulação de capital, cuja união e oposição são fonte de turbulência e instabilidade no sistema mundial de comércio e acumulação” (ARRIGHI, 2006, p. 238). A partir de então, os agentes responsáveis pelos investimentos são constantemente confrontados com a estratégia de maximização do valor total das mercadorias comercializadas e da receita bruta obtida ligada à continuidade da expansão material, por um lado, e com a de maximização da massa de lucros e do valor do capital relacionadas à expansão financeira, por outro.

Vimos anteriormente que Arrighi critica a proposição de Brenner de que a queda da taxa de lucro tenha provocado um excesso de capacidade e de produção persistente durante todo o longo declínio. Agora, estamos em melhores condições de entender o sentido desta crítica. Pois, para Arrighi, a principal resposta dos agentes genuinamente capitalistas à

diminuição da lucratividade comercial e produtiva não se dá no sentido de permanecer aferrados a estas atividades, mas sim de buscar soluções mais seguras e lucrativas para a crise através da procura pela liquidez. A própria lógica por trás da continuidade dos investimentos não-financeiros numa situação como esta é tida por Arrighi como puramente mercantil, e, nesse sentido, não-capitalista,

Um agente que reinveste rotineiramente os lucros da expansão do comércio numa nova expansão deste, desde que os rendimentos do capital assim investido sejam positivos, não pode ser definido como ‘capitalista’, por mais que se force a imaginação. O agente capitalista, por definição, interessa-se primordialmente, senão exclusivamente, pela expansão interminável de seu estoque de dinheiro (...); para esse fim, compara continuamente os lucros que pode esperar do reinvestimento de seu capital no comércio de mercadorias (...) com os lucros que pode esperar se mantiver líquidos os excedentes de caixa, deixando-os prontos para ser investidos em alguma transação financeira (...). Nesse contexto, é curioso que, nas conceituações de muitos seguidores de Marx (...), os agentes capitalistas tenham sido caracterizados por inclinações insensatas e irracionais a reinvestir os lucros nos negócios que os geraram sobretudo em fábricas, equipamentos e mão-de-obra assalariada, desconhecendo os mais elementares cálculos de custo benefício e as considerações utilitárias” (ARRIGHI, 2006, p. 235).

Por fim, outro elemento importante do capitalismo é a concentração de grande parte do poder econômico e político interno ao sistema nas mãos de um grupo específico de agentes governamentais e empresariais associados a um Estado particular. Juntos, o aspecto concorrencial e as lutas pelo poder, a relação Estado-capital, a importância das altas finanças e do comércio internacional e a hegemonia foram os ingredientes básicos para a instauração e a consolidação do capitalismo enquanto um sistema-mundo⁷. Agora que já apresentamos os conceitos de sistema-mundo e de capitalismo, precisamos apenas trabalhar os conceitos de hegemonia e de sistema interestatal para podermos nos dedicar ao estudo da unidade de análise fundamental de Arrighi em sua análise do sistema-mundo capitalista: os ciclos sistêmicos de acumulação.

⁷ Enquanto Arrighi estuda o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo quase exclusivamente a partir das relações entre os integrantes do “alto comando” do sistema, isto é, a partir das interações estabelecidas entre os grupos dominantes, os marxistas em geral procuram dar ênfase às relações entre os grupos dominantes e subordinados, ou em outras palavras, às relações de classes e às lutas de classes que predominam no seio de uma determinada estrutura social. Neste sentido, tanto na explicação da transição do feudalismo para o capitalismo, quanto no desenrolar das várias fases de desenvolvimento do próprio sistema capitalista, as relações entre as classes assumem um papel central. Somente a partir delas é possível identificar as contradições internas que estão por trás do desenvolvimento e da transformação dos sistemas ou modos de produção.

2.1.1.3 HEGEMONIA E SISTEMA INTERESTATAL

A hegemonia pode ser definida como um tipo especial de poder desfrutado por um ator social em posição de liderança, como uma classe ou os integrantes de um Estado particular. O poder hegemônico decorre da capacidade do *hegemon* de direcionar o sistema do qual faz parte numa direção que é percebida pelos demais integrantes do conjunto como atendendo a seus “interesses gerais”. A hegemonia é exercida através de uma mistura de consentimento e coerção, isto é, vale-se fundamentalmente da construção de consensos e do assentimento explícito ou implícitos dos demais integrantes do sistema, sem deixar, contudo, de vez por outra recorrer à coerção, por exemplo, para realinhar membros dissidentes às diretrizes do sistema. Quando o consentimento que fundamenta a hegemonia se desfaz e resta como ferramenta apenas a coerção, a hegemonia se esvai e transforma-se em dominação pura.

Arrighi utiliza o conceito de hegemonia não no contexto nacional, à maneira de Gramsci, mas sim no âmbito do sistema-mundo. Além disso, os atores que disputam a posição hegemônica são não as classes sociais em si, mas sim os Estados, ou, mais precisamente, os grupos que controlam o poder de Estado. Apesar disso, como veremos, existem sobreposições importantes entre as classes ou grupos dominantes e o poder de Estado no que diz respeito ao exercício da hegemonia.

Enquanto o ator social líder é representado pelo Estado *hegemon*, os demais atores correspondem aos demais Estados do sistema, isto é, aos agentes governamentais e empresariais que praticamente controlam os Estados aos quais se encontram ligados. Aqui é preciso fazer uma observação. Ao introduzir o tema da hegemonia, Arrighi continua adotando como unidade de análise fundamental o sistema-mundo. Nesse caso, contudo, o autor privilegia a abordagem do sistema-mundo enquanto sistema interestatal, isto é, enquanto um conjunto articulado de atores cujas unidades políticas fundamentais são representadas pelos Estados que dele fazem parte.

O foco de Arrighi nos Estados não significa que o autor não considere que haja outras unidades políticas importantes. Pelo contrário, uma das principais escalas de referência de Arrighi no plano político refere-se à divisão do sistema-mundo entre Centro e Periferia, isto é, entre Estados ou regiões mais importantes em termos econômicos e políticos, e Estados ou regiões menos desenvolvidas. A divisão centro-periferia decorre da influência dos autores da Teoria da Dependência na formação de Arrighi, em particular André Gunder Frank, a quem *Adam Smith em Pequim* é dedicado. Voltaremos ao tema das relações centro-periferia na parte

do trabalho que trata do sistema-mundo oriental. Por hora, voltemos à discussão sobre a hegemonia.

A vantagem do exercício da hegemonia para o *hegemon* deriva justamente da capacidade desse Estado de se apropriar, em virtude de sua posição de liderança, de uma quantidade substancial do montante total de poder criado no interior do sistema interestatal. Arrighi não lista de maneira explícita quais seriam essas vantagens, mas, ao longo de seu trabalho, torna-se possível deduzir as principais delas.

No caso econômico, a vantagem hegemônica pode ser exemplificada pela capacidade de emissão da divisa-chave, que confere ao emissor o poder de senhoriação no âmbito do sistema monetário e financeiro internacional correspondente ao sistema-mundo. No caso político, a vantagem decorre, por exemplo, da capacidade de exercer uma influência desproporcional em organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas, particularmente através do Conselho de Segurança da instituição, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial. Em todas essas instituições, a nomeação dos membros integrantes e o poder de decisão são em grande medida reservados ao *hegemon*, seja diretamente, através da criação de estatutos, seja indiretamente, através, por exemplo, da cooptação e da intimidação de membros menos bem posicionados. Já no caso especificamente militar, a vantagem hegemônica materializa-se, por exemplo, através da possibilidade de instalação de bases militares em territórios formalmente independentes sob a justificativa da garantia da ordem sistêmica⁸. Mas se uma configuração de poder baseada na hegemonia é claramente vantajosa para o *hegemon*, qual sua vantagem para os demais membros do sistema interestatal?

A resposta é que, por meio de sua atuação, o *hegemon* ajuda a estabelecer um ambiente propício à multiplicação do poder total dos demais integrantes do sistema interestatal. Esse poder, batizado por Arrighi de poder coletivo, deriva da capacidade dos agentes que controlam o poder de Estado, isto é de seus principais grupos empresariais e governamentais, de exercer influência seja sobre as classes ou grupos subordinados do

⁸ Ao associar automaticamente o controle do poder de Estado aos grupos dominantes, Arrighi deixa de notar que a influência sobre as instituições que conformam o Estado é objeto de disputa entre os grupos dominantes e os grupos subordinados do sistema. Assim, se é necessário reconhecer que existem seletividades estruturais que conferem imensas vantagens aos grupos dominantes, também é preciso ponderar que o controle do poder de Estado não pode ser de antemão atribuído a qualquer conjunto de atores sociais. Deixar de admitir este fato corresponderia a omitir um dos aspectos mais importantes da luta de classes, ou ainda, da relação vertical entre capital e trabalho, à qual Arrighi confere tanta importância. Por fim, é necessário apontar que, a cada momento do tempo, o Estado normalmente incorpora agentes bastante distintos com interesses os mais diversos, o que faz com que seja preciso ter cautela ao trata-lo como um agente com alguma espécie de coerência.

sistema, seja sobre os recursos da Natureza. Aqui percebe-se a interseção entre o controle do poder de Estado e o recorte de classe no funcionamento da hegemonia. Nesse sentido, as classes ou grupos dominantes, nomeadamente, capitalistas e agentes governamentais, utilizam-se do poder de Estado para subjugar e extrair recursos das classes subordinadas e da Natureza. Esses recursos, por sua vez, constituem poder e possibilitam a reprodução hierárquica do sistema-mundo com base na divisão de classes. A hegemonia, assim, representa uma forma não só de assegurar um ambiente propício à multiplicação do poder das classes ou grupos dominantes e à contenção dos impulsos fratricidas entre agentes por trás de Estados concorrentes, mas também, simultaneamente, de impedir a subversão hierárquica da sociedade por parte das classes ou grupos subordinados e explorados.

O poder coletivo refere-se a uma situação em que a interação dos membros do sistema interestatal corresponde a um jogo de soma positiva, isto é, a um tipo de configuração em que é possível obter resultados positivos para todos os seus participantes por meio de uma espécie de cooperação entre os diversos grupos que controlam o poder de Estado. Todavia, conforme as estruturas que possibilitam a reprodução do sistema-mundo durante um determinado período começam a ceder, a cooperação transforma-se progressivamente em competição e o jogo de soma de positiva, que permitia a multiplicação do poder coletivo, transforma-se em jogo de soma zero. Em ao poder coletivo derivado dos jogos de soma positiva, Arrighi associa os jogos de soma zero ao poder distributivo. Nesse caso, um jogador só pode obter ganhos mediante a perda de um ou mais dos outros participantes, isto é, a melhoria de posição ocorre apenas mediante a transferência de poder (ARRIGHI, 2008, p. 160). Para entender melhor esse ponto da teoria de Arrighi, bem como compreender a evolução cíclica do sistema-mundo capitalista enquanto sistema interestatal, é preciso apresentar os conceitos de caos ordem sistêmica e caos sistêmico.

O caos sistêmico caracteriza-se pela ausência de uma estrutura sólida na base do sistema-mundo. Do ponto de vista econômico, ele corresponde aos períodos de crise. Do ponto de vista político, ao aumento da competição e dos conflitos entre os Estados. Do ponto de vista social, ao aumento da insubordinação e das demonstrações de insatisfação com o estado de coisas vigente. Nas palavras de Arrighi, o caos sistêmico corresponde

“[a] uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias” (ARRIGHI, 2006, p. 30).

Por oposição, a ordem sistêmica caracteriza-se pela solidez das estruturas econômicas, políticas e sociais que sustentam o sistema-mundo. Assim, os períodos de ordem sistêmica correspondem a fases de expansão da produção e do comércio, arrefecimento dos conflitos interestatais e por um nível de agitação social baixo. É durante os períodos de ordem sistêmica que prevalece o jogo de soma positiva entre os integrantes do sistema interestatal, isto é, em que torna-se possível a multiplicação do poder coletivo dos grupos que controlam o poder de Estado. A instauração e a manutenção da ordem sistêmica são, além disso, as principais funções do líder hegemônico do ponto de vista da reprodução do sistema-mundo. Já os períodos de caos sistêmico assemelham-se a jogos de soma zero, ou, a depender da gravidade da situação, de soma negativa, gerando conflitos em torno do poder distributivo.

A ascensão de um poder hegemônico e a instauração de um período de ordem sistêmica propicia inicialmente grandes oportunidades para os grupos ou classes dominantes do sistema, podendo até mesmo acomodar o aumento do nível de vida dos grupos subordinados. Durante esses períodos, os diferentes agentes dedicam-se a atividades sob vários aspectos complementares, de forma que prevalece um incentivo à cooperação entre os membros do sistema. Com o passar do tempo, contudo, as oportunidades abertas no interior de uma determinada estrutura sistêmica começam a se esgotar, e os diversos agentes, que antes haviam se especializado em ramos de atividade diferentes, agora passam a invadir a esfera de atuação dos demais integrantes, o que dá início a uma fase de intensificação da concorrência econômica e política entre os membros do sistema interestatal. A intensificação da concorrência é o principal fator por trás da transformação do jogo de soma positiva em um jogo de soma zero, isto é, da instauração dos períodos de caos sistêmico.

Conforme avança a situação de caos sistêmico, a crise econômica, os conflitos interestatais e a agitação social fazem com que aumente a demanda pela restauração da ordem por parte dos grupos dominantes ou dos grupos subordinados, ou de ambos. Neste contexto, o Estado que prova ser o mais capaz de atender às principais reivindicações dos que clamam pelo restabelecimento da ordem sistêmica torna-se apto a conquistar a posição hegemônica na nova configuração do sistema-mundo.

As transições entre as fases de ordem sistêmica e caos sistêmico estão intimamente relacionadas a um dos elementos mais importantes do edifício conceitual de Arrighi: as crises de hegemonia. Uma crise de hegemonia pode ser definida como uma “situação em que falta ao Estado hegemônico dominante os meios ou a vontade de continuar conduzindo o sistema de Estados numa direção geral considerada capaz de expandir não só seu poder, como também o poder coletivo dos grupos dominantes do sistema” (ARRIGHI,

2008, p. 160). Arrighi define duas fases básicas das crises de hegemonia, a crise sinalizadora e a crise terminal. As crises sinalizadoras, que assinalam problemas graves, mas reversíveis, ainda que em períodos bastante dilatados de tempo, e as crises terminais, de caráter irreversível e que marcam o fim de um ciclo hegemônico (Arrighi, 2008, p. 161). As crises sinalizadoras normalmente se instalam entre o fim de uma fase de ordem sistêmica e expansão material e o início dos períodos de caos sistêmico. Elas geralmente são acompanhadas de um breve período de deflação da riqueza e do poder do *hegemon*, que se aproveita das dificuldades enfrentadas pelos diversos integrantes do sistema para obter recursos econômicos e políticos a um custo atrativo ou, no mais das vezes, para financiá-los durante o período de turbulência geral. Assim, em certo sentido a crise sistêmica representa uma oportunidade financeira para o *hegemon*. Essa guinada em direção às finanças por parte dos agentes ligados ao Estado hegemônico representa um dos principais aspectos das fases de financeirização do sistema-mundo capitalista. A relação entre as crises de hegemonia e os processos de financeirização é retratada por Arrighi na seguinte passagem,

Essa crise é o “sinal” de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto a passagem para as altas finanças previne temporariamente. Na verdade, a passagem pode fazer mais do que isso: pode transformar o fim da expansão material num “momento” maravilhoso” de renovação da riqueza e do poder para seus promotores e organizadores, como ocorreu, em diferentes graus e de diferentes maneiras, em todos os quatro ciclo sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 2006, p. 220).

Normalmente, contudo, as crises sinalizadoras não resolvem definitivamente os problemas sistêmicos de crise econômica, intensificação dos conflitos interestatais e agitação social. Pelo contrário, acaba os aprofundando, dado que, a um só tempo, aumenta o grau de endividamento dos diversos grupos ou classes que compõem o sistema e provoca uma drenagem de seus recursos, dificultando a reversão das dificuldades enfrentadas por todos. Quando o *hegemon* não é capaz de utilizar os recursos obtidos durante o período de recuperação de sua riqueza e poder, isto é, quando ele falha em, simultaneamente, restabelecer a ordem sistêmica e recuperar sua posição de liderança no sistema interestatal, a crise sinalizadora transforma-se numa crise terminal. A relação entre as crises de hegemonia e os processos de financeirização ficará mais clara quando apresentarmos o conceito de ciclo sistêmico de acumulação, ao qual nos dedicaremos a seguir.

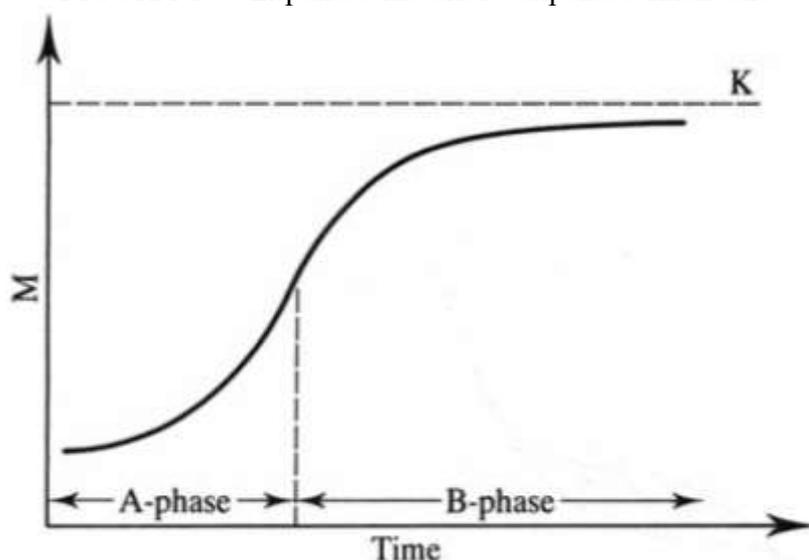
2.1.1.4 O SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA EM MOVIMENTO: OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Segundo Arrighi, o sistema-mundo capitalista evoluiu historicamente através de uma série de ciclos sistêmicos de acumulação. A dinâmica dos ciclos sistêmicos de acumulação é ditada pelos elementos básicos que caracterizam o sistema-mundo capitalista na visão de Arrighi, quais sejam: a existência de um ambiente concorrencial nas esferas econômica e política da vida social, a busca incessante pelo lucro por parte dos agentes capitalistas, a busca igualmente incessante de poder político por parte dos agentes governamentais, e, por fim a íntima relação entre Estado e capital, ora relativamente harmoniosa, ora tensa e até mesmo contraditória. Numa analogia com o trabalho de Marx, Arrighi compara a dinâmica dos ciclos sistêmicos de acumulação à dinâmica interna do capital, devido à relação contraditória entre seu impulso *ilimitado* à auto-expansão e sua capacidade *limitada* de expansão material no contexto do sistema do qual faz parte.

Um ciclo sistêmico de acumulação envolve uma fase de expansão material e uma fase de expansão financeira, mais ou menos congruentes com as fases de ordem sistêmica e caos sistêmico. A principal característica das fases de expansão material é o intenso crescimento do comércio e da produção, bem como a prevalência de elevadas taxas de lucro na economia em geral. Já as fases de financeirização são caracterizadas pela desaceleração do crescimento econômico, pela sensível diminuição das taxas de lucro verificadas no comércio e na produção e, por fim, por um aumento das taxas de lucro auferidas pelos agentes financeiros.

Ao apresentar os ciclos sistêmicos de acumulação, Arrighi recorre a uma analogia com a fórmula do ciclo de acumulação de capital de Marx, dada por DMD' , onde DM representa a aquisição e/ou a fabricação de mercadorias destinadas ao mercado, e MD' representa a venda das mercadorias. Arrighi, contudo, aplica a fórmula no contexto do sistema-mundo capitalista, associando as fases de expansão material à fórmula (DM), e as fases de expansão financeira a (MD'). O autor retrata graficamente as fases de um ciclo sistêmico de acumulação apontando a variação da intensidade do crescimento econômico da produção e do comércio ao longo do tempo,

FIGURA 1 – Expansão material e expansão financeira



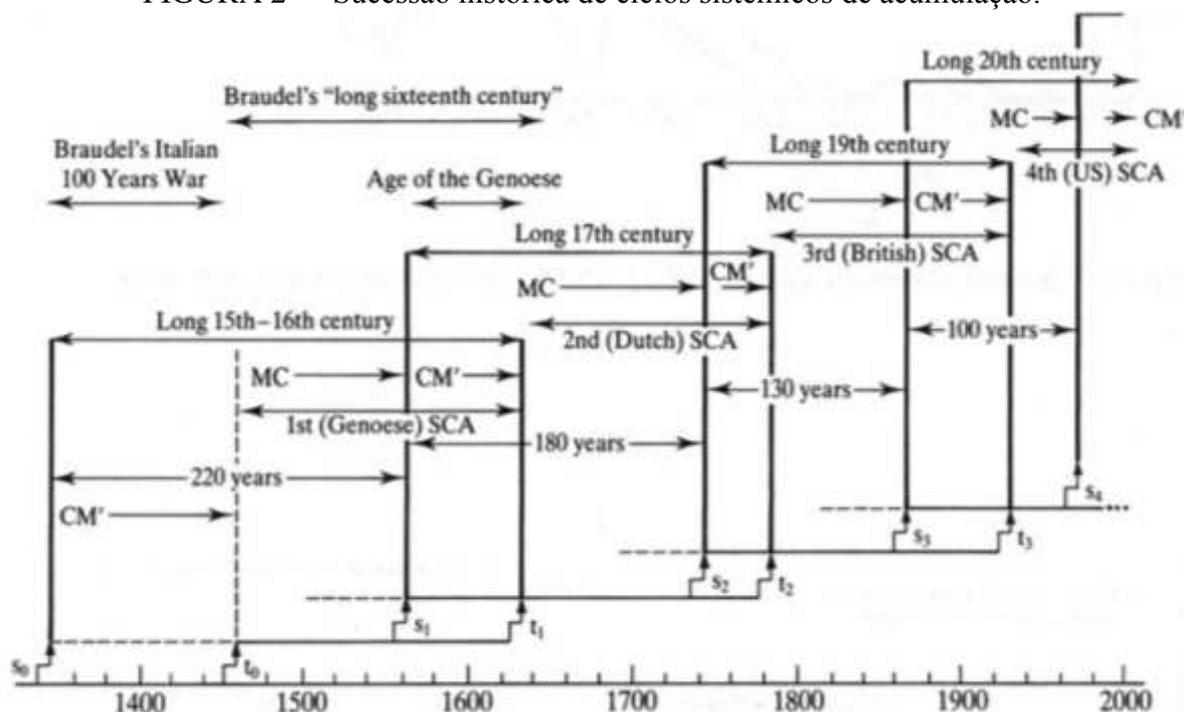
Fonte: *The long twentieth century* (ARRIGHI, 1994, p. 220).

Ao longo do desenvolvimento histórico do sistema-mundo capitalista, Arrighi identifica

“(...) quatro ciclos sistêmicos de acumulação (...): um ciclo genovês, do século XV ao início do XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira” (ARRIGHI, 2006, p. 6).

A evolução histórica do sistema-mundo capitalista, isto é, os ciclos sistêmicos de acumulação, é retratada na figura seguinte, que leva em conta não só as fases de expansão material e de expansão financeira, mas também as fases dos sucessivos ciclos hegemônicos identificados por Arrighi,

FIGURA 2 – Sucessão histórica de ciclos sistêmicos de acumulação.



Fonte: *The long twentieth century* (ARRIGHI, 1994, p. 220).

No início das fases de expansão material, a prevalência de um ambiente de ordem sistêmica permite que sejam identificadas e aproveitadas boas oportunidades de negócios, estimulando o aumento dos investimentos e permitindo uma alta lucratividade. No começo do processo, as economias externas e internas derivadas da introdução de inovações redutoras de custos e de riscos juntamente à possibilidade de especialização em ramos do comércio relativamente protegidos da competição, permite que sejam mantidas altas taxas de lucro no interior do sistema, especialmente. Além disso, o próprio crescimento econômico promove inicialmente um efeito retroalimentador sobre as taxas de lucro, estimulando a intensificação da expansão material.

Ao longo do tempo, contudo, o reinvestimento contínuo dos lucros e o esgotamento das oportunidades abertas num determinado tipo de estrutura sistêmica levam à diminuição da taxa de lucro associada à produção e ao comércio. As dificuldades econômicas impõem à diversificação dos negócios e eliminam o caráter predominantemente complementar das atividades desenvolvidas pelos diversos agentes do sistema. Assim, se antes tendia a prevalecer uma espécie de cooperação resultante da especialização dos diferentes grupos empresariais em ramos complementares do comércio e da produção, passa a haver agora uma invasão mútua dos de seus respectivos domínios econômicos até então relativamente protegidos da competição. Em outras palavras, a cooperação e a complementaridade dão lugar à intensificação da competição.

O aumento da competição, tal como no esquema de Brenner, gera uma forte pressão para a redução da taxa de lucro no comércio e na produção, provocando uma redução dos investimentos e uma diminuição do ímpeto da fase de expansão material. A queda da taxa de lucro, equivale a uma crise de sobreacumulação⁹, onde há “um excesso de capital investido, ou buscando oportunidades de inversão, na compra e venda de mercadorias” (ARRIGHI, 2006, p. 232).

O arrefecimento da expansão material pode, em algumas situações, ser revertido, através do aumento da coordenação econômica internacional, por exemplo. Nesse caso, verifica-se apenas um período de turbulência local, e não uma transição de fases no ciclo sistêmico de acumulação. Essa observação é importante porque mostra que os ciclos sistêmicos de acumulação Arrighi não necessariamente resultam numa interpretação determinista da evolução do sistema capitalista. Caso a turbulência local continue a se agravar, contudo, inicia-se um período de turbulência sistêmica.

A intensificação da competição econômica a nível sistêmico é acompanhada do aumento da competição política entre os membros do sistema interestatal, visando não só proteger seus principais aliados empresariais, como também marcar posição no tabuleiro político seguindo a lógica do jogo de soma zero de Arrighi.

O agravamento da situação econômica e política ligado à desaceleração do crescimento econômico, à queda da taxa de lucro na produção e no comércio, e ao aumento da competição interestatal no plano sistêmico, leva ao aumento da demanda por recursos financeiros dos mais diversos atores do sistema-mundo capitalista, incluindo agentes empresariais, governamentais e mesmo trabalhadores. No caso dos empresários, por exemplo, torna-se necessário recorrer tanto aos incentivos do Estado quanto ao sistema financeiro para continuar garantindo sua reprodução, aumentando sobremaneira a demanda por dinheiro. Seja qual for o agente em questão, contudo, o aumento da demanda por recursos financeiros sempre visa permitir os mutuários enfrentem as dificuldades associadas à turbulência sistêmica, que inclui não só a diminuição das receitas e dos lucros empresariais, mas também

⁹ Em relação ao conceito de crise em Marx, Arrighi faz a seguinte observação: “Em geral, o momento decisivo entre a fase (...) de rendimentos crescentes e expansão acelerada, e a fase (...) de lucros decrescentes e expansão mais lenta, deveu-se, não a uma escassez de capital em busca de investimento em mercadorias, como nas ‘crises de superprodução’ de Marx, mas a uma superabundância desse capital, como nas ‘crises de superacumulação’ de Marx” (ARRIGHI, 2006, p. 232). Na verdade, as crises de superprodução não representam a antítese das crises de sobreacumulação, mas sim sua expressão em termos de valor de uso. A sobreacumulação, por sua vez, diz respeito à manifestação da crise em termos de valor. Assim, o que Arrighi entende como dois fenômenos distintos e opostos são, ao contrário, dimensões inter-relacionadas do mesmo problema, qual seja, a crise do capital. As relações entre a sobreacumulação e a sobreprodução são descritas em *O negativo do capital* (GRESPLAN, 1999).

o desemprego, a queda da arrecadação de impostos e o aumento dos gastos do governo. Dentre esses fatores, contudo, aquele ao qual Arrighi confere maior importância refere-se ao financiamento das atividades do Estado.

Por um lado, o aumento da demanda por recursos financeiros por parte dos Estados resulta da queda desproporcional de suas receitas como consequência da crise, muitas vezes acompanhada do aumento dos subsídios às empresas em dificuldade. Além disso, no caso dos Estados mais comprometidos com o bem-estar social, também é provável que ocorra um aumento dos gastos com a seguridade social em razão do reflexo da desaceleração sobre os trabalhadores em geral. Enfim, os recursos angariados pelo Estado podem ser utilizados seja para dar amenizar as dificuldades das classes subordinadas, seja para apoiar o capital a ele associado. A principal função dos recursos obtidos pelos Estados, contudo, é o financiamento da competição interestatal, em particular dos conflitos militares. O financiamento da dívida pública é um dos principais mecanismos por meio dos quais a relação entre Estado e capital se manifesta. Além disso, o financiamento das rivalidades interestatais compõe um dos principais elementos da relação entre capitalismo, industrialismo e militarismo à qual Arrighi confere tanta importância.

O aumento geral da demanda por recursos monetários provoca uma elevação da taxa de lucro do setor financeiro. Seria de se esperar que esse aumento da lucratividade promovesse uma realocação de capital em direção às finanças, reduzindo o lucro do setor financeiro e recuperando o lucro dos setores ligados à produção material. Esse movimento, contudo, não se realiza devido ao caráter essencialmente monopolista das altas finanças. Nesse sentido, somente os agentes empresariais mais bem posicionados e melhor relacionados conseguem um lugar à mesa e se beneficiam das dificuldades enfrentadas pelo Estado, seja em razão de seu conhecimento privilegiado das condições econômicas, seja devido a seu controle proporcionalmente elevado sobre a liquidez da economia mundial.

O conhecimento privilegiado permite aos principais capitalistas saber com alguma precisão quando é “chegada a hora de sair do comércio para evitar uma queda catastrófica dos lucros, e também o que fazer para tirar proveito da consequente instabilidade da economia mundial, evitando os prejuízos a ela associada” (ARRIGHI, 2006, p. 241). Já o controle da superior da liquidez possibilita facilitar e estimular a demanda por capital circulante.

Uma vez ingressados nesse seleto grupo, esses agentes financistas, que segundo Arrighi representam os capitalistas por excelência, passam a exercer uma enorme influência sobre as decisões do Estado, fazendo dele quase sempre um refém dos interesses financeiros e reforçando os privilégios da classe capitalista. Como veremos na segunda metade do trabalho,

a captura do Estado por parte de interesses capitalistas constitui outro grande traço do sistema-mundo capitalista não partilhado pelo sistema-mundo oriental.

A combinação entre as dificuldades econômicas acarretadas pelo fim da fase de expansão material e a ascensão da fase de expansão financeira resulta numa polarização da riqueza em benefício do setor financeiro e em detrimento do restante da sociedade. Enfim, a desaceleração da expansão material, o aumento da importância e da influência do setor financeiro e a polarização da riqueza são as principais características da fase de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação, ou simplesmente financeirização.

A polarização da riqueza durante as fases de expansão financeira, ou, em outras palavras, a centralização de capital, tende a beneficiar o *hegemon* responsável pela liderança do sistema-mundo durante um ciclo sistêmico de acumulação. Essa vantagem decorre justamente de sua posição política e econômica privilegiada no interior do sistema interestatal, ainda que se pesem as dificuldades econômicas crescentes que também o afetam. Além do ator hegemônico, a expansão financeira também beneficia a classe capitalista dos demais Estados, principalmente daqueles mais avançados, provocando uma polarização da riqueza também entre as regiões do Centro e da Periferia global, bem como entre os diversos grupos e classes no interior de cada Estado.

As fases de expansão financeira não resolvem os problemas ligados à desaceleração da expansão material e à queda da taxa de lucro, mas tendem a agravá-los, contribuindo não só para o aumento do endividamento público e privado, como também para novas rodadas de intensificação da concorrência intercapitalista e interestatal. Além disso, a centralização de capital e a polarização da riqueza tendem a ser acompanhadas pelo aumento da insatisfação social, tanto da classe trabalhadora, quanto da parte pior posicionada dos agentes empresariais. Assim, ao longo das fases de expansão financeira, a ordem sistêmica característica das fases de expansão material se esvai, contribuindo crescentemente para a instauração de um período de caos sistêmico.

Eventualmente, a intensificação da competição e o agravamento do período de caos sistêmico levam à ascensão de uma nova via de desenvolvimento com maior potencial de crescimento que a antiga, permitindo a consolidação de uma nova fase de expansão. A partir daí, a contradição entre a auto-expansão do capital e a expansão material é temporariamente resolvida e tem início um novo ciclo sistêmico de acumulação, liderado por um novo conjunto de agentes governamentais e empresariais, como no caso da transição do ciclo holandês para o inglês, ou do inglês para o americano.

transição entre ciclos sistêmicos de acumulação envolve uma mudança dos principais representantes do “alto comando” da economia mundial. Para que essa alteração possa ser efetuada, é necessário que haja uma transferência de recursos das organizações em declínio para aquelas em ascensão. Este processo de transferência ou de reciclagem do capital monetário é efetuado por meio de dois mecanismos principais. O primeiro deles está ligado ao financiamento da dívida pública e o segundo aos processos de concentração de capital, ambos os quais já mencionamos acima. Façamos mais algumas observações sobre cada um deles.

O financiamento da dívida pública das organizações territorialistas em ascensão permite, de uma só vez, que os capitalistas até então aliados à potência em declínio desfrutem dos lucros resultantes da demanda por capital circulante dos primeiros, enquanto favorecem suas probabilidades de sucesso nas lutas pelo poder. Os recursos para o pagamento dos agentes capitalistas são provenientes, como vimos acima, da conquista forçosa de mercados, territórios e populações, seja por meio da guerra, seja por meio de ferramentas diplomáticas. Já no caso da concentração de capital, o processo se divide em duas etapas. A primeira envolve uma breve reanimação da potência em declínio após a primeira guinada para a financeirização. Contudo, de acordo com Arrighi “este momento maravilhoso nunca expressou uma renovação da capacidade desse regime de gerar uma nova rodada de expansão material da economia mundial capitalista” (ARRIGHI, 2006, p. 244). Pelo contrário, serviu invariavelmente apenas para alimentar a luta competitiva que precipitou sua crise terminal. Já o outro tipo de concentração teve como principal função promover a ascensão de novos blocos de acumulação que desestabilizaram ainda mais as estruturas em declínio. Este último fator é importante, pois fornece uma resposta à pergunta não respondida por Brenner: de onde surgem os recursos que permitem que os novos blocos de capital se fortaleçam para enfrentar o desafio imposto pelo desenvolvimento desigual? De acordo com Arrighi, estes recursos são obtidos, ao menos em parte, por meio dos investimentos financeiros realizados pelas principais organizações capitalistas da economia mundial. Assim, por exemplo, o financiamento da dívida pública dos Estados que sediam organizações capitalistas em ascensão permite que eles favoreçam o florescimento de blocos nacionais ou regionais de capital¹⁰. Da mesma maneira, investimentos de capital aplicados em grupos empresariais promissores permitem que os blocos tardios de capital possam se desenvolver.

¹⁰ O favorecimento dos blocos de capital a partir do Estado envolve os mecanismos de acumulação por espoliação descritos por Harvey (2005) em *O novo imperialismo*. A acumulação por espoliação diz respeito aos mecanismos de obtenção de ativos de baixo custo que permitam a continuidade dos processos de acumulação, especialmente em situações de crise. Ela caracteriza-se pelo recurso sistemático à violência, a pilhagem e à

A queda da taxa de lucro ligada à expansão material provoca uma crise de sobreacumulação que incentiva a transferência do excesso de capital para as finanças. Mas, nesse caso, o redirecionamento dos investimentos não deveria provocar a queda da lucratividade também no setor financeiro¹¹? Em outras palavras, de onde vem o incentivo que a um só tempo estimula a transferência e possibilita uma lucratividade elevada aos agentes envolvidos na financeirização? De acordo com Arrighi, a resposta encontra-se na própria dinâmica da intensificação da competição entre as diversas organizações do sistema. Ocorre que, nos períodos de turbulência sistêmica, não só os agentes capitalistas são obrigados a enfrentar uma concorrência mais agressiva. Pelo contrário, também os diversos Estados que compõem o sistema interestatal passam a se engajar numa escalada da luta competitiva. E para fazer face aos crescentes custos envolvidos nas lutas pelo poder, essas organizações são obrigadas a concorrer entre si pelo capital circulante em posse das organizações capitalistas. De acordo com Arrighi,

Em todas as fases de expansão financeira da economia mundial, a superabundância de capital monetário, gerada pela queda nos lucros e pelo aumento dos riscos de seu emprego no comércio e na produção, foi igualada ou até superada por uma expansão aproximadamente sincrônica da demanda de capital monetário, por parte de organizações para quem o poder e o *status*, e não o lucro, eram o princípio de ação norteador. Em geral, essas organizações não ficaram desestimuladas, como as organizações capitalistas, com a queda nos lucros e o aumento dos riscos do emprego do capital no comércio e na produção. Ao contrário, lutaram contra a queda nos lucros tomando emprestado todo o capital que podiam e investindo-o na conquista forçosa de mercados, territórios e populações” (ARRIGHI, 2006, p. 238).

Agora que apresentamos as principais características dos ciclos sistêmicos de acumulação, podemos apresentar uma figura que os esquematiza,

fraude para garantir expropriação dos recursos a serem explorados. Algumas das formas de acumulação por espoliação, ligadas diretamente à financeirização, são descritas por Harvey na seguinte passagem: “Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos da dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo” (HARVEY, 2005, p. 123). Outras formas modernas de acumulação por espoliação incluem a privatização e exploração de recursos da fauna, da flora e do conhecimento de comunidades tradicionais por grandes empresas. O patenteamento e o licenciamento de material genético e do plasma de sementes são exemplos deste tipo específico espoliação, assumindo sua forma mais extrema por meio da biopirataria.

¹¹ Nas palavras de Arrighi: “No mundo imaginário da economia teórica, a oferta superabundante de capital monetário, criada pela diminuição dos lucros na compra e venda de produtos, empurraria os rendimentos para baixo também nos mercados financeiros, assim eliminando o incentivo a que os fluxos de caixa fossem desviados do mercado de produtos para o mercado de capitais. Mas, no mundo real do capitalismo (...), as coisas funcionam de outra maneira” (ARRIGHI, 2006, p. 237).

FIGURA 3 – Evolução dos ciclos sistêmicos de acumulação sob a perspectiva do *hegemon*

Organização governamental líder	Tipo de regime/ciclo		Custos internalizados			
	Extensivo	Intensivo	Proteção	Produção	Transação	Reprodução
Estado-Mundo			Sim	Sim	Sim	Não
Estado-Nação			Sim	Sim	Não	Não
			Sim	Não	Não	Não
Cidade-Estado			Não	Não	Não	Não

Fonte: O fim do longo século XX, Arrighi (2012)

Não nos dedicaremos a uma análise minuciosa das relações acima. Para nossos propósitos, basta mencionar a tendência ao aumento da influência do Estado hegemônico apontada em “Organização governamental líder”. Essa tendência está associada à tentativa segundo Arrighi fracassada dos Estados Unidos de dar origem a um Estado mundial, mas que resultou apenas na criação de um mercado mundial onde têm vantagem não as empresas transnacionais verticalmente integradas responsáveis pela ascensão americana, mas sim a produção flexível e a terceirização em várias camadas características do padrão de desenvolvimento da Ásia oriental. Também cabe destacar a internalização cada vez mais ampla de “custos” apontadas por Arrighi. A internalização dos custos de proteção refere-se à incorporação a ao desenvolvimento cada vez mais interconectado do capitalismo e da indústria militar. Já a incorporação dos custos de produção estão ligadas ao aumento da importância do setor industrial, correspondente à Revolução Industrial. Passemos agora à análise das relações de classe em Arrighi.

2.1.2 RELAÇÕES DE CLASSE

Arrighi aborda as relações de classe em partes diferentes de sua obra. Em *O longo século XX*, por exemplo, o autor dá mais atenção aos grupos ou classes dominantes da

economia capitalista mundial, que segundo ele representam o conjunto essencial de atores para a compreensão dos ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996, p. xii). Já em *Marxist century, american century*, bem como em *Workers North and South* o autor aborda mais diretamente a evolução do sistema capitalista do ponto de vista dos movimentos da classe trabalhadora. Por fim, em *Adam Smith em Pequim*, o autor busca, ainda que de maneira incipiente, integrar suas observações sobre o tema das relações verticais contido em seus trabalhos anteriores, dando ênfase também à relação entre as características e trajetórias de desenvolvimento dos sistemas-mundo ocidental e oriental e a situação da classe trabalhadora.

Segundo Arrighi, a(s) classe(s) dominante do sistema capitalista é formada por capitalistas e governantes. Estes agentes encontram-se inseridos em um sistema-mundo ou sistema interestatal caracterizado pela prevalência de relações capitalistas, a tendência à expansão sistêmica e a existência de um conjunto de unidades políticas que interagem entre si num contexto de equilíbrio de poder, conformando redes de trocas econômicas e alianças políticas.

O impulso por trás da expansão do sistema-mundo decorre principalmente do fato de que os governantes e capitalistas que o compõem competem constantemente entre si em uma luta pelo poder. O poder dos grupos ou classes dominantes que compõem o sistema, por sua vez, é derivado principalmente de sua capacidade de exploração das classes subordinadas e da natureza. As classes dominantes dos países centrais, por sua vez, pode obter poder econômico e político também através de sua influência sobre as classes dominantes dos países periféricos ou do Sul global. Mesmo as classes dominantes dos países centrais podem ser obrigadas a abrir mão de parte do poder disponível para o *hegemon* de forma possibilitar a estabilidade do sistema.

Em relação à concorrência ligada às lutas pelo poder, é possível encontrar um ponto de convergência entre Brenner e Arrighi, já que, para os dois autores, ela é o fator fundamental por trás da dinâmica do sistema. Arrighi, contudo, dá atenção em sua teoria não só à concorrência econômica intercapitalista, mas também à concorrência política, isto é, à concorrência interestatal. Além disso, conforme vimos na seção anterior, o autor enfatiza sempre a estreita relação entre Estado e capital em seus argumentos. Brenner, por outro lado, apesar de não levar em conta os aspectos mais propriamente políticos em sua teoria, leva-os em conta em alguma medida em sua narrativa histórica.

O poder pelo qual lutam as unidades que integram o sistema-mundo é necessário tanto para promover a expansão do bem-estar de um ou mais grupos ou classes da sociedade quanto para fazer face à concorrência. De maneira análoga à competição horizontal

intercapitalista, a incapacidade de uma formação estatal competir em condições de igualdade com seus adversários políticos acarreta sua subordinação no interior do sistema interestatal.

A luta pelo poder no contexto do desenvolvimento do sistema interestatal capitalista, baseado na competição política e econômica, leva à ascensão de uma potência hegemônica. A emergência de um tal agente é necessária para garantir que as estruturas econômicas e políticas que conformam o sistema interestatal apresentem certa estabilidade a permitir a contínua expansão do poder das classes dominantes, por mais que isso transcorra num ambiente competitivo. Assim, o *hegemon* é responsável simultaneamente por impedir que a competição entre as diversas frações das classes dominantes assuma um caráter mutuamente destrutivo e por estimular a formação de um ambiente favorável à expansão geral do poder dos grupos ou classes dominantes. Em outras palavras, o *hegemon* é o principal responsável por garantir a estabilidade e a reprodução da ordem sistêmica.

Aqui cabe uma observação. Ao longo de seus trabalhos, Arrighi constantemente associa os diversos grupos ou classes dominantes a Estados particulares. Sem dúvida, esse tipo de associação representa um papel importante para a compreensão da evolução do sistema capitalista, particularmente se forem levadas em conta as relações estabelecidas entre os representantes do capital e do Estado, às quais Arrighi dá tanta atenção. No entanto, é preciso também que não se perca de vista a questão da formação e da interação entre grupos ou classes transnacionais.

Uma questão importante de ser tratada aqui refere-se à tendência ou não para a formação de uma classe capitalista transnacional. Arrighi toca no assunto quando menciona a cooperação que prevalece entre as diversas unidades do sistema durante as fases de expansão material dos ciclos sistêmicos de acumulação. Além disso, o autor trata implicitamente do assunto quando mostra que o agravamento dos períodos de caos sistêmicos tende a favorecer a formação de alianças entre os grupos ou classes dominantes dos diversos Estados, e mesmo entre esses e as classes subordinadas, para evitar a subversão completa das estruturas vigentes e restaurar a ordem sistêmica. Outra questão importante refere-se à relação entre o poder dos Estados nacionais frente às instituições transnacionais, como as organizações internacionais. Arrighi aborda esse ponto quando trata do conceito de hegemonia e da influência desproporcional exercida pelo *hegemon* nesse tipo de instituição.

Cabe ressaltar também a questão da competição interna entre agentes empresariais e governamentais ligados a um mesmo Estado. Este talvez seja um dos pontos fracos da análise de Arrighi, visto que o autor acaba por subestimar as relações internas às diversas unidades do sistema. Por fim, é importante notar que Arrighi trata de temas importantes

relacionadas a questões supranacionais, como quando aborda as relações centro-periferia ou Norte-Sul. Ainda assim, o autor deixa algumas questões importantes no ar, em especial os mecanismos através dos quais se consolidam as alianças e as relações entre esses dois blocos distintos. Depois dessas observações, voltemos à análise da evolução sistêmica do ponto de vista dos grupos ou classes dominantes.

Do ponto de vista econômico, o esgotamento das oportunidades e o aumento da competição intercapitalista leva a uma queda da lucratividade auferida na produção e no comércio, levando muitas delas a recorrer a empréstimos para permanecer em seus ramos de atividade e outras a realocar seu capital para as finanças. Por outro lado, a intensificação da competição entre as diversas unidades políticas do sistema interestatal leva a um aumento da demanda por capital financeiro – nas palavras de Arrighi, capital circulante – para fazer face à queda da arrecadação fiscal e ao aumento da turbulência sistêmica. O aumento da demanda por capital financeiro por parte dos empresários e governantes gera uma pressão para o aumento da taxa de lucro das atividades financeiras e permite que os agentes capitalistas mais bem informados e com maiores recursos promovam com sucesso a realocação de seu capital para as finanças. Aqui é preciso notar que este processo de financeirização não resolve o problema geral da lucratividade, beneficiando apenas a parcela mais privilegiada da classe capitalista capaz de se associar ao mundo das altas finanças. Assim, os integrantes do setor financeiro tendem a desfrutar de altas taxas de lucro durante os períodos de desaceleração da expansão material.

As fases de desaceleração da expansão material associam-se não só ao aumento das dificuldades do Estado e dos empresários ligados às atividades industriais e comerciais, mas também da classe trabalhadora. No caso da classe trabalhadora, isso se dá em razão da diminuição das oportunidades de emprego, reduzindo a renda das famílias e muitas vezes as obrigando a recorrer também ao capital financeiro. Já no caso do Estado, ela manifesta-se não só na forma da queda da arrecadação, mas também no aumento dos gastos sociais e com subsídios às empresas. Por fim, as frações do capital ligadas às atividades industriais e comerciais sofrem justamente com a queda da taxa de lucro. Esses fatores inter-relacionados produzem como resultado uma tendência à polarização da riqueza entre os representantes do capital financeiro e os demais integrantes da sociedade. Essa é, em linhas gerais, a tese da financeirização de Arrighi, a qual representa uma fase de um ciclo sistêmico de acumulação onde o capital financeiro passa a desfrutar de cada vez mais poder no interior da estrutura societal vigente.

A financeirização não reverte a escalada competitiva entre os integrantes dos diversos Estados, fornecendo apenas os recursos para a politização da concorrência, isto é, para que a concorrência seja cada vez mais travada também no plano político, e não só no plano econômico. Por fim, um último papel da financeirização é o de transferir recursos da potência hegemônica em declínio para a potência em ascensão por meio de investimentos, proporcionando simultaneamente uma *belle époque* para o antigo *hegemon* e financiando eventualmente a ascensão da nova potência mundial.

Do ponto de vista político, o aumento da concorrência leva a um dismantelamento das redes de poder que unem as classes dominantes. Além disso, resulta numa queda da legitimidade e do prestígio das classes dominantes do sistema, em geral, e da potência hegemônica, em particular. Por fim, leva também a um aumento da agitação social entre as classes subordinadas conforme se deterioram suas condições materiais de reprodução, também a nível sistêmico.

A escalada da luta competitiva e o declínio progressivo da legitimidade das classes dominantes em geral e da potência hegemônica particular conduzem a um período de caos sistêmico, caracterizado pela ausência total e aparentemente irremediável de organização sistêmica. É durante os períodos de caos sistêmico que surgem as grandes oportunidades para que as classes subordinadas ajudem a promover mudanças estruturais no sistema. Esse ponto é fundamental. Pois, se por um lado, é difícil encontrar em Brenner alguma saída para o problema da exploração da classe trabalhadora, dado que, mesmo durante o período de crise representado pelo longo declínio o autor não aponta nenhum tipo de alternativa ao modelo de negociação econômica entre o trabalho e o capital, em Arrighi os períodos de caos sistêmico parecem constituir momentos onde, de fato, é possível afetar mudanças significativas. Apesar disso, também é verdade que, ao longo dos ciclos sistêmicos de acumulação passados, os diversos movimentos de agitação social levados a cabo pela classe trabalhadora serviram mormente para reorganizar e colocar no poder novos grupos ou classes dominantes, ainda que se leve em conta os direitos e demais conquistas das classes subordinadas obtidos ao longo do tempo. Isso coloca a pergunta sobre se os grupos ou classes subordinados possuem um papel primordialmente instrumental na teoria de Arrighi, ou se ele deixa aberto um espaço para a ruptura com as sociedades de classes. Uma questão importante nesse sentido refere-se ao caráter necessário ou contingente da recorrência dos ciclos sistêmicos de acumulação. Nesse sentido, em *Adam Smith em Pequim* o autor divisa três tendências de que podem se materializar com a aproximação do fim do ciclo sistêmico de acumulação americano. Uma delas refere-se de fato à ascensão hegemônica da China nos moldes dos ciclos anteriores. As

outras duas, porém, reconhecem a possibilidade de uma mudança substantiva em relação a eles. A primeira delas, mais sombria, está associada a um aprofundamento do caos sistêmico a um nível até então inaudito, inclusive com a possibilidade de auto-aniquilação da humanidade. Esta alternativa decorre, entre outros fatores, da extensão praticamente global do sistema-mundo europeu atual, além do caráter energo-intensivo e capital-intensivo do desenvolvimento capitalista, e, finalmente, à separação entre a nova potência econômica em ascensão, a China, e aquela que continua sendo a maior potência militar do planeta, os Estados Unidos. Por fim, Arrighi divisa ainda uma terceira alternativa, essa mais otimista, ligada à possibilidade de que a hibridação dos caminhos de desenvolvimento ocidental e oriental, com ênfase no último, permita o surgimento de um sistema-mundo caracterizado por um maior equilíbrio entre a riqueza e o poder das diversas nações. Cabe notar, por fim, que a terceira alternativa de Arrighi não representa uma negação da sociedade de mercado e sua substituição por um sistema socialista nos moldes marxistas, já que estaria associada ao espraiamento do modelo chinês, extensamente baseado em relações mercantis. Nesse sentido, o autor parece se encaixar entre os defensores da possibilidade de uma espécie de socialismo de mercado. Voltaremos a esse ponto adiante. Depois dessa breve digressão, voltemos à análise da evolução dos ciclos característicos do sistema-mundo ou sistema interestatal europeu.

Conforme avança a situação de caos sistêmico, aumenta a demanda por ordem advinda das classes dominantes, das classes subordinadas ou mesmo de ambas. Nesse contexto, os agentes que se mostram capazes de atender às principais reivindicações dos que clamam pela reconstituição da estabilidade tornam-se aptos a exercer a hegemonia, liderando a reestruturação econômica e política do sistema, restabelecendo a prevalência da cooperação entre as classes dominantes, cooptando ou reprimindo as frações das classes subordinadas ainda agitadas, e, por fim, estimulando a ocorrência de uma nova fase de expansão material¹².

¹² Aqui é preciso fazer uma observação sobre a relação entre o político e o econômico. Nem todas as unidades políticas do sistema concorrem à posição hegemônica, dada a disparidade de poder econômico e político entre elas. Nesse sentido, apenas os conjuntos mais bem posicionados de agentes empresariais e governamentais são capazes de forjar alianças fortes o suficiente para permitir seu engajamento na competição cujo resultado é a eleição do líder do sistema interestatal. Como vimos ao tratar da relação indústria-financeiras em Arrighi, do ponto de vista econômico os agentes mais bem posicionados do sistema são aqueles ligados à esfera das altas finanças. O sucesso na esfera financeira, além disso, está intimamente relacionado à possibilidade de incorporar com sucesso os ramos industriais de maior valor agregado. Por fim, uma das principais características do capitalismo, segundo Arrighi, é a correlação positiva entre o desenvolvimento industrial de um determinado Estado e o desenvolvimento de seu potencial militar. Em resumo, o desenvolvimento paralelo do capitalismo, do industrialismo e do militarismo possibilita que o Estado mais avançado do sistema interestatal se destaque e assumam a posição hegemônica num determinado ciclo sistêmico de acumulação.

Estas são, em linhas gerais, as ideias de Arrighi a respeito da evolução dos ciclos sistêmicos de acumulação com foco nos grupos ou classes dominantes. Essa abordagem tem a vantagem de elucidar a maneira básica de interação entre as diversas frações que compõem os grupos ou classes dominantes do sistema interestatal. Um dos pontos fortes da análise de Arrighi, nesse sentido, refere-se à atenção para a interação entre os agentes governamentais e os agentes empresariais ou capitalistas propriamente ditos. Ao focar a relação dialética entre esses dois grupos, Arrighi evita análises da evolução do sistema capitalista de caráter economicista, como Brenner em sua teoria sobre a turbulência global, embora esse autor amenize esse problema por meio de sua narrativa histórica.

Apesar disso, a análise de Arrighi em *O longo século XX* também apresenta problemas importantes. Um deles refere-se à interação entre as classes dominantes dos países do centro ou Norte global e aquelas que compõem a periferia ou o Sul global. Arrighi deixa de evidenciar, por exemplo, a relação de subordinação relativa entre os grupos dominantes dos países periféricos e aqueles dos países centrais, como essa relação evolui ao longo do tempo e quais são as condições para que os grupos dominantes do Sul global contornem sua situação de dependência em relação aos países centrais. Além disso, como já notamos, Arrighi não dá muita atenção à interação entre os grupos ou classes dominantes e os grupos subordinados de cada país, as quais assumem um papel importante apenas nos períodos de caos sistêmicos. O próprio Arrighi se mostra ciente desses problemas quando reconhece que “a luta de classes e a polarização da economia mundial em centros e periferias – ambas as quais desempenharam um papel destacado em minha concepção original do longo século XX – desapareceram de cena quase por completo” (ARRIGHI, 1996, p. xii). O autor justifica essa posição afirmando que os processos ligados ao “alto comando” do sistema interestatal constituem os elementos mais importantes para entender a relação entre o dinheiro e o poder na formação do longo século XX, acrescentando que sua visão básica sobre as relações de classes encontra-se delineada em *Marxist century, american century* (1990).

Agora que apresentamos em linhas gerais a visão de Arrighi a respeito dos grupos ou classes dominantes e a dinâmica básica de sua interação, podemos nos voltar para sua abordagem sobre a evolução histórica das relações de classe com foco nos movimentos da classe trabalhadora. Isto nos permitirá entender melhor como o autor enxerga a questão das relações verticais e qual sua relação com a questão da unidade de análise.

Em *Marxist century, american century* (ARRIGHI, 1990), Arrighi defende a tese de que a ideia central proposta por Marx no *Manifesto Comunista* seria a de que o desenvolvimento e a expansão do sistema estariam ligados a duas tendências. Elas levariam,

por um lado, ao aumento da miséria do trabalho através da consolidação de um exército industrial de reserva. E, por outro, promoveriam um aumento concomitante do poder do trabalho relacionado ao que Arrighi batiza de “exército industrial em atividade” [*Active Industrial Army*], que equivale à força de trabalho empregada (ARRIGHI, 1990, p. 30).

O processo de pauperização da classe trabalhadora associado à expansão do exército de reserva transformaria seus integrantes num peso para a sociedade que a burguesia se recusaria ou não seria capaz de assumir, o que minaria sua legitimidade ao longo do tempo. Já o poder do trabalho, através da substituição da competição entre os trabalhadores por sua associação e cooperação, levaria à diminuição da extração de mais-valia e à redução dos incentivos para a contratação de novos empregados, mais uma vez minando a legitimidade e o poder da burguesia. Por fim, dado o fato de que tanto o exército industrial de reserva quanto o exército industrial em atividade são formados pelos mesmos trabalhadores, que revezam-se constantemente entre os dois grupos, a incapacidade de assegurar o sustento dos trabalhadores do exército de reserva se traduziria num aumento da combatividade e do poder dos trabalhadores do exército em atividade. Por trás desses dois processos estaria a tendência à expansão do modo de produção capitalista ao redor do mundo, que generalizaria a divisão polarizada da sociedade entre burgueses e proletários. Juntos, o aprofundamento concomitante da miséria e do poder da classe trabalhadora e a expansão do modo de produção capitalista levariam à intensificação da luta de classes, à derrocada da classe burguesa e à superação do capitalismo por um sistema não-competitivo e não-explorador, o comunismo. Arrighi volta a defender a ideia de que Marx teria corroborado a tese de uma expansão indiferenciada do sistema capitalista pelo mundo em *Adam Smith em Pequim*, quando compara as proposições do *Manifesto comunista* à ideia defendida por Friedman em *O mundo é plano*, segundo a qual a globalização do capitalismo implicaria numa homogeneização da divisão de classes nas diversas regiões do mundo e numa equalização da riqueza das nações (ARRIGHI, 2007, p. 36-37). Segundo Arrighi, haveria uma tendência do capitalismo de produzir não só uma polarização de classes, mas também uma polarização da riqueza das nações que compõem o sistema. Essas duas tendências, além disso, apresentariam uma relação conflituosa, e mesmo contraditória entre si. Aqui, Arrighi posiciona-se ao lado de André Gunder Frank, que desenvolveu a tese do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* para explicar a persistência da desigualdade entre as nações do centro, que Arrighi associa com o Norte global, e as da periferia, isto é, o Sul global. Vejamos a seguir como o autor aborda esse ponto.

Em *Marxist century, american century* Arrighi propõe uma periodização para analisar em linhas gerais o desenvolvimento do sistema capitalista, com foco no movimento

trabalhista mundial e em suas ideologias. O primeiro período vai do ano de publicação do *Manifesto*, lançado em 1848, até 1896, o segundo de 1896 a 1948 e o terceiro de 1948 a 1990, data da publicação do artigo de Arrighi.

Em linhas gerais, a primeira metade do período 1848-1896 é marcada por uma fase de expansão material a nível sistêmico, com o apogeu do capitalismo concorrencial ou de mercado, e de ordem sistêmica sob hegemonia britânica. Já a segunda metade, correspondente ao longo declínio do século XIX, é marcada pela intensificação da competição intercapitalista, que leva à queda geral dos preços e à redução da lucratividade auferida a partir da expansão material. Paralelamente à redução da lucratividade no comércio e na produção, ocorre um aumento da demanda por capital circulante por parte dos Estados centrais devido à escalada das lutas pelo poder. Estes dois fatores contribuem para o início de uma fase de expansão financeira, em consonância com a tese dos ciclos sistêmicos de acumulação desenvolvidos mais tarde em *O longo século XX*. Por fim, essa fase marca o nascimento e a consolidação do capitalismo de corporações naquela que viria a ser a nova potência hegemônica mundial, os Estados Unidos. Ao longo de todo este período, verifica-se um aumento simultâneo e homogêneo da exploração e da miséria da classe trabalhadora, decorrente da extensão e da intensificação das relações capitalistas de produção, e o aumento do poder do trabalho, com o crescimento da participação política da classe trabalhadora por meio da atividade grevista e da formação de organizações trabalhistas, como sindicatos e partidos operários (ARRIGHI, 1990, p. 36). A importância do crescimento do nível de organização das entidades trabalhistas é reforçada por Arrighi em *Adam Smith em Pequim* (1990, p. 133). Ao lado do poder do trabalho, a “guerra de preços” intercapitalista resultante da intensificação da competição contribuíram juntos para reduzir o custo de vida e proporcionar ganhos reais de salário para os membros da classe trabalhadora.

Ao longo de todo o período 1848-1896, como resultado da conjunção entre as duas tendências descritas acima, isto é, do aumento da exploração e da miséria do exército de reserva ao lado do crescimento do poder do trabalho do exército em atividade, o movimento trabalhista emerge e se transforma na principal força antissistêmica em atuação, e o marxismo, após intensa e prolongada disputa ideológica, torna-se ao fim do período a principal fonte de inspiração intelectual do movimento, em detrimento das demais correntes socialistas e do anarquismo.

Se, por um lado, verificou-se uma expansão geral da miséria e do poder do trabalho ao longo do primeiro período, também se iniciou, ainda que de forma bastante incipiente, um processo de disjunção entre formas diretas e indiretas de luta de classes, com a

atividade grevista predominando nos EUA e na Inglaterra e a consolidação de partidos em outros lugares, como a Alemanha. Além disso, Arrighi nota que o processo de formação da classe operária industrial nos países do centro levou primordialmente não ao desenvolvimento de tendências políticas revolucionárias no seio da classe trabalhadora, mas sim à consolidação de formas estruturais de luta de classes, mormente por meio de greves e da atuação de partidos políticos ligados à classe operária. Mesmo a formação dos partidos políticos da classe trabalhadora não teve, segundo Arrighi, uma motivação diretamente baseada na exploração econômica, sendo mais motivada pela centralidade do Estado na regulação da vida social e pela tentativa de conquista de direitos civis básicos, como o direito de voto e de reunião e associação. Nesse sentido, segundo Arrighi a relação entre a classe operária e o poder político permaneceu primordialmente instrumental. Por fim, mesmo no interior do movimento marxista, inicia-se uma divisão entre duas alas, a reformista e a revolucionária. Essas discrepâncias, de caráter incipiente, na época quase não foram notadas, mas acabariam tornando-se cada vez mais importantes no período 1896-1948, levando à divisão do movimento trabalhista em dois campos opostos e antagônicos.

Em *Adam Smith em Pequim*, ao abordar o longo declínio do século XIX, Arrighi concorda com a tese de Brenner de que as relações horizontais, isto é, as relações intercapitalistas, tenham sido o principal fator por trás da guerra de preços e da queda da taxa de lucro. Além disso, Arrighi acredita que as campanhas por aumentos salariais reais levadas a cabo pela classe trabalhadora tenham sido importantes para provocar uma forte migração de capital na forma de um “crescimento explosivo do investimento externo britânico na década de 1880” (ARRIGHI, 2008, p. 133). Por fim, ainda em concordância com a tese de Brenner, Arrighi aponta que os conflitos mais intensos entre capital e trabalho, tanto por meio da atividade grevista quanto através da criação de partidos políticos da classe operária, tenham ocorrido após o início da queda de lucratividade, não podendo, portanto, ser apontados como causa inicial da mesma.

Ainda que admita alguns pontos de concordância, Arrighi discorda de Brenner em outros pontos importantes, mesmo no contexto do século XIX. Nesse sentido, Arrighi aponta que, ainda que a queda dos preços decorrente da intensificação da concorrência intercapitalista tenha sido o principal fator para a elevação dos salários reais no decorrer do longo declínio do século XIX, a influência dos trabalhadores certamente contribuiu para evitar uma queda proporcional do salário nominal e, assim, para assegurar ganhos reais para o trabalho. Além disso, a impossibilidade de transferir o fardo da queda de lucratividade para os trabalhadores sem trazer à tona o risco de uma convulsão social influenciou no que Arrighi chama

de “politização da concorrência”, por meio da qual as principais potências capitalistas de então abraçaram o imperialismo como uma maneira de investir as somas de capital excedente e recuperar a lucratividade (ARRIGHI, 2008, p. 133). Aqui, mais uma vez, nota-se a importância da questão da unidade de análise em Arrighi, com a atenção prioritária aos acontecimentos sistêmicos. Nesse sentido, o imperialismo é visto como uma forma de exploração do Sul pelo Norte, por exemplo. Além disso, ele também funciona como uma maneira de deslocar as contradições internas aos diversos Estados através de sua exportação, o que tende a levar ao surgimento de uma relação problemática entre os trabalhadores do Sul e do Norte, com os últimos beneficiando-se, ainda que indiretamente e, até certo ponto, involuntariamente, da exploração dos primeiros. No limite, os trabalhadores do Norte podem se alinhar, do ponto de vista prático, aos interesses das classes dominantes do Norte em detrimento dos integrantes do Sul, incluindo capitalistas e trabalhadores, ainda que possam continuar defendendo discursivamente a solidariedade internacionalista da classe trabalhadora mundial.

Arrighi também critica a adequação das teses de Brenner ao longo declínio do século XIX no que diz respeito ao papel dos fluxos de capital e trabalho. Assim, o autor nota que a migração de capital a partir da Grã-Bretanha envolveu primordialmente não o deslocamento industrial para estas regiões, mas sim a construção de infraestrutura e o incentivo à expansão da demanda pelas mercadorias britânicas, estimulando, ao mesmo tempo, a oferta de matérias-primas baratas e de bens que faziam parte da cesta de consumo dos trabalhadores. Estas observações problematizam a tese de Brenner sobre a migração de capital e vão de encontro à ideia de que ela produza inequivocamente um flaqueamento do poder de barganha da classe trabalhadora (ARRIGHI, 2008, p. 133-134). No caso da migração da força de trabalho, Arrighi mostra que, se por um lado a imigração massiva de mão de obra para os Estados Unidos pode de fato ter contribuído para conter o poder do trabalho americano, por outro certamente aumentou sua força nas regiões que serviram de escoadouro da mão de obra, particularmente a Europa. Nesse ponto, é possível identificar uma fraqueza do argumento de Arrighi, já que, tanto em *Marxist century, american century*, quanto em *Adam Smith em Pequim*, o autor por vezes assume a existência de um mecanismo homeostático a equilibrar os fluxos e o poder tanto do capital quanto do trabalho.

Em grande medida como resultado das relações horizontais e verticais no decorrer do longo declínio do século XIX, o período 1896-1948 assiste à politização da concorrência e à conformação de uma fase de caos sistêmico, em que “as guerras literais entre potências capitalistas em ascensão e em declínio, mais do que as guerras de preço entre empresas

capitalistas, passaram a dominar a dinâmica dos conflitos, fossem eles horizontais ou verticais” (ARRIGHI, 2008, p. 134). Estes acontecimentos provocaram uma interrupção progressiva do mercado mundial a partir da Primeira Guerra Mundial, culminando com seu colapso durante as décadas de 1930 e 1940.

O abalo do mercado mundial teve consequências importantes sobre as tendências ao aumento da miséria e do poder do trabalho. Conforme a interpretação arrighiana de Marx, o desenvolvimento do capitalismo, baseado no funcionamento normal do mercado mundial, deveria acarretar não só a intensificação das tendências ao aumento da miséria e do poder do trabalho, mas também em sua distribuição relativamente homogênea ao longo das regiões incorporadas ao sistema. Com a suspensão do mercado, contudo, apesar da continuidade do avanço da indústria e da proletarização, a miséria e o poder do trabalho passaram a ser distribuídos de maneira polarizada. Assim, a tendência ao aumento do poder do trabalho prevaleceu sobretudo nos países centrais ou do Norte, onde ocorre uma elevação expressiva do Exército Industrial em Atividade e cresce o grau de associação e cooperação entre trabalhadores devido à industrialização de guerra. Em outras palavras, o poder social do trabalho no centro cresceu paralelamente à escalada das lutas pelo poder no interior do sistema interestatal.

Nas regiões periféricas, por sua vez, acentua-se a miséria do trabalho. Isto é uma decorrência da diminuição da capacidade ou da disposição das classes dominantes de oferecerem um mínimo de proteção econômica e política à classe trabalhadora, num contexto de escalada das lutas pelo poder. Estas duas situações apresentam, contudo, uma característica em comum. Em nenhuma das duas, segundo Arrighi, o movimento formado pelos membros da classe trabalhadora desenvolveu espontaneamente uma propensão à revolução política. A adesão às tendências políticas revolucionárias, nesse sentido, precisaram ser estimuladas a partir de fora. Nas regiões onde prevaleceu a tendência ao aumento do poder do trabalho, não foram conquistados muitos adeptos a esse tipo de projeto. Já nas regiões onde prevaleceu a tendência à intensificação da miséria em massa, apesar de haver adeptos, não havia organização suficiente do movimento nem poder para provocar grandes mudanças. Daí, por exemplo, o papel das vanguardas revolucionárias na Rússia, que buscavam direcionar os descontentamentos da classe trabalhadora no sentido da revolução.

Segundo Arrighi, a bifurcação das tendências faz com que o movimento trabalhista, o marxismo e a luta de classes se ramifiquem por dois caminhos diferentes e cada vez mais antagônicos. O primeiro deles, predominante no centro, segue a via “social” e se utiliza principalmente do poder de desorganização da produção em mãos da classe

trabalhadora. Do ponto de vista intelectual, é influenciado primordialmente pelas ideias revisionistas e reformistas. Já o segundo, predominante nas regiões periféricas e semi-periféricas, assume uma feição primordialmente “política” e se serve-se principalmente da estrutura burocrática dos partidos políticos para tomar o poder estatal e utilizá-lo na modernização de seus Estados. É influenciado sobretudo pelas ideias revolucionárias. Segundo Arrighi, as duas guerras mundiais definiram completamente o rumo assumido pelos dois principais caminhos através dos quais se materializou a luta de classes no período. Os dois, além disso, assumiram, segundo o autor, um padrão semelhante,

(...) a militância trabalhista declarada aumentou às vésperas das duas guerras, reduziu-se temporariamente durante os conflitos propriamente ditos e explodiu assim que terminaram. A Revolução Russa ocorreu durante a onda de militância trabalhista da Primeira Guerra Mundial, e a da Segunda Guerra Mundial assistiu à disseminação dos regimes comunistas na Europa oriental, na China, na Coreia do Norte e no Vietnã. Foi nesse contexto de militância trabalhista crescente no centro e de revolução comunista nas regiões periféricas e semiperiféricas que se estabeleceram os parâmetros sociais da ordem mundial norte-americana pós-guerra. A forma e a intensidade da concorrência entre os capitalistas, ou seja, a rivalidade e as guerras mundiais entre os imperialistas, definiram a forma e a intensidade da luta dos trabalhadores nesse período. Mas o *feedback* da luta dos trabalhadores na trajetória dos conflitos entre os capitalistas foi bem mais forte na primeira metade do século XX do que durante a longo declínio de 1873 a 1896” (ARRIGHI, 2008, p. 135).

Estes foram os fatores, que, segundo Arrighi, explicam o surgimento do regime “favorável à mão de obra” nos países capitalistas avançados no fim da Segunda Guerra Mundial. Aqui é possível perceber a importância atribuída por Arrighi aos grupos ou classes subordinados nos períodos de caos sistêmico, conforme o autor aponta em *O longo século XX* e em *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* (2001). Além disso, o autor confere uma importância fundamental à divisão dos caminhos dos trabalhadores do centro e da periferia, ou do Norte e do Sul global.

Em resumo, o segundo período é marcado pelo caos sistêmico, acarretando na queda da hegemonia britânica e a ascensão da hegemonia norte-americana. É caracterizado também pelo fim do capitalismo de mercado e a consolidação do capitalismo de corporações nos Estados Unidos. Do ponto de vista do movimento trabalhista e do marxismo, marca, simultaneamente, uma extensão de sua influência e uma divisão interna em duas alas cada vez mais opostas, a reformista e a revolucionária.

De acordo com Arrighi, caso as tendências verificadas durante o segundo período não fossem revertidas, isto é, caso a situação de caos sistêmico persistisse, e com ele a intensificação das guerras e da luta de classes, acompanhadas de revoluções na periferia e semi-periferia e de grandes avanços sociais e políticos para os trabalhadores do centro, o

capitalismo seria certamente eliminado, restando saber a forma específica que assumiria o fim desse sistema específico. Ocorre que as duas tendências foram revertidas, e a primeira etapa do terceiro período assistiu à pacificação dos conflitos interestatais e à instauração de uma nova fase de expansão material sob hegemonia americana, correspondente ao longo *boom* de Brenner.

Já vimos em linhas gerais como Arrighi aborda o período entre 1948-1990, particularmente no que diz respeito ao longo declínio. Ainda assim, cabe destacar como o autor aborda esse intervalo em *Marxist century, american century*. De acordo com ele, o período 1948-1990 também pode ser dividido em duas fases. A primeira marca a instauração de um novo período de ordem sistêmica sob hegemonia americana, bem como uma fase de expansão material, correspondente ao longo *boom* estudado por Brenner em *A economia da turbulência global*. Marca também a expansão mundial do capitalismo de corporações a partir dos Estados Unidos. Por fim, do ponto de vista do movimento trabalhista, marca sua expansão e fragmentação, com o aumento do antagonismo entre suas diversas frações. Esse é o período da maior onda de descolonização da história, com a formação de diversos Estados formalmente independentes ao longo da periferia. É também o período onde questões identitárias assumem uma maior importância, como nas reivindicações de direitos associados às temáticas de gênero e étnico-raciais. O marxismo também é atingido pelo aumento dos antagonismos no interior do movimento e acaba entrando numa crise não resolvida até a publicação do artigo de Arrighi.

Em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi modifica sua abordagem e passa a analisar as características e a evolução não apenas a partir do prisma do sistema-mundo ocidental capitalista, mas também levando em conta sua coexistência e interação com o sistema-mundo oriental, também baseado no mercado, mas de caráter não-capitalista. Listemos brevemente as características dos dois para em seguida analisar sua influência sobre o movimento trabalhista e a forma particular de interação entre a classe trabalhadora e as demais classes em cada um desses sistemas. Arrighi identifica dois tipos de trajetórias de desenvolvimento, uma de caráter smithiano e outra de caráter schumpeteriano-marxiano. De acordo com o autor

Um tipo ocorre dentro de dado arcabouço social; aproveita o potencial oculto de crescimento econômico desse arcabouço, mas não altera de modo fundamental o arcabouço propriamente dito. Podem ocorrer mudanças fundamentais do arcabouço social capazes de aumentar ou reduzir o potencial de crescimento econômico. Mas elas nascem de processos e ações de natureza não econômica, e não dentro do processo de crescimento econômico (...).

Em contrapartida, o segundo tipo de desenvolvimento econômico com base no mercado tende a destruir o arcabouço social dentro do qual ocorre e a criar condições (não necessariamente concretizadas) para o surgimento de novos

arcabouços sociais com potencial de crescimento diferente. O arcabouço social também pode mudar por outras razões além da dinâmica interna do processo econômico. Nesse caso, contudo, as mudanças nascidas de processos e ações de natureza não econômica são secundárias ou subordinadas às mudanças nascidas dentro do processo econômico (...) (ARRIGHI, 2008, p. 56).

O que faz com que o sistema capitalista seja caracterizado por um tipo ou trajetória de desenvolvimento baseado num arcabouço social flexível é seu caráter concorrencial e sua tendência incessante à autovalorização do capital, que exige constantemente a reformulação dos arranjos institucionais e sociais que o compõem. Essas características além disso, geram uma propensão constante às grandes inovações e à expansão do sistema, resultando na incorporação progressiva de novas regiões ao seu domínio. Em contraste, o sistema de mercado não-capitalista asiático é definido por seu arcabouço social rígido, que por um lado limita as grandes inovações, mas também diminui os custos e os riscos das transações e favorece as pequenas inovações. Além disso, o sistema asiático é voltado não para a expansão externa, mas sim para o mercado interno. Outra característica importante do sistema capitalista é a prevalência de atividades intensivas em capital e energia, em contraste com o regime trabalho-intensivo e energo-econômico do sistema oriental. Esse ponto está intimamente relacionado com os problemas enfrentados pela classe trabalhadora. A prevalência dos interesses do capital e sua maior importância relativa faz com que o sistema capitalista assuma um caráter mais prejudicial à classe trabalhadora e à natureza do que o sistema asiático. Em contraste, no sistema asiático tende a prevalecer um regime onde tanto a mão-de-obra quanto a natureza são menos explorados.

A exploração do trabalho evidencia-se, por exemplo, quando se observa a importância dos aspectos associados à divisão técnica do trabalho, em contraposição à divisão social do trabalho, no sistema capitalista, a qual produz como principais resultados a alienação e a degradação da classe trabalhadora, que, por sua vez, afetam características como sua criatividade e combatividade. Talvez seja possível até mesmo dizer que a degradação da classe trabalhadora seja em parte responsável sua cooptação por parte dos interesses das classes capitalistas, os quais passam a ser identificados com o “interesse nacional”. No sistema de mercado oriental, de caráter não capitalista, predomina a divisão social do trabalho, menos nociva aos trabalhadores, e mais ligada ao desenvolvimento da flexibilidade, da polivalência e da criatividade da mão-de-obra. Essas características parecem estar associadas também à maior pró-atividade do movimento trabalhista chinês contemporâneo quando comparado ao movimento trabalhista ocidental, que além de enfraquecido, assume nos dias de hoje um caráter predominantemente defensivo.

A exploração da classe trabalhadora e a degradação da natureza são traços constantes da evolução do sistema capitalista, estando presentes tanto nas fases de expansão material quanto nas fases de expansão financeira. Nesse sentido, por exemplo, a alienação associada ao aprofundamento da divisão técnica do trabalho e a extração de mais-valia ocorrem tanto num fase quanto na outra. Nas fases de expansão financeira, contudo, o caráter predatório do sistema capitalista assume um caráter ainda mais agressivo através dos processos de acumulação por espoliação descritos por Harvey e corroborados por Arrighi. A acumulação por espoliação representa uma forma de combater a queda da taxa de lucro através da privatização e da extração forçada de ativos a preços extremamente baixos. Para que sejam colocados em prática, os processos de acumulação por espoliação que favorecem os agentes empresariais e capitalistas precisam obter a chancela ou, no mínimo, a anuência implícita do Estado, e aqui percebe-se mais uma vez o destaque conferido por Arrighi à relação entre Estado e capital. Do ponto de vista ideológico, os processos de acumulação por espoliação são fundamentados pelo neoliberalismo, que defende a ampliação máxima do domínio das relações de mercado sobre todas as esferas da interação humana. Dentre as formas de acumulação por espoliação destacadas por Arrighi, encontram-se as iniciativas dos países do Norte, especialmente do *hegemon* americano, no sentido da exportação e da contenção dos episódios de desvalorização de capital aos países do Sul, como no caso da crise da dívida da década de 1980 e das diversas crises regionais ocorridas ao longo da década de 1990. De acordo com Arrighi, contudo, tende a expansão do sistema-mundo capitalista tende a tornar mais difícil a superação, ou ao menos, o afastamento das crises de superacumulação por meio dos processos de espoliação, dado o caráter praticamente global do capitalismo e a necessidade da extração de cada vez mais ativos para amenizar o problema da queda da taxa de lucro nas atividades industriais e comerciais.

Ao contrastar o sistema onde prevalecem as características da trajetória de desenvolvimento oriental com aquele onde predominam as feições capitalistas, Arrighi cunha o termo “acumulação sem espoliação” (ARRIGHI, 2008, p. 366-372). Arrighi introduz esse termo em sua discussão sobre a aceleração da retomada das características do antigo sistema asiático a partir das reformas implementadas por Deng Xiaoping iniciadas em meados da década de 1970. As reformas de Xiaoping, por sua vez, só tornaram-se possíveis devido às profundas mudanças implementadas durante o regime de Mao Tsé-Tung, as quais, mais uma vez, representaram um resgate das características do antigo sistema asiático, reforçando seus pontos fortes, como a flexibilidade e a aptidão gerencial dos trabalhadores chineses. A qualidade do trabalho chinês em relação a seu custo, mais do que sua quantidade, é o fator

que, segundo Arrighi, foi responsável por atrair o capital estrangeiro, proveniente principalmente da diáspora ultramarina chinesa, a partir das reformas de Xiaoping. Por fim, enquanto a subordinação do trabalho sob o capitalismo acaba por promover a alienação e a exaustão dos trabalhadores, o sistema asiático tende a estimular sua criatividade e proatividade. Nesse sentido, Arrighi chama atenção para o contraste entre a diminuição do ímpeto dos movimentos trabalhistas ocidentais contemporâneos em relação às demonstrações recentes dos trabalhadores chineses. Essas características, por fim, parecem estar relacionadas à ausência da cooptação dos trabalhadores por parte dos interesses capitalistas.

Ao longo da obra de Arrighi, é possível facilmente perceber como a questão da unidade de análise estrutura a discussão sobre as relações de classe em geral, e as relações verticais em particular. Em primeiro lugar, é a partir das redes de poder formadas pelos grupos ou classes dominantes, compostos por agentes governamentais e empresariais, que torna-se possível o estabelecimento da ordem sistêmica, condição fundamental para a reprodução normal do sistema-mundo capitalista e do sistema-mundo ampliado que surge a partir de meados do século XIX, que incorpora de maneira subordinada o antigo sistema asiático. Quando as oportunidades abertas por um determinado tipo de estrutura sistêmica se esgotam, a ordem sistêmica tende a se esfacelar, transformando-se em caos sistêmico. É a partir dos contextos de ordem sistêmica e caos sistêmico com os quais se deparam as classes dominantes do sistema-mundo ocidental, as quais controlam o poder de Estado e o capital, que são traçadas as estratégias das lutas pelo poder que caracterizam o capitalismo. Da mesma maneira, as características do sistema-mundo oriental, como a existência de um arcabouço social rígido, estabelecem os limites e possibilidades de atuação dos agentes que controlam o poder do Estado, bem como dos agentes empresariais. Assim, por exemplo, a rigidez desse arcabouço impossibilita a generalização da introdução de inovações disruptivas no sistema oriental. Do ponto de vista das unidades que conformam o sistema interestatal de Arrighi, a desconsideração das regras que favorecem sua reprodução sistêmica tende a resultar no declínio dos Estados que delas se afastam. Essas regras são análogas às regras de reprodução que Brenner deriva das relações de propriedade prevaletentes em cada Estado particular.

Do ponto de vista das classes subordinadas, a unidade de análise sistêmica também é fundamental. Assim, como vimos, a prevalência de uma situação de ordem sistêmica ou de caos sistêmico afeta contundentemente as chances de sucesso das tentativas dos movimentos antissistêmicos, dentre os quais destaca-se o movimento trabalhista, de afetar mudanças estruturais, não só no plano sistêmico, mas também no plano regional ou estatal. Nesse sentido, o fato de que as duas ondas revolucionárias ocorridas durante a primeira

metade do século XX tenham acontecido no contexto de um conturbado período de caos sistêmico não é, de maneira alguma, uma coincidência.

A necessidade de fazer face às pressões sistêmicas, que no caso do capitalismo estão intimamente relacionadas à concorrência econômica e política, faz com que os diversos Estados, em suas lutas pelo poder, busquem exercer um domínio tão amplo quanto possível sobre outras formações sociais, seja por meios econômicos, seja por meios políticos. A dinâmica entre os integrantes do sistema interestatal está relacionada a um processo de desenvolvimento desigual análogo ao de Brenner, mas que leva em conta não aspectos econômicos, mas também aspectos políticos. As relações de dominação e subordinação entre os diversos integrantes do sistema interestatal de Arrighi formam a base do estabelecimento das relações entre o centro e a periferia do sistema, ou, nos termos de Arrighi, das relações entre Norte global e Sul global. Do ponto de vista das relações de classe, a relação centro-periferia está relacionada a uma situação em que as classes dominantes dos Estados centrais exercem domínio e influência não só sobre as classes subordinadas de todo o sistema, mas também sobre os grupos ou classes dominantes da periferia. As classes dominantes dos países periféricos, por sua vez, são obrigadas no mais das vezes a se conformar com a “abdição” de parte de seu poder em favor das classes dominantes dos países centrais como condição para a continuidade de seus próprio domínio sobre as classes subordinadas da periferia. A insubordinação potencial das classes dominantes de uma região periférica tende a ser neutralizada em razão do poder desproporcional desfrutado pelos integrantes das classes dominantes dos países periféricos, os quais dispõem de meios para estrangular econômica ou politicamente episódios de revolta, seja por meio de embargos comerciais ou financeiros, seja por meio de ações diplomáticas ou até mesmo de guerras. Do ponto de vista das relações verticais, Arrighi chama a atenção para as alianças entre as classes dominantes e as respectivas classes subordinadas dos Estados centrais no exercício da subordinação dos Estados periféricos, mas também das alianças no interior dos Estados periféricos para fazer face às investidas dos Estados centrais. Assim, por exemplo, a classe trabalhadora dos países centrais pode buscar combater os efeitos deletérios da queda da taxa de lucro sobre os salários reais durante os períodos de crise sistêmica não por meio de atitudes voltadas contra a intensificação da exploração e da miséria da classe trabalhadora dela resultante, mas apoiando, explícita ou implicitamente, processos de espoliação das classes subordinadas dos Estados periféricos por parte do Estado central do qual fazem parte. Esse tipo de aliança está intimamente ligado ao imperialismo. Algo semelhante tende a ocorrer nos países periféricos, onde parte expressiva das classes subordinadas pode estabelecer alianças tácitas ou explícitas

com as classes dominantes de seus respectivos Estados para buscar proteger seus recursos frente às tentativas de espoliação perpetradas por parte dos países centrais. Nesse sentido, o esforço exercido pelos Estados Unidos para exercer maior controle sobre o petróleo dos países periféricos, não somente do Oriente Médio, mas também de países como a Venezuela e o Brasil, representa um exemplo importante de um evento que pode motivar a formação de alianças inter-classes em busca da defesa do “interesse nacional”. Talvez seja possível conjecturar que, se a tentativa de estabelecer e reproduzir a ordem sistêmica exerce uma pressão para uma espécie de aproximação entre as classes dominantes de todo o sistema, e se os períodos de caos sistêmicos podem em princípio favorecer a formação de alianças internacionalistas da classe trabalhadora, as relações Norte-Sul, que também resultam de pressões sistêmicas, tendem a favorecer as relações inter-classes entre os integrantes do centro, por um lado, e da periferia, por outro. Obviamente, esse tipo de pressão não é absoluta, já que, por exemplo, como nota o próprio Arrighi, os períodos de caos sistêmico, que tendem a prejudicar desproporcionalmente as classes subordinadas, via desemprego, guerras, crescimento da intolerância contra minorias, etc., podem também levar a alianças inter-classistas, como ocorre quando parte da classe trabalhadora se alia a interesses conservadores, ou mesmo reacionários, numa tentativa de oferecer uma resposta para seu sofrimento e suas frustrações. Mesmo assim, em geral, parece-nos que existe algo como uma relação dialética entre as pressões sistêmicas exercidas pelo binômio ordem-caos sistêmicos e aquelas que emanam das relações Norte-Sul, produzindo uma situação dinâmica que pende ora para o internacionalismo trabalhista e a transnacionalização dos interesses da classe capitalista, ora para a fragmentação dos movimentos ligados às classes subordinadas e ao fratricídio interno às classes dominantes. Por fim, enquanto Brenner parte das relações de propriedade características de Estados particulares como pré-condição para a análise das relações de classe prevalentes em cada um deles, Arrighi concentra-se nas propriedades dos sistemas-mundo por ele analisados para procurar entender suas trajetórias de desenvolvimento, que em grande parte são resultado da dinâmica estabelecida entre as classes dominantes e subordinadas do sistema, bem como das alianças motivadas pelas relações entre o centro e periferia sistêmicos. sistêmicas influencia fortemente sua análise das relações de classe em geral, e das relações verticais em particular

2.2 HISTÓRIA

2.2.1 AS TRÊS CRÍTICAS DE ARRIGHI

A Na trilogia que compreende *O longo século XX* (ARRIGHI, 1996), *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* (ARRIGHI; SILVER, 2001) e *Adam Smith em Pequim* (ARRIGHI, 2007), Arrighi busca resgatar os aspectos essenciais da evolução do sistema capitalista mundial. Para tanto, diferentemente de Brenner, o autor inspira-se nas formulações de Wallerstein e toma como unidade de análise fundamental o sistema-mundo moderno, ou, nos termos de Arrighi, o moderno sistema interestatal europeu, de caráter capitalista, que nasce a partir da desintegração do sistema feudal. Em *Adam Smith em Pequim*, o autor visa reconstituir também a evolução do que considera ser um sistema interestatal originário do leste asiático e centrado na China, resgatando os elementos fundamentais por trás de sua evolução, de sua incorporação subordinada ao sistema interestatal europeu a partir de meados do século XIX, e, finalmente, de sua nova fase de ascensão, quando ocorre a hibridação entre os caminhos do desenvolvimento capitalista europeu e no que ele considera ser o desenvolvimento asiático, baseado no mercado, mas de caráter não-capitalista. A seguir, abordaremos o debate iniciado por Arrighi com Brenner em *Adam Smith em Pequim* a respeito do longo declínio do século XX, resgatando suas principais críticas ao autor. Em seguida, iremos nos dedicar a cada uma dessas críticas expondo de maneira mais detalhada as abordagens dos dois autores sobre cada um dos temas, tendo por base a estratégia de compreendê-las a partir do ponto de vista da unidade de análise.

As três grandes críticas feitas por Arrighi contra Brenner em *Adam Smith em Pequim* referem-se às relações entre indústria e finanças, às relações verticais entre capital e trabalho e às relações entre o Norte e Sul global. Apresentaremos cada uma delas a seguir.

Arrighi condena a importância excessiva e apriorística conferida por Brenner ao setor industrial em sua explicação do longo declínio. Simultaneamente, Arrighi critica também a relativa negligência de Brenner em relação ao papel da financeirização na dinâmica do capitalismo global. Ao discutir a tese do desenvolvimento desigual de Brenner e o papel das empresas e dos governos na persistência do problema da supercapacidade e superprodução, ligado à queda da taxa de lucro, Arrighi afirma

O principal problema desse importantíssimo argumento é que ele se concentra quase exclusivamente na indústria. Brenner não dá justificativa explícita para isso, como faz ao se concentrar na economia norte-americana, japonesa e alemã. A identificação teórica e histórica do capitalismo com o capitalismo *industrial* parece ser para ele, como para a maioria dos cientistas sociais, marxistas ou não, uma questão de fé, que não exige justificativa (ARRIGHI, 2008, p. 149).

Como mostra Arrighi, a participação do valor agregado da indústria na produção mundial cai significativamente durante o período analisado, principalmente nas economias mais avançadas. Apesar de reconhecer este problema, Brenner enxerga a diminuição da importância do setor industrial como uma consequência da crise econômica, e não como uma “razão para questionar a relevância e a validade de sua ênfase na indústria” (ARRIGHI, 2008, p. 149). Nesse sentido, o autor trata os acontecimentos do setor financeiro em grande medida como um epifenômeno das relações estabelecidas na indústria, sobretudo em suas considerações teóricas. Também a grande expansão do setor não-industrial americano na década de 1980 é vista por Brenner como resultado da crise experimentada pelo setor industrial, isto é, como um fenômeno de desindustrialização. De fato, Brenner ignora o papel do setor financeiro em suas formulações teóricas sobre as causas do longo declínio, não incorporando a contribuição da dinâmica financeira para a compreensão do período de turbulência global.

Arrighi contesta também os dados de Brenner sobre a importância dos lucros industriais nos lucros totais americanos durante o período analisado, mostrando como os lucros dos setores financeiro, securitário e imobiliário quase alcançaram os lucros industriais na década de 1980 e ultrapassaram-nos na década de 1990. Mostra ainda como aumenta a proporção dos investimentos financeiros das empresas não-financeiras em relação a investimentos em capital fixo, tornando-as cada vez mais dependentes dos ganhos financeiros em relação aos ganhos em produtividade. Nesse sentido, “a indústria não só domina como *conduz* essa tendência à ‘financeirização’ da economia não financeira” (ARRIGHI, 2008, p. 150).

As informações sobre a supercapacidade e a superprodução fornecidas por Brenner também são criticadas. Logo de início, Arrighi condena a utilização sempre conjunta dos dois conceitos, o que faz com que não seja possível destrinchar o significado de cada um dos termos separadamente. Então, supondo que cada um dos dois conceitos tenha significado próprio, são empregados índices de utilização da capacidade instalada como indicadores invertidos e imprecisos da supercapacidade. A partir daí, Arrighi aponta, com base em

evidências empíricas¹³, como os indicadores “não mostram indícios que apoiem a tese de Brenner de que a longo declínio se caracterizou por uma supercapacidade acima do normal” (ARRIGHI, 2008, p. 151).

A crítica às informações sobre a supercapacidade é complementada por uma crítica à ideia de que as empresas com custos mais altos se decidam majoritariamente pela defesa ardorosa de seus mercados de forma a conservar seu capital fixo tangível e intangível em resposta à intensificação da concorrência. Algumas delas podem, de fato, ter recorrido a este expediente. Segundo ele, contudo,

(...) a reação predominante foi, em termos capitalistas, bem mais racional. Diante do aumento da concorrência internacional (principalmente em setores de intercâmbio intensivo, como a indústria), as empresas com custos mais altos reagiram à queda do lucro subtraindo do investimento em capital fixo e em mercadorias uma proporção cada vez maior da receita e desviando-a para a liquidez e para a acumulação nos canais financeiros (ARRIGHI, 2008, p. 151).

Para Arrighi, esta opção decorre do aumento “dos riscos e das incertezas” (ARRIGHI, 2008, p. 151) relacionados ao reinvestimento em produção e comércio, o que faz com que capitalistas busquem aumentar a liquidez de seu patrimônio como arma defensiva ou ofensiva no ambiente de competição acentuada. A liquidez fornece a seus detentores tanto um meio para evitar a queima de capital associada aos episódios destrutivos inevitavelmente relacionados à crise de sobreacumulação, quanto a oportunidade de apoderação, a preços bastante baixos, do capital das empresas que continuem a deixar seus recursos empatados em capital fixo e mercadorias durante a crise. O próprio Arrighi reconhece que Brenner trata implicitamente dessas estratégias competitivas quando fala da lógica do ciclo do produto, segundo a qual as principais organizações capitalistas, por meio de inovações, deslocam-se de nichos de mercado menos lucrativos para nichos mais lucrativos. Brenner, contudo não teria sido capaz de derivar claramente os corolários contidos em suas próprias proposições. A questão da liquidez está intimamente relacionada à questão da financeirização. Trataremos desse ponto na parte sobre a relação indústria-financeiras. Por ora, façamos apenas algumas observações.

A financeirização assume um papel primordial no edifício conceitual de Arrighi, e associa-se intimamente à questão da unidade de análise. De acordo com ele, ao longo de sua evolução, o sistema interestatal europeu teria passado por diversas fases de expansão material,

¹³ A fonte citada para criticar as observações sobre a supercapacidade é o artigo *Explaining the global economic crisis* (SHAIKH, 1999). O trabalho de Shaikh refere-se à crítica do artigo *The economics of global turbulence* (BRENNER, 1998), apresentado em 1998 por Brenner na *New Left Review*. Este *paper*, por sua vez, serviu de base para a publicação do livro homônimo de Brenner em 2006.

que por sua vez teriam sido sucedidas por fases expansão financeira. Durante as fases de expansão material, predominam altas taxas de lucro no sistema como um todo, mas principalmente nas atividades comerciais e industriais, longos períodos de desenvolvimento econômico e expansão intensiva e/ou extensiva do sistema. Já nas fases de expansão financeira, predominam a intensificação da concorrência intercapitalista (e interestatal), decorrente do esgotamento das oportunidades proporcionadas no interior de uma determinada estrutura sistêmica, a queda da taxa de lucro e o arrefecimento ou mesmo a interrupção do desenvolvimento econômico sistêmico. Em razão da diminuição das oportunidades ligadas à expansão material, a parte melhor posicionada da classe capitalista se antecipa em direção ao aumento da preferência pela liquidez e à realização de investimentos financeiros, em detrimento dos investimentos industriais e comerciais. Além disso, o agravamento dos problemas econômicos e a intensificação da concorrência decorrentes do fim da fase de expansão material contribuem para o aumento da demanda por recursos financeiros, aumentando a taxa de lucro do setor. Juntas, as fases de expansão material e as fases de expansão financeira conformam um ciclo sistêmico de acumulação. Um grupo determinado de agentes governamentais e empresariais, normalmente associados a um Estado específico, assumem a liderança dos ciclos sistêmicos de acumulação, tanto nas fases de expansão material, quanto nas fases de expansão financeira. Isso permite que esses complexo de agentes, ou bloco econômico/político, se beneficie de sua posição hegemônica em relação aos demais integrantes do sistema, o que, nas fases de expansão financeira, dá origem a uma *belle époque*. Acontece que, dados, por um lado, a permanência das estruturas sistêmicas associadas ao ciclo de acumulação, e, por outro, a tendência à polarização da riqueza resultante do processo de financeirização, as fases de expansão financeira tendem a provocar o aumento da instabilidade sistêmica, desembocando em períodos de caos sistêmico. A partir dos períodos de caos sistêmico, emergem novos complexos de agentes governamentais e empresariais que ajudam a conformar uma nova estrutura sistêmica, permitindo a consolidação de um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Além das observações sobre a relação entre indústria-finanças, Arrighi faz também considerações críticas sobre o papel das relações verticais em Brenner. Segundo ele, Brenner atribui uma importância excessiva ao papel das relações intercapitalistas, ou relações horizontais, na determinação econômica da longo declínio. Por isso, o autor acaba por negligenciar a possibilidade de que as relações verticais, ou seja, aquelas entre capital e trabalho, possam ter contribuído de maneira significativa para provocar e prolongar o problema. Em outras palavras, Brenner, um autor marxista, teria ignorado alguns dos aspectos

centrais da luta de classes na evolução histórica do capitalismo recente. De acordo com este argumento, os trabalhadores só seriam capazes de afetar a taxa de lucro de maneira local e esporádica. Isto ocorreria porque os representantes do capital se beneficiam da possibilidade de realizar investimentos em linhas de produção não sujeitas à influência de sindicatos e partidos políticos, além de serem dotados da capacidade de realocação de capital para além das fronteiras de regulamentação de qualquer Estado particular. Assim, o poder disciplinador do capital garantiria, em períodos dilatados de tempo, a marginalização da capacidade dos trabalhadores de exercer influência sobre a determinação de seus salários reais – e, assim, sobre a taxa de lucro.

Em termos gerais, Arrighi concorda com a tese da intensificação da concorrência intercapitalista, mas não com a ideia de que as relações verticais não tenham influenciado decisivamente a dinâmica capitalista no início do período de turbulência global. O erro de Brenner, segundo Arrighi, decorre do fato de que ele teria se concentrado na análise da contenção do poder dos trabalhadores nos EUA no início dos 1960, e por isso deixado de atribuir a devida importância ao episódio mais geral da “explosão de salários” ocorrida entre 1968 e 1973, principalmente na Europa. Este episódio exerceu, segundo Arrighi, uma forte pressão para o aumento dos custos salariais e, conseqüentemente, para a queda da taxa de lucro. Além disso, conforme veremos a seguir, ele teve também um efeito importante e duradouro sobre a concorrência horizontal que se seguiu. Apesar das divergências aparentes, nesse ponto a visão dos dois autores não parece ser mutuamente exclusiva, já que eles usam critérios diferentes para avaliar a importância geral do chamado poder do trabalho. Brenner, por exemplo, diz estar interessado em analisar a influência do chamado poder do trabalho tomando por base o longo declínio em toda sua extensão, ao passo que, nesta parte específica de seu trabalho, Arrighi se interessa primordialmente por avaliar a influência do trabalho nas economias avançadas durante o período inicial da crise, entre o fim da década de 1960 e o início dos anos 1970. Esse ponto pode ser verificado quando nota-se que ambos reconhecem a perda de influência do trabalho nas economias avançadas a partir da virada monetarista.

Além de ter acarretado a explosão de salários, a competição vertical entre capital e trabalho também ajuda a explicar o caráter inflacionário da longo declínio do século XX. Brenner chega a mencionar que, em certo ponto, o custo político de manter uma política antiinflacionária séria mostrou-se muito elevado ao longo dos anos 1970, mas não menciona quais foram estes custos. De acordo com Arrighi, eles estariam ligados ao problema do desemprego e da efervescência social de então, que juntos ameaçavam “alienar a mão de obra da ideologia e das práticas do bloco social dominante” (ARRIGHI, 2008, p. 137) durante o

período da Guerra Fria¹⁴. A explosão de salários e o gerenciamento inflacionário da crise resultantes da competição vertical também contribuíram para a eliminação do lastro metálico das moedas. Assim, por exemplo, na França de De Gaulle, o abandono do padrão-ouro teria sido ao menos em parte uma consequência dos aumentos salariais concedidos aos trabalhadores para evitar que eles se unissem aos estudantes rebelados, possibilitando a manutenção da coesão social.

Outro ponto de crítica de Arrighi refere-se ao argumento de Brenner sobre o poder disciplinador do capital resultante de sua capacidade de realocação, já que os fluxos de recursos para novos territórios em busca de mão-de-obra dócil e barata, acaba muitas vezes estimulando a formação de movimentos trabalhistas também nesses novos locais. Assim, “o deslocamento das atividades industriais dos países mais ricos para os mais pobres levou, com mais frequência, ao surgimento de novos e fortes movimentos trabalhistas nos locais de baixos salários onde houve investimentos” (ARRIGHI, 2008, p. 138). Esse argumento está intimamente ligado à escolha da unidade de análise feita por Arrighi, baseada nos sistemas interestatais ou sistemas-mundo, com ênfase no sistema interestatal capitalista, já que o autor busca levar em conta os efeitos dos fluxos de capital e trabalho não apenas entre os países do Norte global analisados por Brenner, mas também ao redor do Sul global. Infelizmente, porém, Arrighi acaba adotando uma visão um tanto mecanicista a respeito do tema, ao pressupor o funcionamento de uma espécie de dispositivo homeostático a regular não só esses fluxos em si, mas também a quantidade de poder detida pela classe trabalhadora ao longo do sistema. Nesse sentido, por exemplo o autor parece ignorar o fato de que a formação de movimentos trabalhistas nas regiões que passam a receber os fluxos de capital não se dá de maneira espontânea, mas envolve um árduo processo de construção que pode alcançar mais ou menos sucesso a depender de fatores políticos, econômicos e sociais. Voltaremos a esse assunto na parte sobre a relação capital-trabalho.

A realocação de capital para outras regiões geográficas também aumenta a distância entre os centros de produção e os mercados consumidores das nações mais ricas, aumentando os custos ligados ao transporte e ao seguro das mercadorias. Além disso, a insegurança quanto à estabilidade política dos territórios importadores de capital pode mostrar-se problemática, já que abala a confiança na realização dos contratos e pode acarretar

¹⁴ Ao invés de sugerir, como faz Arrighi, que os trabalhadores efetivamente fizessem parte de algum bloco social dominante ou que aceitassem ativamente sua condição como integrantes dele, talvez fosse melhor afirmar que o gerenciamento inflacionário da crise permitiu uma melhor administração, por parte dos grupos dominantes, das contradições sociais então vividas em sociedade.

diversos custos para os representantes do capital, inclusive na forma de desapropriação. Por todos estes motivos, Arrighi chega à seguinte conclusão

(...) não nego que o deslocamento industrial tenha ajudado a reduzir a força dos trabalhadores nos países que receberam o maior fluxo líquido de capital. Estou dizendo simplesmente que, em termos gerais, isso tendeu a ser um tiro pela culatra no que se refere à lucratividade e, no que diz respeito aos Estados Unidos, esse fluxo líquido, que era exportador, passou a ser imensamente importador. Embora a força da mão de obra tenha decaído durante a longo declínio, como de fato ocorreu, a mobilidade do capital não é explicação muito convincente (ARRIGHI, 2008, p. 139).

Por fim, Arrighi questiona de forma mais detida a tese de Brenner de que os trabalhadores não conseguiriam exercer uma pressão generalizada e duradoura sobre a taxa de lucro via aumentos salariais. Esta incapacidade seria resultado tanto da possibilidade de migração do capital, quanto das melhorias técnicas que tendem a reduzir as habilidades necessárias à fabricação das diversas mercadorias, aumentando constantemente o número de trabalhadores aptos a produzi-las (*de-skilling*). Por estes motivos, no longo prazo os trabalhadores seriam incapazes de obter elevações de salários acima do crescimento de sua produtividade. O problema é que, nesse caso, não seria possível explicar o elevado nível de remuneração dos trabalhadores nos países avançados. Segundo o próprio Brenner, os trabalhadores dos blocos pioneiros de capital, por razões históricas que ele não analisa, receberiam salários maiores do que aqueles justificados estritamente pelos aumentos na produtividade do trabalho. Este seria, inclusive, um dos motivos pelos quais os blocos tardios de capital buscariam se estabelecer em novos territórios. Mas já que os trabalhadores dos países avançados teriam obtido, ao longo do tempo, elevações salariais acima dos aumentos de sua própria produtividade, então não é possível afirmar que eles não sejam capazes de exercer pressões duradouras sobre a taxa de lucro ao longo do tempo. Isto ocorre porque, de acordo com a teoria do próprio Brenner, a porção do acréscimo salarial que excede os aumentos da produtividade do trabalho deve, forçosamente, ser extraída dos ganhos de produtividade proporcionados pelo capital¹⁵. A crítica de Arrighi é bastante contundente e aponta para outros elementos controversos da teoria de Brenner. De fato, ele parece ter incorrido numa contradição importante nesse ponto. Além disso, conforme veremos adiante, como ele trabalha com unidades de análise que privilegiam o plano nacional, Brenner se recusa a tentar explicar essa diferença em termos de algum tipo de transferência de excedentes

¹⁵ Arrighi declara que a argumentação de Brenner “parece ser logicamente incoerente, porque afirma que no passado os trabalhadores dos países capitalistas ‘avançados’ conseguiram obter remuneração mais alta do que justificaria sua produtividade contrariando a afirmativa teórica de que toda tentativa nesse sentido tiraria esses trabalhadores do mercado mundial” (ARRIGHI, 2008, p. 132).

entre os países do Norte e do Sul global, por exemplo, os quais seriam repassados em alguma medida para os trabalhadores dos países avançados de forma evitar o aumento da insatisfação social interna e angariar apoio a projetos de caráter imperialista. As únicas saídas nesse caso, nos termos do próprio Brenner, seriam ou o abandono da ideia de que o trabalho não seja capaz de afetar os salários reais ao longo do tempo, ou a capitulação diante da tese dos economistas da oferta (neoclássicos), tão criticados por ele, de que a o diferencial de salários resulta meramente de um diferencial de produtividade entre os trabalhadores dos países do Norte e do Sul. Nesse caso, contudo, Brenner teria que se posicionar claramente a respeito da tese de que a remuneração dos chamados fatores de produção se dá de acordo com a produtividade de cada um deles – ou, de forma mais explícita, de acordo com a contribuição individual do capital e do trabalho para a produção – e não, como no caso da teoria do valor-trabalho, por meio de um mecanismo econômico-político de exploração que permite a extração do excedente gerado pelo trabalho por parte do capital na forma de mais-valia.

As críticas à relação indústria-financeiras e às relações verticais entre capital e trabalho são complementadas pela crítica associada à ausência de uma discussão sobre relações entre o Norte e o Sul globais no trabalho de Brenner. Segundo Arrighi, Brenner não cumpre sua promessa de analisar a acumulação de capital e a lucratividade a nível sistêmico, visto que praticamente ignora a contribuição do Sul Global para a longo declínio, concentrando-se quase que exclusivamente nos Estados Unidos, Alemanha e Japão e fazendo apenas referências ocasionais a outros países da Europa ocidental e aos “milagres econômicos” da Ásia Oriental. Mesmo a China só aparece marginalmente em *A economia da turbulência global*, e de forma um pouco mais detalhada em *O boom e a bolha*.

Brenner justifica sua decisão enfatizando a importância do peso conjunto das três economias na produção total dos países mais ricos durante o período analisado. Brenner menciona também como justificativa o fato de que as três economias formavam cada uma o centro de grandes “blocos regionais”¹⁶ de capital que dominavam e ajudavam a dinamizar. Embora se refira ao nível regional, contudo, especialmente no caso da Alemanha, que faria parte do bloco regional da Europa ocidental, ao longo de seu texto Brenner identifica esses blocos a países específicos, praticamente ignorando as relações entre seus integrantes (BRENNER, 2006, p. 8). Como já notamos, o recorte das unidades de análise em nível nacional

¹⁶ Há um erro importante na tradução de *Adam Smith em Pequim* neste ponto. No texto, o termo *regional blocs* contido na citação que Arrighi faz de uma passagem de Brenner é traduzido para o português como “blocos nacionais” (ARRIGHI, 2008, p. 141). Em ambos os textos originais em inglês, isto é, tanto em *Adam Smith in Beijing* (ARRIGHI, 2007, p. 131) quanto em *The economics of global turbulence* (BRENNER, 2006), o termo utilizado é “regional blocs”.

ajuda a explicar essas justificativas, já que, quando se considera os acontecimentos sistêmicos a nível global como o resultado indireto da interação entre as diversas unidades (ou microsistemas) que o compõem, torna-se plausível resumir os principais aspectos da evolução sistêmica a partir de análise de seus integrantes economicamente mais importantes. Para Arrighi, por outro lado, que toma como ponto de partida as unidades de análise correspondentes ao sistema-mundo ou sistema interestatal, esse procedimento é problemático porque gera distorções importantes ao ignorar que as possibilidades e restrições abertas às diversas unidades são determinadas principalmente a nível sistêmico, e não primordialmente no plano interno. Por fim, Brenner também busca mostrar que a interação entre estes três atores do cenário internacional constituiu um dos principais determinantes do desenvolvimento do capitalismo pós-guerra no mundo avançado. De fato, a análise da evolução dos três países representa um dos aspectos centrais para a compreensão do período analisado, e talvez por isso Arrighi, apesar de suas críticas, tenha se valido dos trabalhos de Brenner como um dos subsídios para a formulação de sua versão do longo declínio do século XX contida em *Adam Smith em Pequim*. Aqui só é preciso reforçar novamente que, o fato de que um elemento ou mais elementos de um sistema sejam realmente importantes como parte de uma explicação do todo não significa que sua análise isolada se justifique por si só, isto é, que não gere distorções importantes na compreensão da evolução sistêmica. Outra questão importante refere-se à possibilidade de incorporação dessas contribuições parciais para a compreensão do todo. Nesse aspecto, tanto Brenner quanto Arrighi parecem acreditar na validade deste procedimento, dado o caráter fundamentalmente historiográfico de suas obras.

Mesmo ciente das justificativas Brenner, e apesar de sua incorporação qualificada em seus trabalhos, Arrighi critica o foco relativamente limitado de sua análise e as distorções por ele geradas. Nesse sentido, o autor menciona, por exemplo, que a participação conjunta destes países nas exportações mundiais foi menor que 30% durante a maior parte do período analisado e sofreu tendência à queda ao longo do tempo, sobretudo a partir da década de 1990. Esta tendência ocorreu paralelamente ao grande aumento da participação chinesa nas exportações mundiais. Além disso, Arrighi mostra como a participação conjunta dos três países no valor agregado da indústria mundial declinou bastante durante o longo declínio, mesmo excluída a China, em grande parte devido à industrialização do Sul global. Nas palavras do autor, “ao tratar do Sul Global de forma superficial, Brenner tende, assim, a deixar de lado um dos elementos mais dinâmicos da intensificação da concorrência, à qual ele atribui tanta importância” (ARRIGHI, 2008, p. 142). Assim, por exemplo, Arrighi aponta como as relações Norte-Sul ajudam a explicar, nos termos do próprio Brenner, o papel da instalação

de novos blocos de capital nos territórios do Sul e o espriamento do processo de desenvolvimento desigual na explicação do longo declínio. Ainda nos termos de Brenner, o simples crescimento excepcional da participação dos países do Sul na produção global, em especial do leste asiático e da China, deveria ser motivo para uma análise mais detida de pelo menos alguns de seus integrantes, principalmente a partir do longo declínio.

Tão ou mais importante do que as distorções econômicas, contudo, para Arrighi a falta de apuro de Brenner na análise das relações globais Norte-Sul é ainda mais grave no que tange às suas consequências políticas. Nesse sentido, Arrighi critica o caráter economicista da análise de Brenner, que exclui a *política* da dinâmica de acumulação capitalista durante o longo *boom* e a longo declínio. Por conta disso, ele ignora a questão da “luta pelo poder, com a qual o governo norte-americano tentou conter, pelo uso da força, o desafio conjunto do nacionalismo e do comunismo no Terceiro Mundo” (ARRIGHI, 2008, p. 144). O autor deixa ainda de notar que as interações entre Estados Unidos, Alemanha e Japão estiveram inseridas nas relações entre Estados Unidos, União Soviética e China no contexto da Guerra Fria. Assim, ao enfatizar as questões ligadas à acumulação de capital, isto é, à acumulação de poder econômico, Brenner praticamente deixa de lado os problemas intimamente associados da luta pela acumulação de poder político. Juntos, o poder econômico e o poder político formam a base para o exercício da hegemonia no contexto do sistema interestatal. Trataremos mais detidamente da discussão sobre o tema da hegemonia em outra seção. Por ora, podemos defini-la sucintamente como uma espécie de poder exclusivo usufruído por um conjunto de agentes governamentais e empresariais, associados a um determinado Estado, em virtude de sua posição de liderança no sistema interestatal. Em *O longo século XX*, Arrighi menciona três períodos hegemônicos, ligados aos três ciclos sistêmicos de acumulação mais recentes, liderados, respectivamente, por agentes ligados aos holandeses, britânicos e americanos. Os atores hegemônicos de cada período (*hegemons*) são responsáveis por estruturar e direcionar o sistema interestatal de forma a garantir sua estabilidade ou ordem sistêmica e impulsionar sua expansão. A hegemonia representa um tipo de poder baseado numa mistura entre consentimento e coerção. Quando o exercício do poder baseia-se exclusivamente na coerção, deixa-se o campo da hegemonia e passa-se ao campo da dominação pura. Por fim, cabe fazer uma breve observação sobre o tema. Juntamente com o tema da financeirização, a discussão sobre a hegemonia constitui um dos pilares centrais das formulações teóricas de Arrighi. Nesse sentido, é interessante notar que ambos os conceitos estão diretamente ligados à questão da unidade de análise adotada pelo autor. Ao abordar o tema da financeirização, ou, nos termos de Arrighi, das expansões financeiras, ele faz referência essencialmente a uma das

fases dos ciclos sistêmicos de acumulação, ou seja, essencialmente às tendências por trás da evolução do sistema-mundo ou sistema interestatal capitalista. Já no caso da hegemonia, como acabamos de ver, o autor interessa-se pela investigação do ator que mais contribui para possibilitar a existência do sistema interestatal, bem como para guiá-lo ao longo do tempo.

Segundo Arrighi, a transição e consolidação do longo declínio, isto é, a crise do capital, foi marcada por uma crise mais ampla da hegemonia americana. Uma crise de hegemonia pode ser definida como uma situação em que o Estado hegemônico perde os meios ou a vontade para continuar liderando o sistema interestatal numa direção geral considerada vantajosa não só para si, mas também para os demais integrantes do sistema, em especial para seus grupos dominantes. No caso americano, a crise de hegemonia instalou-se principalmente a partir do agravamento e da derrota na Guerra do Vietnã.

A Guerra do Vietnã foi um episódio importante e decisivo de luta pelo poder entre o *hegemon* americano, integrante do Norte, e um representante do Sul global, o Vietnã e seus aliados do eixo socialista. Para evitar a disseminação da influência socialista durante a Guerra Fria e manter a credibilidade dos grupos dominantes, os Estados Unidos precisavam vencer o conflito. Esta era a condição para a continuidade do exercício de sua hegemonia. Para isso, contudo, foi necessário investir pesados recursos econômicos e políticos numa iniciativa que, no final das contas, não se mostrou tão recompensadora quanto o esperado para os americanos.

Como Brenner observa, o aumento de gastos na guerra do Vietnã exerceu um importante papel no agravamento da inflação americana durante os anos 1970. Além disso, os custos da guerra, inclusive aqueles para combater a maré de oposição interna a ela, contribuíram decisivamente para deteriorar o balanço de pagamentos americano, provocar o fim do regime de câmbio fixo estabelecido em Bretton Woods e a grande desvalorização do dólar que teve lugar em seguida.

Nesse ponto, as diferenças entre as argumentações dos dois autores ficam claras. Pois, por um lado, Brenner restringe sua discussão à crise do capital e defende que a desvalorização do dólar tinha como função justamente a redistribuição do fardo da queda da lucratividade e da pressão por aumentos salariais para Alemanha e Japão. Já Arrighi argumenta que a principal causa da desvalorização foi a busca, por parte do governo norte-americano, de se livrar de “restrições orçamentárias em sua luta pelo domínio do Terceiro Mundo” (ARRIGHI, 2008, p. 144). Nesse sentido, o fim do padrão câmbio-dólar-ouro deu

imensa liberdade de ação ao governo americano, dada sua capacidade de apropriação de recursos através da emissão monetária¹⁷. Contudo, a espiral inflacionária ligada à Guerra do Vietnã, os reveses do conflito e a queda do prestígio e do poder norte-americano que a eles se seguiram ameaçaram estrutura de crédito e acumulação de capital a nível mundial, com grandes riscos para a economia americana. Por fim, a Revolução Iraniana, a invasão soviética do Afeganistão e a nova crise do petróleo de finais dos anos 1970 ajudaram a acentuar ainda mais o declínio de sua hegemonia. Esta intensificação da crise de hegemonia, não analisada explicitamente por Brenner, foi, segundo Arrighi, a principal causa do grande ataque especulativo contra o dólar que está na raiz da contrarrevolução monetarista entre 1979 e 1982. Ou seja, um dos principais eventos de breve queima de capital – que, se levada a cabo, poderia preparar as bases para a retomada da lucratividade – foi, na verdade, não o resultado de um problema econômico, mas também (e segundo Arrighi, principalmente) político¹⁸.

A contrarrevolução monetarista, intimamente associada ao processo de financeirização, provocou, por um lado, a acentuação e o prolongamento do problema de lucratividade enfrentado pela indústria americana devido à valorização cambial e à enorme elevação dos juros. Mas, por outro lado, ajudou a reverter, ainda que temporariamente, o processo de decadência de sua hegemonia. Segundo Arrighi, “a principal razão pela qual a contrarrevolução monetarista teve sucesso tão espantoso na reversão do declínio do poder norte americano foi que provocou o redirecionamento maciço do fluxo global de capital para os Estados Unidos e para o dólar” (ARRIGHI, 2008, p. 155).

Além disso, como um efeito colateral da subida dos juros americanos, a secagem repentina da grande onda de liquidez internacional destinada aos países em desenvolvimento redistribuiu grande parte da pressão provocada pela intensificação da concorrência entre o

¹⁷ Assim, se para Brenner a causa da desvalorização e da redistribuição reside fundamentalmente na crise do capital, para Arrighi ela está ligada principalmente à luta americana pela conservação de sua hegemonia.

¹⁸ Mais uma vez, Brenner analisa a contrarrevolução monetarista tomando como base a crise de sobreacumulação engendrada a partir do desenvolvimento desigual, enquanto para Arrighi, este episódio estaria ligado, fundamentalmente, ao problema da luta americana pelo poder, agora num contexto de crise de hegemonia. Nas palavras de Arrighi: “Brenner quase não menciona esse aprofundamento da crise da hegemonia norte-americana como contexto em que, entre 1979 e 1982, a política monetária do governo dos Estados Unidos passou da frouxidão total ao arrocho extremo. Ele atribui a mudança ao ‘ataque especulativo devastador contra a moeda norte-americana que ameaçou a posição do dólar como moeda de reserva internacional’. Mas não apresenta explicação satisfatória para esse ataque (...). Como no caso do fim do padrão câmbio-ouro-dólar dez anos antes, a guerra e a revolução no Sul, e não a concorrência entre os capitalistas das três maiores economias do mundo, foram a força motriz básica da contrarrevolução monetarista de 1979 a 1982” (Arrighi, 2008, p. 145). Apesar de diferentes, as argumentações dos dois autores não nos parecerem ser de todo incompatíveis. O próprio Arrighi trata desta questão ao afirmar que os mecanismos interligados do desenvolvimento desigual, da concorrência intercapitalista e das ações do Estado abordados por Brenner formam parte da explicação para a crise de hegemonia (ARRIGHI, 2008, p. 159).

Norte e o Sul, gerando uma bifurcação em seu destino. De um lado, regiões que podiam melhor atender a demanda americana por mercadorias baratas, principalmente os países da Ásia oriental, beneficiaram-se enormemente da situação, por diversos motivos. Primeiramente, o crescimento das exportações aumentou a disponibilidade de divisas em moeda-forte e permitiu que vários deles se tornassem credores dos americanos. Em segundo lugar, a melhora de seu balanço de pagamentos fez com que estes países corressem menos riscos de enfrentar crises cambiais. Finalmente, estas melhorias permitiram que eles não precisassem recorrer com tanta frequência ao mercado financeiro internacional, o que os obrigaria a concorrer com a demanda americana por crédito.

No caso da África subsaariana e da América Latina, por outro lado, o caso foi diferente. Em primeiro lugar, por razões históricas que Arrighi não investiga, estas regiões apresentavam “mais desvantagens na briga por um quinhão da demanda norte-americana” (ARRIGHI, 2008, p. 156). Além disso, houve um enorme crescimento das dívidas de países da região resultante da contratação de empréstimos a juros flutuantes ao longo da grande onda de liquidez internacional vivida durante a década de 1970. Estes fatores contribuíram para as subsequentes dificuldades de balanço de pagamentos enfrentadas pelos países da região a partir da contrarrevolução monetarista e os “colocou na posição sem esperanças de precisar competir diretamente com os Estados Unidos no mercado financeiro mundial” (ARRIGHI, 2008, p. 156-157), dando início a uma década de problemas econômicos. Nas palavras de Arrighi,

Seja como for, os Estados Unidos se beneficiaram em termos econômicos e políticos, já que as empresas e os órgãos governamentais norte-americanos estavam em melhores condições para mobilizar, na luta pelo poder e pela concorrência globais, as mercadorias baratas e o crédito que os ‘vencedores’ do Sul forneciam com entusiasmo, assim como o patrimônio que os ‘perdedores’ do Sul, querendo ou não, tinham de ceder a preço de banana (ARRIGHI, 2008, p. 157).

Além de produzir benefícios econômicos para os Estados Unidos em sua relação com os países do Sul, a prevalência de juros reais elevados contribuiu para reduzir a inflação e aumentar a entrada de capital, atendendo ao objetivo de Reagan de fortalecer o capital financeiro. Não obstante, a valorização do câmbio e o arrocho de crédito prejudicaram enormemente a indústria americana. As dificuldades enfrentadas pela indústria como resultado da escolha de embarcar e estimular a onda de financeirização são amenizadas a partir do Acordo de Plaza de 1985, por meio do qual é implementada a desvalorização do dólar em relação ao marco e ao iene. Além disso, a promulgação de novas leis protecionistas como a *Omnibus Trade and Competition Act* de 1988 e a *Structural Impediments Act* de 1989

contribuíram para fechar o mercado americano a seus principais competidores e a forçar a abertura dos mercados concorrentes para as mercadorias e o capital dos Estados Unidos. O estabelecimento de leis protecionistas, a desvalorização contínua do dólar provocada a partir do Acordo Plaza, a permanência do aperto de crédito e o congelamento do salário real durante aproximadamente uma década combinaram-se para provocar tanto uma substancial queima de capital quanto novos incentivos à indústria americana. Juntos, estes fatores contribuíram para a retomada da lucratividade, do investimento e da produção americanos. Mas esta recuperação ocorreu principalmente às custas do Japão e da Alemanha. Esta conjunção de fatores também foi acompanhada pela expansão sem precedentes da indústria exportadora da Ásia Oriental, onde diversas economias amarraram suas moedas ao dólar em desvalorização, obtendo desta maneira uma grande vantagem na competição mundial – mas, ao mesmo tempo, contribuindo para que o problema da intensificação da competição a nível global continuasse sem solução.

O Acordo Plaza é revertido em 1995 por meio do Acordo Plaza Invertido, firmado entre Estados Unidos, Alemanha e Japão. Seu objetivo era converter a tendência de alta do iene e de baixa do dólar em curso desde 1985. Para alcançá-lo, foram implementadas a redução relativa dos juros do Japão em relação aos Estados Unidos, a compra de títulos americanos por parte dos japoneses, e a compra de dólares no mercado monetário por Estados Unidos e Alemanha. Os resultados dos dois acordos “transformaram a retomada econômica norte-americana, então em andamento, no *boom* e na bolha da segunda metade da década de 1990” (ARRIGHI, 2008, p. 122).

A retomada da lucratividade americana na primeira década de 1990 estimulou o aumento do preço das ações. O Acordo Plaza Invertido acentuou esta tendência por meio da propensão à valorização do dólar e da enxurrada de dinheiro proveniente do Japão, da Ásia Oriental e de diversos outros países nos mercados financeiros americanos. O aumento da demanda por títulos estimulou a queda dos juros e o aumento do endividamento das empresas, em grande medida utilizado para a compra de ações na bolsa. A queda ainda mais acentuada dos juros Japoneses em relação aos americanos estimulou mais ainda o investimento nos mercados financeiros americanos por meio de operações de arbitragem.

Juntos, a entrada massiva de capital e a alta do dólar contribuíram enormemente para a valorização do preço das ações americanas e para a transformação do *boom* em uma bolha. Mas o governo americano também contribuiu para este acontecimento por meio de uma política monetária expansionista continuada, da manutenção dos juros em patamares baixos e de uma política frouxa em relação às reservas dos bancos e às exigências de margem para a compra de títulos. Além disso, segundo a retórica da Nova Economia pregada

recorrentemente pelo *chairman* do Banco Central americano, Alan Greenspan, as grandes expectativas dos investidores financeiros, que ajudavam a elevar cada vez mais o preço dos ativos, seriam recompensadas por aumentos de produtividade auferidos no futuro. A sinalização constante de conivência por parte do Federal Reserve com as práticas financeiras então adotadas pelos investidores ajudou a estimular ainda mais a bolha que se expandia.

Os resultados do Acordo Plaza invertido e as ações do Federal Reserve foram cruciais para o estabelecimento da bolha. Contudo, o fator principal de sua expansão foi a atuação das empresas não financeiras americanas, que se utilizaram das condições facilitadas de crédito para comprar ações tanto próprias quanto de outras empresas, forçando o preço dos ativos “a níveis sem precedentes” (ARRIGHI, 2008, p. 123). Como, por meio do efeito riqueza, a própria elevação do preço dos ativos melhorava a condição patrimonial das empresas e suas possibilidades de endividamento, gerou-se um ciclo vicioso que deu sustentação ao crescimento da bolha.

Como os acontecimentos desde o Acordo Plaza de 1985 influenciaram o problema da crise do capital, isto é, da queda da taxa de lucro a nível sistêmico e da consequente dificuldade relacionada à sobrecapacidade e à sobreprodução? Brenner afirma que, longe de resolver o problema do excesso de capacidade e de produção, a bolha levou as empresas a investir mais do que seria justificado pelos lucros realmente apurados, o que contribuiu para a persistência do problema. Além disso, o autor identificava, no início da década de 2000, a existência de uma enorme supercapacidade no Japão e em outros países da região, tornada evidente desde a crise asiática de 1997 e 1998. Por isso, em concordância com Arrighi, é possível dizer que Brenner “nos deixa com a impressão avassaladora de que a longo declínio está longe de acabar e que, na verdade, o pior ainda está por vir” (ARRIGHI, 2008, p. 124).

Como vimos, a tese central de Brenner refere-se ao problema da queda da taxa de lucro resultante da intensificação da competição a nível global, que por sua vez é fruto do processo de desenvolvimento desigual. O problema da queda da taxa de lucro persiste porque as ações consideradas racionais pelas empresas ligadas aos blocos de capital em disputa fazem com que haja saídas de menos e entradas demais dos ramos de produção em dificuldades. Além disso, os governos dos territórios onde se encontram os blocos de capital tendem a reforçar o problema por meio de suas ações. Por isso, a solução capitalista padrão para as crises via queima de capital, isto é, por meio dos processos de falência, contenção e demissões, acaba por não ocorrer. Segundo Brenner, os dois únicos momentos em que este tipo de solução funcionou rapidamente ocorreram no início da década de 1980, no governo Reagan, e em meados da década de 1990, com Clinton. Todavia, como estes eventos

acabaram por ameaçar transformarem-se numa completa depressão, com todas as suas consequências, foi necessário evitar a continuidade da queima de capital via retomada da expansão das dívidas pública e privada

3 COMENTÁRIOS I

O objetivo de Brenner e Arrighi ao analisar o longo declínio do século XX é semelhante. Ambos procuram compreender as origens e o significado do período contemporâneo de crise estrutural do capitalismo global. Além disso, os dois procuram identificar as tendências em atuação e os possíveis cenários futuros associados às tentativas de restaurar as condições vigentes de reprodução social a nível sistêmico. Nesse sentido, ambos procuram, por meio de seus aparatos teóricos e suas narrativas históricas, diferenciar e identificar “mudanças *dentro* do sistema *versus* mudanças *entre* sistemas”, ou, em outras palavras, compreender “a evolução de uma sociedade de determinado tipo *versus* a transição de um tipo de sociedade a outro tipo qualitativamente diferente” (BRENNER, 2007, p. 59).

O objetivo partilhado por Brenner e Arrighi reflete-se na escolha de um objeto de estudo comum, o capitalismo global contemporâneo. Nesse sentido, os relatos de cada um deles sobre o longo declínio têm por objetivo compreender as principais características e a dinâmica da estrutura social capitalista contemporânea em toda a sua extensão.

Apesar do objeto e dos objetivos comuns, Brenner e Arrighi adotam unidades de análise bastante distintas para elaborar suas abordagens. Por um lado, Brenner faz uso das unidades de análise representadas pelos blocos de capital. Cada um desses blocos, além disso, encontra-se indissociavelmente ligados a Estados nacionais particulares. Em sua discussão sobre o longo declínio, o autor não explicita as razões por trás dessa decisão. Como veremos adiante, contudo, ela está em consonância com suas discussões sobre o problema da transição, onde o autor também concentra sua investigação nas unidades de análise regionais-nacionais circunscritas à área dos Estados europeus centralizados que se consolidaram a partir do início da Era Moderna.

Sem procurar adiantar demasiadamente a discussão, é necessário ainda assim deixar claro que, em última instância, a escolha de Brenner em favor das unidades de análise nacionais resulta da importância da estruturação realizada através do poder de Estado na determinação das relações de classe e de produção que caracterizam cada região. A estrutura de uma determinada sociedade e do Estado que a contém são, por sua vez, primordialmente determinados através da influência e como resultado do conflito entre grupos ou comunidades políticas nacionais ou infranacionais, cuja formação é invariavelmente influenciada pela divisão de classes em vigor.

Em ambos os casos, portanto, isto é, tanto no debate da transição para o capitalismo quanto no debate sobre a crise estrutural do capitalismo, Brenner concentra sua análise nas *trajetórias, padrões ou caminhos de desenvolvimento nacionais*. Em nenhum dos dois debates, contudo, Brenner explicita ou apresenta argumentos sistemáticos em defesa de sua posição para além de sua defesa da importância das relações sociais de propriedade.

A priorização de Brenner das unidades de análise nacionais deixa mais claras as razões pelas quais o longo declínio do século XX é visto justamente como resultado da interação entre as trajetórias de desenvolvimento seguidas por blocos de capital nacionais distintos, cuja agregação corresponde ao conceito central mobilizado por Brenner em *O boom e a bolha* e *A economia da turbulência global*, qual seja, o *desenvolvimento desigual*.

De maneira esquemática, pode-se dizer que, no contexto das características internas forjadas no âmbito de cada Estado, surgem ao longo do tempo blocos de capital mais ou menos avançados que, a partir de determinado momento, começam a competir mais intensamente com outros blocos por fatias mais expressivas do mercado global. Dadas, entre outras coisas, a importância do capital fixo e a vulnerabilidade que ele acarreta para os blocos de capital mais antigos, bem como a tendência à reprodução ao invés da inovação das estruturas de produção a ele associadas, a competição entre blocos de capitais tende a gerar imediatamente uma resistência à realocação de capital e à eliminação do mercado, dando origem a uma situação de crise manifesta na queda da taxa de lucro. Os Estados ligados a seus respectivos blocos de capital, por sua vez, podem contribuir para a interdição do funcionamento do processo de entrada e saída de capitais por meio de incentivos como a implantação de políticas econômicas expansionistas, isto é, por meio da redução das taxas de juros, da desvalorização cambial e da expansão dos gastos líquidos do governo.

Enquanto Brenner privilegia os blocos de capital nacionais em sua análise do capitalismo global, Arrighi trabalha com a unidade análise correspondente ao sistema-mundo. Nesse sentido, O capitalismo em Arrighi é visto como uma totalidade orgânica, como um sistema-mundo capitalista que não pode ser resumido à soma das trajetórias individuais de cada um de seus componentes. Por isso, enquanto Brenner parte das trajetórias de desenvolvimento nacionais para explicar a dinâmica do longo declínio do século XX, Arrighi toma por base a trajetória de desenvolvimento do sistema-mundo capitalista como um todo, a qual impõe-se a praticamente todas as unidades político-econômicas que o integram como um fato dado, não sujeito alterações ou às decisões de membros individuais. A exceção a esta regra diz respeito ao Estado hegemônico, que, embora seja como os outros incapaz de

determinar por si só a trajetória do sistema, pode, no entanto, liderá-la e exercer sobre ela uma influência considerável.

Em Arrighi, portanto, a formação da trajetória de desenvolvimento de cada bloco de capital e seu respectivo Estado está sujeita às possibilidades e restrições determinadas pela trajetória de desenvolvimento do sistema-mundo capitalista global. E, conforme sua interpretação, o capitalismo global tem seguido, desde sua origem, uma trajetória sintetizada pelo conceito dos ciclos sistêmicos de acumulação. A história do capitalismo global, portanto, pode ser sintetizada a partir de sua divisão em seguidos ciclos sistêmicos de acumulação parcialmente superpostos, e que, apesar de seguirem um mesmo padrão, contam também com algumas características distintas. Levando em conta a unidade de análise em suas dimensões espacial e temporal, o afirma explicitamente que sua abordagem o “permitiu decompor a duração completa do sistema capitalista mundial (...) em unidades de análise mais manejáveis, que chamei de ciclos sistêmicos de acumulação” (ARRIGHI, 2006, p. xi).

O motor do sistema-mundo capitalista em Arrighi está ligado não apenas ao impulso à busca pelo lucro e à acumulação de capital, mas também à acumulação de poder político. Nesse sentido, Arrighi dá atenção em sua teoria não só aos aspectos econômicos da evolução do capitalismo global, como em grande medida faz Brenner, levando em conta também seus aspectos políticos. A busca por riqueza e poder está na base da dinâmica do sistema-mundo, movido não apenas pela competição intercapitalista entre blocos de capital distintos, mas também por uma competição interestatal entre as diversas unidades políticas do sistema. As lutas pelo impulsionam o sistema-mundo constantemente à expansão e à intensificação das relações capitalistas, gerando uma tendência para que ele se faça presente em todo o mundo.

Do ponto de vista mais estritamente político, o sistema-mundo de Arrighi constitui um sistema interestatal. Na verdade, como veremos ao longo do trabalho, a existência de um sistema interestatal é uma das principais pré-condições para a conformação não só do capitalismo, mas de qualquer tipo de sistema-mundo.

Do ponto de vista mais estritamente econômico, os ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi são, como vimos, compostos de duas fases, as de expansão material e as de expansão financeira. Além disso, do ponto de vista político essas fases correspondem mais ou menos às fases de ordem sistêmica e caos sistêmico atravessadas pelo sistema-mundo em sua dimensão de sistema interestatal liderado por uma potência hegemônica. O fim dos ciclos sistêmicos de acumulação é acompanhado de uma reestruturação do sistema-mundo capitalista, com o declínio da potência hegemônica que até então assumia o papel de líder do

sistêmico, e a ascensão de um novo *hegemon*, cuja posição está associada a sua capacidade de restaurar a ordem sistêmica e ajudar a garantir as condições para uma nova fase de expansão material.

Ambas as abordagens possuem vantagens e desvantagens. A primeira vantagem a ser abordada no caso de Brenner refere-se à quantidade verdadeiramente colossal de dados empíricos mobilizada e compatibilizada pelo autor. Quaisquer que sejam as divergências teóricas entre ele e os demais autores que dispuseram a debater seus trabalhos, é inegável que o esforço de reunião e compatibilização de dados e sua disponibilização na forma de informações extremamente úteis representam uma enorme contribuição ao debate sobre a evolução recente do capitalismo nas economias avançadas.

Uma segunda vantagem refere-se à iniciativa de Brenner de tentar refutar a ideia de que a queda da taxa de lucro tenha sido resultante de esforços conscientes dos trabalhadores dos blocos de capital avançados no sentido de obter melhores salários reais a despeito da deterioração das condições econômicas objetivas vigentes. Essas abordagens, que Brenner batiza como teorias do lado da oferta, especialmente em suas versões ortodoxas, acabam por atribuir aos trabalhadores de cada bloco de capital um caráter irremediavelmente “irresponsável”.

Em algumas de suas versões, as demandas dos trabalhadores e a pressão do “poder do trabalho” são vistos como as causas principais por trás do declínio da produtividade a partir da década de 1970. Nesse caso, por exemplo, greves, “operações-tartaruga” e mesmo a ameaça de colegas não dispostos a frear a atividade produtiva com vistas a obter melhorias “ainda mais vantagens” a partir do trabalho assumem, de forma impressionante, um lugar de destaque na teoria. Aqui, é como se o regime de relações de trabalho que Arrighi cita como “favorável à mão-de-obra”, estabelecido no pós-Segunda Guerra Mundial, representasse uma espécie de *overshooting* na tentativa de estabelecer parâmetros civilizacionais capazes de impedir para sempre o retorno das mazelas da Era das Catástrofes. Apesar de suas intenções nobres, portanto, as teses mais ortodoxas das teorias da oferta levam à conclusão de que seria necessário reconhecer que a generalização dos direitos trabalhistas e das conquistas do capitalismo em termos do desenvolvimento das forças produtivas acabaram por levar à instauração e ao prolongamento do longo declínio. Essas versões são condizentes com as propostas neoliberais em geral, e monetaristas em particular, que se propõem a superar a crise de lucratividade por meio do combate ao “poder do trabalho”, mas cujo objetivo último é, de acordo com Harvey, fortalecer o poder da classe capitalista, do Estado capitalista.

Em terceiro lugar, a abordagem com foco nas unidades de análise nacionais tem a vantagem de permitir e estimular relatos mais pormenorizados das relações internas e dos diversos conflitos por trás de cada uma das grandes decisões tomadas a nível nacional. Apesar disso, contudo, Brenner não parece tirar total proveito dessa vantagem, e uma das razões para isso resulta justamente de seu foco na indústria. Assim, por exemplo, apesar de uma ou outra menção em sua narrativa histórica, Brenner não aborda sistematicamente em *O boom e a bolha* e *A economia da turbulência global* o problema das disputas entre os diversos setores da economia, como o industrial e o financeiro, nem mesmo entre os diversos ramos de um mesmo setor, por exemplo entre os líderes industriais do período fordista de produção em declínio e aqueles ligados aos novo(s) paradigma(s) produtivo(s) em fase de consolidação. É verdade que em *O que é bom para o Goldman Sachs é bom para os Estados Unidos*, onde é feito um jogo de palavras com a antiga frase segundo o qual “o que é bom para a GM é bom para os Estados Unidos”, Brenner aborda a questão do domínio financeiro e do declínio da influência do setor industrial, além do entrelaçamento cada vez mais profundo dos dois setores. Mesmo nesse caso, contudo, o autor só consegue fazê-lo na medida em que se afasta dos estreitos limites impostos por suas observações teóricas.

Em quarto lugar, é inegável que, desde a consolidação e o espraiamento dos movimentos nacionalistas contemporâneos a partir do fim do século XVIII, os Estados nacionais e os blocos de capital a eles associados assumiram uma importância fundamental na determinação da trajetória de desenvolvimento de cada país e na evolução geral do capitalismo global. Assim, por exemplo, nos países da periferia do sistema, a ideia de incentivar o desenvolvimento econômico através da formação de uma burguesia nacional sólida embasou diversos projetos de superação do subdesenvolvimento, dentre os quais o nacional-desenvolvimentismo varguista. Com o fortalecimento da tendência à integração econômica mundial a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir do desmoronamento das estruturas de Bretton Woods, a prioridade da competição entre blocos de capital nacionais tem cada vez mais perdido espaço para outras formas de competição, como aquela ligada às empresas transnacionais ou às cadeias globais de valor mencionadas por Arrighi. Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante a competição entre empresas ou grupos empresariais situados simultaneamente em diversos Estados diferentes. Assim, ainda que seja certo afirmar que a escala nacional continue sendo um elemento primordial das análises do capitalismo global, também é preciso deixar claro que o fortalecimento da tendência à transnacionalização do capital provoca distorções importantes nas abordagens que a subestimam. Vejamos agora algumas das desvantagens da análise de Brenner.

No que diz respeito à relação indústria-financeiras, Arrighi critica o foco apriorístico e a importância excessiva conferida ao setor industrial na análise de Brenner. De fato, em sua teoria Brenner nem sequer menciona, por exemplo, o setor financeiro e sua importância na determinação das trajetórias de desenvolvimento dos blocos de capital estudados por ele. Em suas observações teóricas, Brenner simplesmente parte do axioma de que o setor industrial é o único dotado da capacidade de dinamizar a economia e tornar possível o crescimento econômico sustentado. Por isso, praticamente todas as decisões levadas a cabo pelos agentes em controle do poder de Estado, por exemplo, são descritas como se seu principal ponto de referência fosse os efeitos por elas provocadas sobre o setor industrial, mesmo quando os interesses do setor financeiro são claramente os mais beneficiados por elas.

Ao longo de sua narrativa histórica, Brenner vez por outra menciona elementos que, por escaparem das restrições ligados a suas observações teóricas, acabam por contrariar as distorções geradas por elas, conferindo mais importância ao setor financeiro. Mesmo essas observações, contudo, não são capazes de eliminar o caráter “industrialista” da análise de Brenner, que torna-se tanto mais distorcida quanto mais avança o processo de “financeirização” da economia global. A importância apriorística da indústria como fonte principal de dinamismo e de desenvolvimento econômico aproxima a visão de Brenner das interpretações keynesianas de caráter desenvolvimentista, que tendiam a enxergar no desenvolvimento da indústria a chave para o desenvolvimento, normalmente interpretado em termos do aumento da renda *per capita* do país. Por fim, ao não abordar em sua teoria aspectos ligados ao setor financeiro, Brenner deixa de lado um dos principais elementos de entrelaçamento e de aumento da interdependência entre os diversos Estados e blocos de capital a nível global, tornando as trajetórias de desenvolvimento nacionais fortemente sujeitas a fatores externos fora do controle de qualquer Estado nacional específico.

No que diz respeito à relação Norte-Sul, é possível iniciar os comentários com a contundente crítica de Arrighi, segundo a qual

Em sua crítica aos teóricos da oferta, Brenner compara a disposição destes em ver a economia mundial como mera soma de componentes nacionais com sua tentativa de buscar uma lógica própria nos processos sistêmicos (...). Por mais que a intenção seja louvável, a análise de Brenner não cumpre a promessa e concentra-se quase exclusivamente em três economias-Estados nacionais (Estados Unidos, Japão e Alemanha)

De fato, as trajetórias e as interações entre Estados Unidos, Alemanha e Japão constituem alguns dos principais elementos do capitalismo global do pós-Guerra. Além disso, uma análise concentrada na relação entre as economias dos três países é completamente

justificável por si só, dada a importância absoluta dessas três potências no contexto global que perdura até os dias de hoje. O primeiro problema com esse tipo de procedimento diz respeito à assunção de uma espécie de correspondência direta entre a evolução da Alemanha e do restante das economias europeias. Nesse sentido, Brenner toma a Alemanha como uma espécie de agente representativo das trajetórias de desenvolvimento dos demais blocos de capital que fazem parte do continente, ignorando a competição econômica interna e as lutas pelo poder travadas entre seus diversos integrantes. Mesmo a partir da consolidação da União Europeia e a criação do Euro, a identificação entre as trajetórias seguidas pela Alemanha e os demais signatários dessas instituições é problemática, visto que grande parte das decisões alemãs do período são tomadas em resposta e oposição a acontecimentos adversos e não-planejados na região. Nesse sentido, a defesa da austeridade europeia por parte do governo alemão após a Crise do Euro, por exemplo, pode ser interpretada uma tentativa de resguardar os interesses dos credores alemães, que até então vinham se aproveitando das condições favoráveis oferecidas por países como a Espanha e a Grécia, os quais demandavam recursos para permitir a rolagem de suas dívidas e a realização de novos gastos e investimentos.

Mas o problema principal desse ponto da análise de Brenner inicia-se na medida em que o autor tende a identificar os encontros e desencontros das trajetórias de desenvolvimentos dos três blocos de capital nacionais analisados por ele com a evolução do capitalismo global, cuja dinâmica é basicamente resumida ao processo de desenvolvimento desigual.

É verdade que, conforme avança sua análise, Brenner menciona a entrada de novos blocos de capital no cenário de competição internacional. Esses blocos, cujos membros mais importantes são constituídos pelas economias com maior dinamismo da Ásia oriental, representam, inclusive, um elemento essencial na análise de Brenner, na medida em que contribuem para a persistência da sobrecapacidade e sobreprodução ligadas à queda da taxa de lucro, evitando a eliminação dos produtores menos eficientes a nível global. Mesmo nesse caso contudo, as menções a outros blocos de capital que não os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão são bastante escassas e bem menos articuladas que sua discussão desses três.

A tendência à identificação dos blocos de capital americano, alemão e japonês com a evolução mais geral do capitalismo global no pós-guerra, parece estar ligada à ideia de que a importância de uma região específica na determinação da evolução da economia global é o principal, se não o único, fator por trás de sua inclusão como um elemento importante da discussão. Além disso, parece resultar da pressuposição de que esses três elementos

constituam algo como “agentes representativos” da economia global, cuja análise parece ser capaz de substituir em grande medida uma discussão mais extensa sobre o período.

Essa posição é problemática por vários motivos. Talvez o principal deles refira-se à importância, tão destacada por Arrighi, das relações entre o centro e a periferia, ou Norte e Sul globais, do capitalismo mundial na determinação das trajetórias de desenvolvimento de cada um dos países inseridos nessas duas regiões. Assim, enquanto as relações Norte-Sul são, por um lado, parcialmente responsáveis pela trajetória de alto desenvolvimento das economias do centro, por outro, ajudam também a explicar a persistência do padrão de subdesenvolvimento das economias da periferia global, como as da América Latina e da África. Nesse sentido, os padrões de desenvolvimento de cada bloco de capital não são determinados basicamente a partir das relações internas cada Estado, mas também a partir das relações de dominação e subordinação estabelecidas entre os países dotados de maior riqueza e poder no sistema-mundo capitalista, isto é, das unidades mais bem posicionadas no interior da hierarquia global.

Outro problema fundamental da análise de Brenner nesse ponto está ligado aos corolários de sua teoria. Nesse sentido, ao tender a priorizar excessivamente as determinações nacionais na conformação das trajetórias de desenvolvimento de cada região, o autor acaba por se posicionar inadvertidamente ao lado daqueles que interpretam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como resultado do sucesso nacional de coordenação dos agentes em prol do desenvolvimento econômico, ou, em sua versão mais simplista, como resultado da capacidade e dos esforços de cada um, como no argumento “meritocrático”.

A ideia de que os fatores internos sejam os mais importantes na determinação das trajetórias de desenvolvimento é menos problemática na análise dos países avançados, onde, apesar das restrições externas que também aqui se impõem, é possível não obstante identificar a existência de mais margens de manobra mais significativas. Ainda assim, mesmo nesse contexto a ideia do desenvolvimento nacional é problemática, e contrasta com a própria noção de Brenner sobre a necessidade das economias avançadas de fazer face à competição internacional.

No caso dos países periféricos, a noção das trajetórias nacionais de desenvolvimento é ainda mais problemática, justamente por ignorar as relações de subordinação política e exploração econômica levadas a cabo pelos países centrais, e às quais Arrighi confere tanta atenção por meio do conceito de acumulação por espoliação. Veremos na segunda parte do trabalho as razões completas por trás da resistência de Brenner em reconhecer a importância das relações entre Norte e Sul global, isto é, do entrelaçamento entre

as trajetórias de desenvolvimento e subdesenvolvimento características da evolução do capitalismo global.

Por fim, no caso da relação capital-trabalho, apesar da nobre tentativa de combater as versões ortodoxas das teorias da oferta, Brenner acaba por exagerar sua crítica ao estendê-la não só autores ligados às correntes econômicas *mainstream*, mas também autores keynesianos, regulacionistas e marxistas. Todos eles são acusados de, em última instância, defenderem a tese de que o longo declínio tenha sido resultado das estratégias e escolhas tomadas com base no “poder do trabalho”. Não poderemos nos dedicar à análise dessas diferentes versões mas, como deve parecer evidente, a própria generalização absoluta do argumento de Brenner a praticamente todo o espectro teórico e sua redução a uma mesma e única posição representa uma enorme fraqueza para o argumento de Brenner.

Deve-se lembrar, além disso, que esse é o contexto em que o autor, que por vezes parece tomado por uma espécie de *frenesi* classificatório, associa a crise de produtividade ligada às teorias da oferta às abordagens de Malthus e seus seguidores, incluindo o próprio Marx entre os defensores do modelo malthusiano, e interpretando sua teoria da tendência à queda da taxa de lucro como uma teoria da tendência do modo de produção capitalista à queda da produtividade. Não é preciso defender a abordagem de Marx para criticar as afirmações de Brenner. Basta dizer que, apesar da importância conferida pelo próprio Brenner ao problema da queda da taxa de lucro, apesar da quantidade colossal de referências e interpretações sobre o assunto, da grande complexidade técnica envolvida na discussão e da própria identificação de Brenner com o marxismo, o autor dedica apenas um parágrafo e uma nota de rodapé ao problema, onde, ademais disso, a crítica da abordagem marxiana precisa dividir espaço com as tipologizações do autor.

Outro problema importante, ligado tanto à crítica das teorias da oferta, quanto a sua própria teoria diz respeito ao papel das relações horizontais intercapitalistas e das relações verticais nas transformações estruturais do capitalismo global recente. Tomando por base o combate às tentativas de “responsabilização” das classes trabalhadoras dos diversos blocos de capital pelo longo declínio do século XX, Brenner elabora sua teoria com o objetivo explícito de refutar as abordagens do *profit squeeze*. Ao fazê-lo, o autor não só se posiciona contra a ideia de que o poder do trabalho tenha tido alguma responsabilidade direta, sistêmica, e duradoura sobre a queda da lucratividade, mas atribui esse evento de forma praticamente exclusiva à competição entre blocos de capital nacional e à dinâmica do desenvolvimento desigual.

O problema é que, ao construir seu aparato teórico a partir desse contexto, Brenner acaba por subestimar em grande medida o papel das relações verticais na moldagem e na evolução das relações sociais de propriedade, dos blocos de capital e do próprio aparato estatal e eles relacionado. A subestimação de Brenner sobre o papel da classe trabalhadora, além disso, mostra-se presente não só em seu aparato teórico, mas, em grande medida, também em sua narrativa histórica.

Além de subestimar o papel da classe trabalhadora, Brenner produz um relato que reduz a atuação e as formas de influência da classe trabalhadora praticamente apenas à luta por melhores compensações diretas e indiretas pelo trabalho.

Outras questões ligadas às condições de vida da classe trabalhadora e à sua atuação fora do ambiente de trabalho e de negociações trabalhistas são praticamente ignoradas. Assim, por exemplo, questões urbanas ligadas à própria jornada de trabalho, como a que diz respeito ao deslocamento dos trabalhadores entre suas moradias e seus locais de trabalho, bem como outras relacionadas às próprias condições de moradia, à qualidade e disponibilidade dos serviços sociais que permitem a reprodução da vida nas cidades, etc., são praticamente eliminadas da discussão.

Da mesma forma, as discussões sobre o efeito ambiental do aumento da produção desenfreada a nível global por trás do excesso de sobrecapacidade e sobreprodução não são tratados na discussão. Nesse sentido, a multiplicação dos problemas ambientais, cuja soma dos efeitos diretos e indiretos tende a afetar com maior intensidade os integrantes da classe trabalhadora, que dispõe de menos recursos para se defender deles, não são mencionados¹⁹.

Questões ligadas não só às relações verticais, mas também às relações horizontais intertrabalhistas também são ignoradas. Embora o foco global da análise de Brenner possa, à primeira vista, parecer justificar esse tipo de ausência, sua ênfase nas relações internas a cada Estado nacional parece fazer desse assunto um tema importante a ser, ao menos, rapidamente considerado. As relações horizontais entre os trabalhadores estão ligados às tendências, identificadas por Arrighi em *Marxist century, american century*, à unificação e à competição entre os diversos grupos que compõem a classe. Assim, por exemplo, Brenner deixa de lado a

¹⁹ Problemas como a formação de cemitérios intermináveis de mercadorias de alta tecnologia, das práticas de *midnight dumping* de despejo de resíduos tóxicos em áreas pobres ou ambientalmente protegidas, da migração de indústrias poluidoras para regiões atrasadas, como exemplificado no caso da Bopal, defendidas inclusive pelo infame Larry Summers em seu memorando secreto mundialmente conhecido. Mesmo o problema da taxa de utilização decrescente e da obsolescência programada abordado por Mészáros em *Para além do capital*, intimamente relacionado aos problemas da sobrecapacidade e sobreprodução, na medida em que representam tentativas de reverter a queda da lucratividade em detrimento do meio ambiente, não são sequer minimamente discutidas.

questão das relações raciais entre brancos e negros na sociedade americana, intimamente ligada ao nível de salários prevalecente no bloco de capital americano. Além disso, os acontecimentos ligados à intensificação da entrada das mulheres nos mercados de trabalho formal e sua influência sobre o custo da reprodução das famílias trabalhadoras para o capital são também deixados de lado. Por fim, os problemas ligados à relação com os imigrantes e seus descendentes, ligadas não só às relações salariais, mas também à questão da mobilidade do trabalho ao redor do capitalismo global, também não são analisados.

Além de não adentrar nessas questões, o enquadramento das relações verticais em Brenner dificulta a identificação de qualquer alternativas que propiciem melhoras qualitativas para a classe trabalhadora. Por um lado, a constante reafirmação sobre as estratégias à mão do capital para contornar as demandas da classe trabalhadora deixam claro o caráter necessariamente provisório de suas conquistas. Além disso, o próprio prolongamento do longo declínio e a continuidade das ofensivas do capital e do Estado sobre a classe trabalhadora mostram que as tentativas de conciliação e coordenação aos moldes do corporativismo social encontram-se praticamente descartadas para a imensa maioria dos “blocos de capital” nacionais.

Nesse sentido a esperança de alcançar melhorias qualitativas e quantitativas significativas para as classes trabalhadoras, mesmo levando em conta apenas os trabalhadores americanos, japoneses e alemães tomados isoladamente em seus respectivos blocos de capital encontram-se cada vez mais desacreditadas. Mas, para além desse cenário sombrio, Brenner não se dedica a identificar ou a propor estratégias que possam levar a uma reconfiguração substantiva das relações de classe a favor dos trabalhadores, o que constitui uma situação bastante problemática quando leva-se em conta sua filiação ao marxismo. Essa falta torna-se ainda estranha quando recorda-se que Brenner representa o principal autor da segunda fase do debate da transição para o capitalismo, cujo objetivo imediato era compreender o funcionamento desse modo de produção, mas que tinha por objetivo final estabelecer parâmetros para a discussão de uma possível transição do capitalismo ao socialismo.

Assim, por exemplo, o longo declínio do século XX não poderia ser considerado uma versão contemporânea da superexploração que, em última instância, levou à crise de rendimentos senhoriais durante o feudalismo e ao início da transição para o capitalismo? Dada a diminuição da importância relativa dos movimentos trabalhistas voltados para a conquista de direitos ligados ao processo produtivo, e o aumento da importância relativa de movimentos sociais e formas de mobilização pautadas por outras necessidades e problemas associados à vida da classe trabalhadora, qual seria a importância da formação de frentes de

movimentos sociais de base distintos numa reconfiguração futura das relações sociais capitalistas a nível nacional e global, principalmente caso sejam confirmados os prognósticos mais desfavoráveis de Brenner em seus textos? Vistos em linhas gerais os comentários a respeito das vantagens e desvantagens da análise de Brenner, passemos agora às considerações sobre Arrighi.

A primeira vantagem da abordagem de Arrighi é sua abordagem sistêmica do capitalismo global. Enquanto Brenner, apesar de suas críticas ao caráter restrito e nacionalmente limitado das análises dos economistas da oferta sobre o longo declínio, acaba por cometer o mesmo erro ao pressupor a prioridade das unidades de análise nacionais, Arrighi, partindo do conceito dos sistemas-mundo elaborado por Wallerstein, desenvolve uma abordagem que permite reconhecer o capitalismo global como uma totalidade orgânica, como uma estrutura social cujos caminhos de desenvolvimento são primordialmente determinadas ao nível sistêmico, e não regional.

O primeiro benefício das análises sistêmicas do capitalismo global é combater o voluntarismo que costuma acompanhar algumas versões liberais sobre as trajetórias nacionais do desenvolvimento. Nesse sentido, o sucesso e o fracasso econômicos tendem a ser vistos como resultado da capacidade interna de articulação e implantação das condições propícias ao desenvolvimento. No limite, esse tipo de concepção pode levar à conclusão de que a riqueza das nações avançadas, como a Inglaterra e os Estados Unidos, bem como a pobreza das nações subdesenvolvidas, como a África e a América Latina, são fruto dos méritos e deméritos de cada uma delas, e não resultado de um processo necessariamente interpenetrado de desenvolvimento e subdesenvolvimento baseado, entre outras coisas, em relações de dominação e exploração. Essas interpretações podem fazer, por exemplo, do persistente subdesenvolvimento dos países da África subsaariana um problema nacional, sem levar em conta sua relação com o imperialismo, o colonialismo e as disputas por territórios entre Estados Unidos e União Soviética no contexto da guerra fria.

Outra vantagem importante da análise de Arrighi refere-se à sua ênfase no papel das interações entre Estado e capital, e na relação dialética estabelecidas entre eles, baseada em suas lógicas diferentes de atuação no contexto das lutas pelo poder. Assim, ao contrário de análises economicistas, que praticamente se resumem a analisar a atuação dos agentes econômicos ligadas à produção e à circulação de mercadorias e dinheiro, ou, quando muito, se dedicam a mencionar a implantação de políticas econômicas exógenas, a abordagem de Arrighi inclui o aspecto político como um dos pontos centrais de sua análise do capitalismo global e da evolução dos integrantes do sistema interestatal que dele faz parte. Em grande

medida, Brenner pode ser incluído entre esses autores, particularmente quando leva-se em consideração sua abordagem teórica.

No âmbito das relações entre Estado e capital, três elementos intimamente relacionados são particularmente importantes. O primeiro deles refere-se à relação entre o capitalismo e o militarismo, à qual Arrighi associa também o que chama de “industrialismo”. Embora possa-se criticar o caráter um tanto simplista dessa relação na abordagem de Arrighi, particularmente quando o autor busca generalizar os estímulos recíprocos dos desenvolvimentos civis e militares da indústria e o caráter quase maniqueísta do belicismo capitalista quando comparado ao “pacifismo” oriental, a importância da força na expansão e na manutenção e na recomposição das relações capitalistas não pode ser negada. Nem tampouco pode-se limitar a manifestação dessa tendência aos períodos de crise, devendo-se levar em conta seu papel tanto econômico quanto político não só nas fases de caos sistêmico, mas também nos períodos de ordem sistêmica.

O segundo elemento de destaque refere-se ao entrelaçamento entre Estado e capital a partir dos sistemas nacionais da dívida pública. Nesse sentido, conforme se agravam as condições econômicas vigentes em cada um dos Estados que integram o sistema interestatal, e conforme intensifica-se a concorrência internacional a partir das iniciativas e contornar essa situação, a queda da arrecadação do Estado e o aumento da necessidade de gastos com seguridade social para a classe trabalhadora, com subsídios para a classe capitalista e com recursos para fazer face à competição interestatal fazem com que ele, o Estado, torne-se cada vez mais dependente dos recursos disponibilizados pela classe capitalista ligada às altas finanças. Essa subordinação do Estado aos interesses dos capitalistas em geral, e dos capitalistas financeiros em particular, não resolve o problema da crise, mas acaba por agravar ainda mais o problema da desigualdade no capitalismo através do aprofundamento da polarização da riqueza mundial, entre centro e periferia e nacional. De fato, a importância dos processos de financeirização parecem contribuir para o prolongamento da situação de turbulência, para a intensificação das medidas destinadas a restaurar a qualquer custo a lucratividade capitalista e, por fim, às mazelas que a perpetuação da situação de endividamento provoca sobre o Estado e os membros da classe trabalhadora. Passemos agora à análise das desvantagens da abordagem de Arrighi.

Em primeiro lugar, cabe destacar que, apesar das vantagens associadas à escolha das unidades de análise sistêmica, particularmente para a análise do capitalismo global, esse tipo de decisão não está livre de problemas substantivos, dentre os quais pode-se destacar a própria caracterização e a definição dos limites de um sistema-mundo.

Por um lado, a configuração de um sistema-mundo exige o estabelecimento de relações econômicas, políticas e até culturais relativamente estreitas, compatíveis e, em alguma medida, semelhantes. Os Estados por trás dos Tratados de Vestfália, talvez o principal marco do surgimento do sistema-mundo capitalista segundo Arrighi, conformam um sistema interestatal baseado no equilíbrio de poder e na necessidade de estabelecer alianças e de combater diplomática ou militarmente uns aos outros. Formam, além disso, uma economia-mundo, para tomar emprestado um termo de Wallerstein, porque estabelecem entre si relações comerciais estreitas, como deixam evidentes as preocupações dos autores mercantilistas com os superávits comerciais e financeiros da nação apoiada por eles em relação a seus Estados rivais. Os laços econômicos estabelecidos através do comércio de longa distância entre os Estados europeus e suas colônias americanas, além da indústria mais infame já erguida pelos industriais e civilizados povos europeus, a indústria escravista na África, também são motivos, conforme assume implicitamente Arrighi, para sua inclusão entre os integrantes do sistema-mundo capitalista. Assim, o sistema-mundo capitalista é formado tanto por regiões onde prevalecem relações mais estritamente capitalistas, isto é, ligadas à produção através do trabalho assalariados, bem como por locais onde predominam relações não-capitalistas, como nas regiões onde se lucra com o apresamento de escravos, ou nas *plantations* onde seres humanos são comprados e para fazer girar as rodas da economia colonial.

Enquanto a inclusão da África e das Américas não representa um ponto de controvérsia, embora também precise ser explicada, o problema inicia-se quando são inquiridos os motivos da exclusão da Ásia do sistema-mundo capitalista. Nesse sentido, as extensas redes de comércio entre os Estados europeus ocidentais e seus pares orientais, por alguma razão, não justificam sua inclusão no sistema-mundo capitalista. As razões por trás dessa exclusão não são abordadas por Arrighi, que as assume como um fato dado. Certamente, o fato de que as regiões periféricas do sistema-mundo constituíam colônias das potências europeias, enquanto os Estados asiáticos constituíam atores independentes do jugo ocidental, deve estar ligado à explicação. Da mesma forma, as visões matrizes culturais divergentes ligadas ao desenvolvimento ocidental e oriental também são outro motivo de explicação. No caso ocidental essa matriz parece estar ligada à herança greco-romana e aos preceitos da mitologia judaico-cristã. No caso oriental, sabe-se que essa matriz inclui o aparato ideológico ligado às teses confucianas, mas em geral não se aprofunda no detalhamento de seus demais elementos. Ainda assim mesmo que assumam-se como correta essa divisão, seria necessário investigar a fundo quais as condições mínimas para a inclusão

ou a exclusão de uma região qualquer num sistema-mundo específico, bem como abordar minimamente a questão dos limites desse sistema.

É certamente impossível traçar uma linha divisória nítida entre o grau de semelhanças e de diferenças necessários para a constituição de um sistema-mundo. Ainda assim, é necessário tentar precisá-la em alguma medida, já que a inclusão ou exclusão de determinada região num sistema-mundo específico depende justamente do grau de estreitamento das relações econômicas, políticas e culturais que o definem. Essa questão está intimamente relacionada à unidade de análise, porque interfere no recorte espacial do objeto, por exemplo. Mas também está associada ao recorte temporal, já que é preciso levar em conta tanto a formação quanto a evolução das características dos sistemas-mundo para entender sua origem, sua evolução e suas perspectivas. Voltaremos a esse ponto na segunda parte do trabalho.

Outro problema ligado à abordagem de Arrighi diz respeito à própria definição do autor do conceito de capitalismo do autor. Para Arrighi, a principal relação que permite o surgimento do capitalismo não é, como em Brenner, a separação entre capital e trabalho, a generalização da influência dos imperativos de mercado sobre todos os agentes econômicos e a extração econômica do excedente, mas sim o estreitamento das relações entre Estado e capital. Assim, apesar da imensa contribuição de Arrighi para o debate resultante de sua inclusão do Estado no aparato teórico construído com o fim de analisar a evolução do capitalismo, a elevação da relação Estado-capital ao posto de principal pré-condição para o surgimento e a consolidação desse tipo de estrutura social trás sérios problemas.

Em primeiro lugar, como vimos, ele ignora a importância da extração econômica do excedente no nascimento e na consolidação do capitalismo apontados por Brenner. Ao subestimar essa contribuição, o autor deixa de captar o caráter verdadeiramente revolucionário da instauração das relações de produção capitalista, e do caráter completamente disruptivo de sua tendência ao desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, Arrighi tende a enxergar a Revolução Industrial, por exemplo, como resultado de um processo gradual, e, além disso, resumir sua contribuição à “internalização dos custos de produção” como parte das características do sistema-mundo capitalista em geral, e do *hegemon* em particular.

A desconsideração da importância da extração econômica do excedente também trás problemas para a análise do problema da transição para o capitalismo em Arrighi, isto é, para o surgimento e a combinação das pré-condições para a instauração do sistema-mundo capitalista. Desse modo, o autor pode fazer do capitalismo, única estrutura até então

descoberta onde a esfera econômica se diferencia tanto quanto possível das demais e assume o papel de destaque em relação a elas, um sistema cuja principal característica é justamente o entrelaçamento profundo, ainda que problemático, entre o político e o econômico. Por isso também o autor pode estabelecer um tratado político, resultante dos Acordos de Westfália de meados do século XVII, como o ponto simbólico que marca o nascimento do sistema-mundo capitalista. A enorme importância conferida por Arrighi à função hegemônica no capitalismo também parece estar ligada à elevação da relação Estado-capital ao topo das pré-condições do sistema-mundo capitalista.

Outro problema da análise de Arrighi refere-se às relações verticais, um dos principais pontos onde ele critica Brenner. Um primeiro problema, identificado já em *Marxist century, american century*, é a tendência a identificação dos fluxos e da quantidade de poder detidas pelas classes trabalhadoras ao redor do sistema com um mecanismo homeostático, atribuindo à perda de poder dos trabalhadores em geral um caráter temporário, a ser restaurado no período seguinte. Por isso, o aumento da importância da força de trabalho feminina tende, mais cedo ou mais tarde, a restaurar o poder perdido pela força de trabalho masculina ao longo do tempo. Esse raciocínio aplica-se, igualmente, aos outros grupos em que se divide a classe trabalhadora, como os trabalhadores braçais e intelectuais, migrantes e “nativos”, etc. O principal problema com esse argumento é seu caráter determinista e, portanto, a-histórico, que nega as características concretas de cada região e os processos de formação e consolidação dos movimentos da classe trabalhadora que delas fazem parte. Nesse ponto, talvez a ênfase de Brenner nas relações internas pudesse contribuir para uma melhor elaboração de Arrighi.

Em todas as suas grandes obras, isto é, em *O longo século XX, Caos e governabilidade no moderno sistema-mundo* e, em menor medida, em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi aborda a evolução do sistema-mundo capitalista quase exclusivamente a partir das relações entre agentes governamentais e capitalistas. Nesses relatos, os grupos ou classes subordinadas assumem um papel, na melhor das hipóteses, secundário. A importância desses grupos ou classes subordinadas aparece primordialmente durante os períodos de caos sistêmico, onde a agitação social que acompanha as crises econômicas e suas tentativas de solução costuma favorecer a reestruturação nacional e sistêmica dos grupos mais privilegiados nas lutas pelo poder. Mesmo nesse caso, contudo, talvez a própria intensificação das concorrências intercapitalistas e interestatais fossem suficientes para dar conta da explicação dos períodos de transição entre os ciclos sistêmicos de acumulação. Por isso, apesar das tentativas feitas pelo autor em artigos como *Marxist century* e *Workers North and*

South de abordar o problema dos movimentos da classe trabalhadora, das tendências à cooperação e à competição entre seus grupos, da inclinação para a reforma no centro ou Norte e para a revolução na periferia ou Sul, das alianças de classe entre trabalhadores privilegiados, algo como a aristocracia operária de Lênin, e capitalistas do Norte na exploração dos trabalhadores (e capitalistas) do Sul, Arrighi não incorpora as relações verticais de maneira verdadeiramente orgânica em seus trabalhos. Levada ao limite, essa tendência à exclusão das relações verticais de qualquer posição de importância nas obras de Arrighi transforma os trabalhadores e a natureza em pouco mais que fontes de excedente durante os períodos de ordem sistêmica e massa de manobra durante os períodos de caos sistêmico.

Apesar dos problemas envolvidos na abordagem dos sistemas-mundo, a identificação do capitalismo com uma estrutura global, e não como a conjunção de estruturas nacionais específicas nos, parece, pelos motivos apresentados acima, mais vantajosa para a compreensão desse objeto de estudo, e por isso, a abordagem de Arrighi nos parece mais apropriada nesse ponto específico. Apesar disso, a tendência a ignorar as relações econômicas de extração do excedente, de produção, bem como, em alguns casos, as relações internas a cada um dos integrantes do sistema, acabam por prejudicar seriamente a abordagem de Arrighi, tornando os argumentos de Brenner bastante importantes.

Por fim, o caráter truncado do debate entre os dois autores parece derivar fundamentalmente não apenas da adoção de unidades de análise distintas, mas radicalização de seus argumentos e das dicotomizações que esse tipo de atitude implica tanto teórica e historicamente. Assim, da mesma maneira como a priorização exclusiva das determinações sistêmicas pode fazer com que os integrantes do sistema-mundo constituam simplesmente reféns de relações determinadas exclusivamente no âmbito internacional, a priorização absoluta das relações internas nacionais, tendência em relação à qual Brenner se aproxima bastante, tende a gerar interpretações voluntaristas da evolução do capitalismo global, bem como, no limite, a transformar o problema das transformações sociais e da transição em uma questão nacional, e não sistêmica. A dicotomização entre as formas econômicas e extra-econômicas do excedente também dificultam o estabelecimento de um campo comum de debate e da tentativa de complementar mutuamente as abordagens dos dois autores. Abordaremos mais detidamente essa questão na segunda parte do trabalho, à qual nos dirigiremos agora.

**PARTE II: O DEBATE DA TRANSIÇÃO REVISITADO:
CAPITALISMO, MERCADOS E DESENVOLVIMENTO NO
OCIDENTE E NO ORIENTE**

4 BRENNER

4.1 TEORIA

4.1.1 MODOS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E NÃO-CAPITALISTAS

Enquanto a origem do debate recente entre Brenner e Arrighi diz respeito ao longo declínio do século XX e o *status* da crise estrutural do capitalismo contemporâneo, o segundo momento do mesmo está ligado diretamente à origem dessa forma específica de estrutura social. O debate sobre a transição é importante porque, entre outras coisas, permite estabelecer as condições para o nascimento e a consolidação do capitalismo, revelando suas principais características e permitindo identificar os pressupostos adotados por Brenner e Arrighi em suas abordagens, em particular no que diz respeito à unidade de análise.

Por trás da discussão sobre a transição, além disso, é possível identificar um debate mais geral sobre as transformações e transições pelas quais passam estruturas sociais distintas. Nesse caso, Por exemplo a depender da definição de cada um sobre as principais condições e características do capitalismo, torna-se possível avaliar se a crise contemporânea abre caminho para o surgimento de outros padrões de desenvolvimento, seja a nível regional, seja a nível global. No limite, essas transformações são capazes levar à completa alteração de uma determinada estrutura social. Para avançar na compreensão das escolhas de Brenner em relação à unidade de análise, é preciso contextualizar seu trabalho no âmbito do chamado debate da transição para o capitalismo.

4.1.1.1 O DEBATE DA TRANSIÇÃO

Em grande medida, o debate sobre a transição tinha por objetivo fornecer uma alternativa às versões a-históricas sobre o surgimento do capitalismo, as quais tendiam a explicar seu nascimento pressupondo a existência de uma propensão ou tendência natural ou

inata do Ocidente à expansão das relações de mercado, postulando justamente aquilo que pretendiam explicar. De acordo com Brenner,

Durante a maior parte da primeira metade do século XX, existiu um consenso bastante difundido, se não unânime, de que a maneira de entender a emergência histórica do desenvolvimento econômico do Ocidente era através das lentes teóricas fornecidas por Adam Smith em *A riqueza das nações* (BRENNER, 2007, p. 49).

Os autores ligados ao debate da transição visavam principalmente combater o caráter anacrônico e teleológico das explicações tradicionais da transição, dentre as quais destacavam-se aquelas propostas pelos chamados historiadores smithianos. Essas versões tendiam a reforçar a visão do capitalismo como algo natural e, em última instância, imutável, sufocando as visões críticas em relação a ele e a tentativa de superar suas contradições. Além de combater o processo de naturalização do capitalismo na história, os autores do debate da transição também procuraram enfatizar a *differentia specifica* desse tipo de estrutura social em relação a todas as demais que o precederam, isto é, em relação às sociedades pré-capitalistas. Esse procedimento permitiu apontar que, dado seu caráter inédito e as características bastante específicas nas quais se baseia, o capitalismo não só não representaria algo natural como, em muitos sentidos, constitui o tipo de sociedade mais anti-natural jamais forjado a partir das relações humanas. Nesse sentido, em nenhum tipo de sociedade a esfera econômica assumiu tamanha importância e preponderância sobre as demais dimensões da existência social. O caráter *sui generis* do capitalismo pode ser sintetizado na tendência verificada sob esse tipo de estrutura social à privatização e à mercantilização das mais diversas relações sociais, bem como de seus resultados, com destaque para a terra, o trabalho e seus produtos, tudo em nome da acumulação de capital.

O debate da transição está ligado ainda a outra controvérsia estabelecida ao longo da década de 1940 nos círculos marxistas em torno do caráter da Revolução Inglesa de meados do século XVII. Nesse caso, a discussão foi iniciada com a publicação de *A Revolução Inglesa de 1640*, por Rodney Hilton. Em termos bastante gerais, o debate girou em torno do papel do comércio no surgimento do capitalismo e sobre o caráter mais ou menos marcante da Revolução Inglesa em sua consolidação.

A depender da interpretação de um determinado autor sobre o significado do capitalismo, seria possível, por exemplo, defender a ideia de que a Revolução Inglesa teria representado pouco mais que uma reação da burguesia às ofensivas da nobreza, a qual procurava se reafirmar num contexto de instabilidade. No outro extremo, também seria possível argumentar que a Revolução representou um verdadeiro divisor de águas, marcando

a transição entre uma Inglaterra primordialmente feudal para outra de caráter predominantemente capitalista.

Tanto no debate sobre a Revolução Inglesa quanto no debate sobre a transição, uma das questões mais importantes em pauta dizia respeito ao *status* e ao papel do capital comercial ou mercantil no surgimento do capitalismo. A especificação desses pontos era de suma importância, entre outras coisas, para combater a visão anacrônica e teleológica dos historiadores smithianos, muitos dos quais tendiam a atribuir o surgimento do capitalismo à propensão dos indivíduos à troca e à barganha, considerada característica fundamental da natureza humana, responsáveis em última instância pela expansão do comércio, o aprofundamento da divisão do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da produtividade, promovendo a riqueza das nações.

No decorrer das discussões sobre a Revolução Inglesa e a transição, Maurice Dobb, que protagonizou ambos os debates, posicionou-se de forma progressivamente crítica em relação ao conceito de capitalismo mercantil e à importância do comércio e da divisão mundial do trabalho na consolidação do capitalismo.

Em 1946, Dobb publica *A evolução do capitalismo*, livro seminal que daria início ao debate da transição. A partir daí, o trabalho de Dobb foi criticado e debatido por diversos autores ligados ao marxismo, com destaque para o economista americano Paul Sweezy. O debate Dobb-Sweezy foi compilado em 1954 no livro *A transição do feudalismo para o capitalismo*, que conta ainda com a participação de outros autores marxistas, como o já mencionado Rodney Hilton e também Christopher Hill.

Mais uma vez, um dos pontos principais do debate refere-se ao *status* e ao papel do ressurgimento do comércio na desintegração do feudalismo e no nascimento do capitalismo. De um lado, foi discutido se o comércio constituiria parte integrante do feudalismo, ou se, ao contrário, representava um elemento externo a ele. De forma intimamente relacionada, o debate também abordou a questão sobre se a derrocada do feudalismo teria sido produto principalmente de forças externas, dentre as quais o próprio comércio de longa distância, ou se, por outro lado, resultou primordialmente de suas contradições internas, particularmente dos conflitos de classe entre a nobreza e os servos camponeses.

Sweezy defendia a tese do caráter necessariamente externo do comércio em relação ao feudalismo, particularmente do comércio de longa distância, e de que as contradições internas do modo de produção feudal não seriam suficientes para provocar sua ruína. Dobb, por sua vez, se esforçou por mostrar que o principal motor de desintegração das

relações feudais era a luta de classes característica do modo de produção feudal, baseada na busca da nobreza por maiores rendimentos e na intensificação da exploração dos camponeses. Além disso, o autor procurou evidenciar a relação interna entre a própria expansão do comércio e a intensificação dos esforços da nobreza para aumentar a extração de excedentes. Brenner explora esse ponto da análise ao abordar a questão da acumulação política, como veremos adiante.

Ao longo do debate de 1954, novamente a tese que enfatizava a importância do comércio e da divisão do trabalho no surgimento do capitalismo, defendida agora por Paul Sweezy, foi bastante criticada pelos demais participantes do debate, particularmente por Dobb. No decorrer das décadas seguintes, o modelo mercantil viria a ser criticado também pelos autores do chamado modelo demográfico, de inspiração ricardiana-malthusiana, desenvolvido por autores como Postan e Ladurie. Diferentemente do primeiro momento do debate, a segunda rodada contaria não só com a participação de autores marxistas, mas também desses historiadores demográficos, que contribuíram decisivamente para seu avanço.

Em 1976, Brenner insere-se na discussão com a publicação do artigo *Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*, que reascende o debate da transição. Essa nova rodada de discussão ficaria conhecida como *Debate Brenner*, evidenciando a importância das contribuições do autor. A segunda fase do debate é composta por artigos publicados entre 1976 e 1982, posteriormente compilados num livro homônimo.

Ao longo desse período, Brenner publica ainda dois artigos particularmente importantes. Um deles, *The agrarian roots of european capitalism*, constitui o artigo que encerra o debate. Nele, o autor repassa e reforça seus argumentos, respondendo, além disso, às críticas feitas contra suas teses por outros autores. O segundo, *The origins of capitalist development*, publicado ainda em 1977, representa uma expansão das críticas de Brenner a variantes do modelo comercial por autores próximos à tradição marxista, em especial Immanuel Wallerstein e André Gunder Frank. No subtítulo do artigo, Brenner deixa clara sua intenção de promover *uma crítica ao marxismo neo-smithiano*, do qual fariam parte Sweezy, Wallerstein e Frank, os dois últimos autores em que Arrighi se inspira fortemente. Esse artigo de Brenner em particular é de suma importância para compreender o problema da unidade de análise em sua obra. Voltaremos a ele adiante.

Ao longo de toda a sua carreira, Brenner volta recorrentemente ao debate sobre a transição. Assim, por exemplo, em 2002, o autor publica, em parceria com Isett, o artigo *The divergence of England from China's Yangzi Delta: property relations, microeconomics, and patterns of development, 1500-1850* (BRENNER; ISETT, 2002). Já em 2007, Brenner publica

outro artigo onde reafirma sua posição, exacerbando-as e explicitando argumentos antes colocados com certa timidez.

Apesar de tratarem de discussões diferentes, em *O boom e a bolha* e *The economics of global turbulence*, existe um tema que aproxima esses trabalhos das discussões de Brenner sobre a origem do capitalismo: as discussões sobre o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, cabe lembrar a centralidade do tema do *desenvolvimento desigual* na discussão sobre a crise do capitalismo contemporâneo. O desenvolvimento desigual, recordemos, é fruto da competição entre blocos de capital associados a Estados distintos, em particular Os Estados Unidos, Alemanha e Japão.

Em resumo, tanto em seus artigos sobre a transição quanto em seu debate do longo declínio do século XX, o tema central discutido por Brenner diz respeito ao desenvolvimento econômico, definido como crescimento econômico sustentado [*self-sustaining growth*], ou, nas palavras de Brenner, como “o crescimento sustentado do produto *per capita* ou produtividade do trabalho” (BRENNER, 2007, p. 57). Depois de identificar o desenvolvimento ao crescimento econômico, Brenner afirma “em qualquer tentativa de compreender o desenvolvimento econômico”, deve-se tomar “a teoria do crescimento econômico de Smith como o ponto de partida necessário”, a talvez até como “ponto de chegada” (BRENNER, 2007, p. 55). Em seu artigo de 1977, no contexto do debate da transição, Brenner identifica o aumento da produtividade do trabalho ao desenvolvimento da indústria, deixando claro que

(...) a menos que a produtividade do trabalho – em primeira instância na agricultura – seja aumentada, é impossível dar suporte à entrada de uma crescente força de trabalho nas manufaturas urbanas, a *sine qua non* do desenvolvimento econômico (BRENNER, 2007, p. 34).

A importância conferida por Brenner ao setor industrial, cuja expansão é considerada condição necessária para o desenvolvimento, seria novamente retomada em sua discussão sobre o longo declínio, onde o setor assume o papel central no desenvolvimento dos blocos de capital e na concretização dos processos de *catching up*.

Cabe notar, por fim, que o problema do desenvolvimento econômico é sempre abordado por Brenner no contexto de Estados específicos. Nesse sentido, o interesse principal de Brenner, curiosamente, alinha-se com a proposta smithiana de privilegiar o estudo da riqueza *das nações*. Já discutimos a questão do desenvolvimento no debate sobre o longo declínio, agora vejamos como ela é apresentada no debate sobre a transição.

Ao longo de seus artigos, Brenner procura incorporar as contribuições ligadas aos modelos comercial e demográfico, explicitar suas críticas em relação a eles e propor uma alternativa baseada numa síntese desses trabalhos, contornando seus limites.

No caso dos autores ligados ao modelo demográfico, em especial Postan e Ladurie, Brenner aponta que sua grande contribuição teria sido a de mostrar que entre os séculos XI e XVII, a história de praticamente toda a Europa podia ser compreendida “em termos de dois grandes ciclos demográficos, guiados em última instância pelo aumento populacional e o declínio da produtividade do trabalho na agricultura” (BRENNER, 2007, p. 52). Esses ciclos, compostos de duas fases, são resumidos por Brenner na seguinte passagem,

FIGURA 4 – Ciclos demográficos

Phase A. Population rise from 1100 to 1300 leads to the Great Famine of 1316–17, the Black Plague of 1348–9, the Hundred Years War—‘The General Crisis of the Fourteenth Century’.

Phase B. Population decline in later fourteenth and early fifteenth centuries—‘The Golden Age of Peasants and Workers’.

Phase A. Population rise from 1450 to 1600 leads to a population ceiling, c.1600, trans-European warfare—‘The General Crisis of the Seventeenth Century’.

Phase B. Population stagnation and decline in the later seventeenth/early eighteenth centuries.

Fonte: Brenner (2007, p. 52)

Assim, o modelo demográfico foi capaz de descrever o funcionamento básico das várias vertentes do feudalismo europeu, bem como de grande parte das sociedades pré-capitalistas em geral, caracterizadas por um padrão de desenvolvimento cíclico e de baixa intensidade. Por outro lado, mostrou-se incapaz de explicar o surgimento de regiões caracterizadas por um padrão de desenvolvimento econômico sustentado e pelo intenso aperfeiçoamento das forças produtivas. Em outras palavras, os historiadores demográficos não conseguiram explicar a transição *do* feudalismo para o capitalismo.

No caso do modelo comercial, Brenner considera que o próprio Smith teria contribuído para a compreensão do desenvolvimento capitalista ao identificar dois de seus mecanismos básicos. Em primeiro lugar, os “indivíduos se *especializam* porque eles consideram ser de seu interesse fazê-lo, de forma a poder assegurar ganhos advindos do comércio” (BRENNER, 2007, p. 56). Como a especialização e, com ela, a divisão do trabalho, permite que os indivíduos auferam ganhos superiores àqueles obtidos por meio da diversificação, eles tendem a escolhê-la *livremente*.

Por outro lado, para que possam auferir os ganhos provenientes do comércio, cada indivíduo também defronta-se com a necessidade de se especializar, acumular capital e inovar para fazer face à competição. Nesse sentido, eles sentem-se não só inclinados, mas também *obrigados* a atuar de forma a aprofundar especialização, a divisão do trabalho e, a partir daí, o desenvolvimento das forças produtivas.

A contribuição de Smith, segundo Brenner, foi ter demonstrado que o “crescimento econômico moderno ocorre porque o que agentes econômicos individuais consideram ser de seu auto-interesse e aquilo que eles são compelidos a fazer para sobreviver sob a pressão da competição acontecem ou, por acaso, se encaixam nos requerimentos para o desenvolvimento econômico que devem prevalecer na economia como um todo” (BRENNER, 2007, p. 57).

O problema da abordagem de Smith segundo Brenner é que se, por um lado, ele consegue explicar o funcionamento básico do capitalismo, por outro ele não consegue dar conta de seu surgimento. Em outras palavras, de forma análoga aos autores do modelo demográfico, Smith não consegue explicar a transição do feudalismo *para* o capitalismo. Em resumo, enquanto “os malthusianos não conseguiram explicar a decolagem para o desenvolvimento sustentado [*sustained growth*] na Inglaterra e no norte da Holanda durante o fim da Idade Média e o início da Era Moderna”, os smithianos, por sua vez, “não conseguiram explicar a estagnação persistente na maior parte da Europa em vigor até meados do século XVIII” (BRENNER, 2007, p. 53).

Para explicar o surgimento das condições sob as quais os agentes econômicos individuais passam a adotar regras de reprodução condizentes com os incentivos e as restrições associados ao capitalismo, Brenner defende a necessidade de abandonar a suposição de que os indivíduos se comportem com base em qualquer tipo de “racionalidade econômica individual trans-histórica”, como a propensão à troca e à barganha (BRENNER, 2007, p. 57). Além disso, seria preciso descartar o individualismo metodológico que caracteriza a abordagem de Smith, por meio da qual atribui-se “a dinâmica do sistema como um todo às qualidades inerentes a suas partes individuais” (BRENNER, 1977, p. 37). Nesse sentido, em seu artigo de 1977 Brenner pontua que, se os agentes econômicos individuais se comportam conforme a descrição de Smith, isto é, se adotam as regras de reprodução características do capitalismo “é apenas porque o funcionamento específico dos componentes individuais (...) do sistema – seu ‘auto-interesse’ de maximização de lucros com o objetivo de competir no mercado – é estruturado por um sistema de relações de classe capitalistas” (BRENNER, 1977, p. 38). Em seus trabalhos mais recentes sobre a transição, contudo, Brenner substitui o termo

“relações de classe” por “relações sociais de propriedade” [*social-property relations*]. Ainda no que diz respeito à relação entre estrutura e agência individual, Brenner defende que

(...) as formas específicas de comportamento sócio-econômico que indivíduos e famílias considerarão fazer sentido e que escolherão dependerá das redes de relações sociais de abrangência estrutural [*society-wide*] (...) [dos] limites e oportunidades de abrangência estrutural – onde eles se encontram (...). A conclusão é que cada tipo de sociedade historicamente determinado – o que Marx chamou de modo de produção – possui sua própria microeconomia (BRENNER, 2007, p. 57-58).

Aqui, Brenner associa diretamente o modo de produção às relações sociais de propriedade. Dado que, de acordo com a abordagem marxista, o capitalismo é definido justamente como um modo de produção com características próprias, logo, a conexão entre modo de produção e relações de propriedade é de fundamental importância para a compreensão da abordagem de Brenner, particularmente do ponto de vista da unidade de análise.

De acordo com Brenner, é a partir do estudo dos modos de produção, definidos pelas relações sociais de propriedade, que torna-se possível compreender as razões e as estratégias por trás do comportamento dos agentes que fazem parte de uma determinada sociedade. Tomados em conjunto, os comportamentos desses agentes são, por sua vez, responsáveis pela trajetória percorrida por cada tipo de sociedade ao longo de sua história, isto é, pelo padrão de desenvolvimento característico de cada modo de produção.

Brenner afirma que a vantagem de sua abordagem em relação à dos modelos comercial e demográfico é que ela permite não só compreender os padrões de desenvolvimento característicos de cada tipo de sociedade, como também explicar a transformação das estruturas sociais, isto é, de identificar “mudanças *dentro* do sistema *versus* mudanças *entre* sistemas, ou colocando de outra forma, a evolução de uma sociedade de determinado tipo *versus* a transição de um tipo de sociedade a outro tipo qualitativamente diferente” (BRENNER, 2007, p. 59). Para compreender a abordagem de Brenner, contudo, é preciso entender melhor as conexões entre as relações sociais de propriedade, as regras de reprodução e os padrões de desenvolvimento.

4.1.1.2 *RELAÇÕES SOCIAIS DE PROPRIEDADE, REGRAS DE REPRODUÇÃO E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO:*

As decisões microeconômicas dos agentes econômicos são determinadas, segundo Brenner, a partir da macro-estrutura correspondente às relações sociais de propriedade [*social-property relations*]. Brenner diz preferir especificamente o termo “relações sociais de propriedade” ao invés de “relações de produção” – e, pode-se acrescentar, “relações de classe” – porque este pode, por um lado, levar à ideia de que a estrutura social como um todo, que engloba a produção econômica, seja determinada pela produção econômica, ou, em outros termos, pela forma de organização da divisão do trabalho e o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, Brenner evita o termo relações de produção por

Considerar necessário não apenas deixar claro os efeitos estruturantes ou limitadores das relações *verticais* – ou de extração de excedente – de classe, relações entre exploradores e produtores diretos, as quais representam o que normalmente é tomado por relações de produção. É, em todo caso, ainda mais importante destacar os efeitos estruturantes ou limitadores das relações *horizontais* entre os próprios exploradores e os próprios explorados. (BRENNER, 2007, p. 58).

Aqui é possível perceber uma compatibilidade entre a ênfase conferida por Brenner à importância das relações horizontais, seja em seus trabalhos recentes sobre a transição, seja em suas discussões sobre o longo declínio do século XX.

Depois de explicitar os motivos por trás de sua escolha, Brenner define as relações sociais de propriedade como

As relações entre produtores direto, relações entre exploradores, e relações entre exploradores e produtores diretos que, tomadas em conjunto, tornam possível/especificam o acesso regular dos indivíduos e famílias aos meios de produção (terra, trabalho, ferramentas) e/ou ao produto social em si. A ideia básica é que essas relações irão existir em qualquer sociedade e definir os constrangimentos à – as possibilidades e limites da – ação econômica individual (BRENNER, 2007, p. 58)

Além de definir o acesso dos indivíduos seja aos meios de produção e subsistência, seja a seus resultados. Além disso, é preciso frisar que a definição das relações sociais de propriedade encontram-se fora do alcance e da influência de indivíduos particulares. Em outras palavras, as relações sociais de propriedade são definidas ao nível da sociedade como um todo por aquilo que Brenner chama de *comunidades políticas* construídas justamente com o objetivo de controlar essas relações e, assim, permitir a reprodução hierarquizada da sociedade com base na exploração. Em relação às sociedades políticas, Brenner complementa,

É justamente porque as comunidades políticas constituem e mantêm as relações sociais de propriedade coletivamente e através da força – executando as funções políticas que nós normalmente associamos com o estado – defesa, política e justiça – que os agentes econômicos individuais não podem, em regra, alterá-las, precisando tomá-las como dadas, como seu *framework* de escolha. (BRENNER, 2007, p. 58)

Essa passagem ajuda a entender a relação estreita e, no limite, a identificação levada a cabo por Brenner entre os diferentes tipos de modos de produção, resultantes das relações sociais de propriedade, e suas respectivas formações estatais. Isso ocorre porque os Estados constituem, na visão de Brenner, as comunidades políticas por excelência a partir das quais as relações sociais de propriedade são definidas. Essa identificação prevalece tanto no debate da transição quanto na discussão sobre o longo declínio. Assim, por exemplo, tanto em *O boom e a bolha* quanto em *A economia da turbulência global*, Brenner identifica implicitamente os blocos de capital que analisa com os Estados capitalistas americano, alemão e japonês.

A partir dos limites e possibilidades determinados pelas relações sociais de propriedade com as quais se defrontam, os agentes econômicos adotam as estratégias econômicas que mais se adaptam aos seus objetivos. Às estratégias que tendem a ser adotadas por indivíduos e grupos num determinado contexto social Brenner dá o nome de *regras de produção*. Segundo o autor, portanto, “as relações sociais de propriedade determinam as regras de reprodução” (BRENNER, 2007, p. 58).

Quando consideradas em conjunto, a adoção de determinadas regras de reprodução por parte dos agentes econômicos permite identificar certos *padrões de desenvolvimento*, que Brenner associa às leis de movimento de Marx.

Em resumo: “a cadeia de causação vai de relações sociais de propriedade historicamente específicas e politicamente reproduzidas a regras de reprodução individuais a padrões de desenvolvimento agregado” (BRENNER, 2007, p. 59). Além das trajetórias ou padrões de desenvolvimento, as relações de propriedade e as regras de reprodução permitiriam identificar também as formas de crise que prevalecem em cada tipo de estrutura social.

Num primeiro momento, Brenner diferencia as relações sociais de propriedade, as regras de reprodução e os padrões de desenvolvimento característicos dos modos de produção feudal e capitalista. No caso do feudalismo, essas características são resumidas pelo autor no seguinte quadro,

TABELA 1 – Características do modo de produção feudal: servos camponeses

Social-property relations	Rules for reproduction	Development patterns	Forms of crisis
<i>Reproduced by peasant political community</i>			
<ul style="list-style-type: none"> • peasant possession of the means of subsistence, i.e. land, labour, and means of production sufficient to maintain themselves. 	<ul style="list-style-type: none"> • produce for subsistence (also called 'safety first'), i.e. diversify to produce everything needed, marketing only surpluses • have large families • subdivide holdings • marry early. 	<ul style="list-style-type: none"> • population growth • ever smaller holdings • movement onto worse land • little specialization or investment • declining labour productivity (Malthusian pattern) • rising food and land prices, falling real wages and prices for industrial goods in Phase A (opposite in Phase B) • restricted home market due to peasant production for subsistence and minimal growth of labour productivity, keeping food prices high and discretionary spending low • home market dominated by demand by lords • limited population out of agriculture, in towns. 	<ul style="list-style-type: none"> • over-population leading to fall in population.

Fonte: Brenner (2007, p. 83)

TABELA 2 – Características do modo de produção feudal: nobreza

Social-property relations	Rules for reproduction	Development patterns	Forms of crisis
<i>Reproduced by lordly political community</i>			
<ul style="list-style-type: none"> • lordly exaction by extra-economic coercion, i.e. forceful taking of feudal rent. This is exploitative, because labour, rent, or money is taken from peasants without compensation and without peasant choice (non-contractual). 	<ul style="list-style-type: none"> • political accumulation, i.e. use levies from peasants to build larger, more cohesive, better armed political groups, or feudal states • expand area of settlement, either through bringing more land into cultivation (assarting) or through colonization, i.e. extending feudalism to new regions. 	<ul style="list-style-type: none"> • opening up of new lands, expansion • ever larger feudal states • growing demand for military and luxury goods • growth of trade and towns (as expression of lordly demand for military and luxury goods) • growth in unproductive expenditures. 	<p>Feudal crisis</p> <ul style="list-style-type: none"> • population falls • lordly income falls • lords tax peasants and take from other lords through war (to compensate for falling incomes) • population falls, as peasants face increased levies at same time they are already suffering from falling incomes and as production is disrupted by war • a downward spiral.

Fonte: Brenner (2007, p. 83)

TABELA 3 – Características do modo de produção capitalista: versão simplificada

Social-property relations	Rules for reproduction	Development patterns	Forms of crisis
<ul style="list-style-type: none"> • Direct producers own means of production but not full means of subsistence. • They are thus <i>dependent on the market</i>. • They are thus obliged to buy their inputs, in turn required to sell their outputs to secure the funds to buy their inputs, and so required to produce competitively in order to survive. • Economic agents lack the capacity to appropriate the means of their reproduction from the direct producer by force. 	<ul style="list-style-type: none"> • maximize price–cost ratio, maximize profits; • specialize; • accumulate/reinvest surpluses; • innovate: bring in latest invention; • move from line to line to meet changing demand. 	<ul style="list-style-type: none"> • growth of labour productivity/output per person, especially in agriculture; • capacity to support ever larger proportion of population out of agriculture; • rising real wage due to declining cost of food; • increase in discretionary spending (manufactures, services) leading to growth of domestic market; • increasing proportion of population in towns; • self-sustaining growth and end of Malthusian demographic ceiling. 	

Fonte: Brenner (2007, p. 62)

Depois de classificar as características gerais que compõem as relações sociais de propriedade, as regras de reprodução e os padrões de desenvolvimento dos modos de produção feudal e capitalista, Brenner vai adiante e reconstitui a história da transição das diversas regiões europeias associadas a Estados específicos, com base nas respostas de cada uma delas à Crise Geral do Século XIV, período marcado pela fome, a peste e a guerra. De acordo com ele, algumas regiões foram capazes de conservar o modo de produção feudal “através da reestruturação das relações sociais de propriedade feudais” (BRENNER, 2007, p. 91).

A conservação do feudalismo esteve intimamente associada à centralização do poder político da nobreza, que forma que seus integrantes, em conjunto, “pudessem lidar com,

e transcender, o problema debilitante da competição intersenhorial que havia sido, em retrospectiva, seu calcanhar de Aquiles” (BRENNER, 2007, p. 91). Através da centralização do poder político por meio da consolidação de Estados feudais, a nobreza foi capaz de promover a “evolução dos sistemas (...) que, em virtude de sua crescente centralização, aumentaram sua capacidade de cooperação para a extração do excedente dos camponeses” (BRENNER, 2007, p. 91).

Na Europa ocidental, particularmente na França e na Alemanha ocidental, as relações sociais de propriedade caminharam no sentido da dissolução dos laços de servidão, acompanhada da conservação das possessões camponesas e a fixação das rendas senhoriais, conformando uma estrutura de pequenos camponeses independentes [*peasant freeholding*]. A manutenção e a expansão dos direitos dos camponeses à propriedade da terra estão intimamente ligadas à formação de Estados absolutistas nessas regiões. Assim, enquanto o pagamento de rendas fixas aos senhores tendia a melhorar a situação dos camponeses, o aumento das taxações na formas de impostos cobrados pelo Estado colaborava para dificultá-la. Em resumo, França e Alemanha oriental caracterizaram-se pela instauração de relações sociais de propriedade ligadas à pequena propriedade camponesa e à consolidação de Estados absolutistas, os quais impediram a transição para o capitalismo nesses Estados-regiões, bloqueando o desenvolvimento econômico.

Na parte nordeste da Europa, especialmente na Alemanha oriental e na Polônia, as relações sociais de propriedade foram forjadas a partir de um processo épico de colonização. À medida que ocupavam a região, os senhores feudais precisavam disputar ferozmente entre si para atrair camponeses que pudessem colonizar as terras por eles conquistadas. Por isso, inicialmente a região caracterizou-se inicialmente pelo alto grau de atomização e intensidade da competição senhorial, bem como a existência de condições extremamente favoráveis à classe camponesa. Quando, contudo, o crescimento populacional europeu perdeu dinamismo, a imigração para a região cessou de se expandir, não podendo ser estimulada nem mesmo por meio de novas concessões aos camponeses sem que a reprodução da própria nobreza da região se tornasse impossível. Esse período foi caracterizado, por um lado, pelo baixo nível de organização das comunidades camponesas, resultante das condições favoráveis desfrutadas por eles até então, e, por outro, pela fragilidade das instituições sustentadas pelas comunidades políticas da nobreza e ausência da influência de Estados principescos outrora importantes. Nesse contexto, os senhores feudais da região conseguiram, pela primeira vez, levar a cabo um processo de auto-organização em comunidades políticas de grande relevância, as quais assumiram “a forma de estados ou dietas provinciais ou nacionais”. Por

meio delas, os senhores, sem encontrar resistência de comunidades aldeãs, por exemplo, levar a cabo um processo de recrudescimento da servidão na região, impondo níveis sem precedente de exploração do trabalho servil, e dando origem a “Estados feudais cada vez mais abrangentes e poderosos” (BRENNER, 2007, p. 95). Assim, na Alemanha oriental e na Polônia, prevaleceram relações sociais de propriedade baseadas na intensificação dos laços de servidão e na formação das Dietas Provinciais e Nacionais. Aqui, mais uma vez, a unidade entre produtores diretos e meios de produção e subsistência, bem como a prevalência da extração extra-econômica do excedente, impediram a instauração do modo de produção capitalista na região durante a Era Moderna, obstruindo o desenvolvimento econômico.

Enquanto na França, na Alemanha ocidental e oriental e na Polônia predominou a reestruturação das relações sociais de propriedade, na Inglaterra e na região norte da Holanda, essas relações foram substituídas por relações sociais de propriedade capitalistas. Voltaremos à análise do caso inglês adiante. Por ora, é preciso apenas atentar para a tendência demonstrada por Brenner em atribuir relações sociais de propriedade específicas a regiões controladas por Estados específicos. Ela é condizente com a importância atribuída por Brenner às comunidades políticas na determinação das relações sociais de propriedade, cujas funções de policiamento, justiça e segurança externa, por exemplo, passam a ser controladas por Estados feudais cada vez mais centralizados.

A tendência de Brenner em atribuir relações sociais de propriedade a regiões controladas por Estados específicos, presente também no debate do longo declínio, onde o autor identifica Estados e blocos de capital, unida a outra propensão do autor, a de identificação das relações sociais de propriedade a modos de produção, acabam por resultar numa abordagem que privilegia a criação de uma tipologia dos modos de produção. No limite, esse argumento leva à conclusão de que cada Estado específico é caracterizado por um modo de produção único, que, em última instância, determina um padrão de desenvolvimento singular. Assim, ao privilegiar as relações sociais de propriedade definidas por comunidades políticas que concentram sua atuação na esfera estatal, Brenner vale-se das unidades de análise nacionais.

Em termos das relações sociais de propriedade, o fator que diferencia o capitalismo do feudalismo, bem como de todos os demais modos de produção pré-capitalistas, é a separação entre os produtores diretos ou trabalhadores e seus meios de produção e subsistência. A unidade entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência permite que os agentes econômicos, por meio de uma produção diversificada, garantam suas condições de reprodução social sem necessidade de acesso ao mercado. Por um lado, essa

unidade representa um escudo contra a necessidade de que os agentes econômicos se ajustem aos imperativos do mercado, impedindo que os agentes derrotados pela competição sejam privados de seus meios de vida. Ao mesmo tempo, ela limita os ganhos potencialmente advindos da expansão do comércio e da especialização, isto é, do aprofundamento da divisão do trabalho.

Quando prevalece a unidade entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência num modo de produção caracterizado pela divisão de classes, a extração de excedente, isto é, a apropriação de parte das riquezas produzidas pela classe subordinada por parte da classe dominante, deve ser feita através coerção extra-econômica. Isso ocorre porque os produtores diretos não precisam responder aos estímulos e imperativos do mercado. Um servo camponês, por exemplo, não pode ser evicto de suas possessões em razão de resistência em relação à competição. Numa situação análoga sob o modo de produção capitalista, ao contrário, um trabalhador assalariado pode ser demitido de seu emprego e substituído em razão de sua baixa produtividade. Com isso, ele pode ser privado de sua condição básica de subsistência, o salário, o que torna-o inteiramente dependente das condições de mercado para garantir a própria reprodução.

Do ponto de vista da classe dominante, representada no feudalismo pela nobreza, a extração extra-econômica do excedente também significa que sua reprodução social independe diretamente do acesso ao mercado. Por essa razão, por exemplo, à semelhança dos servos camponeses, também os integrantes da classe nobre não precisam responder aos estímulos e imperativos do mercado para garantir a própria subsistência. Aqui, contudo, é necessário notar que, no caso do feudalismo, a extração extra-econômica do excedente, bem como a necessidade de fazer face à competição intersenhorial por terras, servos e vassalos, torna necessário que os senhores feudais realizem investimentos em equipamentos militares e demais recursos capazes de assegurar a manutenção de sua posição política. Isso gera uma tendência ao que Brenner chama de acumulação política no modo de produção feudal.

A acumulação política, principalmente de meios de coerção, permite a intensificação da exploração camponesa e estimula um acirramento cada vez maior da competição intersenhorial, levando ao desvio de recursos produtivos em favor de setores improdutivos, reduzindo e limitando a capacidade de reprodução da economia e preparando o terreno para as crises que caracterizam o feudalismo. Juntos, a tendência à acumulação política, a crise dos rendimentos senhoriais e a necessidade de controlar as revoltas camponesas decorrentes da intensificação da exploração contribuem para a formação dos Estados centralizados no interior do modo de produção feudal.

Além de não precisarem se adaptar aos imperativos do mercado, os agentes econômicos dos modos de produção pré-capitalistas não podem, via de regra, aproveitar seus estímulos. Esse impedimento decorre, mais uma vez, da unidade entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, que impede a formação de mercados de terra e de trabalho consolidados, também controlados politicamente. Assim, a posse camponesa e as restrições à mobilidade dos produtores diretos características da servidão, reforçadas pelas regras impostas pelas comunidades políticas tanto dos senhores feudais quanto dos próprios servos, impedem que o surgimento de uma oportunidade de lucro seja facilmente aproveitada por um agente econômico qualquer. Do mesmo modo, as comunidades políticas das cidades, representadas pelas guildas e corporações, também restringem a entrada de outros participantes no mercado.

Por fim, a unidade entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência também tendem a frustrar as tentativas de implementação de novas técnicas de produção nos modos de produção pré-capitalistas com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e a disponibilidade de riquezas. No caso do feudalismo, por exemplo, a tentativa de implementar novos métodos de produção nos domínios senhoriais, os únicos sujeitos diretamente à influência dos senhores feudais, dada a ausência de estímulo dos camponeses para produzir exclusivamente para o consumo da nobreza. Nesse caso, a implementação da nova técnica deveria ser acompanhada de um aumento da capacidade de obrigar sua adoção pelos servos, o que implicaria em custos mais elevados de supervisão e coerção. Nas palavras de Brenner,

Privados da ameaça de demissão, talvez o melhor dispositivo jamais inventado para motivar o trabalho cuidadoso e intenso em sociedades divididas em classes, os senhores consideravam os custos de supervisão para assegurar um trabalho satisfatório muito elevados para justificar muitos investimentos na agricultura ou em inovação (BRENNER, 2007, p. 70).

Sendo assim, dada a unidade entre produtores diretos e meios de produção e subsistência que caracteriza os modos de produção pré-capitalistas, em especial o feudalismo, a forma mais comum de garantir o aumento da extração de excedentes por parte da classe dominante, no nosso caso a nobreza, consiste não na introdução de novas técnicas de produção, para o aumento da produtividade do trabalho, mas sim na intensificação do trabalho através do prolongamento do tempo de trabalho. No caso do feudalismo, por exemplo, a principal forma de aumentar a extração de excedente dos camponeses consistia no aumento do período dedicado ao cultivo dos domínios senhoriais, ou à elevação das exações arbitrárias, isto é, das taxas cobradas em espécie ou em moeda dos camponeses. Ambos os

mecanismos implicavam na intensificação do trabalho e na redução do padrão de vida dos camponeses, e seu funcionamento dependia diretamente da capacidade de coerção extra-econômica dos senhores feudais.

Brenner associa os métodos de extração de excedentes característicos dos modos de produção pré-capitalistas à extração de mais-valia absoluta. A mais-valia absoluta baseia-se no aumento da jornada de trabalho, na intensificação do trabalho e na diminuição do padrão de vida dos trabalhadores por meio da diminuição dos recursos disponíveis à sua reprodução, sem que ocorram alterações qualitativas no processo produtivo. Já o capitalismo é caracterizado pela tendência contínua à introdução de inovações e ao aumento da produtividade do trabalho, os quais estão associados à extração de mais-valia relativa. Nesse sentido, Brenner afirma que o

capitalismo difere de todos os modos de produção pré-capitalistas por sua tendência *sistemática* sem precedentes, embora não contínua e nem ilimitada, ao desenvolvimento econômico – em particular através da expansão do que pode ser chamado (conforme a terminologia de Marx) de mais-valia relativa, em oposição à mais-valia absoluta do trabalho. Isto é, sob o capitalismo, o excedente [*surplus*] é sistematicamente obtido pela primeira vez através de aumentos da produtividade do trabalho, levando ao barateamento dos bens e a uma maior produção total a partir de uma força de trabalho dada (considerando constantes o dia de trabalho, a intensidade do trabalho e o salário real). Isso permite à classe capitalista aumentar seu excedente, sem necessariamente precisar recorrer aos métodos de elevação de mais-valia absoluta que predominaram nos modos pré-capitalistas – i.e. a extensão do dia de trabalho, a intensificação do trabalho e a diminuição do padrão de vida da força de trabalho (BRENNER, 1977, p. 30).

Essa é uma das chaves para a compreensão do arcabouço conceitual de Brenner. Assim, por um lado, os modos de produção pré-capitalistas, incluindo o feudalismo, são caracterizados pela unidade entre produtores diretos e meios de produção, e por isso neles prevalece a forma de extração de excedente associada à mais-valia absoluta, concretizada por meio da coerção extra-econômica. Já no modo de produção capitalista, onde prevalece a separação entre os produtores diretos e os meios de produção, predomina a dependência geral dos agentes econômicos em relação ao mercado sob os imperativos da competição. Nesse contexto, a extração de excedente é levada a cabo por meio da apropriação de mais-valia relativa. A busca pela expansão do excedente, que no capitalismo assume a forma do lucro, leva à introdução de inovações e, conseqüentemente, ao aumento da produtividade do trabalho, possibilitando o aumento da extração de mais-valia relativa. Esse é, segundo Brenner, o segredo por trás do desenvolvimento econômico característico do modo de produção capitalista. Para que o capitalismo possa se instaurar, contudo, é necessário que sejam atendidas algumas pré-condições básicas, que abordaremos a seguir.

4.1.1.3 AS PRÉ-CONDIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:

Brenner define três pré-condições necessárias à instauração do modo de produção capitalista.

Em primeiro lugar, é preciso que seja desfeita a unidade entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência. Ao longo de seus trabalhos sobre a transição, contudo, o autor dá cada vez mais importância à separação entre os trabalhadores e seus meios de subsistência, conferindo à separação dos meios de produção um caráter secundário. Nesse sentido, Brenner afirma que

(...) quaisquer controles forçados sobre a movimentação dos produtores diretos, surgidos das relações sociais por meio das quais a classe dominante extrai deles um excedente, devem ser eliminados. Concomitantemente, ou as vantagens de inserção na produção urbana devem ultrapassar os incentivos dos produtores agrícolas para permanecer no campo, ou eles devem ser sujeitos à expulsão forçada da terra (BRENNER, 1977, p. 35).

Assim, percebe-se novamente a importância conferida por Brenner ao *status* da relação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, cuja unidade é considerada barreira intransponível ao surgimento do modo de produção capitalista e, portanto, ao desenvolvimento econômico, dada a independência dos agentes econômicos em relação ao mercado para garantir a própria sobrevivência.

Em segundo lugar, é necessário que a reprodução social dos agentes econômicos passe a depender de sua relação com o mercado. A dependência em relação ao mercado coloca os agentes econômicos sob um regime de competição constante, estimulando a especialização produtiva, aprofundando a divisão do trabalho e aumentando a produtividade para fazer face a ela. Para que isso aconteça, é necessário que haja uma reorganização do processo produtivo de forma a aproveitar os ganhos advindos da cooperação do trabalho nas unidades produtivas, bem como a expansão dos investimentos em novas tecnologias, isto é, do aumento da inovação. Ambos esses elementos pressupõem a existência, por um lado, de uma força de trabalho livre e disposta a vender sua força de trabalho no mercado e, de outro, a concentração dos meios de produção e subsistência nas mãos da classe capitalista. Juntos, a reorganização do processo produtivo e a redistribuição dos meios de produção e subsistência contribuem para o aumento da extração de mais-valia relativa, a acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas.

Em terceiro lugar, é necessário não só que os agentes econômicos tornem-se dependentes do mercado, mas também que as formas extra-econômicas de extração de excedente sejam substituídas e deem lugar à extração econômica do excedente através da mais-valia relativa. Isso ocorre, segundo Brenner, porque

(...) onde a aplicação direta da força representa a condição para a extração de excedente por parte da classe dominante, as próprias dificuldades em aumentar o potencial produtivo através do desenvolvimento das forças produtivas pode encorajar a destinação do excedente precisamente ao aperfeiçoamento a capacidade de explorar os produtores diretos, ou de adquirir meios de produção (terra, trabalho e ferramentas) através de métodos militares. Ao invés de acumulado, o excedente econômico é nesse caso sistematicamente desviado da reprodução [social] para o trabalho improdutivo (BRENNER, 1977, p. 37).

Aqui, percebe novamente a importância do contraste entre os métodos de extração de mais-valia que diferenciam os modos de produção. Nesse sentido, enquanto nos modos de produção pré-capitalistas predomina a extração de mais-valia absoluta por meio da coerção extra-econômica, particularmente através da força militar, no caso do modo de produção capitalista, a separação entre trabalho e capital e a dependência dos agentes em relação ao mercado obriga que “o excedente seja destinado à acumulação e à inovação para tornar possível sua sobrevivência e reprodução” (BRENNER, 1977, p. 37). Nesse ponto, segundo Brenner, o contraste entre o capitalismo e os modos de produção pré-capitalistas, em particular o feudalismo, “não poderia ser mais forte” (BRENNER, 1977, p. 37).

A tendência à identificação entre modo de produção capitalista e exploração econômica, de um lado, e entre modos de produção pré-capitalistas e coerção extra-econômica, de outro, é um dos pontos de maior contraste entre Brenner e Arrighi. Assim, enquanto em Brenner o capitalismo tende a se dissociar das extração de excedente por meios político-militares, em Arrighi essa constitui talvez a característica mais marcante do capitalismo ao longo de sua história. Nesse sentido, é em grande medida por meio das relações entre Estado e capital, particularmente através da sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo, que o chamado sistema-mundo capitalista pôde se reproduzir e se expandir ao longo do tempo.

O debate sobre a forma econômica ou extra-econômica do excedente está ligado ainda a outro ponto de controvérsia que divide Brenner e Arrighi, particularmente em torno do significado e do papel da acumulação primitiva na consolidação e na reprodução do capitalismo ao longo do tempo. Para entender melhor esses pontos, é preciso que nos voltemos às críticas de Brenner a Wallerstein e Frank, que Brenner inclui, juntamente com Sweezy, entre os chamados marxistas neo-smithianos, categoria em que Arrighi busca se

inserir conscientemente, em parte como forma de provocação às rotulações recorrentes de Brenner.

4.1.1.4 MARXISMO NEO-SMITHIANO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Em *The origins of capitalism development: a critique of neo-smithian marxism*, Brenner retoma suas ideias desenvolvidas no artigo que deu origem ao Debate Brenner, redirecionando suas críticas não aos autores associados ao modelo comercial da transição em geral, mas sim a autores ligados às abordagens no campo da teoria crítica, particularmente Sweezy, Wallerstein e Frank. Abordaremos a seguir algumas das críticas feitas por ele às abordagens de Wallerstein e Frank, autores em que Arrighi mais se apoia ao longo da construção de seu arcabouço teórico.

Brenner começa sua crítica de Wallerstein afirmando que

Wallerstein define o capitalismo diretamente como uma divisão do trabalho baseada no mercado [*trade-based division of labour*], e é aqui que ele localiza a dinâmica do desenvolvimento econômico capitalista (BRENNER, 1977, p. 53).

A divisão do trabalho à qual Brenner se refere diz respeito à divisão internacional do trabalho, e o mercado mormente ao mercado mundial. A importância conferida por Wallerstein à divisão internacional do trabalho e ao mercado mundial são fruto de sua interpretação do capitalismo como um sistema-mundo orgânico, e não como um tipo de estrutura social definido ao nível das relações sociais de propriedade nacionais.

Nesse ponto, portanto, Brenner busca criticar a prioridade conferida por Wallerstein à expansão do mercado e ao desenvolvimento das forças produtivas em detrimento das relações sociais de produção e propriedade. Logo a seguir, Brenner atribui a Wallerstein uma crítica análoga àquela feita em relação a Smith no que diz respeito a sua adesão ao individualismo metodológico

(...) mais explicitamente, a mola principal por trás do desenvolvimento da divisão do trabalho é simplesmente o ‘motivo do lucro’, que é induzido pela troca e o mercado, os quais, por sua vez, induzem a acumulação (...) e a inovação. O capitalismo, diz Wallerstein, é ‘*um modo de produção, produção para o lucro num mercado*’ (BRENNER, 1977, p. 54).

Aqui, novamente, faz-se necessário lembrar que Brenner não discorda das motivações atribuídas por Smith aos agentes econômicos no que diz respeito ao

funcionamento do capitalismo, e sim à sua *origem*. O mesmo pode ser dito a respeito de Wallerstein, onde a crítica de Brenner resume-se às suas ideias a respeito da *transição para o capitalismo*.

As críticas de Brenner sobre o individualismo metodológico e o papel da expansão do mercado na transição, dirigidas aos historiadores smithiano, são recicladas e direcionadas a Wallerstein, autor ligado à teoria crítica e que se inspira em alguns aspectos da obra de Marx. Esse, portanto, é o sentido básico da rotulação de Wallerstein enquanto ‘marxista neo-smithiano’, título que Brenner atribui também a Frank e Arrighi.

As duas observações iniciais de Brenner a respeito de Wallerstein formam a base para a formulação de sua principal crítica ao autor

Wallerstein chega [então] à conclusão lógica dessa posição (...): a troca por si só irá levar à acumulação e à inovação através do desenvolvimento da divisão do trabalho motivado pelo lucro; então, segue-se logicamente que *qualquer* região que faz parte do aparentemente interdependente sistema de troca que constitui a divisão mundial do trabalho é capitalista, qualquer que seja seu método de ‘controle do trabalho’ e de ‘remuneração da força de trabalho’. Uma vez embebidas na economia mundial/mercado mundial, as regiões de produção baseadas na servidão (...), em particular as regiões de exportação de grãos da Europa oriental ‘periférica’, deixam de ser um pingo menos capitalista do que as regiões cuja produção para o mercado é baseada no trabalho assalariado livre (BRENNER, 1977).

Aqui, a crítica de Brenner está intimamente ligada à questão da unidade de análise. Conforme a abordagem de Brenner, uma região só pode assumir um caráter capitalista caso as relações sociais de propriedade que vigoram em seu interior, e que são basicamente definidas no nível nacional, satisfaçam as condições por ele identificadas com o modo de produção capitalista. Como vimos no início de nossa abordagem sobre o tema da transição em Brenner, as pré-condições definidas por ele referem-se basicamente à separação entre os produtores diretos e seus meios de produção, bem como ao estabelecimento de uma dependência geral dos agentes econômicos em relação ao mercado para garantir a própria reprodução social.

Já conforme a teoria de Wallerstein, bem como de Arrighi, o capitalismo é definido como um sistema-mundo, cujas partes somente assumem sentido a partir de sua relação com esse todo orgânico. Nesse sentido, a crítica de Brenner contra Wallerstein escamoteia o problema em questão, já que não se trata de dizer que a Europa oriental ou demais regiões periféricas fossem capitalistas *em si*, mas sim a de que *fazem parte* de um sistema que Wallerstein considera capitalista.

De acordo com a abordagem dos sistemas-mundo, não é possível compreender a “trajetória de desenvolvimento” nacional da Polônia, por exemplo, sem contextualizá-la como

parte de um sistema de equilíbrio de poder e de relações de troca dos quais ela faz parte. O próprio Brenner chega perto de explicitar essa questão no seguinte trecho,

Para Wallerstein, então, o crescimento da divisão mundial do trabalho é o desenvolvimento do capitalismo. Não surpreendentemente, portanto, ele pode afirmar diretamente que o crescimento do trabalho livre é meramente um *aspecto* do desenvolvimento da divisão mundial do trabalho, determinado pelos requerimentos técnicos do desenvolvimento das forças produtivas em dadas formas de produção e em regiões específicas (BRENNER, 1977, p. 55).

Como o próprio Brenner sugere, Wallerstein considera a expansão do trabalho livre, ligada às pré-condições de Brenner para o surgimento do modo de produção capitalista, como um aspecto de um sistema mais amplo, o sistema-mundo capitalista. Por isso, não faz sentido caracterizar o desenvolvimento inglês ou polonês simplesmente como malthusiano ou smithiano por si só, já que o desenvolvimento de cada uma dessas regiões sofre influências decisivas de forças determinadas no plano sistêmico, e não a nível (quase exclusivamente) nacional. Enfim, ao criticar a abordagem dos sistemas-mundo, Brenner utiliza-se apenas de seu próprio arcabouço conceitual, não buscando compreender as observações de Wallerstein em seus próprios termos, o que o impede não só de realizar uma crítica contundente, mas também de incorporar as contribuições de Wallerstein ao debate sobre a transição.

Continuando sua crítica sobre o papel da expansão do comércio e da divisão do trabalho a nível mundial em Wallerstein, Brenner afirma que

Portanto, a concepção de Wallerstein a respeito do desenvolvimento econômico, que se dá através da necessidade de especialização na maneira mais adequada de controle do trabalho, faz parecer com que a adoção de diferentes modos de controle do trabalho seguirá algo como a lei ricardiana das vantagens comparativas. Segundo esse raciocínio, que só ser chamado de ‘ultra-smithiano’, à medida que o mercado mundial se expande as características eco-demográficas de uma área determinam sua especialização, o que será produzido e o método mais adequado de produção. E isso carrega consigo, por sua vez, um sistema de controle do trabalho e remuneração ao mesmo. O resultado é a produção máxima em todos os lugares, o crescimento máximo para o sistema como um todo (BRENNER, 1977, p. 58).

Aqui, Brenner afirma que os mecanismos ligados à divisão do trabalho levariam à maximização da produção, tanto a nível sistêmico, quanto no plano de cada unidade política nacional específica. Aqui, contudo, é preciso levar em conta que a “maximização” ou tentativa de maximização do produto e, mais importante, da extração de excedente, só podem ser considerada quando se leva em conta a relação da parte com o todo, já que nenhuma região tem autonomia para definir de forma independente seu padrão de desenvolvimento. Por isso, novamente Brenner realiza uma crítica pouco adequada à abordagem de Wallerstein. De maneira mais prosaica, cabe notar também que, logo depois de acusar Wallerstein de

ricardiano e smithiano, Brenner afirma ainda que os pressupostos do autor são “perfeitamente alinhados às pressuposições econômicas neoclássicas”, o que, conforme o método de tipologização do próprio Brenner, faria de Wallerstein um marxista ricardiano-smithiano-neoclássico (BRENNER, 1977, p. 59).

Brenner considera a posição de Wallerstein equivocada, pois partiria da premissa de que os agentes econômicos, particularmente daqueles pertencentes à classe dominante, tivessem liberdade para escolher livremente as relações sociais que consideram mais vantajosas para si, sem levar em conta o sistema de relações sociais que condiciona as decisões dos mesmos. Aqui, Brenner novamente retoma o argumento do individualismo metodológico para tentar refutar a abordagem de Wallerstein. Mas, da mesma forma, o individualismo metodológico de Brenner pode ser redirecionado contra ele próprio quando considera-se o sistema em que os indivíduos ou agentes são formados, por exemplos por Estados ligados a blocos de capital específicos.

Assim como Smith e Wallerstein teriam, portanto, errado ao ignorar que as decisões dos agentes econômicos individuais são tomadas no contexto de relações sociais determinadas ao nível nacional, Brenner ignora que as decisões tomadas pelas unidades políticas nacionais são sempre realizadas tomando por base as possibilidades e restrições definidas ao nível de todo o sistema-mundo.

seu edifício teórico inteiro é desenvolvido com vistas a sustentar uma conclusão fundamental: que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento capitalista são dois lados de uma mesma moeda. A lógica dessa posição, como Wallerstein está plenamente ciente, é de que o subdesenvolvimento capitalista é a causa do desenvolvimento capitalista tanto quanto o desenvolvimento capitalista é a causa do subdesenvolvimento capitalista. Tal argumento não é compatível com a visão do desenvolvimento capitalista como função da tendência à acumulação de capital por meio da inovação, inscrita em uma estrutura historicamente desenvolvida de relações de classe de trabalho livre assalariado. Deste ponto de vista, tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento econômico não são *diretamente* dependentes de, ou causados, um pelo outro. Cada um é o produto de uma evolução específica de relações de classe, *em partes* determinada historicamente ‘*fora*’ do capitalismo, em relação com modos não capitalistas. Para adotar o ponto de vista de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são de fato direta e mutuamente *determinantes*, Wallerstein precisa recorrer à posição de que tanto o desenvolvimento no centro quanto o subdesenvolvimento na periferia são essencialmente o resultado de um processo de transferência de excedente da periferia para o centro. Ele precisa então, ao fim, essencialmente ignorar qualquer *tendência inerente* do capitalismo em desenvolver as forças produtivas através da acumulação de capital, em detrimento de uma visão que enxerga tal desenvolvimento no centro como o resultado de uma ‘acumulação primitiva de capital’ extraído da periferia, e que vê o subdesenvolvimento como o resultado de uma ‘escassez de capital’. O capitalismo assim parece ser essencialmente mais um sistema baseado prioritariamente na extração do que chamamos de mais-valia absoluta (BRENNER, 1977, p. 60-61).

Aqui encontra-se o ponto fundamental da análise de Brenner. Partindo de sua noção de que o caráter de um modo de produção é determinado pelo que aqui ele chama de relações de classe, mas que ao longo de sua obra será rebatizado como relações sociais de propriedade, Brenner procura minimizar o caráter interdependente das diversas regiões que compõem o sistema-mundo capitalista.

A posição de Brenner resulta da adoção de unidades de análise nacionais, bem como da dicotomização promovida pelo autor entre os modos de produção pré-capitalista e o modo de produção capitalista. No caso dos primeiros, a apropriação de excedente seria realizada através da coerção extra-econômica, direcionada à extração de mais-valia absoluta. Esse mecanismo de extração de excedentes estaria por trás do padrão malthusiano de desenvolvimento que caracteriza os modos de produção pré-capitalistas em geral, e o feudalismo em particular. Nesse caso, a influência da força militar do Estado, por exemplo, pode assumir um papel importante, mas mesmo aqui Brenner prioriza a coerção extra-econômica no âmbito nacional, e não na conquista e subordinação de novas regiões.

Já no modo de produção capitalista, por sua vez, onde vigora a cisão entre o produtor direto e seus meios de subsistência, bem como a dependência geral dos agentes econômicos em relação ao mercado, a apropriação de excedente é levada cabo quase exclusivamente por meio da coerção econômica, ligada à extração da mais-valia relativa. É apenas em razão da necessidade de se à extração de mais-valia relativa por meios econômicos que os integrantes da classe dominante sentem-se impelidos a promover a introdução de inovações, levando ao desenvolvimento da força produtiva. Nesse caso, a região com onde vigoram tais relações sociais de propriedade pode ser caracterizada por um desenvolvimento de tipo smithiano.

Assim, a dicotomização promovida por Brenner entre os padrões de desenvolvimento malthusiano e smithiano, que o autor mobiliza contra os proponentes dos modelos comercial e demográfico da transição, impedem que o autor admita a possibilidade de que, no modo de produção capitalista, a extração de excedentes por meio da extração de mais-valia absoluta com a participação do Estado, sejam um traço importante tanto do surgimento quanto do funcionamento do capitalismo global.

Além disso, como Brenner praticamente ignora a interdependência entre as diversas regiões que conformam o sistema-mundo capitalista, o autor busca negar a ideia de que a transferência de excedentes tenha exercido um papel importante na acumulação primitiva de capital, isto é, no estabelecimento das condições para o surgimento e a consolidação do modo de produção capitalista.

Duas formas de transferência, uma econômica, outra política. Econômica: regiões com maior relação capital/trabalho tendem a receber retorno mais elevado, reforçando desigualdades. Isso também leva à formação de Estados fortes no centro, onde o capital é mais importante, e fracos na periferia, onde ocorre o contrário. Estados fortes são capazes de ajudar a reforçar as desigualdades, perpetuando o desenvolvimento no centro e o subdesenvolvimento na periferia. Tanto o Estado quanto o capital, portanto, através de trocas desiguais, contribuiriam para o atraso que caracteriza a periferia.

Brenner diz que os argumentos ligados à extração de excedentes da periferia por meio de trocas desiguais impostas pela força do capital e do Estado são resultado “do mesmo tipo de determinismo econômico que predomina em todos os aspectos do arcabouço teórico de Wallerstein” (BRENNER, 1977, p. 61).

No plano econômico, Wallerstein teria flertado constantemente com a ideia de que “são as *próprias atividades* que determinam a quantidade de capital e habilidade que precisa ser mobilizada para leva-las a cabo” (BRENNER, 1977, p. 61). Essa linha de argumentação teria levado Wallerstein a “concluir que o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ é o ‘resultado de estar envolvido na economia mundial [ou sistema-mundo capitalista] como uma região periférica produtora de matérias-primas’” (BRENNER, 1977, p. 62). A tese de Wallerstein seria dotada de um caráter irremediavelmente tautológico, já que assume que “o que determina a posição de uma região (centro ou periferia) é o capital e a habilidade aplicados à atividades produtivas nelas” (BRENNER, 1977, p. 62).

Ainda do ponto de vista da transferência de excedentes econômica, Brenner critica a noção de troca desigual que ele associa a Wallerstein. A contenda de Brenner, nesse ponto, refere-se ao fato de que a transferência econômica pressupõe a existência de mercados de terra e de trabalho já consolidados, isto é, pressupõe justamente as pré-condições identificadas por Brenner para o surgimento do capitalismo. Nesse sentido, ele afirma que “como nós [já] notamos (...), não havia trabalho livre (nem terra livre) sob o modo de produção servil [ou feudal], logo não poderia haver ‘capital livre’. Novamente, cabe enfatizar que as críticas de Brenner nesse contexto referem-se basicamente à transição para o capitalismo, e não ao seu funcionamento.

No que diz respeito à transferência de excedentes política, Wallerstein alterna seu argumento, ora priorizando o papel da expansão do mercado e da divisão do trabalho, ora afirmando conferindo um papel mais importante às relações de classe. Assim, em alguns casos o caráter ou a força do Estado seriam determinados pela importância econômica da região. Em outras passagens, contudo, Wallerstein, numa linha mais condizente com a

abordagem de Brenner, entende a determinação do *status* do Estado como resultado das relações de classe que disputam o controle de seu poder. Nesse sentido, Brenner afirma

Wallerstein não pode adotar as duas posições: um sistema de controle do trabalho como uma estrutura de classes de exploração que determina o caráter do Estado, e um sistema de controle de controle do trabalho como refletindo a técnica de ‘produção’ mais adequada para dada região na economia mundial. Sua tentativa de fazê-lo leva ele a contradizer contradizer explicitamente sua tese central de que a estrutura do Estado de uma região é determinada pela posição dela na divisão mundial do trabalho (BRENNER, 1977, p. 64).

Em resumo, Wallerstein não consegue desenvolver uma teoria satisfatória do surgimento do capitalismo e do desenvolvimento econômico porque, em seu trabalho, “a estrutura de classes permanece em última análise um mero resultado do desenvolvimento das forças produtivas, ligado à divisão internacional do trabalho” (BRENNER, 1977, p. 64). A única maneira de superar esses problemas, particularmente no que diz respeito ao *status* do Estado, seria enxergar a estrutura do Estado em sua relação com a estrutura de classes, “entendida como as relações sociais através das quais um excedente não-pago é extraído pela classe dominante dos produtores diretos” (BRENNER, 1977, p. 64).

Aqui percebe-se a ligação entre, por um lado, as Brenner relações de classe, que Brenner rebatizaria posteriormente como relações sociais de propriedade, e, por outro, o Estado, que pode ser como uma espécie de síntese da interação entre comunidades políticas forjadas em seu interior, e que Brenner quase sempre identifica ao plano nacional. Brenner justifica a associação que faz entre os modos de produção, as relações de classe ou de propriedade, e, por fim, o Estado ou as comunidades políticas cuja síntese ele representa, na seguinte passagem de *O capital*,

É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos - relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social - que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado (MARX, 1996, p. 245).

De fato, a forma e o caráter do Estado certamente dependem da relação de classes entre produtores diretos e proprietários do meios de produção, mas isso não quer dizer que as relações horizontais entre os agentes que integram a classe dominante deva ser apreendida exclusivamente em termos da interação interna entre grupos internos ao Estado específico em questão. Nesse sentido, por exemplo, é importante levar em conta a interação entre grupos da(s) classe(s) dominante(s) pertencentes a Estados distintos. É também a partir dessa interação que cada um dos Estados é constantemente redefinido.

Do mesmo modo, limitar a análise da determinação dos padrões de desenvolvimento de uma determinada região às relações verticais internas também equivale a ignorar o impulso à transnacionalização da luta de classes, que se contrapõe reiteradamente à contratendência à confinação dos conflitos aos planos nacional e regional. O argumento de Brenner contra a respeito da transferência de excedentes é resumido pelo autor no contexto de sua discussão sobre o padrão de desenvolvimento econômico malthusiano da Polônia, que, apesar de seu baixo dinamismo, permitiu a ascensão de um Estado bastante forte,

Em resumo, a relação do Estado com o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento na Europa oriental, ou outras regiões, não é mais satisfatoriamente apreendido em termos de sua força ou fraqueza, porque sua contribuição ao crescimento ou à estagnação das forças produtivas não é mediada primariamente por sua relação com a ‘troca desigual’ e a transferência de excedente (para dentro ou fora da região) – mas, ao invés disso, por sua interconexão com a estrutura de classes dominante na região (BRENNER, 1977, p. 66).

As críticas à ideia das trocas desiguais e à noção da transferência de excedentes da periferia para o centro como base para análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento são todas subordinadas à questão da acumulação primitiva conforme abordada por Wallerstein e outros autores. As duas, segundo Brenner, “são largamente derivadas da noção, bastante difundida entre marxistas, de que uma ‘acumulação primitiva de capital’ tenha sido amplamente responsável pela sucesso único do desenvolvimento experimentado por certas áreas (...) [do] centro (...), bem como pelo estabelecimento do subdesenvolvido na periferia” (BRENNER, 1977, p. 66).

Brenner é amplamente crítico à ideia de que a acumulação primitiva tenha tido uma importância decisiva no entrelaçamento e na formação dos padrões de desenvolvimento das regiões centrais e periféricas. Nesse sentido, ele começa por notar que a ideia de acumulação primitiva teria sido desenvolvida por Smith, e não por Marx. A abordagem de Marx era a de criticar toda a noção smithiana sobre a acumulação primitiva “fundamentalmente enganosa” (BRENNER, 1977, p. 66). Brenner baseia seu argumento no trecho em que Marx afirma,

Não pode portanto haver nada mais ridículo que conceber sua *formação original* de capital como se o capital houvesse se empilhado e criado as *condições objetivas de produção* – bens necessários, matérias-primas e instrumentos – e então as oferecido ao trabalho, o qual se encontrava *descoberto* de possessões (BRENNER, 1977, p. 67).

A transição para o capitalismo, assim, envolve não só a mera existência ou disponibilidade de riqueza ou capital, e sim relações sociais específicas capazes e inclinadas a mobilizar as forças produtivas da sociedade em nome da acumulação de capital. E segundo

Brenner, essas condições são dadas justamente pela separação entre o produtor direto e seus meios de produção e subsistência. É a esse processo, que rompe a unidade entre esses dois elementos prevalecte nas sociedades pré-capitalistas, que Brenner dá o nome de acumulação primitiva.

A partir de sua própria posição a respeito da definição da acumulação primitiva e de seu papel no surgimento do modo de produção capitalista, Brenner critica o que considera o argumento de Wallerstein, que “destaca o significado de um amontoamento original de riqueza na forma de dinheiro ou natural” (BRENNER, 1977, p. 67), perguntando-se por que razão seria necessário que houvesse essa construção de riqueza a partir de fora, ou por que essa riqueza não teria sido direcionada a atividades improdutivas, isto é, porque “não resultou simplesmente na criação de catedrais no centro e de fome na periferia” (BRENNER, 1977, p. 67).

Por um lado, Brenner acerta em afirmar que a simples pilhagem de riquezas e sua disponibilização não gera por si só qualquer tendência ao surgimento das relações sociais que caracterizam o capitalismo. Afinal, a disponibilidade de um ingrediente não é suficiente para a confecção de uma receita. É preciso que eles sejam combinados de uma forma específica para gerar um resultado determinado.

Ao mesmo tempo, ao simplesmente reduzir a posição de seus adversários à condição de defensores da ideia de que o simples amontoamento de riquezas seja suficiente para dar origem ao capitalismo, Brenner escamoteia a questão e deixa de levar em conta a enorme contribuição de autores como Wallerstein ao debate. Nesse sentido, se é correto negar que não se pode atribuir à mera acumulação de riquezas o papel de fator praticamente exclusivo da transição, ainda assim não é possível dizer que esse amontoamento de capital não tenha sido um dos ingredientes importantes.

As exigências de capital fixo, por exemplo, às quais Brenner atribui tanta importância em seu debate do longo declínio, podem responder por parte desse empilhamento. Aqui é interessante notar que, mantendo a coerência de suas críticas aos “marxistas neo-smithianos”, Brenner afirma no debate da transição que “é, por exemplo, amplamente aceito que os requerimentos de capital fixo na manufatura, mesmo nos primeiros estágios da Revolução Industrial, eram relativamente pequenos” (BRENNER, 1977, p. 67). Mas, nesse caso, seria preciso descobrir relativamente a que ponto de referência Brenner faz sua observação. Se, por exemplo, ele se refere a requerimentos diminutos em relação à elevação posterior das exigências de capital fixo ao longo da evolução do capitalismo, como seria condizente com sua teoria dos blocos de capital, isso não exclui a possibilidade de que

elas tenham sido relativamente grandes em relação aos requerimentos das manufaturas anteriores. Se ele tem em mente outra referência qualquer, seria preciso que ele explicitasse seu argumento para tornar sua crítica mais clara.

Além de poder ter contribuído para atender às exigências de capital dos empreendimentos levados a cabo ao longo do processo de transição, a acumulação primitiva de capital também foi importante para permitir que a Inglaterra, onde as relações capitalistas de produção mais desenvolveram-se inicialmente, fizesse face à concorrência contra seus adversários do sistema interestatal. Assim, por exemplo, caso a Inglaterra não tivesse sido capaz de se sair vitoriosa em seus conflitos contra a Holanda e a França ao longo dos séculos XVII e XVIII, talvez não fosse possível que as relações capitalistas pudessem se firmar na agricultura inglesa.

Um terceiro fator que torna importante a relação entre as regiões centrais e periféricas que fazem parte da acumulação primitiva refere-se à criação de mercados para a torrente cada vez maior de produtos criados ao longo da consolidação das relações capitalistas de produção na Inglaterra, por exemplo.

Partindo de seu foco nas relações sociais de propriedade nacionais, de sua dicotomização entre os modos de produção pré-capitalistas e capitalistas, baseados na extração de mais-valia absoluta e relativa, respectivamente, bem como da divisão entre os padrões de desenvolvimento malthusiano e smithiano, Brenner torna-se incapaz de admitir que, concretamente, as condições por ele estabelecidas por ele para o surgimento do capitalismo não são suficientes para que a transição se complete. Assim, de acordo com a perspectiva dos sistemas-mundo, defendida tanto por Wallerstein quanto por Arrighi, não é possível explicar a trajetória de Estados específicos sem fazer referência às demais regiões que com ele interagem.

Por isso, por exemplo, é impossível entender o desenvolvimento inglês sem levar em conta os recursos auferidos pelo país através do comércio triangular do Atlântico, que envolvia a troca de escravos africanos, por matérias-primas coloniais e produtos manufaturados do centro. Da mesma maneira, é ainda mais difícil buscar interpretar o desenvolvimento das colônias americanas simplesmente a partir de suas relações sociais de propriedades internas, entre outras coisas porque, principalmente no caso das sociedades escravistas, a própria reprodução de seus principais produtores diretos só pode ser garantida através do tráfico de escravos.

É possível dar ainda outros exemplos, como a disponibilidade de produtos de primeira necessidade extraídos de regiões periféricas que pudesse permitir o aprofundamento

do processo de separação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, isto é, ao longo do processo de proletarização da força de trabalho inglesa, principalmente durante a fase inicial da transição, quando a produtividade da agricultura ainda não era capaz de satisfazer a demanda por esse tipo de produto internamente. Depois dessas observações, passemos agora à comparação feita por Brenner entre as trajetórias seguidas pela Inglaterra e a região chinesa do Yang-tsé.

4.2 HISTÓRIA

4.2.1 CAPITALISMO E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO: INGLATERRA E YANG-TSÉ

Ao fazer um balanço dos frutos do debate sobre a transição ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, Brenner chega à conclusão de que, “longe de transcender a dualidade do smithianismo e do malthusianismo”, a “historiografia econômica falhou em confrontar esse problema, e continua, em sua maior parte, a ignorá-lo até os dias de hoje”, tendo, ao invés disso, ocorrido “um retorno – eu chamaria de regressão – ao smithianismo puro e simples” (BRENNER, 2007, p. 53). Nesse sentido, em seu artigo publicado em 2007, Brenner afirma que

em meados da década de 1990, conforme a virada em direção à abertura neoliberal do mercado tornou-se cada vez mais espraçada em escala mundial e conforme a economia dos Estados Unidos experimentava o suposto milagre da Nova Economia, a ascensão do mercado foi, de forma praticamente universal, novamente considerada pela historiografia econômica da Europa e além como o motor automático do crescimento econômico, desde que não houvessem barreiras políticas o impedindo. Os historiadores econômicos estavam novamente encontrando o assim chamado “crescimento smithiano” por onde quer que olhassem (BRENNER, 2007, p. 53-54).

Dentre os novos historiadores smithianos, pode-se incluir a obra de Pomeranz, criticada por Brenner em *England's divergence from China's Yangzi Delta*, escrito em parceria com Isett, onde eles o criticam a partir da afirmação de que “em seu nível mais geral, ele enxerga a instauração do crescimento smithiano como consequência do aprofundamento da divisão do trabalho, por meio do crescimento do comércio resultante do aumento populacional”(BRENNER; ISETT, 2002, p. 610). Aqui é preciso deixar claro que a crítica de Brenner ao crescimento smithiano refere-se basicamente à dessa teoria para explicar a *transição* para o capitalismo. Como vimos acima, Brenner reverencia a teoria do crescimento

de Smith por sua capacidade de explicar o *funcionamento* do capitalismo, isto é, a tendência ao desenvolvimento econômico na forma do crescimento econômico *per capita* sustentado. Por fim, como veremos adiante, Pomeranz representa um autor em que Arrighi se inspira fortemente em *Adam Smith em Pequim*.

Partindo da ideia, corroborada por Brenner, de que a análise comparativa dos padrões de desenvolvimento do Ocidente e do Oriente deve ter seu “foco direcionado, *as only makes sense*, não na Europa ou na China como um todo (...) mas em suas áreas mais avançadas, ou centrais”, Pomeranz avança a tese de que “até o período entre meados e fim do século XVIII, nem o nível de desenvolvimento da Inglaterra, nem o padrão de vida de sua população estava acima daquele prevalecente no delta do Yang-tsé” (BRENNER; ISETT, 2002, p. 611).

Nos termos de Brenner, tanto a Inglaterra quanto a região do delta do Yang-tsé teriam, de acordo com Pomeranz, seguido trajetórias ou padrões de desenvolvimento econômico semelhantes até o início do século XIX. Até então, o crescimento demográfico e o aumento da disputa por alimentos e recursos naturais teria impellido ambas as regiões a adotar métodos cada vez mais trabalho-intensivos para contornar a escassez de terra. Nesse contexto, o aumento da relação homem-terra tenderia a provocar, mais cedo ou mais tarde, crises malthusiano-ecológicas [*malthusian-cum-ecological crises*] em ambas as regiões, dados os seus padrões de desenvolvimento semelhantes. De fato, a região do Yang-tsé foi atingida pela crise a partir de meados do século XIX. A Inglaterra, por sua vez, foi capaz de contorna-la em razão da exploração das matérias-primas e dos alimentos extraídos das regiões periféricas sobre as quais o ingleses exerciam influência, dando início à Grande Divergência em suas trajetórias ou padrões de desenvolvimento. Assim, Brenner afirma que, segundo Pomeranz, “o que em última instância abriu o caminho para a grande divergência da Inglaterra em relação ao delta do Yang-tsé foi a forma específica de expansão comercial inglesa e europeia, que não tinha contrapartida no Oriente” (BRENNER; ISETT, 2002, p. 612).

Brenner critica a posição de Pomeranz fazendo uso do mesmo arcabouço desenvolvido ao longo do debate sobre a transição da década de 1970. Segundo Brenner, a região do Yang-tsé teria sido caracterizada por relações sociais de propriedade em grande medida análogas àquelas características do modo de produção feudal. Por isso, o padrão de desenvolvimento da região teria apresentado um caráter cíclico, parecido com aquele identificado pelos historiadores demográficos na maior parte da Europa entre o início da Baixa Idade Média e o fim da Idade Moderna. Já no caso da Inglaterra, a instauração de relações sociais de propriedade capitalistas já no início da Era Moderna teria possibilitado o

afastamento do padrão malthusiano de desenvolvimento característico das sociedades feudais, em direção ao padrão de desenvolvimento econômico smithiano.

Ao contrário de Pomeranz, Brenner defende a ideia de que as relações sociais de propriedade prevaletentes nas duas regiões distinguiu-se desde o início da Era Moderna, resultando na adoção de diferentes regras de reprodução na Inglaterra e no Yang-tsé, e acarretando trajetórias de desenvolvimento divergentes, as quais se acentuariam a ainda mais a partir do início da Revolução Industrial.

A diferença básica entre as duas regiões, segundo Brenner, está associada às condições básicas definidas pelo autor para a consolidação do capitalismo, quais sejam, a separação entre os produtores e seus meios de produção e subsistência, por um lado, e o fim da independência dos agentes econômicos em relação ao mercado para garantir sua própria sobrevivência. Nesse sentido, enquanto no Yang-tsé essas condições não teriam sido satisfeitas ao longo da Idade Moderna, impedindo o estabelecimento de um padrão de crescimento sustentado, na Inglaterra ocorreu o contrário, o que permitiu o rompimento da trajetória econômica malthusiana em favor do desenvolvimento econômico smithiano. Vejamos agora como Brenner interpreta a evolução da Inglaterra e da região chinesa do delta do Yang-tsé.

A discussão sobre o surgimento e a evolução do capitalismo na Inglaterra já foi fonte de uma enorme quantidade de debates e está bastante bem documentada. Por isso, nos contentaremos a apresentar apenas os elementos considerados essenciais para nossa discussão, o que nos dará espaço para que nos dediquemos com um pouco mais de atenção ao debate acerca do *status* do desenvolvimento chinês, ainda relativamente pouco conhecido.

Descreveremos a seguir, de forma bastante resumida, os principais traços da evolução econômica da Inglaterra a partir do início da Era Moderna até as vésperas da Revolução Industrial.

Predominava unidade entre produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, garantidos pelos costumes feudais e pelas comunidades aldeãs. Senhores, por sua vez, garantiam a própria reprodução através da extração econômica do excedente. Nesse contexto, os agentes econômicos encontravam-se protegidos dos imperativos da competição, e as regras de reprodução dos camponeses tendiam à “subdivisão de seus lotes de terra, bem como (...) aos casamentos precoces e a criar muitas crianças”, as quais representavam uma espécie de seguro contra a velhice e a doença (BRENNER; ISETT, 2002, p. 617). A Inglaterra até então seguia, portanto, um padrão de desenvolvimento malthusiano, tal como as demais

demais regiões europeias, onde também prevaleciam relações sociais de propriedade pré-capitalistas.

Após a Crise Geral do século XIV, contudo, o modo de produção inglês começa a se modificar rapidamente. O colapso populacional ocorrido durante a crise foi seguido da conquista do fim das relações de servidão por parte dos camponeses, os quais, por meio da fuga e da resistência, conseguiram eliminar a estrutura de extração extra-econômica do excedente que até então sustentava a reprodução da classe senhorial.

A partir do século XV, contudo, apesar da perda da capacidade de aplicação das exações arbitrárias, os senhores feudais conseguiram garantir a eliminação dos direitos camponeses à posse de seus lotes de cultivo, garantindo para si plenos direitos de propriedade sobre a maior parte da terra. Esse fator permitiu um grande processo de concentração de terras nas mãos sem precedentes nas mãos dos senhores, também impulsionado pela expropriação das terras comunais e dos lotes camponeses deixados vagos a partir do colapso populacional. Juntos, a privatização da terra e o fim dos laços de servidão e da capacidade de extração extra-econômica do excedente fizeram com que a maior parte dos senhores passasse a depender de rendas pagas por arrendatários camponeses dispostos a cultivar a terra. A expropriação camponesa e a consolidação do direito à propriedade privada contribuíram para a formação incipiente de um mercado de terras na Inglaterra.

Por outro lado, a expulsão de grande parte dos camponeses da terra a partir dos cercamentos implicaram em grande medida na separação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência. Mesmo os camponeses que continuaram sob posse de seus meios de produção, contudo, foram “obrigados a se manter através do arrendamento de terras num mercado de terras competitivo” (BRENNER; ISETT, 2002,). A partir daí, iniciou-se um processo de diferenciação decisivo da classe camponesa. De um lado, seus integrantes mais privilegiados puderam passar a arrendar as terras detidas pelos senhores, buscando obter lucro através da venda de seus produtos no mercado. De outro, os camponeses pobres expropriados de suas terras começaram a precisar vender sua força de trabalho no mercado para garantir a própria subsistência. A expropriação dos camponeses foi o principal fator por trás da criação de um mercado de trabalho na Inglaterra, o qual seria mobilizado primordialmente pelos arrendatários para a produção agrícola nos latifúndios de propriedade dos senhores.

As mudanças nas relações sociais de propriedade descritas por Brenner, dentre as quais se destacam o fim das relações de servidão, a conquista do direito à propriedade privada da terra e a expropriação camponesa por parte dos senhores, fizeram com que as regras de

reprodução normalmente adotadas pelos agentes econômicos durante a prevalência do modo de produção feudal fossem alteradas. A respeito disso, Brenner coloca que,

Sujeitos às restrições da competição, os arrendatários comerciais [*commercial farmers*] não achavam mais de seu interesse subdividir seus lotes, já que isso resultaria em unidades produtivas crescentemente não-econômicas. Nem viam a criação de grandes famílias como seu interesse econômico, já que isso implicaria em suporte material por vários anos a crianças que não poderiam acrescentar à renda da família tanta renda quanto a que eles custavam para ser mantidos. Ademais disso, como os arrendatários comerciais da Inglaterra do início da Era Moderna, ao contrário dos produtores camponeses medievais que os precederam, não subdividiam seus lotes, eles não podiam conceder diretamente seus filhos com os lotes que serviriam de base para a formação de suas famílias. Os filhos precisavam, portanto, acumular sua própria base material para casar e dar suporte à suas famílias – um processo que inevitavelmente tomava tempo. Como resultado, o casamento passou a ocorrer substancialmente mais tarde e de forma menos universal do que havia sido durante a Era Medieval ou no delta do Yang-tsé durante a Era Qing (BRENNER; ISETT, 2002, p. 618).

A adoção dessas novas regras de reprodução foi responsável pela instauração de um padrão de desenvolvimento smithiano na Inglaterra.

Assim, a mudança das relações sociais de propriedade ligadas à separação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, além da sujeição geral dos agentes econômicos aos imperativos do mercado e o fim da possibilidade de extração extra-econômica do excedente foram os grandes responsáveis pelo surgimento do modo de produção capitalista na Inglaterra. A transformação das relações sociais de propriedade implicou a alteração das regras de reprodução adotadas pelos diferentes tipos de agentes econômicos da sociedade. A agregação dos padrões de comportamento dos diferentes classes de agentes econômicos deram origem a um novo padrão de desenvolvimento, que rompe com as restrições malthusianas ao crescimento característica dos modos de produção pré-capitalistas em favor do crescimento auto-sustentado de caráter smithiano, baseado no aprofundamento da divisão do trabalho e na introdução de inovações, isto é, no desenvolvimento das forças produtivas, levado a cabo com o objetivo da maximização dos retornos auferidos pelos agentes econômicos individuais, em especial do lucro dos capitalistas. Depois dessa versão bastante resumida da transição inglesa, podemos nos voltar para a análise de Brenner sobre o padrão de desenvolvimento chinês.

A partir do final do período Ming, principalmente em razão do colapso populacional de meados do século XVII, que fortaleceu o poder de barganha do campesinato frente a seus senhores, os camponeses do delta do Yang-tsé asseguraram a posse permanente das terras por eles cultivadas, bem como diversas outras conquistas como o direito ao pagamento de rendas fixas e outras que reduziam o peso do pagamento das rendas

sobre a produção. Isso impediu que os senhores estipulassem o valor de suas rendas em razão da variação da demanda por terras, expulsando os camponeses que não conseguissem arcar com valores compatíveis àqueles encontrados no mercado. Ao mesmo tempo, contudo, os senhores conseguiram consolidar legalmente sua propriedade sobre a terra. Dado o fato de que os impostos incidiam basicamente sobre os proprietários, no caso dos senhores absenteeístas, era de interesse do Estado estipular rendas que permitissem um nível de arrecadação elevado, o que permitiu que as rendas somassem cerca de 30 a 40% da produção na agricultura. A fixação da renda da terra de maneira política e independentemente da quantidade da produção desestimulava os investimentos na melhoria da produtividade, prejudicando o potencial de crescimento e de reprodução econômica a longo prazo em razão da destinação improdutiva do excedente.

A posse de meios de produção e subsistência não impediu que os camponeses se envolvessem em trocas no mercado, mas proporcionou a eles um escudo em relação aos imperativos da competição e às regras de reprodução características do capitalismo. Assim, os camponeses normalmente tendiam a se casar precocemente e a ter filhos em número elevado como forma de se garantirem durante a velhice e as doenças, bem como para assegurar a perpetuação da linha familiar. Aos filhos dos camponeses geralmente era destinado um pedaço de terra, bem como equipamentos e outros recursos que permitissem a eles garantir sua própria sobrevivência, bem como sustentar suas respectivas famílias. Essas características resultavam num crescimento populacional significativo e na progressiva subdivisão dos lotes de terra, bem como da riqueza camponesa em geral, tendência que mostrou-se insustentável no longo prazo, dado o aumento insuficiente da produtividade característico desta forma de produção pré-capitalista.

Ao longo do final do período Ming e do início do período Qing, contudo, os camponeses conseguiram assegurar um aumento da produção, apesar da redução paulatina dos lotes de terra. Mesmo assim, a produtividade do trabalho caiu conforme a relação homem-terra continuava a subir. Em outras palavras, o aumento da produção por unidade de terra foi acompanhado de uma diminuição da produção por unidade de trabalho. O aumento da escassez da terra, ou, inversamente, o aumento do excesso de trabalho, fez com que o trabalho de tração animal, que historicamente representa um indicador do aumento da produtividade do trabalho, fosse paulatinamente abandonado em favor da produção grãos para permitir a subsistência dos camponeses, fazendo com que, ao final do período Ming, ele já tivesse sido quase completamente deixado de lado.

Além do aumento da utilização de trabalho humano, os camponeses também se apoiaram cada vez mais significativamente no crescimento do uso dos fertilizantes para permitir o aumento da produção, em especial no caso da produção de arroz. Ainda assim contudo, ao longo do século XVIII a utilização maior de fertilizantes passou a mostrar-se insuficiente para compensar a diminuição dos lotes de terra e proporcionar aos camponeses a quantidade suficiente de nutrientes para as necessidades básicas da família. Para compensar a diminuição relativa da produção, os camponeses foram obrigados a adicionar um segundo tipo de plantação, o trigo de inverno [*winter wheat*]. Mais uma vez, contudo, o ganho em termos do aumento da produção por lote de terra foi atingido às expensas da diminuição da produtividade do trabalho. Assim, apesar das enormes conquistas chinesas em termos da produtividade da terra, “um declínio secular da produtividade do trabalho na agricultura do Yang-tsé foi portanto inevitável” (BRENNER; ISETT, 2002, p. 624).

Ao final do século XVIII, a produtividade do solo atingiu seu limite, impedindo o aumento da produção independentemente da quantidade adicional de trabalho aplicado à terra. Um dos resultados disso foi o progressivo afastamento das mulheres do trabalho no campo, o qual, já em meados do século XVIII, havia se tornado redundante. A expulsão do trabalho feminino da agricultura foi acompanhada de sua migração para a produção doméstica, por exemplo na fiação, na tecelagem de algodão e na sericultura, de forma a compensar de alguma maneira o déficit de grãos de suas respectivas famílias. O cultivo do algodão já vinha sendo explorado com intensidade no cinturão do algodão, região de terra menos fértil e menos receptiva à produção do arroz, desde os séculos XV e XVI, mas somente a partir do século XVIII ele torna-se disseminado fora dessa área. Assim, uma parte da terra passou a ser dedicada à produção de algodão, cultura que permite acréscimos de unidades de trabalho com resultados significativos sobre a produtividade, o qual por sua vez era processado domesticamente e destinado principalmente à venda no mercado.

Segundo Brenner, a transição para o cultivo do algodão e a produção doméstica não devem ser vistas enquanto resultado de uma busca pela maximização das taxas de retorno dos camponeses em resposta a incentivos de mercado. Pelo contrário, esse movimento deve ser percebido como algo que os camponeses se viram obrigados a fazer para tentar conter o máximo possível a redução do nível de consumo doméstico.

O campesinato do Yang-tsé estava, ironicamente, tornando-se crescentemente dependente do mercado e precisando crescentemente de produzir de forma competitiva para fazer face às despesas. Mas justamente porque a trajetória histórica para esse resultado implicou no aumento da pobreza dos camponeses e os deixou opções econômicas declinantes fora da produção doméstica de algodão, eles se

encontraram não apenas sem a habilidade de acumular capital, mas presos numa linha que oferecia retornos decrescentes ao seu trabalho (BRENNER; ISETT, 2002, p. 632).

Assim, a aproximação do campesinato chinês em relação ao mercado esteve ligada não a um aumento da quantidade de recursos disponíveis para a realização de investimentos, mas sim a sua redução.

Uma das contrapartidas da produção restrita no campo diz respeito à limitação da capacidade de sustentação das cidades. Como os camponeses não dispunham de uma capacidade de consumo que ultrapassasse as necessidades mais básicas, a produção das cidades, composta majoritariamente de bens supérfluos, era adquirida quase em sua totalidade pela elite composta por senhores, mercadores e representantes do governo. Dado que os rendimentos desses agentes se encontravam em grande medida restritos pelo nível absoluto da produção camponesa, logo ficava limitado o crescimento das cidades, e com ele o crescimento do comércio nelas levado a cabo e o aprofundamento da divisão do trabalho. Outro aspecto importante refere-se ao fato de que o comércio campesino com o objetivo de suprir a deficiência no consumo de grãos era, em grande medida, realizado entre camponeses com déficit, normalmente situados nas regiões mais povoadas como o Yang-tsé, e camponeses superavitários, localizados nas regiões mais distantes e escassamente povoadas. Assim, o comércio entre campo e cidade tendia a ser bastante restrito, constituindo basicamente na importação de grãos na forma de excedente por parte da elite das cidades. A exceção a essa regra consistia na existência de artesões urbanos que davam acabamento aos produtos semiacabados de algodão e de seda produzidos pelos camponeses e trazidos e eles na maioria das vezes por mercadores ou atravessadores. Os produtos finalizados então serviam para alimentar as cidades e o comércio de longa distância. A manufatura das cidades respondia basicamente pelas demandas das elites locais e seus correligionários. O resultado é que a trajetória seguida pela região do Yang-tsé acabou implicando no desenvolvimento limitado do crescimento das cidades, do comércio e da divisão do trabalho, em contraste marcante com a Inglaterra, onde a prevalência de relações sociais de propriedade capitalistas permitiram não só o aumento da produtividade do trabalho na agricultura, mas também o aprofundamento da divisão entre agricultura e indústria e entre cidade e campo, aumentando a especialização e a divisão do trabalho e abrindo caminho para um desenvolvimento smithiano sustentado. Vejamos agora os resultados da trajetória econômica seguidas pelo Yang-tsé, que culminaram numa crise malthusiana.

Segundo Brenner, a crise demográfico-ecológica experimentada na região do Yang-tsé foi temporariamente adiada pelas disputas dinásticas ocorridas no século XVII. Ainda assim, contudo, a produção *per capita* declina bastante já no século XVIII, fazendo com que o crescimento populacional se reduzisse significativamente. Nesse contexto, os camponeses do delta do Yang-tsé passaram a depender ainda mais da troca de algodão com outras regiões por algodão, levando ao crescimento extensivo dessas regiões periféricas e ao crescimento intensivo da área central do Yang-tsé, fato que adiou, mas não eliminou a pressão demográfica.

A dificuldade na obtenção de quantidades suficientes de alimento em decorrência do problema da produtividade se materializou na piora expressiva dos termos de troca do produto mais exportado pelo delta do Yang-tsé, as roupas de algodão, juntamente com diminuição drástica da exportação de grãos da periferia. A queda do preço do algodão foi acompanhada não da redução, mas de um aumento da quantidade produzida por parte dos camponeses numa tentativa de compensar a deterioração dos termos de troca, aumentando ainda mais o problema. Do mesmo modo, a resposta na agricultura de grãos para a diminuição da produtividade foi a intensificação ainda maior do trabalho, com um aumento sem precedentes do desflorestamento, da exaustão dos solos e do assoreamento dos rios, prejudicando os sistemas de irrigação e, novamente, a produção de grãos, particularmente do arroz. Do ponto de vista populacional, a crise implicou no aumento do infanticídio e na queda da taxa de natalidade, além da queda do aumento da taxa de mortalidade e, conseqüentemente, da queda da expectativa de vida. Por fim, o aumento do preço dos grãos também resultou num aumento dos conflitos pela terra, dada a busca por parte dos senhores do delta, com o apoio do Estado, por renegociar os termos dos acordos de arrendamento com o objetivo de assegurar retornos mais elevados. Esses conflitos resultaram no enfraquecimento, embora não na anulação, dos direitos dos camponeses em relação à terra. Assim, enquanto a economia do Yang-tsé entrava numa crise malthusiana, a da Inglaterra embarcava na rota crescimento sustentado, culminando na Revolução Industrial. Novamente, assim como nos casos da França, da Holanda e da Europa oriental, percebe-se como Brenner parte primordialmente de um sistema constituído por uma unidade regional, o Yang-tsé, de forma a analisar sua trajetória de desenvolvimento. Como reforçaremos na sessão seguinte, essa metodologia contrasta fortemente com aquela utilizada por Arrighi, que toma como unidade de análise central os sistemas-mundo ou sistemas interestatais.

5 ARRIGHI

5.1 TEORIA

5.1.1 SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA OCIDENTAL *VERSUS* SISTEMA-MUNDO ORIENTAL

Segundo Arrighi, a Ásia oriental é pioneira na formação tanto de mercados e Estados nacionais, quanto de um sistema interestatal dotado de dinâmica própria²⁰. Em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi investiga a evolução do sistema interestatal da Ásia oriental desde suas origens, passando por sua incorporação subordinada ao sistema interestatal europeu a partir de meados do século XIX, a Grande Divergência, seguido pela Grande Convergência, iniciada em meados do século XX. A Grande Divergência corresponde simultaneamente à ascensão dos Estados centrais do sistema europeu e ao rebaixamento dos antigos membros do sistema asiático entre meados do século XIX e meados do século XX. O período da Grande Divergência é sucedido pelo período contemporâneo da Grande Convergência, com o declínio do principal integrante do moderno sistema interestatal europeu expandido, os Estados Unidos, e a ascensão dos países da Ásia oriental. Este processo de ascensão se dá por meio de uma estratégia de hibridação das trajetórias de desenvolvimento características dos dois sistemas, com a incorporação das vantagens do sistema europeu, e o resgate das tradições de desenvolvimento asiáticas.

²⁰ É importante notar que em *Adam Smith em Pequim* Arrighi não utiliza o termo sistema-mundo, preferindo a expressão sistema interestatal, possivelmente em razão de uma de suas contendas com Wallerstein. Ainda assim, logo no início do prefácio à versão inglesa do livro, Arrighi deixa claro que sua investigação compõe uma “sequência e uma elaboração de dois livros anteriores, *O longo século XX* e *Caos e governabilidade no moderno sistema-mundo*”, onde o termo é empregado (ARRIGHI, 2008, p. xi). Além disso, o autor compara explicitamente o padrão de desenvolvimento característico do capitalismo, dado por uma série de ciclos sistêmicos de acumulação, definidos explicitamente em *O longo século XX* como um sistema-mundo, com o padrão de desenvolvimento oriental. Por fim, as próprias características atribuídas por Arrighi ao sistema interestatal oriental, isto é, a existência de uma extensa rede de relações diplomáticas e coerciais, “unidas por um entendimento compartilhado dos princípios, normas e regras que regulavam suas interações mútuas como um mundo entre outros mundos” (ARRIGHI, 2008, p. 314). O autor também destaca a relação entre um centro de poder hegemônico, no caso a China, e os demais integrantes do sistema, característica comum também ao sistema-mundo capitalista ocidental. Por essas razões, bem como para manter a clareza da exposição, preferimos continuar destacando sua opção pela adoção de unidades de análise sistêmicas através do emprego do termo sistema-mundo.

O sistema interestatal da Ásia oriental possui semelhanças e diferenças em relação ao sistema interestatal formado na Europa. Estas semelhanças e diferenças, por sua vez, ajudam a explicar os diferentes caminhos seguidos pelos dois sistemas ao longo de sua evolução, bem como constituem a base para uma compreensão abrangente do período atual, marcado pelo declínio relativo do poder econômico e político americano e ocidental, mas também pela ascensão da Ásia oriental e, em particular, da China.

Em relação às semelhanças, tanto o sistema da Ásia oriental quanto o sistema europeu são marcados pela presença de diversas unidades políticas com herança cultural comum e fortes laços comerciais. Além disso, no caso asiático, embora vigorasse um sistema comercial-tributário centrado na China, predominava ainda assim uma autonomia relativa das diversas unidades em relação ao centro, caracterizando um sistema político multicêntrico análogo ao sistema europeu, com algum nível de competição interestatal.

Já em relação às diferenças, as mais marcantes são o expansionismo e o militarismo europeu comparados ao caráter relativamente pacífico e introvertido do sistema interestatal da Ásia oriental. Estas características divergentes dos dois sistemas culminam na inclusão subordinada da Ásia oriental ao sistema europeu a partir do século XIX, sobretudo a partir da Primeira Guerra do Ópio. Mesmo quando se leva em conta o longo período de paz vigente no sistema europeu, a chamada Paz dos Cem Anos do século XIX, é preciso ter em mente que nesse período os Estados europeus se envolveram em diversas guerras pela conquista do resto do mundo, engajando-se numa corrida armamentista que resultou na industrialização de guerra. Já no caso asiático, Arrighi menciona a predominância de uma paz de trezentos, que teria vigorado entre as duas sino-japonesas do final do XVI e do final do XIX. Em relação à China, excetuando-se as guerras pelo controle da fronteira, o autor chega a falar numa paz de quinhentos anos, finalizada apenas a partir da invasão japonesa na virada do XIX. Além disso, mesmo no caso das guerras de fronteira, que se intensificaram principalmente entre o final da dinastia Ming e os primeiros cento e cinquenta anos da dinastia Qing, o principal objetivo chinês teria sido a transformação da área de fronteira numa região pacificada. Daí a expansão territorial significativa implementada pelo império chinês no período, mas que nem de longe se compara às sucessivas rodadas expansionistas do sistema europeu iniciadas a partir das Grandes Navegações dos séculos XV e XVI²¹. Além de

²¹ Nas palavras de Arrighi: “Ao contrário dessas ondas sucessivas, a expansão Qing foi estritamente limitada no espaço e no tempo pelo objetivo de fortalecer as fronteiras, não de ser um elo numa corrente ‘interminável’ de expansões interligadas” (ARRIGHI, p. 325). É estranho que Arrighi considere o expansionismo ocorrido na região que viria a se tornar os Estados Unidos como uma forma de imperialismo interno – contrariando explicitamente

não ser comparável do ponto de vista quantitativo, o expansionismo dos dois sistemas também era qualitativamente diferente, já que, no caso da Ásia oriental, não ocorreu uma evolução sistêmica baseada no estímulo recíproco entre expansão militar e expansão econômica, ancorada na competição interestatal e na exploração do restante do mundo.

As diferenças básicas entre os sistemas europeu e asiático são baseadas em duas outras características discrepantes, ligadas à distribuição do equilíbrio de poder, e aos caminhos divergentes de desenvolvimento econômico adotados no interior dos dois sistemas. No que diz respeito à distribuição de poder entre as unidades do sistema, o sistema da Ásia oriental caracterizou-se pela predominância de uma estrutura de poder muito mais concentrada em seu principal integrante, a China. Já no caso europeu, vigorou uma estrutura de poder muito mais equilibrada, mesmo quando o sistema interestatal foi liderado por um determinado bloco de agentes governamentais e empresariais ligados a um determinado Estado.

Acontece que o equilíbrio de poder, por si só não é capaz de explicar o caráter belicista do sistema europeu, já que, como aponta Arrighi, o aumento da concentração de poder no sistema europeu durante o período de hegemonia britânica foi acompanhado da intensificação da competição interestatal na produção militar e na conquista forçada de recursos externos. Só quando o desequilíbrio de poder se associa à tendência a um caminho de desenvolvimento econômico introvertido, ou seja, focado mais no desenvolvimento do mercado interno intrasistêmico do que no comércio exterior, é que predomina realmente tendência para a diminuição da frequência de conflitos. De acordo com Arrighi, o peso do comércio de longa distância sempre foi maior no sistema europeu do que no sistema da Ásia oriental. Isso resultaria do maior nível de desenvolvimento oriental em relação ao Ocidente, que fazia com que o comércio exterior representasse uma fonte de riqueza e poder muito maior para a Europa do que para a Ásia. Essa assimetria estimulou o expansionismo europeu intensificado principalmente a partir das tentativas genovesas de estabelecer uma ligação direta com os mercados orientais. Por ser menos importante enquanto fonte de riqueza e poder, o expansionismo da Ásia oriental foi sempre limitado, tendo sido ainda mais enfraquecido após as viagens chinesas de Zheng He no início do século XV, devido ao alto custo e baixa lucratividade das expedições e à prioridade dada pelo império à consolidação da

a tese do pacifismo americano defendida por Schumpeter, que segundo este seria uma evidência do caráter anti-imperialista do capitalismo – mas trate toda a série de movimentos expansionistas chineses como manobras meramente defensivas. Talvez esta discrepância em relação à análise dos dois casos revele não apenas uma diferença dos objetos estudados por Arrighi, mas também aquilo que parece ser um viés do autor em relação à trajetória de desenvolvimento asiático e ao que ele acredita serem suas possibilidades emancipatórias.

segurança interna mediante a defesa das fronteiras. Mesmo com a descoberta das Américas, que conferiu riqueza e poder ao sistema europeu frente ao asiático, essa assimetria não foi revertida, tendo perdurado até o período compreendido entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Abordaremos com mais detalhe a discussão histórica adiante. Por ora voltemos às observações teóricas de Arrighi, recapitulando ainda alguns dos argumentos de Brenner.

Ao contrário de Arrighi, para quem, como veremos, o desenvolvimento oriental baseado no mercado, mas não-capitalista, constitui um padrão smithiano, Brenner identifica o funcionamento do modo de produção capitalista com um *padrão de desenvolvimento smithiano* definido como crescimento econômico autossustentado. O desenvolvimento smithiano resulta do aumento da produtividade do trabalho derivado da introdução constante de inovações que caracterizam o capitalismo. Já o funcionamento dos modos de produção pré-capitalistas associa-se a um *padrão de desenvolvimento malthusiano*, caracterizado pela ausência do crescimento smithiano e a prevalência de ciclos demográficos, em razão da discrepância crescente entre o crescimento populacional e o aumento relativamente baixo da produtividade do trabalho. Já a transição entre modos de produção diferentes é explicada com base em sua interpretação das ideias de Marx sobre a interação dialética entre, por um lado, as relações sociais de classe que possibilitam e condicionam a reprodução dos organismos sociais ao longo de sua vida e, por outro, aspectos ligados ao grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Em todos os seus trabalhos sobre a transição para o capitalismo, incluindo a discussão sobre as divergências entre a evolução da Inglaterra e da região chinesa do Yangtsé, a crítica de Brenner às ideias de Smith refere-se não ao *funcionamento* do capitalismo, e sim à sua *origem*. Em outras palavras, Brenner discorda de Smith apenas no que diz respeito à *transição* dos modos de produção pré-capitalistas para o capitalismo.

Devido a sua adesão aos princípios do individualismo metodológico, Smith teria deixado de perceber que as estratégias e o comportamento adotados pelos agentes econômicos de um tipo de sociedade específico são constituídos não com base em *características individuais transhistóricas*, como a propensão à troca e à barganha, mas sim a partir do *contexto social específico* em que esses agentes se encontram, isto é, pelas relações sociais de propriedade forjadas a partir das relações horizontais e verticais entre as classes que conformam a estrutura social. Por isso, ele teria deixado de perceber que os incentivos de mercado, que no modo de produção capitalista tendem a promover o crescimento econômico

por meio do aumento da produtividade do trabalho, não produzem o mesmo efeito em modos de produção não-capitalistas, dado seu contexto social diferenciado.

Em geral, a unidade entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, bem como a possibilidade dos agentes econômicos de garantir a própria reprodução social básica sem recorrer diretamente ao mercado, geram um contexto social marcado pela inexistência de mercados de terra e de trabalho, os quais, por seu turno, bloqueiam a necessidade de que os agentes econômicos atuem conforme os imperativos de mercado, dificultando também o aproveitamento de eventuais oportunidades de lucro.

A crítica de Brenner em relação ao marxismo neo-smithiano refere-se justamente a esse ponto. Segundo ele, autores como Sweezy, Frank, Wallerstein, e, certamente, também Arrighi, teriam falhado em considerar que o comportamento dos agentes econômicos de acordo com as restrições e possibilidades do mercado pressupõem a existência de um ambiente capitalista já consolidado. Isso equivale a escamotear o problema da transição, pressupondo a existência de condições capitalistas para o surgimento do capitalismo. Por isso, Brenner considera que a expansão do mercado e os incentivos que dela derivam, não seriam capazes de alterar os contextos sociais pré-capitalistas, dado que seus agentes econômicos precisam agir conforme incentivos e restrições diferentes.

Arrighi, por sua vez, parte da ideia de que a abordagem de Smith, e não a de Marx, constitui a principal chave para compreender tanto o padrão de desenvolvimento não-capitalista oriental, quanto o padrão capitalista ocidental. A questão do desenvolvimento pode ser colocada da seguinte maneira

Smith concebe o desenvolvimento econômico como o preenchimento com pessoas e capital físico ('patrimônio') de um recipiente espacial ('país'), que engloba um volume dado de recursos naturais e é configurado internamente e restringido externamente por leis e instituições (...). A tarefa do legislador é dotar seus domínios de leis e instituições que possibilitem a concretização total do potencial de crescimento [da nação] (ARRIGHI, 2008, p. 36-37).

Conforme variam esses fatores associados ao desenvolvimento, que conformam o arcabouço social próprio de cada nação, especialmente as leis e instituições de cada região, altera-se também o padrão de desenvolvimento econômico trilhado por ela.

Segundo Arrighi, "Smith teorizou que o desenvolvimento econômico ocorria não em um único caminho, mas em dois: o 'antinatural' ou baseado no comércio exterior, típico da Europa, e o 'natural' ou baseado no comércio interno, típico da China" (ARRIGHI, 2008, p. 81). Partindo de Smith, Arrighi afirma que seria possível distinguir entre dois tipos de estrutura social baseadas no mercado, as quais dariam origem a dois caminhos básicos de

desenvolvimento baseados no mercado, um ‘natural’ e outro ‘antinatural’. A estrutura social de mercado associada ao caminho de desenvolvimento antinatural corresponderia ao capitalismo. Já a estrutura social ligada ao caminho de desenvolvimento natural associa-se às sociedades de mercado não-capitalistas, de que a China, por exemplo, teria feito parte.

O caminho de desenvolvimento natural descrito por Smith seria caracterizado, em seus estágios iniciais, pela preponderância da agricultura e do comércio de curta distância, os quais estimulariam o crescimento do mercado interno. Com o passar do tempo, o crescimento da agricultura e do comércio local e a consolidação do mercado interno fariam com que a indústria, o comércio exterior e, finalmente, o comércio de transporte, se fortalecessem e ganhassem espaço.

O caminho de desenvolvimento antinatural, por sua vez, privilegiaria, desde seus estágios iniciais, o comércio exterior e de transporte de mercadorias. Só a partir daí o desenvolvimento da indústria e, finalmente, da agricultura e do comércio local seriam plenamente estimulados.

Tanto o caminho de desenvolvimento natural quanto o antinatural apresentam condições de promover a riqueza das nações. A esse respeito, Arrighi coloca que “Como (...) Brenner, portanto, Smith considerava que a China e a Europa se desenvolveram em caminhos distintos; diversamente (...), no entanto, ele não via no caminho europeu maior potencial de crescimento do que no chinês” (ARRIGHI, 2008, p. 81-82).

Apesar de se inspirar nas noções de caminho natural e antinatural de Smith, Arrighi aplica suas ideias não no contexto de um análise nacional, e sim no âmbito dos sistemas-mundo. Nesse sentido, o caminho antinatural estaria associado ao funcionamento do sistema-mundo capitalista ocidental, enquanto o caminho natural estaria ligado ao sistema-mundo oriental.

O foco de Arrighi nas unidades de análise ligadas aos sistemas-mundo também diferenciam sua abordagem daquela defendida por Brenner, que baseia-se nas unidades de análise relacionadas ao âmbito das relações sociais de propriedade, que o autor praticamente identifica à escala nacional. Em resumo, enquanto Brenner concentra sua análise em regiões circunscritas, normalmente associadas a Estados ou a esferas governamentais infra-estatais específicos, Arrighi trabalha com a noção dos sistemas-mundo.

Assim, por exemplo, enquanto no debate sobre o longo declínio do século XX Brenner concentra sua atenção na análise nas trajetórias de desenvolvimento nacionais capitalistas específicas dos Estados Unidos, do Japão e da Alemanha, Arrighi, por sua vez, define apenas uma trajetória ou caminho de desenvolvimento definido ao nível de todo o

sistema-mundo capitalista. Do mesmo modo, enquanto no debate da transição Brenner estuda uma trajetória de desenvolvimento oriental a partir da análise da região do delta do Yang-tsé, Arrighi define uma trajetória de desenvolvimento comum a todo o sistema-mundo oriental centrado na China.

Vimos na primeira parte do trabalho as características gerais do capitalismo, ou sistema-mundo capitalista, conforme a teoria de Arrighi. Nesse capítulo, iremos nos dedicar à definição das características e do padrão de desenvolvimento do sistema-mundo oriental em comparação àqueles prevalecentes no sistema-mundo capitalista.

Essa mudança da natureza e do tópico da conversa foi fonte de grande confusão sobre a teoria *implícita* de desenvolvimento nacional de Marx. Digo implícita porque, explicitamente, Marx não tem tal teoria. O que ele tem é uma teoria do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, que (...) anteviu com argúcia o entendimento atual da ‘globalização’, mas previu equivocadamente que o desenvolvimento capitalista generalizado ‘aplainaria’ o mundo, no sentido que Thomas Friedman dá à expressão. Na verdade, Marx estava tão confiante no aplainamento iminente do mundo que baseou toda sua teoria da produção capitalista na premissa de um mundo sem fronteiras, no qual a força de trabalho estaria inteiramente despossuída dos meios de produção e todas as mercadorias, inclusive a força de trabalho, seriam trocadas livremente a preços mais ou menos iguais ao seu custo de produção (ARRIGHI, 2008, p. 86).

Pelo contrário, Smith era partidário da ideia de que a trajetória de desenvolvimento natural apresentaria algumas vantagens decisivas em relação ao caminho antinatural. Arrighi trata desse ponto na seguinte passagem,

[o] argumento a favor do caminho ‘natural’ de desenvolvimento afirma simplesmente que a melhor maneira de desenvolver uma economia de mercado nacional é começar com a expansão e o aprimoramento da agricultura e do comércio interno. Essa expansão e esse aprimoramento criam oportunidades para o desenvolvimento espontâneo das atividades manufatureiras numa relação de apoio mútuo com as atividades agrícolas. O crescimento agrícola e industrial, por sua vez, gera um excedente de mercadorias que é mais lucrativo vender ao exterior, em troca de outras mercadorias, do que vender no mercado interno. Quando o comércio exterior faz aumentar ainda mais o tamanho do mercado, surgem novas oportunidades para o aparecimento de novos ramos de produção especializados e para a acumulação de capital além e acima do que se pode empregar com lucro ‘para suprir o consumo e sustentar o trabalho produtivo daquele país específico’. Quando isso acontece, ‘a parte excedente [do capital] transborda naturalmente para o comércio de transporte e é empregado para prestar o mesmo serviço em outros países’ (ARRIGHI, 2008, p. 73).

O caminho de desenvolvimento natural apresenta ainda outras vantagens em relação ao caminho antinatural, ligadas ao tipo de divisão do trabalho prevalecente no campo e na cidade, e à eficiência das empresas geralmente ligadas ao comércio exterior e de transportes, as sociedades anônimas.

Em relação à divisão do trabalho, Arrighi coloca,

“Ninguém, nem antes nem depois de Smith, jamais pensou em dar à divisão de trabalho o peso que ele deu (...) a [afirmativa] só é verdadeira com relação à divisão do trabalho *entre* unidades de produção independentes ligadas por trocas no mercado (a ‘divisão social do trabalho’ de Marx) e não à divisão do trabalho *dentro* das unidades de produção (a ‘divisão técnica do trabalho’ de Marx)” (ARRIGHI, 2008, p. 65).

Segundo Arrighi, enquanto Marx teria iniciado seu trabalho com uma discussão sobre a divisão social do trabalho, apenas para concentrar-se no restante de *O capital* principalmente nos aspectos ligados à divisão técnica, Smith, por sua vez, inicia seu trabalho com o famoso exemplo da fábrica de alfinetes, isto é, com uma discussão sobre os benefícios da divisão técnica do trabalho para o aumento da produtividade, mas no restante de sua obra concentra-se principalmente nas vantagens associadas à divisão social do trabalho, denunciando o caráter deletério da divisão técnica. Arrighi não trata do fato de que foi o próprio Marx quem esclareceu a separação entre esses tipos diferentes de divisão do trabalho, que na obra de Smith encontram-se confundidos.

Arrighi dá bastante ênfase às críticas desenvolvidas por Smith no final de *A riqueza das nações* em relação aos efeitos deletérios da divisão técnica do trabalho sobre a habilidade e as qualidades intelectuais, morais e mesmo marciais dos trabalhadores. Esse processo de degradação dos trabalhadores resultaria justamente de sua dedicação exclusiva à realização de tarefas extremamente simples, o que o impediria de avançar rumo ao aprimoramento pessoal.

Smith defende a ideia de que as classes sociais que compõem a sociedade de mercado, proprietários de terra, trabalhadores assalariados e capitalistas, possuem interesses discrepantes entre si. Nesse sentido, Arrighi coloca que

O interesse das duas primeiras (...) classes sociais (...), argumenta Smith, tende a coincidir com o interesse social geral, porque o valor real da renda da terra do salário tende a subir com a expansão econômica e cair com o declínio econômico da sociedade. Em contrapartida, o interesse dos que vivem de lucro pode se chocar com o interesse social geral, porque sempre envolve a ampliação do mercado e o estreitamento da competição (ARRIGHI, 2008, p. 61).

O foco de Arrighi, nesse caso, diz respeito à distância entre os interesses especificamente capitalistas e o que ele chama de “interesse geral”. Assim, ele afirma que “os que vivem de lucro promovem seu interesse com maior lucidez, poder e determinação que as outras classes sociais” em razão principalmente da industriabilidade exigida para atuar no mercado (ARRIGHI, 2008, p. 62). Em contraste com a classe capitalista, os proprietários de terra costumam ser caracterizados pela acomodação, que tende a fazer com que eles tornem-se praticamente incapazes de lutar com afinco por seus próprios interesses. Os trabalhadores, por

seu turno, ou sofrem com a degradação estimulada pelo aumento da divisão técnica do trabalho, ou, quando conseguem se articular, são ainda assim ignorados ou reprimidos pelas demais classes.

Um dos resultados da degradação do trabalho à qual Arrighi confere maior atenção diz respeito, portanto, à deterioração da capacidade dos trabalhadores de compreender o interesse social e de relacioná-lo aos seus próprios interesses²². Nesse contexto, Arrighi não menciona como Marx aborda a questão da ideologia e sua relação com o “interesse geral” e os interesses de classe, nem tampouco o problema da alienação do trabalho sob o capitalismo.

A degradação do trabalho resultante do aprofundamento da divisão técnica promove também um solapamento das “virtudes marciais do grande corpo da população”, gerando um conflito entre a necessidade de defesa nacional e o desenvolvimento econômico nacional (ARRIGHI, 2008, p. 78).

Voltando à questão dos caminhos de desenvolvimento, ocorre que os efeitos deletérios da divisão técnica do trabalho tendem, segundo Smith, a predominar na cidade e nas atividades industriais, predominantes no caminho antinatural. Nesse sentido, “(...) Smith afirma que o trabalhador rural está menos sujeito aos efeitos negativos da divisão técnica do trabalho”. Em geral, o trabalhador do campo precisa ter bastante habilidade “manusear a grande variedade de instrumentos e materiais com que trabalha”, notando também que as “condições instáveis da produção agrícola (...) exigem constantemente muito juízo e discernimento do trabalhador rural, estimulando-os assim em grau muito maior do que nos trabalhadores urbanos, que enfrentam condições de produção ‘que são sempre as mesmas ou quase as mesmas’” (ARRIGHI, 2008, p. 75). Por tudo isso, os trabalhadores do campo também conseguem se adaptar com mais facilidade ao treinamento e às exigências da guerra.

Além desses fatores, Smith aponta que nas cidades a concentração populacional tende a fazer com que predominem o espírito corporativista, o provincianismo, os segredos de produção, os cartéis, etc. No campo, onde população encontra-se mais dispersa, esse tipo de problema é menos frequente. Por essas razões, ligadas no fundo à qualidade do trabalho ou virtudes do trabalhador, Smith teria defendido, com corroboração de Arrighi, que o caminho de desenvolvimento natural seria mais vantajoso que o caminho antinatural.

Outro fator que torna o caminho de desenvolvimento natural de Smith mais atraente refere-se à ineficiência que segundo ele caracteriza as grandes empresas e as

²² Quando a sociedade chega a esse estágio de desenvolvimento, as inovações, que antes poderiam ser realizadas pelos próprios trabalhadores, passam a depender cada vez mais da inventividade dos demais integrantes da sociedade, como capitalistas e cientistas.

sociedades anônimas em geral. Aqui, Smith menciona, por um lado, a “falta de flexibilidade para se adaptar às condições locais” das grandes empresas, em especial as de atuação internacional. Além disso, a ineficiência das S.A.s resulta também do conflito entre a demanda por retornos imediatos dos acionistas e a necessidade de estabelecer horizontes de planejamento mais prolongados para garantir o sucesso da empresa. Dada a ineficiência dessas empresa, normalmente ligadas ao comércio exterior e à indústria, elas só podem continuar funcionando, com poucas exceções, por meio de privilégios concedidos pelo Estado. Arrighi resgatará essa noção adiante para defender as vantagens da produção flexível ligadas à terceirização de várias camadas que caracteriza o desenvolvimento da Ásia oriental em relação às empresas verticalmente integradas que predominam no capitalismo ocidental.

Com base na comparação entre o potencial de criação de riquezas dois caminhos ou trajetórias de desenvolvimento, e levando em conta que ‘o maior objetivo da economia política de todos os países é aumentar as riquezas e o poder desse país’”, logo “o conselho de Smith ao legislador é facilitar (...) [a] convergência espontânea do caminho ‘antinatural’ para o ‘natural’ (...)”(ARRIGHI, 2008, p. 75).

Mas, enquanto o caminho de desenvolvimento natural leva vantagem sobre o caminho antinatural no que diz respeito à expansão da riqueza, o mesmo não pode ser dito em relação à segurança interna e externa da nação, cuja garantia constitui pré-condição de sua existência e a função mais importante de qualquer Estado. A respeito disso, Arrighi coloca que

(...) a promoção do interesse nacional contra ameaças e resistências internas está intimamente relacionada à sua promoção na arena internacional, e Smith nunca deixa dúvidas de que ‘proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outras sociedades independentes’ é ‘o primeiro dever do soberano’ e ‘tem muito mais importância que a opulência’. No interesse da defesa nacional, ele se dispõe, portanto, a apoiar políticas que, em sua opinião, têm efeitos negativos sobre a riqueza da nação”. (ARRIGHI, 2008, p. 78).

Nesse sentido, por exemplo, os Atos de Navegação de 1651, instituídos pela Inglaterra para contrabalançar a influência holandesa no comércio e na política internacionais, embora nascidos de um motivo condenável, a animosidade nacional, constituíram, segundo Smith, num dos mais sábios regulamentos comerciais de todos os tempos. Enfim, Smith “via grande contradição entre a necessidade de defesa nacional e o desenvolvimento econômico nacional”, resultante do fato de que, ao mesmo tempo em que o aumento da riqueza proporcionado pelo desenvolvimento do mercado tende a atrair a cobiça de seus vizinhos mais pobres, o aprofundamento da divisão (técnica) do trabalho tendia a deteriorar as qualidades guerreiras da maior parte da população. A solução de Smith para essa contradição residia no próprio aprofundamento da divisão social do trabalho e crescimento econômico,

que, com o tempo, permitiria uma especialização setorial das próprias atividades militares, possibilitando a instauração de exércitos regulares e a substituição das milícias temporárias.

Smith menciona ainda que apesar das desvantagens em relação ao caminho natural na expansão da riqueza, o desenvolvimento antinatural, baseado na indústria, no comércio exterior e na navegação, tende a estimular a indústria marítima e o setor militar e, conseqüentemente, melhorar posição das nações que trilham essa trajetória de desenvolvimento.

Dados, por um lado, o aumento prodigioso da riqueza propiciados pelo caminho natural, e, por outro, sua falta de estímulo ao pleno desenvolvimento dos setores militares, ligados à defesa contra ameaças externas, as “nações ‘opulentas e civilizadas’ que se desenvolvem no caminho ‘natural’ (...) se expõem à agressão de nações menos ‘opulentas e civilizadas’ que se desenvolvem no caminho ‘antinatural’” (ARRIGHI, 2008, p. 80). Esse ponto é fundamental para Arrighi, pois, como veremos, a decolagem do sistema-mundo capitalista, baseado no caminho antinatural, decorre, em grande medida, de sua capacidade de dominação e incorporação de novas regiões de maneira subordinada por meio da força militar. Assim, a superioridade militar do capitalismo é um dos principais fatores por trás da Grande Divergência entre os caminhos de desenvolvimento ‘antinatural’ capitalista e o ‘natural’ não-capitalista.

Smith, ao contrário de Brenner e de Marx, defendia, teria defendido a ideia de que tanto as sociedades que desenvolvem-se com base no caminho natural quanto aquelas que seguem o caminho antinatural não seriam dotadas de uma propensão ao crescimento econômico interminável. Pelo contrário, num contexto de livre entrada e saída de capitais, a expansão do mercado tenderia a promover a intensificação da competição, provocando a queda da taxa de lucro e levando a nação a um estado estacionário caracterizado por um padrão de vida elevado para a população como um todo.

Ainda conforme Smith, somente quando prevalecessem barreiras à entrada de capitais, isto é, somente num contexto de monopolização ou cartelização, seria possível evitar a queda da taxa de lucro e o estado estacionário. A respeito disso, Arrighi pontua,

(...) [O] nível geral ao qual o lucro se reduz pode ser alto ou baixo, dependendo de mercadores e fabricantes terem condições de restringir a entrada de novos participantes em suas esferas de funcionamento por meio de acordos privados ou de regulamentação governamental. Se eles não têm essas condições, o lucro diminuirá até ser considerado ‘tolerável’ em vista dos riscos envolvidos no emprego do capital no comércio e na produção (...). Seja como for, [para Smith] o processo econômico não gera espontaneamente nenhuma tendência a superar os limites impostos ao crescimento econômico pela queda da taxa de lucro (ARRIGHI, 2008, p. 60-61).

Ao contrário de Smith, Marx defendia a ideia de que os processos inter-relacionados de intensificação da competição e queda da taxa de lucro tenderiam a levar não a um estado estacionário, mas sim à transformação do arcabouço social capitalista. Essa transformação seria levada a cabo por meio de mecanismos como a concentração e a centralização de capitais, a reorganização produtiva, o aumento do exército industrial de reserva, o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, e, por fim, o surgimento de novos e maiores centros de acumulação de capital.

Com base em Marx, Schumpeter também defendeu a ideia de que o capitalismo seria propenso a um constante processo de transformação de seu arcabouço social, descrito pelo processo de destruição criativa. Nesses termos, partindo da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter, seria possível identificar outra diferença fundamental entre os caminhos de desenvolvimento natural e antinatural de Smith,

(...) [O] tipo [natural] ocorre dentro de dado arcabouço social, aproveita o potencial oculto de crescimento econômico desse arcabouço, mas não altera de modo fundamental o arcabouço propriamente dito. Podem ocorrer mudanças fundamentais do arcabouço social capazes de aumentar ou reduzir o potencial de crescimento econômico. Mas elas nascem de processos e ações de natureza não econômica, e não dentro do processo de crescimento econômico (...) o segundo tipo de desenvolvimento econômico com base no mercado tende a destruir o arcabouço social dentro do qual ocorre e a criar condições (não necessariamente concretizadas) para o surgimento de novos arcabouços sociais com potencial de crescimento diferente (ARRIGHI, 2008, p. 56).

Assim, enquanto Smith aborda os dois caminhos de expansão da riqueza levando em conta um arcabouço social determinado, Schumpeter, com base em Marx, nota que “a característica mais importante do desenvolvimento *capitalista* (...) [é] sua tendência a destruir os arcabouços sociais em que ocorre e criar condições para o surgimento de novos arcabouços com maior potencial de crescimento” (ARRIGHI, 2008, p. 84). A identificação da tendência característica da sociedade de mercado capitalista à transformação de seu arcabouço social representa, conforme Arrighi, a principal contribuição das abordagens de Marx e Schumpeter para complementar a descrição do caminho ‘antinatural’ de Smith.

Assim, além do foco no comércio exterior e na indústria, o caminho de desenvolvimento antinatural seria também caracterizado pela revolução constante do arcabouço social que o fundamenta, ou, nos termos de Schumpeter, por um incessante processo de destruição criativa. É a alteração constante do arcabouço social capitalista que permite a esse tipo de sistema-mundo escapar da tendência das sociedades de mercado de seguir uma trajetória em direção a um estado econômico estacionário. A respeito da diferença

entre o caminho de desenvolvimento antinatural capitalista em relação ao caminho natural de mercado (não-capitalista), Arrighi afirma,

Se há alguma coisa especificamente capitalista (...) [no] processo de difusão da Revolução Industrial [pelas fábricas, nações e ao redor do mundo], não é o emprego de mão de obra assalariada em unidades de tamanho cada vez maior. É, isso sim, a autoexpansão do capital que está por trás do processo e abala constantemente qualquer equilíbrio existente entre os ramos de produção em qualquer momento específico (...) (ARRIGHI, 2008, p. 91-92)

Ainda que concorde com Marx, bem como Schumpeter, a respeito da tendência à alteração constante do arcabouço social que caracterizam o capitalismo, Arrighi discorda deles em relação às causas por trás da necessidade de renovação incessante do processo de destruição criativa. Marx, por exemplo, teria defendido a ideia de que a tendência à transformação do arcabouço social capitalista seria resultado da busca incessante pela acumulação de capital.

Assim, ao contrário das sociedades pré-capitalistas com mercado relativamente desenvolvido, onde o objetivo geral das trocas mercantis seria propiciar a reprodução básica da sociedade, o objetivo das sociedades capitalistas estaria associado fundamentalmente à multiplicação incessante do lucro. Marx diferencia associa o primeiro tipo de “sociedade de mercado” à fórmula M-D-M, onde o dinheiro (D) representa apenas um meio de troca para garantir a obtenção das mercadorias (M) necessárias à reprodução social. Já a “sociedade de mercado” capitalista poderia ser resumida pela fórmula D-M-D’, onde a produção e a troca de mercadorias (M) representariam apenas meios para a acumulação de mais capital na forma de dinheiro (D’).

Apesar de concordar em linhas gerais com o impulso do capitalismo à reprodução ampliada, Arrighi posiciona-se de forma relativamente crítica ao argumento de Marx na seguinte passagem,

Marx nunca explica de maneira clara por que os agentes capitalistas buscam o objetivo aparentemente irracional de acumular dinheiro pelo dinheiro. Na verdade, sua frase ‘Acumulai, acumulai! Dizem Moisés e os profetas’ parece ser o reconhecimento de que ele não tem explicação racional para a acumulação de dinheiro como fim em si. No entanto, pouco antes de proferir a frase, ele afirma que ‘o amor pelo poder é um elemento do desejo de ficar rico’ (...) Marx rejeita explicitamente essa redução [que tende a identificar poder de compra e poder] e, embora não nos diga exatamente que tipo e poder o dinheiro confere e como ele se relaciona com outros tipos de poder, toda a sua obra indica que a acumulação ‘infinita’ de dinheiro é a fonte primária de poder da sociedade capitalista (ARRIGHI, 2008, p. 87).

Arrighi concorda com Marx que os agentes capitalistas sejam caracterizados pela busca incessante do lucro, mas acredita que ele não teria conseguido explicar

satisfatoriamente esse impulso. Além disso, apesar de ter tateado o estabelecimento da importante relação entre riqueza e poder, isto é, entre poder econômico e poder político, Marx não teria desenvolvido plenamente a ideia. Esse ponto é talvez o de maior importância para a compreensão das características que diferenciam o capitalismo e seu caminho de desenvolvimento antinatural da sociedade de mercado associada ao caminho natural.

Para Arrighi, a tendência à transformação constante do arcabouço social do sistema capitalista deriva não simplesmente do impulso capitalista à acumulação de poder econômico, mas de sua relação com o impulso dos agentes governamentais do Estado à acumulação de poder político. Em analogia à lógica capitalista do poder, portanto, Arrighi identifica também uma lógica territorialista do poder, que discutimos ao abordar o sistema-mundo capitalista.

Os motivos por trás da acumulação de poder econômico e político seriam, segundo Arrighi, não uma propensão irracional como a descrita pela expressão “acumulai, acumulai, dizem Moisés e os profetas”, mas sim a concorrência econômica e política entre as unidades que compõem o sistema capitalista como um todo. Assim, o motivo fundamental por trás da acumulação de riqueza e poder que impulsionam as transformações do arcabouço social capitalista é, fundamentalmente, a necessidade de fazer face à concorrência através das lutas pelo poder.

A associação entre a busca de riqueza e poder e a transformação do arcabouço social capitalista são resultado da relação entre Estado e capital, que Arrighi considera o traço fundamental do capitalismo, como já vimos ao abordar os ciclos sistêmicos de acumulação. A importância da relação entre Estado e capital de acordo com o próprio Arrighi pode ser atestada pela seguinte citação que o autor faz de uma famosa passagem de Braudel, segundo a qual “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (ARRIGHI, 2008, p. 103).

Já vimos ao abordar a evolução do sistema-mundo capitalista como a relação entre Estado e capital se expressa ao longo das fases de financeirização dos ciclos sistêmicos de acumulação, quando o aumento da demanda estatal por recursos financeiros tende a provocar uma elevação das taxas de juros dos agentes capitalistas ligados às altas finanças. Nesse caso, a dinâmica da dívida pública é usada por Arrighi para explicar a subordinação do Estado aos interesses capitalistas. E como os interesses capitalistas normalmente destoam do interesse geral de cada Estado, mas também, como é possível supor, do interesse geral do sistema, a sujeição do Estado é fundamental para permitir a reprodução social sistêmica de caráter capitalista.

Mas, no contexto de comparação entre os sistemas-mundo capitalista e não-capitalista analisados por Arrighi, o aspecto mais importante da relação entre Estado e capital refere-se à relação entre capitalismo, industrialismo e militarismo.

O capitalismo, nesse caso, refere-se justamente à camada privilegiada da estrutura social ligada às altas finanças e demais setores onde vigoram privilégios e condições monopolistas apoiadas ou até garantidas, explícita ou implicitamente, pelo Estado. O industrialismo, por sua vez, refere-se ao desenvolvimento geral das forças produtivas levado a cabo ao longo da evolução do sistema-mundo capitalista, principalmente durante as fases de expansão material dos ciclos sistêmicos de acumulação. O militarismo, por sua vez, diz respeito especificamente ao aprimoramento da capacidade militar dos Estados que integram o sistema interestatal capitalista.

O grau de desenvolvimento da capacidade militar de cada Estado está intimamente relacionado, por um lado, ao seu poder de financiamento, isto é, à disponibilização de recursos por parte da classe capitalista. Por outro lado, está ligado também ao desenvolvimento geral do setor industrial. Nesse sentido, por exemplo, a prioridade do comércio exterior e das atividades de transporte característicos do caminho de desenvolvimento antinatural estimulam o desenvolvimento da indústria naval em geral, e da marinha de guerra em particular. O desenvolvimento da indústria automobilística e de aviação também propicia, direta ou indiretamente, um grande potencial para o desenvolvimento de veículos de combate e da aeronáutica em geral. A respeito da relação entre industrialismo e militarismo durante o período de hegemonia britânica, por exemplo, Arrighi destaca o

“papel fundamental (...) [da] demanda militar na economia britânica (...), porque possibilitou o aprimoramento dos motores a vapor e inovações muito importantes, como as ferrovias e os navios de aço, numa época e sob condições que simplesmente não existiriam sem o impulso que a guerra deu à produção do ferro. Nesse sentido, a Revolução Industrial nos setores realmente importantes, ou seja, os de bens de capital, foi, em boa parte, subproduto da corrida armamentista europeia” (ARRIGHI, 2008, p. 276).

Mais tarde, essa mesma relação estaria na base da industrialização da guerra, cujas origens remontam a meados do século XVIII, assumindo proporções verdadeiramente colossais durante a primeira metade do século XX, período que compreende as duas grandes guerras mundiais.

O investimento estatal no próprio setor militar, por sua vez, possibilita o desenvolvimento de tecnologias que posteriormente podem ser reaproveitadas para fins civis. Assim, por um lado, o financiamento da dívida pública propicia aos capitalistas ligados às altas finanças a possibilidade de auferir lucros grande parte das vezes maiores do que aqueles

ligados à expansão material, principalmente durante as fases de financeirização. Por outro, os recursos auferidos pelo Estado possibilitam que ele aumente suas probabilidades de sucesso nas lutas pelo poder, seja com o objetivo de manter sua posição no sistema interestatal em *vis-à-vis* seus concorrentes e adversários, seja para possibilitar a conquista forçosa de populações, territórios e mercados.

Ao longo dos vários ciclos sistêmicos de acumulação que caracterizam a evolução do sistema-mundo capitalista, o Estado com maior poder econômico coincidiu durante a maior parte do período com sua posição de liderança enquanto potência militar no interior do sistema interestatal. Assim, ao longo dos ciclos o principal grupo de agentes governamentais e empresariais do sistema interestatal, ligados ao Estado hegemônico, desenvolveram uma espécie de simbiose que conferia a ele vantagens nas lutas pelo poder econômico e político. Além disso, como já notamos, a esfera de influência política do *hegemon* tendeu a se expandir qualitativamente ao longo dos diversos ciclos sistêmicos de acumulação, culminando com a tentativa americana de levar ao limite essa tendência, quando, “na tentativa de conter as forças nacionalistas e comunistas [do Terceiro Mundo, os EUA] dedicaram-se a um projeto de governo mundial sem precedentes no sistema ocidental de Estado” (ARRIGHI, 2008, p. 282), iniciativa que Arrighi acredita ter falhado.

A simbiose entre Estado e capital também verifica-se no plano sistêmico, e corresponde justamente à sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo que distinguem o caminho de desenvolvimento antinatural específico do sistema-mundo capitalista. A respeito dessa relação de retroalimentação, Arrighi deixa claro que

A comercialização da guerra e a incessante corrida armamentista caracterizaram o caminho ocidental de desenvolvimento capitalista desde seus primórdios nas cidades-Estado italianas até sua culminação no fracassado Estado mundial norteamericano. O assim chamado ‘keynesianismo militar’ – prática pela qual os gastos militares promovem a renda dos cidadãos do Estado que pagou a despesa, aumentando assim a receita tributária e a capacidade de financiar novas rodadas de gastos militares –, assim como o capital financeiro e a empresa comercial transnacional, não são novidades do século XX (ARRIGHI, 2008, p. 274).

É fundamentalmente com base na existência da relação entre Estado e capital específica das sociedades ocidentais que Arrighi define a divisão entre os sistema-mundo capitalista e o sistema-mundo oriental, bem como os caminhos natural e antinatural de desenvolvimento característicos de cada um deles. Nesse sentido, o autor deixa explícito que

Nossa tese será que é essa *sequência* de acumulação interminável de capital e poder que, mais que tudo, define o caminho europeu de desenvolvimento como ‘capitalista’; e, inversamente, que a ausência de algo comparável a essa sequência na Ásia oriental pode ser considerada o sinal mais claro de que, antes da Grande

Divergência, o caminho de desenvolvimento da Ásia oriental era tão baseado no mercado quanto o europeu, mas não era portador da dinâmica capitalista (ARRIGHI, 2008, p. 104).

Recapitulando, o sistema-mundo oriental corresponde, segundo Arrighi, a uma sociedade de mercado não-capitalista, cuja evolução segue um padrão de desenvolvimento análogo ao caminho natural smithiano. Ele é definido basicamente por oposição ao sistema-mundo capitalista, caracterizado por um padrão desenvolvimento análogo ao caminho antinatural smithiano.

Apesar de, em geral, ter algumas de suas principais características descritas pela teoria de Smith, Arrighi associa o desenvolvimento capitalista ao padrão de evolução descrito por Marx e Schumpeter, mormente em razão de sua tendência à alteração do arcabouço social que faz parte da estrutura social capitalista. Assim, enquanto Brenner associa o padrão de desenvolvimento smithiano a economias nacionais capitalistas, Arrighi associa o caminho de desenvolvimento capitalista às figuras de Marx e Schumpeter, e o caminho smithiano à evolução do sistema-mundo oriental centrado na China. O entendimento a respeito do significado dos caminhos de desenvolvimento definidos por Arrighi permitem entender o título de seu último grande livro: *Adam Smith em Pequim*. Brenner, por sua vez, associa a evolução chinesa, particularmente da região do Yang-tsé, a um padrão de desenvolvimento malthusiano.

No debate sobre a transição no Ocidente e no Oriente, Arrighi volta sua atenção para a análise e a comparação não de duas regiões ou países distintos, mas de dois sistemas-mundo distintos, o sistema ocidental capitalista e o sistema oriental de mercado não-capitalista. Cada um desses sistemas segue uma trajetória de desenvolvimento diferente em razão de suas características distintas.

Já vimos que os dois principais traços do sistema capitalista de acordo com a abordagem de Arrighi são a relação entre Estado e capital e sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo dela decorrente. Essas características conferem ao sistema-mundo capitalista um caráter belicista, e ajuda a explicar também a prioridade das altas finanças enquanto esfera privilegiada da acumulação de capital, dada sua influência sobre o Estado e seu papel no financiamento da dívida pública.

Juntas, essas características têm como resultado o sequestro ou a do(s) Estado(s) por interesses capitalistas em detrimento do que Arrighi chama de o “interesse nacional” ou do “interesse geral” do sistema.

Outras características do sistema-mundo ocidental de acordo com Arrighi são: i) a existência de um sistema interestatal onde prevalece um equilíbrio de poder relativamente proporcional entre suas diversas unidades, mesmo levando em conta o papel destacado do *hegemon* na garantia da ordem sistêmica; ii) a propensão à implementação de inovações disruptivas por meio da destruição criativa, associada à um arcabouço social em constante renovação também associado à destruição criativa, e que permite que o sistema capitalista consiga evitar a queda da taxa de lucro e a instauração de um estado estacionário; iii) a tendência progressiva à expansão do sistema, por meio da qual novas regiões e formações societais são engolfadas e subsumidas; iv) o favorecimento de atividades intensivas em capital e energia, levando à exploração e alienação do trabalho e à degradação ambiental; v) a degradação do trabalho em razão de sua subordinação em relação ao capital e da prevalência das características associadas à divisão técnica do trabalho

Já o sistema-mundo oriental ou asiático contrasta fortemente com o ocidental. Em primeiro lugar, enquanto o sistema-mundo ocidental é baseado em relações de mercado capitalistas, o sistema oriental, embora também fundamentado em relações de mercado, possui, segundo Arrighi, um caráter não-capitalista, menos voltado para a expansão externa e mais direcionado ao desenvolvimento do mercado interno. Isso decorre da ausência de uma relação entre Estado e capital tão imbricada quanto aquela prevalecente no sistema europeu, além da inexistência de um domínio das altas finanças sobre os processos de acumulação de capital, o Estado, a sociedade e o “interesse nacional”.

A ausência da sinergia expansiva entre capitalismo-industrialismo-militarismo torna o sistema asiático menos belicista, ou ainda, mais pacífico ou “pacifista”. Além disso, o sistema oriental tem como características: i) um sistema de equilíbrio de poder desproporcional, com o Estado chinês assumindo uma centralidade relativamente mais importante que aquela exercida pelo *hegemon* ocidental; ii) um arcabouço social rígido, que praticamente impede inovações disruptivas, mas favorece as pequenas inovações; iii) a priorização do mercado interno e a ausência de uma tendência à expansão do sistema por meio da subsunção de novas regiões; iv) em contraste com o regime capital e energo-intensivo ocidental, um sistema mais centrado no trabalho e na economia de energia; v) isso resulta numa menor exploração das classes ou grupos subordinados, à ausência da tendência à degradação do trabalho, ao estímulo para o desenvolvimento das virtudes do trabalho e a uma menor degradação da natureza.

5.2 HISTÓRIA

5.2.1 A EVOLUÇÃO DO SISTEMA-MUNDO ORIENTAL

Durante o período Song, entre início do XII e final do XIII, as despesas ligadas à guerra e a redução das receitas, resultante da perda do controle da rota da seda e do enfraquecimento dos monopólios estatais, fizeram com que Estado passasse a estimular comércio marítimo oficial e a indústria naval. Paralelamente, perdas militares e territoriais nas fronteiras do norte estimulam migração em massa para o sul, onde se dedicava ao cultivo de arroz intensivo em trabalho e de alta produtividade. O aumento da produtividade propiciou um enorme crescimento populacional, tornando a densidade populacional chinesa maior que a europeia. Além disso, aumento do excedente de alimentos permitiu que os agricultores se dedicassem à diversificação de suas atividades e ao comércio, incentivando a expansão do mercado²³.

Juntos, o comércio marítimo e o cultivo do arroz promovem o desenvolvimento econômico da parte costeira da região sul, baseado nos avanços na tecnologia de navegação, na retomada do controle da rota da seda e no florescimento de cidades que funcionavam como centro do comércio tributário. O período também assiste ao fortalecimento do comércio marítimo privado chinês no sudeste da Ásia, que torna-se ainda mais importante que o comércio tributário oficial como fonte de troca entre a China e a Ásia marítima. Apoio estatal ao comércio marítimo privado e à migração para o sudeste da Ásia entre final do XIII e meados do XIV levaram à formação de redes comerciais ultramarinas na região tão extensas quanto as europeias. Segundo Arrighi, essa tendência, que mais tarde se tornaria típica do desenvolvimento europeu, já estava presente de forma pioneira no sistema interestatal incipiente da Ásia oriental. Aqui é possível perceber a importância das determinações sistêmicas para o desenvolvimento interno chinês.

Ao contrário do sistema europeu, a expansão do comércio na China e ao longo do sistema asiático e migração não levaram à intensificação da competição interestatal pela

²³ Arrighi baseia sua tese sobre o aumento simultâneo da relação homem-terra e da produtividade de alimentos na obra de Pomeranz sobre a Grande Divergência. Como vimos na seção anterior, Brenner critica duramente essa ideia, defendendo que a divergência dos caminhos de desenvolvimento inglês e chinês se iniciam não no século XVIII, como propõe Pomeranz, ou mesmo no século XIX, como defendem Sugihara e Arrighi, mas sim no período de transição do feudalismo para o capitalismo durante o início da Era Moderna.

conquista de novos territórios, dado que, principalmente a partir da dinastia Ming, o governo passa a estimular cada vez mais desenvolvimento interno ao sistema e a limitar o comércio externo, principalmente o comércio intersistêmico. Nesse sentido, a mudança da capital de Nanquim para Pequim com o objetivo de proteger a fronteira estimula o desenvolvimento da região norte. Além disso, afim de assegurar alimentos para a capital e a região norte, dinastia Ming promove a ampliação do sistema de canais do sul para o norte, novamente promovendo o desenvolvimento econômico interno baseado no mercado, agora principalmente nas regiões do baixo Yang-Tsé. Por fim, também é estimulada a cultura do algodão na região norte, levando subsequentemente à especialização do norte na produção de algodão cru e da região do Yang-tsé na manufatura de algodão, estimulando ainda mais o desenvolvimento econômico interno e promovendo a formação de um mercado nacional (ARRIGHI, 2008, p. 330).

A promoção do mercado nacional foi acompanhada de iniciativas no sentido de centralizar controle das receitas do Estado, limitando comércio marítimo privado e a migração chinesa para o sudeste da Ásia. As expedições de Zheng He no início do XV visavam justamente aumentar controle do Estado sobre comércio exterior, promovendo o fortalecimento do comércio tributário entre a corte chinesa e seus Estados aliados, mas custos elevados das viagens e prioridade dada às ameaças fronteiriças fizeram com que o projeto fosse abandonado. Além disso, como já foi notado, o comércio exterior tinha muito menos a acrescentar ao poder e à riqueza chineses do que aos Estados europeus. Ao longo do tempo, governo Ming continuou a promover comércio interno e a restringir cada vez mais o comércio externo, tanto o tributário oficial quanto o privado, e também a indústria naval.

O sistema comercial-tributário centrado na China, ou simplesmente sistema tributário, estabelecia uma relação entre ela e seus aliados a partir de uma via de mão dupla segundo a qual eram oferecidos presentes meramente simbólicos ao Estado chinês, que por sua vez realizava investimentos valiosos nos Estados vassalos. Esta troca, à primeira vista desvantajosa, era na verdade feita de maneira a estabelecer a formação de alianças sólidas entre os Estados vassalos e a China, o que a permitia controlar fluxo de pessoas e mercadorias ao longo de toda sua fronteira.

Ao longo do século XVI, contudo, sucesso na promoção do desenvolvimento econômico interno ancorado no sistema comercial-tributário começa a implicar na deterioração da situação fiscal do governo chinês e no aumento da inflação. Com isso, diminuía progressivamente capacidade da dinastia Ming de manter suas alianças e aumentavam os incentivos dos Estados vassalos de desafiar a autoridade central política e economicamente, seja por meio de guerras e conquistas, seja através do comércio ilegal. E se

as crescentes dificuldades chinesas promoviam o aumento da instabilidade do sistema interestatal, o aumento das pressões sistêmicas, por sua vez, intensificavam ainda mais os problemas internos vividos pelos Ming, seja por meio do agravamento dos problemas na fronteira norte, seja por meio da diminuição da arrecadação estatal decorrente do comércio contrabandista.

O agravamento da instabilidade interna e externa provocou o aumento explosivo dos distúrbios sociais. O governo procurou contornar problemas por meio de uma reforma tributária, com a comutação dos impostos em espécie por um imposto único a ser pago em prata e com a maior liberdade ao comércio marítimo privado de forma a permitir sua taxaço. Durante algum tempo, as reformas são capazes de amenizar a crise, mas guerras contra o Japão e a Manchúria entre o final do século XVI e início do século XVII, além das restrições contra o comércio japonês e queda do fornecimento de prata europeu entre início e meados do XVII provocam o aumento do preço da prata e da tributação sobre o campesinato, fazendo explodir conflitos sociais, culminando com a queda dos Ming em 1644 e o estabelecimento da dinastia Qing.

A Dinastia Qing privilegia ainda mais desenvolvimento interno em detrimento do comércio externo, com pesadas restrições ao comércio marítimo e à indústria naval que levam à perda progressiva da autonomia marítima chinesa outrora tão avançada. A limitação do comércio exterior é acompanhada do esforço de conquista de territórios vizinhos de forma a consolidar e estabilizar as fronteiras do Estado chinês. A anexação de territórios e o sucesso na consolidação das fronteiras acabam aumentando a extensão do mercado nacional e reduzindo os custos de proteção do império, o que por sua vez permitem a redução da tributação sobre a população. A Reforma tributária da dinastia Qing é acompanhada de uma reforma política que diminui a corrupção e a evasão fiscal e aumenta a coleta de informações estatais. Além das reformas tributária e política, é implementada uma reforma agrária para consolidar o poder dos Qing diante dos grandes proprietários e permitir a recuperação de terras de forma a aumentar a base fiscal sem aumentar impostos. Arrighi batiza esse movimento de uma “dupla ‘democratização’ da posse da terra”. (ARRIGHI, 2008, p. 333-334). A democratização da terra, por sua vez, exige grande esforço estatal para expandir e manter o sistema de canais de irrigação.

Além de implementar a expansão do sistema de canais, dinastia Qing também atua de forma a contrabalançar a desigualdade regional e temporal do desenvolvimento econômico interno e estimular expansão do mercado interno. Nesse sentido, do ponto de vista espacial o governo promove a migração interna para regiões menos povoadas, o estímulo à

disseminação de novas formas de cultivo e à especialização artesanal, investimentos em infraestrutura para garantir a subsistência em áreas menos desenvolvidas e políticas tributárias territoriais para favorecer regiões mais pobres. Já do ponto de vista temporal, é feita a introdução de celeiros com o objetivo de contrabalançar a volatilidade do preço no mercado de grãos através do armazenamento do excedente em épocas de abundância e de sua liberação em épocas de escassez. Além disso, o governo atua controlando o fluxo de grãos entre os diversos celeiros para aumentar a eficiência da distribuição. De acordo com Arrighi, o resultado das políticas implementadas pelos membros da dinastia Qing foram “paz, prosperidade e crescimento demográfico notáveis, que fizeram da China, no século XVIII, o exemplo de caminho ‘natural’ para a opulência de Smith (...)” (ARRIGHI, 2008, p. 335). Esta atuação também se encaixa na interpretação de Arrighi sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, estipulando a participação constante do Estado na promoção da expansão do mercado e do interesse nacional.

O sucesso do desenvolvimento chinês resulta num rápido crescimento da produção e da população, gerando uma situação de abundância de trabalho barato e de qualidade, além da predominância de técnicas agrícolas avançadas e de uma boa infraestrutura de transporte, que contribui para a ausência de gargalos na produção. Por outro lado, resulta também em escassez de capital e na ausência de estímulos à inovação, dados tanto o sucesso da estratégia de desenvolvimento quanto o rígido arcabouço institucional por trás dele. Todos estes fatores contribuem para que a China caia numa armadilha de equilíbrio de alto nível, caracterizada pela ausência de estímulos adicionais ao desenvolvimento econômico. Esta situação só teria sido superada no contexto da Revolução Industrial de fins do século XVIII e início do século XIX.

O estímulo incessante à inovação e ao desenvolvimento econômico são característicos do caminho capitalista de desenvolvimento predominante no sistema interestatal europeu, os quais contrastam fortemente com o desenvolvimento de mercado não-capitalista que, segundo Arrighi, faria parte do caminho predominante na China e no sistema interestatal da Ásia oriental. Como já vimos ao tratar da relação indústria-financeiras, para Arrighi o caráter capitalista do desenvolvimento resulta não da existência de instituições capitalistas como o mercado, ou mesmo da conformação da relação capital-trabalho, mas sim da fusão entre Estado e capital, em especial do capital financeiro, sob o domínio do último. Por um lado, a progressiva fusão entre Estado e capital é para Arrighi a principal razão que nos permite caracterizar o desenvolvimento europeu como capitalista (ARRIGHI, 2008, p. 339). Ao mesmo tempo é a ausência deste tipo de fusão “o sinal mais claro de que, no período

Ming e no início do período Qing, o desenvolvimento com base no mercado na Ásia oriental permaneceu não capitalista” (ARRIGHI, 2008, p. 338-339). Além disso, como Arrighi argumenta pela existência de uma ligação intrínseca entre capitalismo, industrialismo e militarismo, este seria o principal motivo que teria permitido a conquista e a inclusão subordinada do sistema da Ásia oriental, incluindo a China, ao sistema interestatal europeu.

De acordo com Arrighi, na China também haviam mercadores de longa distância que controlavam amplas redes de comércio, mas estes não desfrutavam dos mesmos privilégios que os capitalistas europeus, visto que a participação nas diversas atividades econômicas “era muito mais fácil e acessível para os indivíduos de todo o país do que era na Europa. Conseqüentemente, os capitalistas continuaram a ser um grupo social subordinado, sem capacidade de submeter o interesse geral ao interesse de sua própria classe” (ARRIGHI, 2008, p. 338-339). Além disso, dado que a China não teria enfrentado dificuldades financeiras tão grandes quanto as vivenciadas pelos Estados do sistema europeu entre os séculos XVI e XVIII, não houve necessidade de que o Estado recorresse aos agentes capitalistas por excelência – isto é, aos representantes das finanças – para assegurar sua reprodução, assim evitando que o Estado se fundisse e se tornasse refém dos interesses do capital²⁴ (ARRIGHI, 2008, p. 339). A insubordinação do Estado aos interesses capitalistas e o arcabouço social rígido do caminho de desenvolvimento chinês fizeram com que as principais oportunidades para o desenvolvimento capitalista na Ásia oriental se encontrassem fora da China. Estes fatores estiveram por trás da diáspora ultramarina chinesa, “cuja resistência, flexibilidade e importância econômica duradoura têm poucos paralelos na história mundial” (ARRIGHI, 2008, p. 339-340). Ao longo do tempo, os membros da diáspora teriam auferido enormes lucros, fornecendo maiores receitas para os governos locais e enviando remessas para o litoral da China. Como veremos adiante, a diáspora ultramarina chinesa representará um papel importante na retomada da ascensão asiática a partir da Grande Convergência iniciada em meados do século XX. Também nesse ponto, é possível notar em Arrighi um argumento

²⁴ A afirmação de Arrighi de que a China não teria enfrentado uma situação financeira tão grave quanto a vivida pela Europa parece estranha quando comparada à importância que o autor confere aos problemas fiscais e financeiros da China dos Ming enquanto um dos principais fatores por trás do período de enorme agitação social que culmina em sua queda e na ascensão dos Qing. Como o autor não compara as duas situações explicitamente, torna-se difícil precisar se Arrighi teria simplesmente se contradito, ou se, de fato, ele acreditava que a crise financeira que levou ao estreitamento da aliança entre Estado e capital no sistema europeu teria sido *ainda mais* grave que a chinesa. Em todo o caso, o autor não se debruça sobre as razões que permitiram que a China tenha podido evitar a transformação do aparelho do Estado num comitê para o gerenciamento dos negócios dos capitalistas do sistema asiático.

centrado no plano sistêmico, ligado à formação de redes de acumulação ao longo do sistema interestatal asiático.

Para Arrighi, o principal fator por trás do declínio da Ásia oriental a partir de meados do século XIX, durante o período batizado de a Grande Divergência, acompanhado da expansão e ascensão meteórica do sistema europeu, não deveu-se à ausência do ímpeto ao desenvolvimento capitalista em si, como teria defendido Brenner. Pelo contrário, a razão principal para a Grande divergência teria sido a ausência da criação de um ciclo de auto-fortalecimento entre capitalismo, industrialismo e militarismo, que distinguem o caminho europeu. Nesse sentido, o autor destaca a importância do comércio de longa distância para o fortalecimento da indústria naval, ou do desenvolvimento industrial para a industrialização de guerra e a formação de complexos industrial-militares. Mais uma vez, aqui é possível perceber a importância da fusão entre Estado e capital na abordagem de Arrighi, bem como o papel da competição interestatal que está por trás da dinâmica sistêmica. Nas palavras do autor:

Em resumo, a sinergia entre militarismo, industrialismo e capitalismo, típica do caminho europeu de desenvolvimento e que impulsionou a incessante expansão territorial ultramarina, e foi por ela sustentada, estava ausente da Ásia oriental. Em consequência, os Estados dessa região viveram períodos de paz muito mais longos que os Estados europeus, e a China pôde consolidar sua posição de maior economia de mercado do mundo. Contudo, a falta de envolvimento na expansão ultramarina e na corrida armamentista à moda europeia tornou a China e todo o sistema asiático-oriental vulneráveis ao massacre militar das potências europeias em expansão. Quando houve o massacre, a conclusão inevitável foi a incorporação subordinada da Ásia oriental ao sistema europeu globalizante” (ARRIGHI, 2008, p. 342).

Façamos alguns apontamentos sobre essas observações de Arrighi. Em primeiro lugar, é estranho que Arrighi atribua a ausência de um impulso para o desenvolvimento de uma classe capitalista na China justamente à presença de um ambiente geral mais propício para o florescimento geral deste tipo de agente. Certamente, a afirmação de Arrighi está relacionada à crença do autor na ideia de que o capitalismo representa não a esfera da concorrência, mas sim a dos monopólios e demais privilégios, inspirada em suas leituras de Braudel. Nesse sentido, quanto maior a chance de que uma proporção elevada da população possa se engajar em determinado tipo de atividade pautada pela lógica capitalista, logo, menor a possibilidade de que ocorra a formação e a consolidação de uma classe capitalista. Ainda assim, o autor não explica nem o por quê da ausência de um movimento de consolidação de classe na China, nem como essa afirmação se relaciona com a outra ideia defendida por Arrighi, a de que as melhores oportunidades para o desenvolvimento de uma classe capitalista se encontravam fora da China. Também a ideia de que a China não tenha sido submetida aos

interesses do capital financeiro é estranha, já que, como vimos acima, as dificuldades financeiras do Estado foram um dos principais fatores por trás da queda da dinastia Ming e da instauração da dinastia Qing. Além disso, muitas das medidas tomadas a partir de meados do século XVII tinham como objetivo justamente contornar ou evitar os problemas do financiamento do Estado. Feitas essas observações, é possível continuar na reconstituição do argumento arrighiano, tratando mais especificamente do processo de incorporação subordinada do sistema asiático pelo sistema europeu e do processo de hibridação dos caminhos de desenvolvimento que dele resultam.

Para Arrighi, a Incorporação subordinada da Ásia oriental e principalmente da China não se deveram à maior competitividade europeia, já que, com exceção de alguns poucos setores, o capital europeu, além de ser menos competitivo, teve grande dificuldade de penetrar a rígida formação social chinesa. De acordo com ele, foi o poder das armas, e não o poder econômico expresso na superioridade competitiva, o grande fator por trás da sujeição da Ásia oriental ao sistema europeu, liderado pela Grã-Bretanha. Na verdade, devido à chamada Revolução Industrial, ocorrida entre o final do século XVIII e início do século XIX, a China teria sido capaz de manter um nível de desenvolvimento tão ou mais elevado que aquele alcançado pelo líder do sistema europeu, incluindo a Inglaterra durante a primeira fase da Revolução Industrial.

A Revolução Industrial resultou das reformas implementadas entre os séculos XVI e XVIII pelas dinastias Ming e Qing, que tinham como objetivo contornar a crescente restrição de recursos naturais enfrentada pela China, expressa numa elevada relação homem-terra. Essa limitação, em conjunto com o caráter introvertido do caminho de desenvolvimento chinês, resultante de sua superioridade econômica em relação ao Ocidente e da prioridade conferida à segurança interna mediante a defesa das fronteiras, resultou na criação de um arcabouço institucional que estimulava atividades trabalho-intensivas de pequena escala, fortemente baseadas no mercado, e com maior ênfase na flexibilidade do que na especialização, além de ser mais baseada na cooperação do que no talento individual. A importância conferida à flexibilidade não só evitava a deterioração das habilidades da força de trabalho resultante do aprofundamento da divisão técnica do trabalho, como as estimulava, promovendo ainda o “talento gerencial” da classe trabalhadora a partir do nível familiar. Ainda de acordo com Arrighi, o arcabouço institucional baseado em códigos sociais bem estabelecidos diminuía os custos de transação comerciais, bem como os riscos envolvidos nas pequenas inovações. Por fim, ainda que este tipo de arcabouço deixasse pouco espaço para grandes inovações, grandes investimentos em capital fixo ou mesmo para o comércio de longa

distância, ele também permitia desenvolvimento de técnicas trabalho-intensivas e, assim, da melhoria dos padrões de vida da população, mantendo ao mesmo o pleno emprego (ARRIGHI, 2008, p. 48-49). Sobre este ponto, é possível afirmar que, apesar do nobre esforço de Arrighi em buscar combater a visão eurocentrista da história predominante no mundo ocidental até os dias de hoje, bem como as distorções causadas por ela, ele acaba reproduzindo ao elaborar uma abordagem sobre o desenvolvimento da China e do sistema interestatal da Ásia oriental carregada de exotismo. Como veremos adiante, esta visão corrobora a ideia de que, em grande medida, o sucesso da ascensão chinesa deve-se a uma espécie de vantagem cultural secular que teria florescido a partir de um ambiente sistêmico propício, e que está ligada não só à maior qualidade do trabalho oriental em relação a seu custo, como também à suposta sabedoria dos representantes do Estado chinês na escolha de sua estratégia de desenvolvimento.

O elevado nível de desenvolvimento econômico chinês, reforçado pela Revolução Industrial, não é capaz de impedir sua conquista e subordinação ao sistema europeu liderado pela Grã-Bretanha, decorrente de sua superioridade militar. O estopim para a intensificação da dominação asiática são os problemas relacionados ao comércio do ópio. Durante a primeira metade do XIX, Ópio foi praticamente a única mercadoria que os capitalistas do Ocidente conseguiram introduzir com sucesso no mercado da China. O ópio, fabricado na Índia, era importante para europeus, e principalmente para a Inglaterra, porque melhorava sua balança comercial em relação à China e, ao mesmo tempo, permitia a transferências de receitas tributárias da Índia para a Inglaterra, aumentando também a capacidade dos indianos de consumir produtos manufaturados ingleses. Com o fim do monopólio da Companhia das Índias Orientais na China em 1833, a intensificação da concorrência faz com que capitalistas britânicos recorram ao Estado para derrubar crescentes restrições chinesas ao comércio de ópio. Ao abordar a questão do comércio triangular do ópio e seu papel na consolidação da hegemonia inglesa, Arrighi mais uma vez deixa em evidência a importância das determinações sistêmicas e, nesse caso especial, intersistêmicas, como um dos principais fatores por trás da evolução das unidades políticas que os compõem.

Do ponto de vista chinês, o desenvolvimento do comércio do Ópio teve dois efeitos importantes. Em primeiro lugar, ele resulta na expansão das comunidades mercantis chinesas ultramarinas, localizadas nos interstícios do sistema comercial-tributário centrado na China, antes severamente controladas pelos Qing. Além do comércio de ópio, este grupo se dedicaria ainda ao comércio de *coolies*, um tipo específico de mão-de-obra servil, e de transações financeiras ligadas ao reenvio de fundos para a China, fortalecendo mercadores e

idades portuárias como Singapura, Hong Kong, Penang e Macau. Com o tempo, o aumento da riqueza estimulou o crescimento da população no sudeste asiático, aumentando ainda mais oportunidades comerciais e financeiras na região à disposição da classe capitalista (ARRIGHI, 2008, p. 343-344).

Outro efeito do comércio de ópio na China, esse muito mais deletério, diz respeito ao aumento da turbulência interna no país, com a enorme elevação do número de viciados, o grande crescimento da corrupção entre as autoridades chinesas, e a deterioração da balança comercial, comprometendo a situação financeira do Estado chinês. Todos estes fatores contribuíram para o aumento da agitação social. Como resposta, o governo chinês proíbe completamente a comercialização do ópio. Apesar de não ter buscado com esta medida afetar o comércio legal com a Grã-Bretanha, a decisão de destruir contrabando e prender os responsáveis por ele são tomadas como uma afronta pela Inglaterra, que então declara guerra à China.

A partir de então, inicia-se um período de guerras e agitação social crescente que fazem com que a China deixe de ser o centro do sistema interestatal da Ásia oriental, tornando-se um membro cada vez mais subordinado e periférico do sistema capitalista global. Este é o período da chamada Grande Divergência, que dura de meados do século XIX a meados do século XX. No plano interno ao sistema asiático, o declínio chinês também está relacionada às tentativas de incorporação do caminho de desenvolvimento europeu por parte dos dois países centrais do que até então representava o sistema interestatal asiático, a China, e, mais especialmente o Japão. Daí em diante, a concorrência interestatal na região passa a basear-se na capacidade de promover a industrialização e o aprimoramento militar, fazendo com que a “corrida armamentista, havia muito característica do sistema europeu, (...) [fosse] assim ‘internalizada’ pelo sistema asiático-oriental” (ARRIGHI, 2008, p. 347). Até a virada do XIX, quando ocorre guerra sino-japonesa, a industrialização dos dois Estados não foi muito dispar em termos de desenvolvimento econômico. Mas, enquanto a industrialização chinesa deu-se de maneira descentralizada, com base no estímulo das autoridades provinciais, a industrialização levada a cabo pelo governo japonês como parte da restauração Meiji deu-se de maneira centralizada. A vitória do Japão refletiu o maior sucesso dessa estratégia centralizada, baseada na incorporação mais profunda dos elementos de caráter capitalista característicos do sistema europeu por parte do Estado japonês.

O resultado da guerra aprofundou diferenças nas industrializações dos dois Estados. Do ponto de vista chinês, a derrota enfraquece ainda mais a coesão nacional e dá início a meio século de caos político, compreendendo a descentralização política, a queda dos

Qing, as invasões imperialistas japonesas e as guerras civis entre nacionalistas e comunistas. Do ponto de vista do Japão, as investidas perpetradas contra a Ásia oriental, especialmente a China, e a Rússia durante a primeira metade do século XX permitem a conquista de territórios importantes econômica e militarmente e o tornam reconhecido enquanto potência imperialista relevante. Além disso, as indenizações de guerra chinesas estimulam industrialização pesada e adequação do Japão ao padrão-ouro vigente no sistema europeu do qual ele passa a fazer parte, o que melhora suas condições de financiamento e dá um impulso adicional à industrialização e ao imperialismo japonês.

Já na década de 1930, o sucesso da estratégia japonesa faz com que o país se torne a potência dominante da região. A supremacia regional japonesa, contudo, não se mantém, porque, por um lado, o país não mostra-se capaz de competir com capacidade militar ocidental. Por outro lado, Japão também fracassa porque não consegue manter seu domínio sobre a China, que se revolta contra todo tipo de domínio externo, seja por potências ocidentais ou orientais. Com a derrota do Japão Segunda Guerra e a vitória comunista em 1949, a China passa a resistir de maneira ainda mais veemente à hegemonia ocidental, buscando retomar sua centralidade na Ásia Oriental (ARRIGHI, 2008, p. 347-349,).

A mistura das trajetórias de desenvolvimento originadas nos sistemas interestatais ocidental e oriental foi, segundo Arrighi, um processo de mão dupla. Entre o final do século XIX e o início do XX, a Ásia oriental teria incorporado mais características do desenvolvimento capitalista, com consequências desastrosas para todos os Estados da região, principalmente o Japão, que depois da aventura imperialista, sofreu com a subjugação americana, simbolizada tragicamente nos ataques nucleares de Hiroshima e Nagasaki. Já na segunda metade do XX, é o caminho ocidental que converge para o modo de desenvolvimento oriental.

Com a derrota e a ocupação militar do Japão e a divisão da região da Ásia oriental em dois blocos antagônicos – capitalista e comunista – após Guerra da Coreia, cria-se um regime unilateral de caráter militarista onde os EUA passam a exercer enorme influência sobre países aliados da região, limitando a liberdade de ação dos mesmos. O regime americano de influência unilateral na Ásia oriental guardava semelhanças com o regime comercial-tributário chinês, onde predominava o desequilíbrio de poder do Estado central em detrimento dos demais Estados, com sua subordinação política em relação aos Estados Unidos, bem como uma política de alianças mediante a qual os Estados aliados eram agraciados com “presentes” na forma relações comerciais vantajosas em troca de apoio político. Ainda assim, o regime americano diferia bastante do regime comercial-tributário

chinês em outros aspectos, dada a orientação militarista do novo Estado central, bem como o maior estímulo à especialização funcional dos Estados aliados. No caso do Japão, essa política americana permitiu que o país deixasse de lado as atividades militares e direcionasse seus esforços para a expansão econômica, permitindo a realização do processo de *catching up* descrito por Brenner. Outra diferença importante do regime comandado pelos Estados Unidos em relação ao antigo regime chinês foi sua maior instabilidade. Nesse sentido, é possível notar que o regime começa com a exclusão política e econômica da China comunista, mas é logo obrigado a revisar esta posição a partir da derrota americana no Vietnã. Com esta mudança, a integração e expansão econômica regionais aumentam bastante, mas a capacidade dos Estados Unidos de controlá-la diminui na mesma medida (ARRIGHI, 2008, p. 349-351).

A redução da influência americana na região da Ásia oriental é resultado da crise de hegemonia americana, em especial no que diz respeito à explicitação dos limites do militarismo como fonte de controle dos países do Terceiro Mundo. Paralelamente à crise do militarismo americano, a expansão econômica do Japão marca o ressurgimento de relações interestatais mais parecidas com as do sistema originário da Ásia Oriental do que com as do sistema ocidental europeu, onde a centralidade econômica tem mais peso que a força relativa dos complexos industrial-militares. Nas palavras de Arrighi:

Enquanto a derrota dos Estados Unidos no Vietnã desnudava os limites do militarismo industrial como fonte de poder, a influência crescente do Japão na política mundial da década de 1980 mostrava a eficácia cada vez maior da fonte econômica de poder em comparação com a fonte militar” (ARRIGHI, 2008, p. 351).

Assim, não foi o poderio militar japonês, mas sim suas mercadorias e crédito baratos que permitiram a reversão do declínio de poder dos Estados Unidos nos anos 1970. A partir daí, a relação de dependência do Japão em relação aos EUA se transforma numa relação de dependência mútua, onde, se por um lado o Japão continua a depender da proteção militar dos Estados Unidos, estes também passam a depender cada vez mais da economia e das finanças japonesas.

Para Arrighi, o poder econômico do Japão não se baseou em algum grande avanço tecnológico, mas sim num fundamento organizacional. Com a intensificação da concorrência entre empresas multinacionais verticalmente integradas entre os principais Estados do sistema interestatal, crescem as vantagens da terceirização de diversas atividades para empresas menores. Assim, a tendência à integração vertical e à burocratização, que inicialmente foram as razões do sucesso americano durante o exercício de sua hegemonia, passam a ser superadas pela tendência à rede informal e à inclusão subordinada de pequenas empresas. Essa tendência

foi geral no sistema mundial, mas obteve mais sucesso na Ásia oriental, inicialmente no Japão, mas, a partir dos 1970, transbordando para número crescente de Estados da região. A razão para o maior sucesso da Ásia oriental no aproveitamento das vantagens da tendência para a terceirização resultam das características do arcabouço institucional e da trajetória de desenvolvimento que fazem parte da evolução do sistema interestatal da Ásia oriental centrado na China. Estas características incluem a existência de trabalhadores qualificados, flexíveis e de baixo custo e que trabalham de maneira colaborativa, além de um tipo de produção que economiza capital e energia. Como veremos, estas características serão reforçadas durante o governo de Mao, abrindo caminho para as reformas iniciadas por Deng Xiaoping a partir do final da década de 1970.

Com o passar do tempo, a política de aliança estratégica entre Estados Unidos e Japão torna-se cada vez mais desfavorável a este último, em parte como resultado do próprio sucesso japonês em realizar seu processo de *catching up*, em parte devido à transformação dos Estados Unidos de Estado hegemônico em dominador, com a tentativa cada vez maior de extrair recursos de seus aliados, no caso do Japão com a exigência de concessões comerciais, da valorização do iene a partir do Acordo Plaza, das restrições voluntárias à exportação e a cobrança direta por proteção, como no caso da Guerra do Golfo. Além destes aspectos, a crescente influência econômica dos chineses ultramarinos também tendia a limitar a capacidade do Japão de liderar o processo de integração e expansão econômica da Ásia oriental. Segundo Arrighi, à semelhança do Japão, os Estados Unidos também se engajam na realização de investimentos diretos na Ásia oriental e da implantação de “sistemas de terceirização em estruturas organizacionais de integração frouxa” (ARRIGHI, 2008, p. 353), como é emblemático na substituição da GM pelo Wal-Mart como símbolo da principal empresa americana²⁵. O principal beneficiário das consolidação das redes de terceirização na competição intercapitalista mundial, contudo, não foi nem o Japão, nem os Estados Unidos, mas sim membros da “diáspora capitalista ultramarina chinesa” (ARRIGHI, 2008, p. 353-354).

A diáspora ultramarina chinesa, que floresceu nos interstícios do sistema comercial-tributário centrado na China, teve sua principal oportunidade de crescimento a partir da incorporação subordinada da Ásia oriental pelo sistema centrado na Grã-Bretanha. No início do XX, esses elementos utilizaram seu poder econômico para apoiar a queda do império e o Kuomintang, como forma de permitir o aumento de sua influência na China. A

²⁵ De acordo com Arrighi, a terceirização do tipo implementado Wal-Mart já era característica de empresas chinesas desde o início do XX, e até hoje são formas predominantes de empresas em Taiwan e Hong-Kong, o que pode ser visto como mais um sinal de convergência do caminho ocidental para o caminho oriental.

tentativa, no entanto, fracassa devido ao crescente caos político, à ocupação japonesa e à derrota do Kuomintang pelo Partido Comunista Chinês em 1949. A vitória comunista estimula nova rodada da diáspora para o sudeste da Ásia e os Estados Unidos. Com a Guerra da Coreia, ocorre um reavivamento do fluxo de comércio da Ásia oriental e aumentam as oportunidades para capitalistas chineses ultramarinos na região, sendo importante também a entrada de empresas multinacionais buscando a formação de *joint ventures*. Durante a prevalência do regime de influência unilateral americano, o papel dos chineses ultramarinos enquanto intermediários entre a China e os outros membros da Ásia oriental é sufocado pelas restrições impostas ao comércio com a China. Além disso, a prevalência de ideologias nacionalistas e outras pautadas no desenvolvimento nacional durante os anos 1950 e 1960 também impedem uma maior expansão do capital ultramarino chinês. Ainda assim, segundo Arrighi as “redes comerciais ultramarinas chinesas conseguiram consolidar o controle das elites dominantes sobre a maioria das economias da região” (ARRIGHI, 2008, p. 354).

O capital ultramarino chinês se beneficia da expansão do sistema japonês de terceirização em várias camadas a partir da década de 1970 e da demanda crescente de capitalistas americanos por parceiros comerciais na região. Com o aumento da concorrência intercapitalista por trabalho de baixo custo e alta qualidade na Ásia oriental, os chineses ultramarinos transformam-se numa das principais redes capitalistas da região, superando as redes de multinacionais americanas e japonesas em vários aspectos. É com a reintegração da China ao comércio regional e global, contudo, após a derrota americana no Vietnã e o processo de abertura ao comércio e investimento externos iniciados por Deng Xiaoping, que chegam ao ponto máximo as oportunidades disponíveis para capitalistas ultramarinos chineses. São esses acontecimentos que proporcionam a fase nova do renascimento da Ásia oriental, simbolizada pela volta da China ao centro da economia *regional*. (ARRIGHI, 2008, p. 355).

Segundo Arrighi, foi justamente o capital propiciado pelos capitalistas chineses ultramarinos o elemento catalizador da relação entre o capital estrangeiro, o capital interno chinês fornecedor de mão-de-obra e o Estado chinês que estiveram por trás da expansão econômica chinesa a partir das reformas. A posição privilegiada do capital ultramarino chinês deveu-se aos seus vínculos comunitários e de parentesco, sua maior proximidade e conhecimento da cultura chinesa, e do tratamento preferencial a eles dispensado pelo partido comunista chinês. Todos esses fatores permitiam que os capitalistas ultramarinos chineses lidassem melhor com o arcabouço institucional chinês e conseguissem realizar seus negócios com mais facilidade. Em relação ao capital estrangeiro, cabe destacar que sua decisão de

promover investimentos na China resultou, de acordo com Arrighi, não simplesmente da existência de mão-de-obra barata, mas de seu elevado retorno em termos de custo-benefício, dada a qualidade do trabalho chinês, bem como da existência de um ambiente institucional propício aos negócios. Em todo caso, o capital estrangeiro foi sempre um coadjuvante do capital ultramarino chinês no processo de expansão comercial. Nesse sentido, mesmo a partir dos anos 1990, quando a expansão chinesa se acelera, os investimentos realizados pelos Estados Unidos, Europa e Japão apenas seguiram a liderança dos chineses ultramarinos. Finalmente, Arrighi pontua que o desenvolvimento chinês foi baseado principalmente no mercado interno, e que o crescimento das exportações foi um fenômeno tardio.

Depois de tratar da importância dos chineses ultramarinos, Arrighi se dedica a analisar o processo de mudanças institucionais que acompanharam a expansão econômica chinesa. Um dos traços das reformas institucionais chinesas foi a implementação da desregulamentação e da privatização. Estas, contudo, foram realizadas de maneira gradual e seletiva, e não à maneira das “políticas de choque” aplicadas aos antigos integrantes do bloco soviético. Além disso, o traço principal das reformas não foi a privatização das empresas estatais, mas o estímulo à concorrência, que contrapunha tanto empresas nacionais privadas, quanto empresas semiprivadas e comunitárias, além de empresas estrangeiras. O incentivo ao aumento da concorrência esteve associado à diminuição da participação do Estado no emprego e na produção, mas isso não significa que o Estado tenha deixado de atuar na promoção do desenvolvimento econômico. Pelo contrário, a atuação estatal mostrou-se essencial no investimento em novos setores de produção, nas inversões em educação e infraestrutura, e no incentivo às zonas de processamento de exportação (ZPEs). Por todos esses motivos, Arrighi discorda da ideia de Harvey de que desenvolvimento chinês tenha apresentado um caráter neoliberal.

Outro ponto fundamental na argumentação de Arrighi é que, segundo ele, é no mínimo problemático caracterizar as reformas chinesas como um processo de transição para o capitalismo. Para entender o porquê dessa afirmação, é preciso lembrar o significado que Arrighi confere à palavra. Como vimos nos capítulos anteriores, para Arrighi o capitalismo é caracterizado pela fusão entre Estado e capital, sob a dominância do último. A influência sobre o Estado permite que os capitalistas que a exercem desfrutem de vantagens não acessíveis aos demais agentes do mercado. Assim, Arrighi opõe a esfera do mercado propriamente dito, onde predomina a concorrência, à esfera do capitalismo, onde predominam os privilégios e os monopólios. Assim, segundo o autor, como o Estado chinês teria não só privilegiado o estímulo à concorrência em detrimento da privatização, mas também atuado na

promoção da competição entre os mais diversos tipos de capital, o desenvolvimento chinês teria assumido um caráter de mercado, mas não-capitalista. O Estado teve condições de implementar essas medidas justamente porque não teria se tornado refém dos interesses capitalistas, como no Ocidente, mas sim atuado na promoção do interesse nacional, o que teria levado o lucro dos “capitalistas” chineses ao mínimo tolerável (ARRIGHI, 2007, p. 364-365). Investigemos agora mais detidamente as origens imediatas da ascensão chinesa recente.

As origens do desenvolvimento chinês estão associadas à trajetória de desenvolvimento característica do sistema asiático descrito por Arrighi, baseada nas práticas defendidas por Chen Hongmou durante o período Qinq, e condizente com a teoria elaborada por Smith em *A riqueza das nações*. O próprio Deng Xiaoping teria adotado uma abordagem pragmática compatível com as ideias de Smith e as propostas de Hongmou. Segundo Arrighi, contudo, as reformas iniciadas na segunda metade da década de 1970 só puderam ser realizadas em razão do legado positivo deixado por Mao Tsé-tung, que compreende a implementação da reforma agrária, além de avanços na expectativa de vida, na alfabetização e no nível básico de bem-estar da população. O governo de Mao também destacou como prioridade a busca do pleno emprego, a segurança alimentar, o acesso das crianças a escolas de boa qualidade e o acesso da população à saúde básica e ao que Arrighi chama de “planejamento familiar” (ARRIGHI, 2008, p. 374-375).

Com a ascensão da ala reformista do PCC, foi possível que Xiaoping e seus aliados se aproveitassem do legado positivo deixado por Mao, associado à Revolução Chinesa, e ao mesmo tempo trabalhassem para transformar seus aspectos negativos, em grande medida decorrentes da Revolução Cultural. As reformas implementadas por Xiaoping permitiram a ocorrência de vários processos de acumulação por espoliação característicos da trajetória de desenvolvimento do sistema capitalista, como reconhece Arrighi ao dizer que a “apropriação de propriedades públicas, o desvio de verbas e a venda de direitos de uso da terra tornaram-se o ponto de partida de fortunas imensas” (ARRIGHI, 2008, p. 374). Ainda assim, Arrighi se mostra cético em relação ao surgimento de uma classe capitalista, e do aumento de sua influência sobre o Estado, nos moldes do sistema capitalista ocidental. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que a ascensão chinesa esteve associada não só à acumulação por espoliação, mas principalmente ao que ele chama de acumulação sem espoliação, e que refere-se principalmente ao legado positivo de Mao, mas também, de uma maneira geral, ao reforço dos aspectos característicos da trajetória de desenvolvimento do sistema oriental. Aqui, Arrighi chama a atenção para “a instrução, a disposição de aprender e a disciplina da mão de obra chinesa, inclusive dos migrantes rurais”, que impressiona os

observadores ocidentais e japoneses (ARRIGHI, 2008, p. 374). Essas características, como vimos, estão intimamente ligadas ao arcabouço social rígido do sistema oriental, desenvolvido ao longo dos períodos Ming e Qing, voltado para atividades trabalho-intensivas, de pequena escala, e que privilegiam a flexibilidade e a cooperação no processo de trabalho.

A Revolução Chinesa teve duas principais características de acordo com Arrighi. A primeira foi a conjugação entre a importância das lideranças que compunham o partido de vanguarda e a ideia de que o partido deveria não só ensinar as massas, mas também aprender com elas. Em outras palavras, uma tentativa de conciliação entre os aspectos verticais e horizontais do movimento solidário às causas da classe trabalhadora chinesa. Essa característica, ainda segundo Arrighi, tem suas raízes na tradição mais antiga característica do sistema asiático segundo a qual as autoridades governam melhor quando levam em conta os interesses do povo local (ARRIGHI, 2008, p. 378). O outro aspecto importante da revolução foi a priorização, por parte do Partido Comunista Chinês, dos trabalhadores do campo em relação ao proletariado urbano. Uma das razões para isso diz respeito ao fato de que os trabalhadores urbanos encontravam-se concentrados nas regiões litorâneas do país, onde provou-se mais difícil desafiar o *status quo* vigente até a consolidação da revolução. Essas duas características diferenciais do regime chinês em relação aos demais casos de implementação de regimes socialistas em outros países compõem o que Arrighi chama de seu aspecto modernista.

Os dois traços principais da Revolução Chinesa ajudam a explicar porque o socialismo real chinês, ao contrário da União Soviética de Stálin, tendeu a incentivar o campesinato, ao invés de reprimi-lo. Ajudam a explicar também porque a trajetória de desenvolvimento chinesa pode combinar os aspectos positivos da Revolução Industrial, de caráter fundamentalmente urbano, com a Revolução Industrial, de base rural. Por fim, ajudam a entender por que as reformas de Xiaoping iniciaram-se pela agricultura, e porque continuaram no sentido de expandir o acesso à saúde, educação e previdência das regiões rurais. Segundo Arrighi, a “Revolução Cultural consolidou as bases rurais da Revolução Chinesa e lançou os alicerces para o sucesso das reformas econômicas” (ARRIGHI, 2008, p. 379). Por outro lado, ela prejudicou fortemente a camada de intelectuais e autoridades urbanas, e chegou mesmo a ameaçar os componentes modernistas da tradição revolucionária. Com as reformas, esses aspectos da Revolução Chinesa foram retomados, embora de maneira instável.

As principais reformas apontadas por Arrighi implementadas a partir da ascensão de Xiaoping foram a transferência do controle da produção e distribuição agrícolas das comunas para as famílias por meio do Sistema de Responsabilidade Familiar; a elevação dos

preços dos produtos agrícolas, estimulando a produção, a melhoria da produtividade, e o aumento dos lucros, estimulando com o tempo o investimento em atividades não-agrícolas; a eliminação gradual das restrições à mobilidade do trabalho e ao comércio agrícola, e, por fim; as mudanças relacionadas às Empresas de Aldeias e Municípios (EAM), cujo crescimento representou um dos traços mais importantes do período.

A expansão das EAMs é resultado de outras duas reformas: a descentralização fiscal e os esforços de localização das instâncias decisórias da política chinesa, com o crescimento da importância do desenvolvimento local como base para a avaliação dos quadros do governo. Arrighi afirma que

“(…) as EAMs tornaram-se a fonte primária de reorientação das energias empresariais dos quadros do partido e das autoridades do governo para os objetivos desenvolvimentistas. Sendo financeiramente autossuficientes em sua maioria, elas também se tornaram os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo em mão de obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais” (ARRIGHI, 2008, p. 367).

Ao lado do desenvolvimento agrícola, a implementação das EAMs estimulam o crescimento explosivo do envolvimento dos trabalhadores do campo em atividades não agrícolas. As características das reformas chinesas, associadas à expansão agrícola e às EAMs, estão intimamente relacionadas aos traços fundamentais da trajetória de desenvolvimento do sistema-mundo asiático, como a flexibilidade do trabalho, o uso intensivo de mão-de-obra nas atividades industriais, e a prioridade conferida ao mercado interno e à agricultura em relação ao mercado internacional, em linha com o caminho natural de desenvolvimento de Smith. É curioso notar que, embora Arrighi defina o capitalismo em grande medida a partir da relação entre Estado e capital, e não obstante o reconhecimento do autor da indissociabilidade entre os quadros do partido e os quadros empresariais, que direcionam suas energias para o desenvolvimento econômico local através das EAMs, o autor continua a defender a ideia de que o sistema asiático tenha um caráter não-capitalista.

O sucesso das EAMs foi, segundo Arrighi, extraordinário, tendo desempenhado um “papel fundamental na ascensão econômica chinesa, assim como as empresas com integração vertical e administração burocrática na ascensão norte-americana um século atrás” (ARRIGHI, 2008, p. 368). Novamente, aqui é possível perceber outra comparação entre o sistema capitalista, que culminou no desenvolvimento de grandes empresas monopolistas, e o sistema chinês, baseado na pulverização de empresas de menor porte de caráter concorrencial. De acordo com Arrighi, as principais contribuições das EAMs para o sucesso das reformas foram: a absorção de mão-de-obra excedente do campo e a redução das pressões migratórias

internas devido ao caráter trabalho-intensivo das atividades das empresas; o estímulo à competição resultante do caráter pouco regulado das EAMs, pressionando todos os demais tipos de empresas da economia, sejam elas estatais ou urbanas, a aumentar seu desempenho; o aumento da arrecadação tributária rural, diminuindo a pressão fiscal sobre os trabalhadores do campo, e, por fim; a expansão do mercado interno através dos reinvestimentos dos lucros das EAMs, estimulando “novas rodadas de investimento, criação de empregos e divisão de trabalho” (ARRIGHI, 2008, p. 369).

As principais vantagens das EAMs, segundo Arrighi, foram o reinvestimento nos circuitos locais e expansão dos recursos para escolas clínicas e outras formas de consumo coletivo, além do fato de que a expansão industrial não foi acompanhada da desapropriação dos camponeses e da concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. Arrighi chega a destacar que, em algumas EAMs, “os moradores podiam ganhar a vida combinando o cultivo intensivo em lotes minúsculos com o trabalho na indústria e em outras atividades não agrícolas” (ARRIGHI, 2008, p. 369). A ausência da desapropriação permitiu que a acumulação industrial pudesse prescindir de grande parte dos custos associados à reprodução da força de trabalho, possibilitando novamente o aumento dos investimentos.

São os motivos apontados acima aqueles que permitem que Arrighi defenda a ideia de que o desenvolvimento centrado nas características do antigo sistema asiático tenha se baseado numa acumulação sem desapropriação. Assim, ao contrário do sistema capitalista, onde a continuidade dos processos de acumulação primitiva, batizada por Harvey de acumulação por espoliação, assume, principalmente nos períodos de crise, um papel primordial, no sistema asiático prevalece a acumulação sem espoliação. Ainda sobre os processos de acumulação primitiva ou acumulação por espoliação, Arrighi defende que a separação entre os produtores diretos e os meios de produção seja mais uma consequência do que uma pré-condição para a instauração do sistema capitalista, chamando atenção ainda para a importância primordial da força militar como base para a expansão dos processos de acumulação de capital. Como vimos ao longo do trabalho, esse aspecto está diretamente ligado à relação entre Estado e capital, a principal pré-condição do sistema capitalista de acordo com Arrighi, e à sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo. Acontece que a continuidade desse processo interminável de expansão, que atinge o paroxismo com a tentativa dos Estados Unidos da criação de um Estado mundial durante no decorrer do longo século XX, acaba sendo frustrada com a crise de hegemonia, levando “tão somente” à criação de um mercado mundial, onde “a região dotada do maior suprimento de mão de obra barata e de alta qualidade leva vantagem competitiva decisiva” (ARRIGHI, 2008, p. 370). Aqui ganham

destaque novamente as características diferenciadas dos trabalhadores do antigo sistema asiático. Esses aspectos assumem, ao longo da Grande Convergência, a forma da combinação do cultivo intensivo de minúsculos lotes de terra com atividades industriais e não-agrícolas, como no caso das EAMs; a elevada qualidade da mão-de-obra chinesa, tanto no nível do chão-de-fábrica, quanto nas categorias superiores, além de seu baixo custo; a capacidade de “autogerenciamento” da força de trabalho, reduzindo os custos administrativos, e, por fim; as políticas educacionais do governo chinês, os quais

“dotaram a China de um reservatório de recursos humanos que, ao lado da enorme oferta de operários alfabetizados e industriais, inclui um suprimento de engenheiros, cientistas e técnicos em rápida expansão. Essa oferta em expansão de trabalhadores do conhecimento facilita não só a substituição de máquinas e de administradores caros por mão-de-obra instruída e barata, como também, como defendia Smith, o aprimoramento da divisão social do trabalho para produção e inovações com uso intensivo de conhecimento” (ARRIGHI, 2008, p. 372).

Juntos, o trabalho, o capital ultramarino e o Estado independente de interesses particulares, característicos do antigo sistema asiático, correspondem os principais fatores por trás da ascensão chinesa iniciada a partir da Grande Convergência, que, de acordo com o autor, resulta, em grande medida, do resgate das características do antigo sistema-mundo oriental, bem como do afastamento das características mais nefastas do desenvolvimento capitalista. Essas observações históricas bastam para nossos objetivos. Tratemos agora

6 A TRANSIÇÃO REVISITADA

Tanto no debate da transição quanto no debate sobre o longo declínio do século XX, Brenner parte da noção de que as diversas regiões ou blocos de capital caracterizados por relações sociais de propriedade capitalistas de um tipo ou de outro tenham seu padrão de desenvolvimento determinado pela extração econômica de excedente. Em outras palavras, a separação entre produtor direto e meios de produção e subsistência e a dependência dos agentes em relação ao mercado conformam um ambiente onde prevalece não a coação política característica dos modos de produção pré-capitalistas, e sim a extração de mais-valia relativa por meios econômicos, conjugada ao desenvolvimento das forças produtivas.

No capitalismo, conforme Brenner, predomina o padrão de desenvolvimento smithiano, onde a necessidade de fazer face à concorrência e a busca por lucros levam os agentes capitalistas a promover o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho de forma a obter um excedente econômico a partir do trabalho realizado pelos produtores diretos: a mais-valia relativa.

A teoria de Brenner resume-se, portanto, às trocas de equivalentes cuja equalização é garantida através do funcionamento dos incentivos e imperativos do mercado. Por isso, o autor não admite em suas observações teóricas a ideia de que seus blocos capitalistas possam se amparar em outros mecanismos onde predomina a extração de excedente pela força.

Essa dicotomização realizada por Brenner, em razão da clivagem entre os padrões de desenvolvimento malthusiano e smithiano com o objetivo de combater as versões a-históricas da transição, acaba por gerar uma tendência a ignorar os processos históricos concretos nos quais a acumulação capitalista se baseou ao longo de sua evolução, mesmo quando considera-se apenas as relações sociais estabelecidas a nível nacional. Nesse sentido, a tentativa de combater as versões a-históricas da transição levam Brenner a produzir um arcabouço igualmente a-histórico, que não admite, por exemplo, a conjugação de formas distintas de extração de excedentes ou, nos termos do autor, o entrelaçamento entre padrões de desenvolvimento distintos.

Um dos exemplos que podem ser dados para problematizar a posição de Brenner refere-se ao próprio imperialismo. Como vimos em Arrighi, ao longo do fim do século XIX, a acumulação de capital em escala global e a intensificação da concorrência acabaram por gerar uma situação de sobreacumulação de capital e crise que só pode ser resolvida por meio da

intensificação da relação entre Estado e capital, os quais engajaram-se com cada vez mais ferocidade na luta pela conquista de terras, populações e mercados ainda não sujeitos diretamente à influência do capital, permitindo, se não a solução, ao menos o arrefecimento da crise de lucratividade ocorrida durante o período.

No limite, a crise de lucratividade e a intensificação da concorrência econômica e política foram responsáveis pelas catástrofes da primeira parte do século XX, incluindo as guerras mundiais, o nazi-fascismo, o stalinismo, as sangrentas lutas de libertação nacional nas antigas colônias capitalistas, especialmente na Ásia e na África, etc. Logo, o chamado longo declínio do século XIX não resolveu os problemas, mas deslocou suas contradições no tempo e permitiu ainda a ocorrência de uma *belle époque* no principal centro de acumulação de poder político e econômico da época, a Inglaterra. A partir da teoria econômica de Brenner, contudo, bem como de suas noções sobre o desenvolvimento smithiano e malthusiano, é impossível apreender toda a complexidade desse e de outros períodos históricos, seja a nível mundial, seja a nível nacional.

Em suas observações históricas, contudo, Brenner consegue se afastar dos limites estreitos impostos por sua própria teoria e abordar questões ligadas ao funcionamento do capitalismo não resumidas aos mecanismos de extração de mais-valia relativa, desenvolvimento das forças produtivas e crescimento econômico sustentado de caráter smithiano.

No que diz respeito às relações de classe, particularmente as relações verticais entre capital e trabalho, a teoria de Brenner produz também resultados problemáticos. Em relação à dicotomização entre os padrões de desenvolvimento e as formas de extração de excedente, ela tende a limitar o escopo de avaliação das formas de exploração da classe trabalhadora. Assim, em grande medida as estratégias e formas de resistência dos grupos subordinados são praticamente identificados com a busca por melhores salários e condições de trabalho em geral. Isso implica não somente ignorar as formas de expressão da dominação capitalista ocorridas em outras arenas da vida, como aquelas ligadas aos conflitos urbanos e ambientais, mas também as demais lutas dos movimentos sociais de base, como os conflitos envolvendo as questões identitárias e os aspectos criminais e prisionais da segurança pública.

A adoção das unidades de análise representadas pelos blocos de capital nacionais também são problemáticas, já que tendem a ignorar a influência de fatores externos, como o poder transnacional do capital, e mesmo as iniciativas associadas à tendência ao internacionalismo da classe trabalhadora, demonstrados, por exemplo, nas manifestações das

décadas de 1990 e 2000 contra os desmandos de instituições multilaterais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial.

Esse tipo de perspectiva costuma também deixar em branco a análise dos problemas relacionados à divisão de classes entre centro e periferia, ou Norte e Sul globais. Nesse sentido, a perspectiva dos blocos de capital nacionais ignora completamente os debates sobre a camada da classe trabalhadora que Lenin batizou de aristocracia operária. Ignora também as alianças tácitas ou explícitas muitas vezes formadas entre as classes capitalista e trabalhadora dos países centrais, que unem-se na exploração da periferia como um todo.

A abordagem de Brenner dá também pouca atenção às formas de cooptação e de coerção aplicadas pelos agentes capitalistas das classes dominantes do centro em relação aos agentes capitalistas da periferia, cuja dinâmica envolve uma clássica *carrot or stick situation*. As tendências e contratendências ligadas à transnacionalização ou nacionalização do capital e do trabalho estão, nesse sentido, ligadas ao debate sobre a possibilidade da formação de uma aliança nacional de classes com o objetivo de promover o desenvolvimento. Por subestimar os aspectos ligados à transnacionalização, a teoria de Brenner tende à conclusão de que esse tipo de aliança seja um dos únicos caminhos para a instauração de um padrão de desenvolvimento smithiano de sucesso.

Por fim, o foco economicista de Brenner e sua análise exclusiva dos blocos de capital avançados deixa de lado questões que envolvem um dos seus principais temas de estudo: a transição entre modos de produção. A partir de *O boom e a bolha* e *A economia da turbulência global*, por exemplo, não é possível antever nenhuma solução estrutural para o problema da divisão de classes que caracteriza o capitalismo a nível global. Brenner, portanto, não aborda em nenhum momento as discussões, fundamentais no âmbito da teoria marxista, sobre a revolução social, nem mesmo sobre reformas profundas. O debate *Reforma x Revolução*, desse modo, essencial ao longo do período iniciado no fim do longo declínio do século XIX descrito por Arrighi, é simplesmente deixado de lado, e sua versão contemporânea é regamente ignorada.

Em resumo, grande parte dos problemas relacionados à análise de Brenner são resultado de seu foco em unidades de análise e padrões de desenvolvimento nacionais, e na dicotomização levada a cabo pelo autor entre as formas de extração de excedentes características dos diferentes modos de produção.

Essas questões estão intimamente ligadas ao papel do caráter internacional do sistema capitalista e às formas predominantemente políticas de extração do excedente. Arrighi critica essa posição de Brenner, por exemplo, fazendo uso da noção de acumulação por

espoliação de Harvey. A acumulação por espoliação está intimamente ligada às diferenças entre Brenner e os adeptos da abordagem dos sistemas-mundo, como Wallerstein e Arrighi, a respeito do papel reiterado da acumulação primitiva na reprodução e na reestruturação do sistema capitalista a nível global. Antes de passarmos à abordagem de Arrighi, vejamos rapidamente como Harvey define a questão da acumulação por espoliação, intimamente ligada à relação Estado-capital de Arrighi e, conseqüentemente, à sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo.

6.1 A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO EM HARVEY

Em seu livro *O novo imperialismo*, Harvey subscreve em linhas gerais a tese de Brenner sobre a crise de lucratividade como causa do longo declínio do século XX de Brenner, como ele deixa claro ao afirmar “(...) proponho-me a aceitar as provas empíricas oferecidas por Brenner, que vê um problema crônico e persistente de sobreacumulação presente no capitalismo como um todo desde a década de 1970” (HARVEY, 2005, p. 93).

Harvey mostra como as dificuldades para dar continuidade à reprodução ampliada de capital estimulam diversas tentativas de solução para o problema da crise, relacionadas não somente à extração econômica do excedente, como em, Brenner, mas também a outros artifícios. Mais particularmente, Harvey defende a ideia de que o sistema capitalista global sempre exige a presença de recursos externos a ele que possam ser mobilizados para permitir a continuidade do processo de acumulação, principalmente durante os períodos de turbulência econômica sistêmica, como aquelas representadas pelo fim das fases de expansão material dos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi. De passagem, é preciso notar que a noção de sistema capitalista de Harvey, que ele também identifica como um modo de produção, aproxima-se mais da unidade de análise sistêmica de Arrighi do que às unidades de análise nacionais de Brenner, baseadas nas relações sociais de propriedade de cada região.

Os recursos externos necessários ao capital para tentar contornar a crise podem ser obtidos de duas maneiras. Uma delas se dá através da interação do modo de produção capitalista com modos de produção não-capitalistas ou entre setores onde prevalecem relações capitalistas de produção com outros que se encontram fora do circuito de acumulação do capital. Esse tipo de abordagem também aproxima-se mais da análise de Arrighi que daquela

de Brenner, dado que pode ser interpretada, por exemplo, como uma expressão das relações entre Norte e Sul global, isto é, entre centro e periferia.

Harvey define a acumulação por espoliação como o conjunto dos diversos mecanismos de exploração de recursos externos ao âmbito das relações capitalistas de produção por parte do sistema capitalista, particularmente quanto baseados na “atividade predatória e fraudulenta e na violência” (HARVEY, 2005, p. 120).

Em situações prolongadas de crise de lucratividade, e na ausência da possibilidade de reformas internas que permitam o reordenamento da estrutura de propriedade vigente, o capital recorre frequentemente à exploração de ativos de baixo custo como terras e matérias-primas alheios a seu modo de produção. A aquisição deste tipo de ativo permite amenizar ou resolver momentaneamente o problema da sobreacumulação, sendo em grande medida levadas a cabo por meio da relação entre Estado e capital, como defenderia Arrighi.

A acumulação por espoliação é um processo que guarda uma íntima relação com a chamada acumulação primitiva de capital. É por meio do processo de acumulação primitiva que consolida-se o modo de produção capitalista enquanto tal. Ela pode ser definida como o longo e violento “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 1996, p. 340). Entre os diversos mecanismos que constituem a acumulação primitiva, podem ser citados

“(…) a mercadorização e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadorização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva” (HARVEY, 2005, p. 121).

Todos estes eventos foram escritos na história da humanidade “com traços de sangue e fogo” (MARX, 1996, p. 341). Mas o processo de acumulação primitiva não envolve apenas a expropriação com base na coerção, mas também o aliciamento daqueles que são por ela afetados. Por isso, pode-se dizer que “a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão” (HARVEY, 2005, p. 122). A abordagem da acumulação primitiva de Harvey, dado seu caráter sistêmico, aproxima-se nesse sentido mais das visões de Wallerstein e Arrighi do que na visão de Brenner, que praticamente a restringe ao processo interno de criação dos

mercados de terra e trabalho na Inglaterra, isto é, ao estabelecimento de suas pré-condições para o estabelecimento de relações sociais de propriedade capitalistas.

A principal diferença entre os processos de acumulação primitiva e acumulação por espoliação é que, se o primeiro constitui a pré-história do capital e ao *surgimento* do modo de produção enquanto um sistema capitalista de alcance global, o segundo diz respeito à continuidade desses processos de pilhagem, fraude e violência resultantes do *funcionamento* ao longo das fases seguintes do desenvolvimento capitalista. Nesse ponto, aparece a diferença fundamental entre, por um lado, as abordagens de Harvey, e com ele Arrighi, e, por outro, Brenner. Pois, enquanto os dois primeiros consideram as formas de extração extra-econômicas do excedente como um recurso ao qual o sistema ou modo de produção capitalista global recorre ao longo de toda a sua história, Brenner exclui teoricamente a atribuição de qualquer papel importante a esses mecanismos nas variantes do modo de produção capitalista, fundadas de forma praticamente exclusiva na extração econômica com o objetivo de apropriação de mais-valia relativa.

A única diferença entre Harvey e Arrighi nesse ponto refere-se ao fato de que o primeiro atribui à acumulação por espoliação um papel primordial principalmente durante os períodos de crise, conferindo maior importância à extração econômica de Brenner durante os períodos onde predomina a acumulação e a reprodução ampliada do capital. Enquanto isso, Arrighi praticamente identifica o sistema-mundo capitalista com a acumulação por espoliação, por meio de sua ligação com a relação entre Estado e capital e, conseqüentemente com a sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo. Assim, como Arrighi define o surgimento e o funcionamento do capitalismo como um sistema baseado na busca de acumulação no contexto das lutas pelo poder no plano econômico e político, logo a acumulação por espoliação, intimamente ligada à extração extra-econômica do excedente, torna-se a forma mais importante de exploração desse sistema em detrimento da apropriação de mais-valia relativa.

A respeito da relação entre a acumulação primitiva e a acumulação por espoliação, é possível afirmar que “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (HARVEY, 2005, p. 121).

Para além das formas concretas presentes desde sua origem, as diversas das formas de espoliação inicialmente ligadas à acumulação primitiva muitas vezes sofreram ao longo da evolução do sistema capitalista transformações e/ou foram aprimoradas, dando origem a novas variantes de extração extra-econômica do excedente. Assim, por exemplo, o

desenvolvimento do capital financeiro de finais do século XIX e início do século XX representou uma evolução em relação às formas iniciais de espoliação ligadas ao sistema de crédito. Da mesma maneira, as inovações financeiras disponibilizaram novas ferramentas a serviço da especulação e da extorsão, como no caso da intensificação da dependência dos agentes em relação ao mercado por conta do espraiamento das relações financeiras e das dívidas privadas dos trabalhadores e países periféricos. Como principal elemento deste novo desdobramento encontram-se os ataques especulativos realizados por fundos de derivativos e outras instituições financeiras de grande porte. Mas também podem ser citados outros exemplos importantes, como

“Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos da dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo” (HARVEY, 2005, p. 123).

Além dos mecanismos antigos e daqueles desenvolvidos por transformação a partir da acumulação primitiva, a acumulação por espoliação conta ainda com formas inteiramente novas de apropriação de recursos. Uma delas se dá por meio da privatização e exploração de recursos da fauna, da flora e do conhecimento de comunidades tradicionais por grandes empresas. O patenteamento e o licenciamento de material genético e do plasma de sementes são exemplos deste tipo específico de acumulação por espoliação, que assume sua forma mais extrema por meio da biopirataria. Dentre as contradições mais nefastas deste tipo de mecanismo encontra-se o colossal desenvolvimento das forças produtivas simultaneamente à privação do acesso à saúde por grandes parcelas da população em decorrência do preço de medicamentos patenteados.

Todas as formas de acumulação por espoliação dependem necessariamente, em maior ou menor medida, da atuação do Estado para serem estabelecidas. É por meio dele, “com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade” (HARVEY, 2005, p. 121), que é delimitado e defendido o arcabouço institucional que dá suporte às diversas formas da acumulação por espoliação. Através poder do Estado, é possível levar a cabo a expropriação de recursos comuns na forma de bens materiais e simbólicos que está na essência dos processos de espoliação. Fazem parte deste tipo de expediente, por exemplo, “a regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação (...)”

(HARVEY, 2005, p. 123). Aqui, percebe-se a importância conferida por Harvey à definição do arcabouço onde ocorre a extração de excedentes no âmbito das comunidades políticas restritas à esfera nacional. Ocorre, contudo, que Harvey também confere importância à atuação internacional de alguns Estados, particularmente, no decorrer do longo declínio do século XX, do hegemônio representado pelos Estados Unidos. Assim, Harvey destaca o enorme poder da influência americana não só sobre órgãos como o FMI e a OMC, por exemplo, mas também sobre organismos como a OTAN, isto é, ao aparato institucional de defesa dos países centrais. Assim, Harvey incorpora as visões de Brenner e Arrighi nesse ponto, aproximando-se mais uma vez, contudo, mais do último que do primeiro.

Definida em linhas gerais a acumulação por espoliação, podemos nos perguntar como ela se liga ao problema da crise de lucratividade, isto é, aos problemas inter-relacionados da sobreacumulação, sobrecapacidade e sobreprodução? A resposta é dada pelo próprio Harvey na seguinte passagem

“A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2005, p. 124).

A crise crônica do capital identificada por Brenner e Arrighi e iniciada entre meados dos anos 1960 e início dos anos 1970 teria sido, assim, o ponto de partida para o fortalecimento da forma de acumulação baseada na espoliação. A partir daí, o regime de acumulação primariamente baseado nos mecanismos econômicos da reprodução ampliada prevalecente no pós-Segunda Guerra Mundial dá lugar progressivamente aos mecanismos políticos e econômicos ligados à acumulação por espoliação. Em sua narrativa histórica, Brenner aproxima-se dessa visão, mas suas observações teóricas não permitem que o autor apoie explicitamente esse argumento. Arrighi, por outro lado, concorda plenamente com Harvey de que a crise do sistema capitalista a nível global está ligada à intensificação da concorrência econômica e política e à expansão da acumulação por espoliação que o caracteriza, principalmente através dos mecanismos da financeirização.

Faz parte desta transformação, segundo Harvey, o fortalecimento e difusão do projeto neoliberal a partir de meados dos anos 1970 e início dos anos 1980. No fulcro deste projeto encontra-se a iniciativa da privatização, seja de recursos provenientes de regiões ainda não completamente inseridas no modo de produção capitalista, seja de setores de sociedades capitalistas anteriormente fora da esfera de influência do capital, como no caso da habitação

social, das telecomunicações, do transporte e da água na Inglaterra de Thatcher, por exemplo (HARVEY, 2005, p. 124).

Além da privatização de recursos externos, o projeto neoliberal está associado também à criação e à recriação ativa destes recursos, como no caso da dinâmica associada à superpopulação relativa e ao exército industrial de reserva. Uma das maneiras de fazê-lo consistiu na formação de uma grande ofensiva do capital contra o trabalho, já notada por Arrighi ao tratar das relações verticais capital-trabalho. A outra ocorre por meio da depreciação seletiva de ativos de capital. Neste sentido, como observa Harvey,

“As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista (...). O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares” (HARVEY, 2005, p. 125).

Nesse caso, Harvey está se referindo à possibilidade de exportação das crises localizadas do sistema capitalista entre suas diversas regiões. Nesse caso, o autor tem em mente principalmente a relação por meio da qual as regiões centrais são capazes de fazer com que as regiões periféricas assumam a maior parte dos custos gerados pelo funcionamento do sistema capitalista a nível global. A possibilidade de exportação das crises, ou da aplicação de mecanismos que permitem a desvalorização seletiva dos ativos do sistema são rechaçadas pela teoria de Brenner. Provavelmente, o autor as iria associar, corretamente, diga-se de passagem, aos processos de transferência de excedentes e das trocas desiguais que ele aborda em sua crítica a Wallerstein. O próprio Harvey admite que a acumulação por espoliação envolva esses mecanismos, mas não explica satisfatoriamente como eles funcionariam, nem como esses processos relacionam-se com a teoria do valor e a questão da tendência à equalização das taxas de lucro a nível global. Ainda assim, como o próprio Brenner reconhece em sua narrativa histórica, esses processos fizeram-se cada vez mais presentes em todas as regiões do capitalismo global desde o início do longo declínio do século XX.

As principais instituições por meio das quais são promovidos os episódios de desvalorização responsáveis por amenizar os problemas da crise do capital nas regiões mais desenvolvidas são, como já pontuamos, órgãos como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Assim, encontramos outra semelhança entre os trabalhos de Arrighi e Harvey, já que os atores responsáveis pela

promoção das desvalorizações seletivas e aqueles obrigados a sofrer suas consequências são formados pelo Norte e o Sul globais, respectivamente. Além disso, é justamente devido à prerrogativa da hegemonia que a principal potência mundial, os Estados Unidos, mostra-se capaz de indicar seus aliados às principais posições destas organizações, bem como direcionar seus rumos.

Mas a capacidade de orquestração da localização dos processos de desvalorização de ativos por parte dos países centrais do sistema capitalista acarreta riscos, seja para o *hegemon*, seja para as demais potências ou os integrantes do sistema como um todo. Estes riscos materializam-se, por exemplo, quando as autoridades dos países do Sul negam-se a seguir integral ou parcialmente o receituário recomendado pelos países do Norte e pelas instituições por eles dominadas.

Para evitar que as crises localizadas saiam do controle e se generalizem, é necessária a atuação tanto do *hegemon* e demais Estados do Norte, quanto das instituições multilaterais responsáveis pela supervisão dos fluxos internacionais de mercadorias, capital e, em alguma medida, trabalho. Nestes casos, torna-se frequentemente necessária a utilização de uma mistura de coerção e consentimento para convencer ou obrigar os países mais afetados pela crise a se conformarem com a situação, ou a encontrarem eles próprios uma maneira de transferir suas consequências para além de suas fronteiras. Novamente, o destaque do papel do hegemon e a divisão do sistema capitalista entre regiões centrais e periféricas aproximam Harvey e Arrighi, e os afastam de Brenner.

Depois de mostrar como a crise do capital se liga à acumulação por espoliação, Harvey procura desvendar como esta forma particular e violenta de acumulação “se torna a forma dominante de acumulação com relação à reprodução expandida” (HARVEY, 2005, p. 127). De acordo com ele, a resposta depende de como e quando a crise de do capital se abate sobre cada região, bem como da natureza interna ou externa dos fatores ligados a ela e a suas tentativas de solução.

Os estímulos internos normalmente resultam de iniciativas de empreendedores e Estados particulares no sentido de se integrarem ao sistema capitalista, como é o caso da China, descrito com por Harvey na seguinte passagem

Bem mais recentemente, a virada para o capitalismo orquestrada pelo Estado na China envolveu sucessivas ondas de acumulação primitiva. Empresas estaduais e ‘municipais’ até então bem sucedidas na cercanias de Xangai (que fornecia peças e componentes para grandes indústrias da área metropolitana) ultimamente foram forçadas a fechar ou a ser privatizadas, acabando com obrigações de bem-estar social e de pagamento de aposentadorias e criando um grande reservatório de trabalhadores desempregados ou de situação econômica ruim (...). Embora os relatos

permaneçam esquemáticos, o resultado parece ter sido muito sofrimento social localizado e episódios de luta de classes acirrada, e às vezes violenta, em áreas assoladas por este processo (HARVEY, 2005, p. 127-128).

No caso dos estímulos externos, podem ser citadas as cláusulas de reformas estruturais que os governos dos países do Norte global, como os Estados Unidos, impõem aos países pobres do Sul como condição para a concessão de ajuda externa. Estas cláusulas normalmente se alinham com os princípios que embasam o projeto neoliberal, que, como vimos, estão intimamente ligados aos mecanismos da acumulação por espoliação. Os estímulos externos e internos para a consolidação da acumulação por espoliação podem ainda se combinar, como é o caso mais comum. Assim, por exemplo, além das iniciativas internas, a criação da OMC foi importante como um estímulo externo para o estabelecimento de práticas ligadas à acumulação primitiva e por espoliação. Seja qual for o caso, contudo, o certo é que, nas palavras de Harvey,

“A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. Mas a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e as formas capitalistas de comportamento de mercado também teve sua função, o mesmo ocorrendo com as acumulações primitivas de países (como a Coreia do Sul, Taiwan e, agora, de maneira ainda mais dramática, a China) que procuraram inserir-se no capitalismo global como participantes ativos” (HARVEY, 2005, p. 129).

A análise de Harvey sobre o papel da acumulação por espoliação nos Estados orientais do leste asiático é o ponto fundamental de ruptura entre sua análise e a de Arrighi. Assim, enquanto Harvey insiste na importância desse tipo de mecanismo como fundamento para a ascensão econômica da China em termos de sua participação na produção mundial, Arrighi, por sua vez, associa o caminho de desenvolvimento dos países pertencentes ao antigo sistema-mundo asiático à acumulação sem espoliação. Essa diferença associa-se a outro ponto de divergência entre Harvey e Arrighi, sobre o qual Brenner tem pouco a dizer em seus trabalhos por nós analisados, e que refere-se ao caráter das reformas chinesas lideradas por Xiaoping, que Harvey classifica de neoliberais, ainda que de forma *sui generis*, e que Arrighi quase chega ao ponto de chamar de socialistas, minimizando as diferenças entre as iniciativas colocadas em prática por Mao e aquelas levadas a cabo por seu sucessor. Vejamos agora como Arrighi aborda o tipo de desenvolvimento característico do sistema-mundo oriental, particularmente no que se refere a sua forma de extração de excedentes e de acumulação.

6.2 A ACUMULAÇÃO SEM ESPOLIAÇÃO EM ARRIGHI

Arrighi concorda em linhas gerais com o argumento de Harvey a respeito da acumulação por espoliação no capitalismo. Tanto um quanto o outro consideram os mecanismos a ela associados como uma forma de extração de excedentes reiteradamente utilizada ao longo da evolução do capitalismo. No entanto, enquanto Harvey associa o aumento da importância da acumulação por espoliação com os períodos de crise do capitalismo, Arrighi considera essa forma de extração primordialmente política do excedente como a característica central do padrão de desenvolvimento capitalista.

A importância conferida à acumulação por espoliação em Arrighi deriva do papel central atribuído pelo autor à relação entre Estado e capital. Nesse sentido, a acumulação por espoliação é um dos principais mecanismos que permite não só a reprodução do sistema-mundo capitalista, mas também sua expansão ao longo do tempo.

A acumulação por espoliação também está intimamente ligada à relação entre capitalismo, industrialismo e militarismo, já que, por um lado, serve de motivação ao estreitamento da relação entre esses três elementos e, por outro, os alimenta conforme avança a conquista de territórios, populações e mercados. A respeito da acumulação por espoliação, Arrighi afirma,

A forma mais persistente e fundamental de acumulação primitiva – ou, como Harvey rebatizou o processo, *de* acumulação por desapropriação – foi o uso da força militar dos Estados ocidentais para oferecer à acumulação interminável de poder e capital ajustes espaciais de escala e alcance cada vez maiores (ARRIGHI, 2008, p. 370).

Além de colocar a acumulação por desapropriação ou espoliação no centro de sua definição sobre o sistema-mundo capitalista, Arrighi insinua que a importância desse recurso de acumulação ganha importância com o avanço do capitalismo, afirmando que a “separação entre produtores agrícolas e meios de produção foi mais uma consequência da destruição criativa do capitalismo do que uma de suas pré-condições” (ARRIGHI, 2008, p. 370). Aqui, Arrighi posiciona-se de forma diametralmente oposta a Brenner, para quem as formas extra-econômicas de extração do excedente são completamente marginalizadas a partir da instauração do capitalismo numa determinada região ou Estado.

Com base no argumento de Harvey, Arrighi não só eleva a acumulação por espoliação à condição de elemento fundamental do padrão de desenvolvimento capitalista, mas também, agora contra Harvey, identifica o padrão de desenvolvimento chinês a partir das

Reformas de Xiaoping com uma “acumulação sem desapropriação” (ARRIGHI, 2008, p. 366-372).

As Reformas de Xiaoping, iniciadas no fim da década de 1970, seguiram, segundo Arrighi, uma trajetória mais próxima do caminho de desenvolvimento natural de Smith, isto é, de uma sociedade de mercado não-capitalista, do que o caminho característico do sistema-mundo capitalista, descrito como marxiano ou schumpeteriano. Nesse sentido, as primeiras áreas onde foram aplicadas mudanças significativas referem-se à agricultura e ao mercado interno.

Em relação à agricultura, Arrighi destaca a progressiva dissolução do controle das comunas sobre as decisões a respeito dos excedentes da produção no campo, transferindo-o para as famílias através do Sistema de Responsabilidade familiar, instaurado entre 1973 e 1983. As Reformas também levaram ao aumento dos preços dos produtos agrícolas, estimulando aumentos bastante expressivos da produtividade no campo. As reformas também estiveram associadas a restrições à mobilidade dos trabalhadores do campo, conjugada ao afrouxamento dos regulamentos que restringiam o comércio ao nível local. Por fim, a principal mudança relacionada ao campo de acordo com Arrighi foi o desenvolvimento das Empresas das Aldeias e Municípios (EAMs), para as quais os trabalhadores do campo puderam se dirigir para obter trabalho principalmente a partir de meados dos anos 1980.

O surgimento e o sucesso das EAMs esteve intimamente associado a outras duas mudanças: o aumento da autonomia dos governos locais, principalmente por meio da descentralização fiscal; o aumento do peso dos resultados econômicos na avaliação dos quadros do partido. A respeito desse novo tipo de empresa, Arrighi coloca

Assim, as EAMs tornaram-se a fonte primária da reorientação das energias empresariais dos quadros do partido e das autoridades do governo para os objetivos desenvolvimentistas. Sendo financeiramente autossuficientes em sua maioria, elas também se tornaram os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão de obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais (ARRIGHI, 2008, p. 367).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o governo continua avançando no processo de modificação e regulamentação das EAMs. Nesse sentido, com o tempo elas vão sendo definidas como propriedade coletiva dos habitantes da aldeia, com a nomeação dos responsáveis por sua administração, contudo, atribuída aos governos locais. Uma das características da EAMs destacadas por Arrighi diz respeito à regra que obriga o reinvestimento de pelo menos metade dos lucros auferidos pela a empresa, a ser destinado

seja ao aumento da produção, seja a programas de assistência social ou incentivos, mas também, em alguns casos, a projetos de infra-estrutura ou outros de natureza distinta.

A respeito do *status* da propriedade das EAMs ao longo do tempo, isto é, de sua tendência à coletivização ou à privatização, Arrighi afirma,

No fim da década de 1990, houve tentativas de transformar os direitos de propriedade vagamente definidos em algum tipo de propriedade por ações ou puramente privada. Contudo, foi inviável impor todos os regulamentos, inclusive os que determinavam a alocação dos lucros, de modo que as EAMs passaram a se caracterizar por tamanha variedade de organização e de prática local que sua categorização se tornou extremamente difícil (ARRIGHI, 2008, p. 368)

Aqui, Arrighi esquia-se de uma questão que está no centro de seu debate com Brenner a respeito das pré-condições e das características para o surgimento e a evolução do capitalismo. Nesse sentido, a privatização da propriedade representa um dos principais elementos da separação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, cujo outro lado da moeda é exatamente a possibilidade de surgimento do capital enquanto propriedade privada completamente alienável. Portanto, ao definir o significado e o alcance das tentativas de mudança do regime de propriedade das EAMs, Arrighi deixa no ar um dos principais elementos que permitiriam identificar o caráter do padrão de desenvolvimento chinês ou oriental, que segundo ele assume uma feição não-capitalista.

A respeito do sucesso das EAMs, Arrighi afirma que elas “podem ter desempenhado papel fundamental na ascensão econômica chinesa, assim como as empresas com integração vertical e administração burocrática na ascensão norte-americana um século atrás” (ARRIGHI, 2008, p. 369). O autor lista quatro elementos associados ao sucesso das EAMs considerados particularmente importantes.

O primeiro deles diz respeito à priorização das atividades intensivas em trabalho, as quais contribuíram para o aumento do nível de emprego e a desaceleração dos fluxos de migração para as áreas urbanas. O segundo refere-se à desregulamentação das EAMs, responsável pelo aumento do nível geral da competição em todos os setores, impulsionando o aumento da eficiência dos demais tipos de empresas e da economia em geral. Em terceiro lugar, o crescimento econômico gerado pelas EAMs contribuiu para aumentar a arrecadação tributária, diminuindo a necessidade de obter recursos através de impostos sobre os camponeses, o que permite dizer que elas “contribuíram, assim, para a estabilidade social” (ARRIGHI, 2008, p. 368-369). Por fim, Arrighi menciona novamente a necessidade de investimento dos lucros, a qual teria promovido uma dinamização do mercado interno e

possibilitado “novas rodadas de investimento, criação de empregos e divisão do trabalho” (ARRIGHI, 2008, p. 369).

Ainda retomando as características em geral positivas do caminho de desenvolvimento chinês, Arrighi agora concentra-se, entre outras coisas, aos aspectos desse tipo de trajetória relacionados à divisão do trabalho. Mais particularmente, o autor retoma o argumento sobre a prioridade da divisão social do trabalho no caminho oriental, e do predomínio da diversificação, em detrimento da especialização, ao nível das unidades produtivas, colocando que

Boa parte do crescimento econômico chinês pode ser (...) atribuído à contribuição das EAMs para (...) a redistribuição do lucro industrial nos circuitos locais e para o seu uso em escolas, clínicas e outras formas de consumo coletivo. Além disso nas EAMs em que há distribuição de terras relativamente igualitária entre as famílias (...) os moradores podiam ganhar a vida combinando o cultivo intensivo em lotes minúsculos com o trabalho na indústria e em outras atividades não agrícolas (ARRIGHI, 2008, p. 369).

A conjunção entre implantação e o fortalecimento das EAMs com os demais aspectos das reformas fizeram delas, segundo Arrighi, um tremendo sucesso. A importância das EAMs é abordada por Arrighi na seguinte passagem

o crescimento explosivo da força de trabalho rural envolvida em atividades não agrícolas: de 28 milhões de pessoas em 1978 para 176 milhões em 2003, tendo grande parte desse aumento ocorrido nas EAMs. Entre 1980 e 2004, as EAMs criaram quatro vezes mais empregos do que se perdeu em emprego público e urbano coletivo. (...) [E]ntre 1995 e 2001 (...) as EAMs ainda empregavam duas vezes mais trabalhadores do que todas as empresas urbanas estrangeiras, privadas e de propriedade conjunta somadas (ARRIGHI, 2008, p. 367).

Assim, enquanto o caminho de desenvolvimento antinatural seria caracterizado pela enorme importância da acumulação por espoliação ao longo de toda a evolução do sistema-mundo capitalista, a acumulação sem espoliação estaria intimamente ligada às características do antigo sistema-mundo oriental. A razão principal para o declínio do desenvolvimento capitalista materializado na crise de hegemonia dos EUA, e a simultânea ascensão econômica chinesa, tendências ligadas à chamada Grande Convergência, está intimamente ligada às formas de acumulação características de cada um desses dois elementos,

[Assim], as tentativas dos Estados Unidos de provocar o maior de todos os ajustes espaciais, transformando-se em Estado mundial, saíram pela culatra. Em vez de criar um Estado mundial, eles criaram um mercado mundial de volume e de densidade sem precedentes, no qual a região dotada do maior suprimento de mão de obra barata e de alta qualidade leva vantagem competitiva decisiva. Não é por acaso histórico que essa região é a Ásia oriental, herdeira da tradição de economia de mercado que, mais que todas as outras, mobilizou recursos humanos, ao invés de

não humanos, e protegeu, ao invés de destruir, a independência econômica e o bem-estar dos produtores agrícolas (ARRIGHI, 2008, p. 370).

As vantagens chinesas que têm impulsionado a Grande Convergência estão intimamente ligadas a um resgate do caminho de desenvolvimento natural do sistema-mundo oriental que listamos anteriormente. E talvez a característica à qual Arrighi dá mais atenção seja aquela ligada às virtudes do trabalho chinês.

O custo baixo do trabalho chinês não é o único fator responsável pela atração de capital para a região. Segundo Arrighi, tão ou mais importante que esse custo é a qualidade do trabalho realizado por eles. O autor aborda esse ponto na seguinte passagem,

Na verdade, em geral a principal vantagem competitiva da China não é que os operários custem 5% do que custam seus colegas norte-americanos, mas que os engenheiros e os gerentes de fábrica custem 35% ou menos. Do mesmo modo, as estatísticas que mostram que os operários norte-americanos que trabalham em fábricas com uso intensivo de capital são muito mais produtivos que seus colegas chineses ignoram o fato de que a produtividade mais elevada dos operários norte-americanos se deve à substituição de muitos deles por sistemas complexos de automação flexível e manejo de materiais, o que reduz o custo da mão de obra, mas aumenta o custo do capital e dos sistemas de apoio. Ao economizar capital e ao dar destaque maior ao papel da mão de obra, as fábricas chinesas invertem esse processo. O projeto das partes que serão fabricadas, manuseadas e montadas manualmente, por exemplo, reduz em até um terço o capital total necessário (ARRIGHI, 2008, p. 371).

Além do trabalho barato e produtivo em todos os degraus da hierarquia da produção, outro fator que diferencia os trabalhadores chineses é seu caráter bem comportado e disciplinado, isto é, com o que Arrighi chama de uma “força de trabalho autogerenciada”, onde “dependendo do trabalho, é possível ver 15 gerentes para 5 mil operários, sinal de que eles gerenciam incrivelmente bem a si mesmos” (ARRIGHI, 2008, p. 372).

Por fim, Arrighi nota como o aumento substancial e progressivo dos investimentos do governo chinês em educação, pesquisa e desenvolvimento têm contribuído para acentuar ainda mais as virtudes do trabalho chinês, pontuando que o grande número de operários “alfabetizados e industriais” tem sido acompanhado por um crescimento cada vez maior do “suprimento de engenheiros, cientistas e técnicos” (ARRIGHI, 2008, p. 372).

As qualidades do trabalho chinês estão intimamente ligadas à priorização da divisão social do trabalho que caracterizam o caminho de desenvolvimento natural smithiano. Assim, enquanto nas empresas capitalistas predomina a especialização e, com ela, o aprofundamento da degradação do trabalho, nas unidades produtivas chinesas predomina a diversificação técnica e o caráter polivalente dos trabalhadores, fomentando o que podemos chamar de sua pró-atividade e industriabilidade. Numa passagem tomada de Sugihara, Arrighi deixa clara a associação entre as qualidades do trabalho chinês que é tido como um dos

principais responsáveis por tornar possível a Grande Convergência, e as virtudes milenares forjadas ao longo da evolução do sistema-mundo oriental,

preferia-se a capacidade de realizar bem várias tarefas à especialização numa tarefa específica, e encorajava-se o desejo de cooperar com outros membros da família em vez de se promover o talento individual. Acima de tudo, era importante que cada membro da família tentasse se encaixar no padrão de trabalho da fazenda, reagisse de modo flexível às necessidades extraordinárias ou de emergência, se solidarizasse com os problemas relacionados ao gerenciamento da produção e previsse os possíveis problemas. O talento gerencial, com certa base geral de habilidade técnica, era capacidade estimulada ativamente no nível familiar (ARRIGHI, 2008, p. 48-49).

Arrighi corrobora em grande medida o argumento de Sugihara, cujo surgimento esse último associa à Revolução Industrial, contemporânea na Revolução Industrial e que teria permitido que o nível de desenvolvimento chinês acompanhasse o nível europeu ou inglês até praticamente meados do século XIX, ou, pelo menos, até o início da Primeira Guerra do Ópio. A única divergência de Arrighi nesse ponto refere-se ao fato de que essas qualidades não teriam se consolidado somente por volta do período da Revolução Industrial, mas sim desde o surgimento do sistema-mundo oriental, cujos primórdios remontam aos períodos Song e Ming.

Para Arrighi, a Revolução Industrial, bem como as reformas de Mao no século seguinte e as reformas de Xiaoping logo em seguida, teriam, em grande medida, apenas resgatado e reforçado algumas dessas características já latentes do padrão de desenvolvimento natural smithiano nascido vários séculos antes.

Em outra passagem, Arrighi complementa as observações de Sugihara, associando-as às demais características do caminho de desenvolvimento oriental, acrescentando que,

Além disso, desde que os camponeses da Ásia oriental seguissem os códigos sociais, o custo por transação comercial era pequeno e o risco envolvido nas inovações técnicas era relativamente baixo. Embora o arcabouço institucional da Ásia-oriental deixasse pouco espaço para as grande *inovações* e para o investimento em capital fixo no comércio de longa distância, oferecia oportunidades excelentes para o desenvolvimento das tecnologias de uso intensivo de mão de obra, o que contribuiu de modo inegável para a melhoria das condições de vida, uma vez que mantinha em pleno emprego todos os membros da unidade doméstica. A diferença entre esse tipo de desenvolvimento e o desenvolvimento pelo caminho ocidental “era que [o primeiro] mobilizava recursos humanos em vez de não humanos” (ARRIGHI, 2008, p. 49).

Essas características estariam intimamente associadas ao sistema de produção flexível em pequenas unidades associado ao regime de terceirização em várias camadas que prevalece na China e em demais regiões do antigo sistema-oriental asiático.

Ao longo do livro, ao opor os caminhos de desenvolvimento oriental e capitalista, Arrighi associa implicitamente as virtudes do trabalho oriental à militância crescente dos movimentos trabalhistas chineses. Da mesma forma, o autor insinua a existência de uma ligação entre a degradação do trabalho associada ao desenvolvimento capitalista e o caráter defensivo e letárgico que têm predominado nos movimentos trabalhistas ocidentais, principalmente dos países centrais. Associando as características do caminho de desenvolvimento oriental à tradição revolucionária ligada à liderança de Mao Tsé-Tung, Arrighi afirma que o aumento da desigualdade de renda, que ele considera um desvio momentâneo do desenvolvimento oriental em direção ao desenvolvimento capitalista, suscitou o crescimento da agitação social, e “o resultado disso foi a proliferação de lutas sociais, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais” (ARRIGHI, 2008, p. 381). A respeito das áreas urbanas, por exemplo, Arrighi coloca que,

Nas áreas urbanas, desde o fim da década de 1990, a “antiga” classe operária estatal reagiu às demissões em massa com uma onda de protestos que exigiu muitas vezes os padrões de justiça da tradição socialista e o contrato social da ‘tigela de arroz de ferro’; estabelecido entre a classe operária e o Estado e que predominou durante as quatro primeiras décadas da RPC. Na maioria dos casos, a combinação de repressão com concessão conteve facilmente essa onda de protestos. No entanto, mais recentemente, uma série de passeatas nunca vista anunciou a chegada da agitação ao “novo” operariado, que é formado principalmente por jovens migrantes e constitui a coluna vertebral dos setores exportadores chineses. Combinadas à agitação crescente dos trabalhadores urbanos do setor de serviços, essas duas ondas estão fazendo ruir a ideia comum no Ocidente de que “não há movimento trabalhista na China”: “hoje é possível ir a quase qualquer cidade do país” (...) “e encontrar ali grandes protestos coletivos de trabalhadores”. É um movimento trabalhista espontâneo e relativamente incipiente, mas o movimento trabalhista norte-americano também era assim em sua época áurea, na década de 1930 (ARRIGHI, 2008, p. 382).

Assim, enquanto a polivalência, a pró-atividade e a industriabilidade dos trabalhadores chineses estariam associados à crescente militância por melhores condições de trabalho e de vida na região, mesmo que o “bom comportamento” durante o trabalho seja mantido, a deterioração das qualidades técnicas, morais, e, quem sabe, marciais da classe trabalhadora ocidental, isto é, sua alienação progressiva, teriam promovido a diminuição da capacidade seja de atuar conforme seus interesses, seja mesmo de indentificá-los e situá-los em relação aos interesses capitalistas. Novamente, Arrighi não explicita todos esses argumentos ao longo de *Adam Smith em Pequim*, mas faz diversas observações que apontam nesse sentido, deixando no ar a dúvida de se elas constituem ou não um corolário necessário de suas observações teóricas.

Por fim, depois de apontar os motivos que, segundo ele, permitiram a Grande Convergência, Arrighi deixa claro que o objetivo partilhado por ele com Smith de alcançar um

estágio em que prevaleça *a tendência à equalização da riqueza e do poder das Nações*, baseada na seguinte passagem

Futuramente, porém, é possível que os nativos desses países se tornem mais fortes, ou os da Europa mais fracos, e os habitantes de todas as diversas regiões do mundo possam chegar àquela igualdade de coragem e força que, inspirando temor mútuo, constitui o único fator suscetível de intimidar a injustiça de nações independentes e transformá-la em certa espécie de respeito pelos direitos recíprocos (SMITH, 1996, p. 116)

Esse é o cenário ideal ou, ao menos, idealmente possível, vislumbrado por Arrighi. Ele baseia-se não tanto nos incentivos à colaboração entre os indivíduos, grupos e nações, quanto nas restrições impostas pelo “temor mútuo”. A base desse novo tipo de sistema-mundo estaria baseada na conformação de relações de mercado onde a acumulação por espoliação característica do desenvolvimento capitalista fosse substituída pela acumulação sem espoliação do desenvolvimento oriental. E esse tipo de relação só pode ser estabelecido caso os países da periferia ou Sul global se unam contra a exploração do centro ou Norte. Fazendo referência à Conferência de Bandung de 1955, símbolo da resistência contra o Ocidente por parte dos países africanos e asiáticos no início do período de descolonização, Arrighi coloca,

Afinal, um novo Bandung pode fazer o que o velho não conseguiu: mobilizar e usar o mercado global como instrumento de equalização das relações de poder entre Norte e Sul. As bases do antigo Bandung eram estritamente político-ideológicas e, sendo assim, foi fácil destruí-las com a contrarrevolução monetarista. As bases do Bandung que pode estar surgindo agora, por outro lado, são basicamente econômicas e, como tais, mais sólidas (ARRIGHI, 2008, p. 388).

Pensando ao nível do sistema-mundo como um todo, Arrighi considera que o caminho geral para alcançar a equalização de riqueza e poder entre os diversos integrantes que o compõem é o afastamento do padrão de desenvolvimento capitalista e a aproximação em relação ao caminho de desenvolvimento smithiano, baseado no mercado, mas não-capitalista. A respeito da mudança de trajetória entre caminhos de desenvolvimento distintos, o autor coloca,

Se essa reorientação conseguir reviver e consolidar as tradições chinesas de desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, de acumulação *sem* desapropriação, de mobilização de recursos humanos, ao invés de não humanos, e de governo com participação das massas na configuração das políticas, então existe a possibilidade de que a China esteja em posição de contribuir decisivamente para o surgimento de uma comunidade de civilizações que de fato respeite as diferenças culturais. Mas se a reorientação fracassar, a China pode se transformar num novo epicentro de caos social e político, o que facilitará as tentativas do Norte de restabelecer um domínio global esmagador ou, para parafrasearmos Schumpeter mais uma vez, de ajudar a humanidade a queimar nos horrores (ou glórias) da

escalada de violência que acompanhou o fim da ordem mundial estabelecida pela Guerra Fria (ARRIGHI, 2008, p. 393).

Assim, a ascensão chinesa e a adoção geral dos princípios nos quais se baseia o caminho de desenvolvimento smithiano podem representar uma quebra de padrão em relação à evolução do sistema-mundo capitalista desde sua fundação, com o fim dos ciclos sistêmicos de acumulação e suas fases alternadas de expansão material num ambiente de ordem sistêmica, contra as fases de financeirização marcadas pela tendência ao caos sistêmico. Apesar de não colocar o problema exatamente nesses termos, Arrighi parece considerar que esse tipo de reorientação representaria nada menos que uma transição do capitalismo. Mais ainda, um transição rumo a uma espécie de socialismo de mercado, já que combinaria uma redistribuição de riqueza e poder mais igualitária entre os membros do sistema-mundo enquanto sistema interestatal, bem como um espraiamento generalizado de relações de mercado sem a acumulação por espoliação que caracteriza o capitalismo. Essa é, em linhas gerais, a visão de Arrighi sobre o problema da transição, considerado no plano do sistema-mundo ampliado contemporâneo. Abordaremos a seguir como o problema contemporâneo da transição aparece, ou melhor, não aparece nas obras de Brenner sobre o longo declínio do século XX, apesar da importância do tema ao longo da história do autor. Em seguida, faremos uma breve apresentação sobre o caráter do padrão de desenvolvimento recente da China conforme Harvey, que tem Brenner e Arrighi como dois de seus principais interlocutores.

6.3 A AUSÊNCIA DA TRANSIÇÃO EM BRENNER

Em *O boom e a bolha* e *A economia da turbulência global*, Brenner simplesmente não toca no tema de uma possível transição a partir do capitalismo para um outro modo de produção qualquer, seja ao nível dos blocos de capital nacionais, seja do ponto de vista do sistema capitalista global. Mais ainda, o autor não problematiza a questão da transição na China contemporânea, tratando dela apenas marginalmente e considerando-a simplesmente como mais um dos blocos de capital em competição no contexto do desenvolvimento desigual. Por isso, nem mesmo a questão sobre o *status* do modo de produção chinês é levantado, e assim a questão da transição do socialismo real, nos termos de Hobsbawm, para o capitalismo também não é levada em consideração. A única transição que Brenner analisa em

seus livros é a transição cíclica do longo *boom* ao longo declínio do século XX, com foco quase exclusivo nas economias avançadas dos EUA, Alemanha e Japão.

Existem vários motivos pelos quais o problema da transição entre modos de produção pode estar ausente na abordagem de Brenner sobre o período contemporâneo. Um deles pode ter sido a tentativa de “sanitarizar” e camuflar seu posicionamento de forma a ampliar o escopo do debate para além dos muitas vezes restritos círculos marxistas²⁶.

Uma segunda razão para deixar de lado o tema da transição no período contemporâneo é a prudência. Os períodos de turbulência sistêmica aumentam a incerteza sobre o futuro e turvam a identificação das tendências em jogo no contexto de uma estrutura social em transformação, o que torna especialmente difícil, embora não menos necessário, o debate a respeito das possibilidades e alternativas futuras à reprodução social dos seres humanos. Vez por outra, Brenner insinua que só um episódio bastante violento de queima de capital a nível global seria capaz de restaurar as condições para o restabelecimento da lucratividade e da reprodução ampliada. Além disso, o autor sempre parece acreditar que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos diversos integrantes do capitalismo global desde o início do longo declínio do século XX, a economia global está longe de ter chegado ao fundo do poço. Numa passagem emblemática de *A economia da turbulência global*, por exemplo, ele afirma que,

A verdade é que, ainda hoje (...) os indicadores macroeconômicos básicos não mostram sinal claro de que a longa retração tenha sido superada (...). Enquanto isso, os desequilíbrios financeiros e as bolhas de preço dos ativos excederam até seus antecessores do final da década de 1990, que já haviam batido recordes e agigantaram-se como nuvens escuras sobre a economia global (BRENNER, 2006, p. xxviii-xxix).

O próprio Arrighi concorda que “prudentemente, Brenner não se comprometeu com nenhum cenário específico”, e que “a tese central por trás de todas as suas proposições nos deixa com a impressão avassaladora de que a longa retração está longe de acabar e que, na verdade, o pior ainda está por vir” (ARRIGHI, 2008, p. 124).

Ainda que tenha preferido não enfrentar o tema da transição em toda a sua complexidade, seria essencial que ele, um dos principais autores do debate da transição do feudalismo para o capitalismo, utilizasse seu conhecimento inigualável sobre o assunto para buscar estabelecer convergências e divergências em relação ao problema da transição entre,

²⁶ O fato de que o autor se utilize de termos caros às vertentes keynesianas e ortodoxas, como produtividade do capital e capital humano, expressões normalmente consideradas inadequadas ou enganadoras por autores marxistas, ajuda a corroborar essa conjectura.

por um lado, o feudalismo e o capitalismo, e, por outro, de uma transição a partir do capitalismo, seja em direção a um modo de produção socialista, seja rumo ao caos sistêmico e à barbárie global.

Uma terceira razão para não abordar o tema da transição no debate sobre o longo declínio seria a descrença de que haja qualquer possibilidade real de que ela venha a se materializar no futuro próximo. Essa visão é condizente, por exemplo, com o papel reduzido atribuído por Brenner às relações verticais na explicação do longo declínio do século XX. Assim, ao mesmo tempo em que parece procurar isentar os trabalhadores da responsabilidade pela redução prolongada da lucratividade defendida pelas teorias do *profit squeeze*, Brenner acaba também por marginalizar em sua teoria a capacidade de organização e transformação dos movimentos da classe trabalhadora, reduzindo em grande medida – de forma bastante economicista, diga-se de passagem – a luta de classes a uma disputa por melhores salários e condições de trabalho. Nesse sentido, todos os movimentos sociais originados em problemas que afetam desproporcionalmente a classe trabalhadora são basicamente ignorados, como as questões urbanas e ambientais, por exemplo.

Sabemos que a chave para a transformação dos modos de produção em Brenner são as relações sociais de propriedade, principalmente aquelas definidas no plano nacional ou intra-nacional. Por isso, essa crença deveria ser baseada em algum argumento que torne improvável ou impossível a mudança radical das relações sociais de propriedade nos diversos Estados particulares. Ocorre que, se a transição entre modos de produção for definida exclusivamente ou quase exclusivamente em termos nacionais, então a simples tomada do poder de Estado e a reconfiguração das relações sociais internas seriam capazes de garantir a transição de uma determinada região a um outro modo de produção.

No caso da alternativa revolucionária, por exemplo, cara à maior parte da tradição marxista, a socialização dos meios de produção e subsistência e a reunificação nacional entre os produtores diretos e seus recursos resolveria o problema da transição para um modo de produção não ancorado na extração e apropriação privada de excedente, seja econômica, seja politicamente. A princípio, isso poderia dar fim ao caráter exploratório do capitalismo e à divisão da sociedade em diferentes classes. No entanto, depois das experiências do socialismo real na antiga União Soviética e mesmo na China, seria difícil acreditar que Brenner pudesse defender tal posição. Nesses casos, a subversão hierárquica da estrutura social foi acompanhada da recomposição de classes na sociedade, com o declínio das antigas oligarquias e a ascensão dos indivíduos ligados aos partidos e aos Estados socialistas. Assim, a propriedade, formalmente atribuída a todos os trabalhadores, acabou por ser utilizada não

primordialmente para o benefício dos mesmos, mas principalmente dos dirigentes do partido e agentes ligados ao governo de uma ou outra forma.

Talvez seja razoável supor que o autor rejeite a visão da possibilidade de estabelecer essa espécie de “socialismo num só país” com base, por exemplo, no fato de que os países capitalistas certamente lutariam com todas as suas forças contra o estabelecimento de um novo país socialista ou pretensamente socialista, como fizeram os Estados Unidos inúmeras vezes ao longo de seu período hegemônico. Assim, por exemplo, cabe lembrar que Arrighi, ainda que de forma um pouco exagerada, lembra que um dos principais objetivos americanos no pós-Segunda Guerra Mundial foi o de conter o avanço do comunismo e do nacionalismo no Terceiro Mundo, isto é, nas regiões periféricas.

Além de tudo, para defender a ideia da possibilidade da instauração de um modo de produção socialista nacional, Brenner teria que abandonar a visão de que as relações sociais de propriedade e os blocos de capital são forjados principalmente a partir das relações internas, e que o capitalismo global é pouco mais do que a soma dos vários capitalismo nacionais que dele fazem parte.

A partir de seus livros, não é possível identificar claramente o motivo ou os motivos por trás da decisão de Brenner por deixar de lado o tema da transição. Por isso, para fazer um contraponto à visão de Arrighi sobre o padrão de desenvolvimento que tem inspirado a ascensão chinesa, precisaremos nos voltar para a análise de Harvey. A abordagem de Harvey será importante também para deixar claro os problemas ligados às formas de extração de excedente e à unidade de análise.

6.4 HARVEY ENTRE BRENNER E ARRIGHI: TRANSIÇÃO NA CHINA CONTEMPORÂNEA

Em *O Neoliberalismo: história e implicações*, Harvey discute o desenvolvimento recente da China como uma variante *sui generis* do que podemos chamar, compatibilizando sua abordagem com as teorias de Brenner e Arrighi, de um padrão de desenvolvimento neoliberal. Harvey define sucintamente o objeto de estudo de seu livro na seguinte passagem,

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres

mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas.

Ao abordar a questão do neoliberalismo, Harvey se aprofunda num ponto de discussão essencial, mas pouco aprofundado tanto por Brenner quanto por Arrighi: a questão da ideologia. Segundo ele, o neoliberalismo assume a posição de discurso hegemônico ainda no período inicial do longo declínio do século XX, afetando amplamente desde os modos de pensamento, até as práticas cotidianas e a forma de enquadramento e interpretação da realidade dos indivíduos e grupos da sociedade. Dados os nossos objetivos, não nos deteremos nesses pontos do relato, e passaremos diretamente à versão de Harvey sobre o *status* e o significado do desenvolvimento chinês recente, iniciado a partir das Reformas de Xiaoping.

A morte de Mao deu início a um período de grande incerteza política na China. Além disso, o país enfrentava uma situação crônica de baixo crescimento econômico. Esse foi o contexto em que Xiaoping ascendeu ao poder e iniciou o período das reformas na segunda metade da década de 1970.

As reformas tornaram-se possíveis devido à conjunção de fatores internos e externos. A atenção aos fatores internos e externos das transformações de uma determinada região representa, em alguma medida, uma espécie de síntese das posições de Brenner, que privilegia as relações internas, e Arrighi, que por vezes concentra-se quase exclusivamente nas condições sistêmicas. Já vimos, ao analisar a abordagem de Arrighi, grande parte dos fatores externos em jogo durante o período da ascensão chinesa. Apesar de darem pesos diferentes a cada um deles, Harvey e Arrighi concordam em grande medida sobre quais deles podem ser considerados decisivos. Por essa razão, nos concentraremos basicamente nos fatores internos de forma a fornecer um contraponto à análise de Arrighi e verificar como as teses de Brenner, nas quais Harvey também se apoia, podem ser utilizadas para ajudar a compreender as questões que viemos abordando ao longo do trabalho.

Do ponto de vista das mudanças internas, isto é, implementadas a partir de dentro, as reformas concentraram-se em quatro áreas principais: a agricultura, a indústria, defesa e, finalmente, desenvolvimento científico e tecnológico. As reformas mantiveram seu foco inicial no mercado interno, mas, com o tempo, tornou-se cada vez mais importante a abertura

gradual, mas progressiva, do país às mercadorias e ao capital estrangeiro. Os objetivos principais da abertura econômica paulatina eram possibilitar a transferência de novas tecnologias através de parcerias com agentes capitalistas internos, em especial com os chineses da diáspora, e externos, como americanos, japoneses e europeus. Nesse contexto, diga-se de passagem, a ideologia igualitarista que caracterizava os discursos do partido e do governo não foi abandonada, mas o crescimento da desigualdade passou a ser visto como o preço necessário para alcançar o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico.

A primeira observação de Harvey sobre os fatores internos soará bastante familiar aos ouvidos dos leitores de Brenner. O autor começa por notar que

O mercado pouco pode fazer para transformar a economia sem uma mudança paralela nas relações de classes, na propriedade privada e em todos os outros arranjos institucionais que costumam estar na base de uma economia capitalista florescente (HARVEY, 2008, p. 133).

Aqui, percebe-se uma clara influência em Harvey dos temas discutidos por Brenner em seus trabalhos sobre a transição. De fato, é impossível ignorar as relações sociais internas na identificação do padrão de desenvolvimento característico de uma determinada região. Por outro lado, também não se pode deixar de levar em conta o caráter decisivo dos fatores externos, nem a influência desses fatores externos sobre as possibilidades e estratégias adotadas pelos agentes econômicos situados ou ligados à mesma região. Brenner, obviamente, não ignora as influências externas, e a própria noção da competição intercapitalista internacional associada ao conceito de desenvolvimento desigual não pode deixar isso em dúvida. Não obstante, o autor trata o capitalismo global não como uma totalidade ou um sistema orgânico, mas sim em grande medida como resultado das estratégias adotadas pelos agentes econômicos a partir de relações sociais de propriedade determinadas ao nível nacional e infranacional, as quais dão origem aos padrões de desenvolvimento cuja interação resulta no desenvolvimento desigual. E é nesse ponto que tanto Arrighi quanto Harvey se afastam dele.

Harvey considera o neoliberalismo chinês como uma variante *sui generis* devido ao fato de que, por um lado, o país não adotou as medidas associadas ao que ficou conhecido como o Consenso de Washington, tampouco colocou em prática qualquer espécie de abertura súbita e radical, conforme as terapias de choque recomendadas pelo FMI, por exemplo. Por fim, a liberalização chinesa não tinha como principal objetivo fortalecer o poder da classe capitalista interna ou externa e enfraquecer o poder do trabalho, mas sim principalmente a manutenção da posição dos agentes ligados ao partido e ao governo através da ampliação do

poder e da riqueza atribuídos a eles próprios e ao aparato estatal como um todo, tanto frente aos desafios internos quanto externos. O objetivo, portanto, era

(...) reunir recursos e atualizar sua capacidade tecnológica para melhor capacitar-se a administrar a dissensão interna, defender-se melhor de agressões externas e projetar seu poder externamente em sua esfera geopolítica imediata de interesse num Leste e num Sudeste asiáticos em rápido desenvolvimento. O desenvolvimento econômico era considerado antes um meio para alcançar esses fins do que um fim em si (HARVEY, 2008, p. 133).

Aqui também percebe-se uma leve influência de Brenner na abordagem de Harvey, já que, nesse caso, as reformas são vistas como resultado da tentativa de um grupo ou classe de restaurar sua posição num contexto de turbulência a partir da reconfiguração das relações sociais prevalentes até então. Também percebe-se uma influência de Arrighi e de sua descrição da lógica territorialista do poder, sintetizada na fórmula T-D-T', onde o capital serve apenas de meio para a conquista de mais poder político.

Os agentes ligados ao poder de Estado na China buscaram inibir uma reconfiguração desfavorável da correlação de forças ligada às relações de classe através de várias medidas. Uma delas esteve ligada à contenção da influência dos capitalistas externos através da implementação de medidas de controle de capitais, principalmente dos investimentos de portfólio, que pouco contribuem para o crescimento, além de provocar uma enorme volatilidade em variáveis como o câmbio e os juros. Paralelamente, o Estado atuou incentivando o aumento do investimento direto estrangeiro, sempre que possível condicionado à transferência de tecnologias. Essa medida evitava que o Estado se tornasse refém dos interesses dos capitalistas internos, evitando o aumento de seu poder de classe e de sua influência sobre as decisões do governo. Além disso, o governo chinês evitou o aumento expressivo do poder dos capitalistas financeiros, como ocorreu por quase toda parte a partir do longo declínio do século XX de Brenner, que corresponde à fase de financeirização do sistema-mundo capitalista de Arrighi. Isso foi possível por meio da manutenção da prerrogativa do Estado enquanto principal agente financeiro da economia. Por fim, mais uma vez ressoando aspectos da teoria de Brenner, Harvey afirma que “a tentativa de longa data de manter intactas as estruturas de propriedade pelo Estado ao mesmo tempo em que se libera a autonomia gerencial também soa como um esforço de inibir a formação de uma classe capitalista” (HARVEY, 2008, p. 134).

Além de buscar controlar a ascensão do poder da classe capitalista, o Estado chinês também atuou para controlar o poder do trabalho. Para isso, utilizou-se alternadamente de medidas de coerção combinadas com algumas concessões. A necessidade de lidar de

maneira estratégica com os descontentamentos da classe trabalhadora tornou-se mais acentuada a partir da década de 1980.

Apesar da posição privilegiada dos agentes por trás do poder de Estado para estabelecer medidas incentivo e de contenção aos demais agentes econômicos da sociedade chinesa, os atores estatais não tinham plena liberdade para escolher as medidas que mais lhes agradariam. Pelo contrário, as relações sociais de propriedade, classe e produção internas e externas impunham constantemente limites à atuação do Estado. Harvey evidencia esse ponto quando afirma que, apesar de suas vantagens,

Ainda assim, o Partido teve de enfrentar alguns complexos dilemas. A diáspora dos negócios chineses forneceu vínculos externos vitais, e Hong Kong, reabsorvida na comunidade política chinesa em 1997 já estava estruturada em termos capitalistas. A China teve de firmar um compromisso com esses (...) parceiros, e também com as regras neoliberais do comércio internacional estabelecidas por meio da OMC, na qual a China entrou em 2001. Demandas políticas de liberalização começaram igualmente a surgir. Em 1986, passaram a haver protestos de trabalhadores. Um movimento estudantil simpático aos trabalhadores mas que exprimia também suas próprias exigências de mais liberdade alcançou seu ponto alto em 1989. A tremenda pressão no plano político, que ocorreu em paralelo com a neoliberalização econômica, culminou no massacre de estudantes na Praça Tianamen. A violenta repressão que Deng ordenou contra a vontade de reformadores do Partido indicou claramente que a neoliberalização na economia não se fazia acompanhar de algum progresso nos campos dos direitos humanos, civis e democráticos. Enquanto reprimia no plano político, a facção de Deng teve de iniciar uma nova onda de reformas neoliberais para sobreviver (HARVEY, 2008, p. 135).

Assim, as atitudes tomadas pelo Estado chinês devem ser sempre compreendidas no contexto tanto das relações internas, ligadas às relações sociais de propriedade de Brenner, quanto externas, isto é, associadas ao fato de que a China encontra-se inserida num sistema capitalista de alcance praticamente global, e precisa agir de acordo com as possibilidades e restrições impostas por ele.

Depois de tratar em linhas gerais de alguns dos principais fatores internos e externos associados à trajetória de desenvolvimento chinesa a partir de Xiaoping, voltemo-nos agora para as reformas propriamente ditas, começando com uma passagem onde Harvey resume de forma bastante sucinta as principais mudanças implementadas desde então,

As EPEs [Empresas de Propriedade do Estado] eram mantidas havia muito como peças-chave estáveis do controle estatal sobre a economia. A segurança e os benefícios que ofereciam a seus empregados, embora fossem se reduzindo com o passar do tempo, mantinham uma rede de seguridade social que protegeu parcelas ponderáveis da população ao longo de muitos anos. Criou-se uma economia de mercado mais aberta ao redor dessas empresas, mediante a dissolução das comunas agrícolas em favor de um "sistema de responsabilidade social" individualizado. Criaram-se empresas de cidades e vilas (EPVs) [correspondentes às Empresas das Aldeias e Municípios de Arrighi, ou EAMs] com os ativos que as comunas detinham, e estas se transformaram em centros de empreendimento, de práticas de mercado flexíveis e de competição aberta de mercado. Permitiu-se o surgimento de

todo um setor privado, inicialmente apenas na produção em pequena escala, no comércio e nos serviços, estabelecendo-se limites (gradualmente relaxados ao longo do tempo) sobre o emprego de trabalho assalariado. Por fim, o capital externo começou a entrar, capital cujos movimentos ganharam ímpeto a partir de 1990. No começo limitado a parcerias com investidores domésticos e a algumas regiões, esse capital acabou por chegar a todos os recantos do país, ainda que de modo desigual. O sistema bancário estatal expandiu-se na década de 1980 e substituiu gradualmente o Estado central como fonte de linhas de crédito às EPEs, às ECVs e ao setor privado- segmentos que não evoluíam independentemente uns dos outros. As EPEs tiraram seus primeiros recursos do setor agrário e forneceram mercado para produtos das ECVs, ou forneciam a estas últimas insumos intermediários. O capital externo se integrou com o passar do tempo às ECVs e EPEs, e o setor privado progrediu muito tanto diretamente (na forma de proprietários) como indiretamente (na forma de acionistas). Quando se tornavam menos lucrativas, as EPEs recebiam dos bancos crédito a baixo custo. À medida que o setor de mercado avançava em termos de força e importância, toda a economia rumou para uma estrutura neoliberal (HARVEY, 2008, p. 137).

Como já é possível perceber, Harvey já se afasta substancialmente da interpretação de Arrighi sobre o padrão de desenvolvimento recente chinês. Assim, como detalharemos adiante, enquanto o primeiro associa a ascensão econômica chinesa fundamentalmente aos processos de acumulação por espoliação, o último a interpreta fundamentalmente como resultado da expansão econômica do mercado via acumulação sem espoliação. Curiosamente, para chegar a essas conclusões, ambos os autores tomam por base as pré-condições de Brenner para o estabelecimento do modo de produção capitalista. Assim, enquanto Arrighi acredita que não tenha havido uma separação fundamental entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, dado o caráter socializado desses recursos, Harvey aponta para um processo de privatização e expropriação sem precedentes na história. Vejamos agora mais de perto as principais mudanças concretas apontadas por Harvey.

Uma das principais mudanças ocorridas na agricultura chinesa foi o processo progressivo de dissolução das comunas camponesas, as quais haviam praticamente desaparecido já no final da década de 1980. Essa mudança acabou acarretando num processo truncado de privatização da terra, onde, embora os camponeses não pudessem formalmente tornar-se proprietários de suas possessões, podiam não obstante arrendá-las ou negociá-las com meeiros, além de contratar trabalhadores dispostos a cultivá-las e, com o passar do tempo, vender uma parcela cada vez maior de seus produtos no mercado. Aqui Harvey inspira-se fortemente nos trabalhos de Brenner sobre a transição, mostrando como a privatização de fato da terra e o surgimento de um mercado de trabalho a partir dela estão ligados à expansão das relações de mercado e à instauração do modo de produção capitalista. A dissolução das comunas também levou à perda de direitos dos camponeses, o que, segundo Harvey,

implicava para os camponeses o ônus de pagar altas taxas de uso por escolas, assistência médica, etc. Obrigados a procurar emprego em outros lugares, migrantes rurais - muitos deles jovens mulheres - se deslocaram em massa – ilegalmente e sem direitos de residência - para as cidades, onde formaram um imenso exército de reserva (uma população "flutuante" de condição legal indeterminada) (HARVEY, 2008, p. 138).

Em razão das circunstâncias que é obrigada a enfrentar, “essa força de trabalho é vulnerável à superexploração e pressiona para baixo os salários dos residentes urbanos” (HARVEY, 2008, p. 138). Mais uma vez, essa passagem lembra de maneira bastante vívida a descrição de Brenner sobre os processos intimamente relacionados dos *enclousures* e da proletarização dos antigos trabalhadores do campo na Inglaterra a partir do início da Era Moderna.

Outra característica importante do desenvolvimento chinês contemporâneo foi a criação e o crescimento explosivo das EAMs ou ECVs conforme já havia notado Arrighi. Nesse sentido, Harvey nota que, em meados da década de 2000, as ECVs já empregavam quase 130 milhões de trabalhadores. Além disso, dadas, entre outras coisas, a profusão de regulamentos e de brechas na lei a elas associadas, as ECVs assumiram um caráter fortemente experimental, servindo em grande medida como um laboratório de testes durante o período das reformas, possibilitando a generalização posterior dos experimentos bem sucedidos. Esse caráter experimental esteve associado primordialmente, segundo Harvey, não à continuidade da detenção da propriedade e dos direitos dos trabalhadores antes relativamente garantidos, mas sim à sujeição dos trabalhadores, verdadeiras cobaias do processo, a uma enorme quantidade de sofrimento, ainda que a eles fossem garantidas condições mínimas de sobrevivência em alguns casos,

Os relatos sobre a natureza dessas ECVs variam muito. Alguns citam dados segundo os quais eram operações privadas "em todos os aspectos, exceto no nome", exploravam mão-de-obra rural ou migrante degradantemente barata - formada especialmente por jovens mulheres – e funcionavam longe de toda e qualquer forma de regulação. As ECVs muitas vezes pagavam salários aviltantes e não ofereciam benefícios nem proteções legais. Mas algumas delas ofereciam benefícios limitados em termos de assistência e de aposentadoria, bem como proteções legais. No caos da transição, surgiu todo tipo de diferenças que com frequência exibiam marcadas características locais e regionais (HARVEY, 2008, p. 140).

A degradação das condições de trabalho nas ECVs mostrou-se presente também nas EPEs, onde, em contraste com o período revolucionário, onde “estas ofereciam segurança no trabalho e proteções sociais para suas forças de trabalho”, ao longo da década de 1980 elas passaram a ter permissão “para ‘contratar trabalhadores’ sem proteções sociais e [com] estabilidade limitada, além de passarem a ter maior autonomia administrativa com relação à

propriedade pelo Estado”. Mais uma vez, nota-se aqui um processo de acumulação primitiva ou acumulação por espoliação associado à transição para o modo de produção capitalista.

Apesar das diversas tentativas, contudo, as EPEs não floresceram e caminharam progressivamente no sentido da privatização por meio de sua transformação numa espécie de sociedade por ações. Mais recentemente, tanto as ECVs como as EPEs caminharam no sentido da admissão da propriedade estrangeira plena.

Além das ECVs e EPEs, outro elemento importante do desenvolvimento chinês recente foram as Zonas de Processamento de Exportação, ou ZPEs. Segundo Harvey, tal como as ECVs e, em alguma medida, as EPEs, as ZPEs também constituíram zonas de experimentação das reformas.

As ZPEs foram o ponto inicial de concentração do IED na China. Em sua primeira fase, contudo, não foi possível garantir condições para o sucesso de grandes indústrias, sendo que “Os únicos setores em que se registraram claros sucessos iniciais foram os setores exportadores bastante trabalho-intensivos” (HARVEY, 2008, p. 140-141). A respeito da acumulação por espoliação nas EPEs, Harvey afirma que

“As fracas proteções legais a empresas capitalistas estimulavam fortemente as relações de trabalho local informais e as redes de confiança (redes de contatos pessoais) que os chineses instalados no exterior estavam em posição privilegiada para explorar” (HARVEY, 2008, p. 141)

Aqui, percebe-se que Harvey, em consonância com Arrighi, confere um papel importante aos chineses da diáspora ultramarina. Ao contrário de Arrighi, contudo, Harvey acentua não principalmente as virtudes desse grupo, segundo ele associadas também ao padrão de desenvolvimento originado no sistema-mundo oriental, mas sim seu caráter fundamentalmente exploratório, o que os torna praticamente indistinguíveis dos capitalistas ocidentais que Arrighi tanto despreza. Com o tempo, as ZPEs vão se expandindo ao longo de várias outras regiões do território chinês, avançando também na fabricação de produtos com maior valor adicionado. Já em meados da década de 1995, o governo abre praticamente todo o país ao investimento estrangeiro direto de todos os tipos.

A trajetória de desenvolvimento da China não esteve livre de percalços. Mesmo tendo sido implementada de maneira controlada, a liberalização chinesa gerou, a partir do fim da década de 1980 e início da década de 1990, problemas como ondas de falências, desemprego e insatisfação trabalhista. Para contornar esses problemas, o Estado engajou-se já na segunda metade da década de 1990 num programa de financiamento de grandes projetos de

infra-estrutura sem precedentes. A respeito da dimensão desses investimentos na construção de rodovias, por exemplo, Harvey destaca que

Trata-se de um esforço bem mais amplo, *in toto*, do que o dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960 (...) e tem o potencial de absorver excedentes de capital e de trabalho por vários anos ainda (HARVEY, 2008, p. 144).

Aqui, percebe-se uma semelhança entre a abordagem de Harvey e aquela desenvolvida por Brenner em suas discussões sobre o longo declínio do longo século XX. Tal como este, Harvey também dá grande importância ao capital fixo e à necessidade de contornar sua influência negativa sobre a taxa de lucro.

Diferentemente de Brenner, contudo, Harvey explicita, através de sua teoria do circuito do capital, desenvolvida em *O novo imperialismo*, uma forma de deslocar a necessidade da queima de capital através de investimentos de longo prazo que absorvam parte do excesso de capital e, ao mesmo tempo, contribuam para o desenvolvimento das forças produtivas, possibilitando a diluição do impacto da queda da taxa de lucro. Mesmo essa possibilidade, contudo, não mostra-se bastante provável conforme se estende o período de tempo analisado, dado que depende de uma conjunção bastante específica entre fatores internos e externos ao nível do sistema capitalista global que dificilmente podem se concretizar, dados, como pontua Brenner, “a anarquia e a competitividade da produção capitalista” (BRENNER, 2009, p. 11), e, como nos lembra Arrighi, o caráter concorrencial e descoordenado do sistema-mundo interestatal. Nesse sentido, ainda no contexto das tentativas de contornar a crise, Harvey lembra que,

(...) esse esforço é (no estilo keynesiano clássico) financiado por dívida. Além disso, implica altos riscos, pois, se os investimentos não produzirem o retomo de valor gasto no momento oportuno, uma crise fiscal vai atingir rapidamente o governo” (HARVEY, 2008, p. 143)

Como vimos ao analisar os processos de financeirização em Arrighi, o crescimento descontrolado da dívida pode obrigar o Estado a recorrer e a se submeter progressivamente aos interesses de capitalistas financeiros domésticos ou estrangeiros, o que tende a impulsionar ainda mais os processos de privatização e de acumulação por espoliação que a acompanham. Aqui, cabe notar que, embora as finanças chinesas continuem em grande medida sob controle Estado, nada impede que, com o avanço do entrelaçamento das redes de trocas estabelecidas entre o país e o restante do sistema financeiro internacional, o país seja forçado, diplomática ou militarmente, a caminhar no sentido da privatização desse setor.

Nesse ponto, mais uma vez, fica evidente como as relações internas são influenciadas decisivamente por fatores externos ao nível de todo o sistema capitalista.

Outro ponto central do desenvolvimento chinês destacado por Harvey refere-se aos investimentos em ciência e tecnologia, que representam um dos fatores por trás da ascensão chinesa nas cadeias globais de valor. Nesse ponto, Harvey, em concordância com Arrighi, aponta como o aperfeiçoamento da mão-de-obra, e, podemos acrescentar, o estrito controle exercido pelo Estado sobre os trabalhadores do país, geram oportunidades para que os investidores internos e externos aproveitem “a mão-de-obra preparada, mas de baixo custo” (HARVEY, 2008, p. 147). No entanto, enquanto Arrighi enxerga esse fenômeno sob uma luz positiva, destacando as virtudes do trabalho chinês, Harvey aponta para o caráter exploratório dessa condição, onde mesmo a dedicação prolongada aos estudos não garante à mão-de-obra chinesa condições de vida compatíveis com seus esforços.

Com o tempo, a atratividade do ambiente e o baixo custo dos recursos chineses passou a atrair cada vez mais capital externo. Inicialmente, os principais investidores foram os capitalistas ultramarinos de Hong Kong e Taiwan, mas, ao longo dos anos 1990, também corporações americanas, japonesas e sul-coreanas, por exemplo, “começaram a usar a China como centro de produção *offshore* em larga escala”. Além disso, com o crescimento econômico interno, e apesar da defasagem da renda *per capita* chinesa em relação às economias avançadas, em meados da década de 1990 ficou claro “que o imenso mercado doméstico chinês tornava-se cada vez mais atraente para o capital externo (...) [e] uma onda de investimento externo – que ia da Wall Mart e do McDonalds à produção de placas de computador atingiu a China” (HARVEY, 2008, 147-148).

Apesar de seu tamanho, contudo, Harvey afirma que o mercado interno da China é pouco integrado, notando que

o comércio inter-regional é na verdade bem pouco desenvolvido, apesar de amplos investimentos em novos meios de comunicação (...) [e] o capital não flui facilmente entre partes do país, apesar de (...) esforços coordenados pelo Estado para que se criem alianças regionais entre províncias (HARVEY, 2008, p. 149).

Aqui, percebe-se um forte contraste entre Harvey e Arrighi, já que, para este último, o caminho de desenvolvimento oriental sempre se caracterizou pela priorização do mercado interno em detrimento de suas relações exteriores, o que sugere que a integração interna devesse ser uma das maiores vantagens no início do período da reforma, e não um de seus pontos fracos.

Um segundo ponto de contraste entre Harvey e Arrighi pode ser identificado quando voltamos nossa atenção para a questão do tamanho das unidades produtivas e da divisão técnica do trabalho que caracteriza as empresas de algumas das mais importantes regiões do país. Nesse sentido, por exemplo, nota-se que “no delta do rio Pérola não são incomuns instalações de produção com 40 mil trabalhadores”, e que, além disso, “a baixa remuneração [dos trabalhadores] torna possível a introdução de inovações que reduzem o uso de capital” (HARVEY, 2008, p. 150).

Em terceiro lugar, a abordagem de Harvey problematiza severamente o contraste feito por Arrighi entre o caráter energo-intensivo do desenvolvimento capitalista ocidental em oposição à tendência de economia de energia e de recursos naturais do desenvolvimento oriental em geral, e chinês em particular. O próprio Arrighi reconhece que o desenvolvimento chinês recente não tem seguido à risca sua tradição nesse ponto, mas considera esse fenômeno uma espécie de desvio momentâneo e não necessário de seu caminho natural smithiano, que certamente pode ser revertido no futuro. Harvey, por outro lado, não demonstra esse mesmo otimismo, enxergando o caráter energo-intensivo do desenvolvimento chinês como um dos traços essenciais de seu período de transição. Assim, Harvey nota que, perto de meados dos anos 2000, China consumia cerca de 30% do carvão mundial, 35% do aço e 55% do cimento, por exemplo (HARVEY, 2008, p. 152). Dados ainda mais recentes reportados pelo jornal *Washington Post* revelam que, entre 2011 e 2013, “a China usou mais cimento (...) que os EUA utilizou ao longo de todo o século XX”, consumindo aproximadamente 6,4 bilhões de toneladas contra 4,4 dos Estados Unidos²⁷ (SWANSON, 2015). Ainda que a informação possa ser exagerada, ela dá uma dimensão do caráter anti-econômico do desenvolvimento chinês no que diz respeito ao consumo de recursos naturais e energia.

Um quarto ponto de afastamento entre as interpretações de Harvey e Arrighi sobre o desenvolvimento chinês, particularmente no que se refere ao caráter às relações internacionais do país na região. Assim, enquanto Arrighi atribui ao desenvolvimento chinês um caráter essencialmente cooperativo, diplomático e “bem intencionado”, opondo-o ao caráter imperialista e explorador da dominação americana, Harvey afirma que a “China domina efetivamente toda a parte leste e sudeste da Ásia como *hegemon* regional com enorme influência global, e não está afastada sua iniciativa de rearmar suas tradições imperiais na região e além dela” (HARVEY, 2008, p. 152).

²⁷ Agradeço ao grande amigo Fernando Duca por essa referência.

Finalmente, um quinto e último ponto de divergência entre Harvey e Arrighi refere-se ao peso conferido por cada um deles ao problema do aumento da desigualdade na China a partir das reformas de Xiaoping. Enquanto Arrighi em grande medida minimiza a importância do crescimento da desigualdade na China, Harvey a enfatiza, afirmando que “Embora possa ter uma das economias de maior ritmo de crescimento do mundo, a China se tornou também uma de suas sociedades mais desiguais”, e que os “benefícios do crescimento foram despejados principalmente sobre residentes urbanos e membros do governo e do partido” (HARVEY, 2008, p. 155).

Em apenas vinte anos, a China deixou de ser uma das sociedades mais pobres e igualitárias do planeta para se tornar outra onde prevalece um crônico e elevado problema de desigualdade em quase todas as esferas e setores da vida social. A desigualdade verifica-se a partir de diversos cortes: entre os setores rural e urbano, com o primeiro assumindo uma posição bastante subordinada. Mas mesmo no interior de cada um desses setores tem se afirmado uma desigualdade crescente. As desigualdades regionais também sofreram um forte aumento, “com umas poucas cidades da zona litorânea sul se destacando enquanto o interior e o ‘cinturão de ferrugem’ da região norte ou não conseguiram decolar ou afundaram quase por completo” (HARVEY, 2008, p. 155).

A respeito do aumento da desigualdade de renda e riqueza, Harvey aborda tanto os grupos beneficiados por ela quanto a dos que vêm sofrendo suas consequências nefastas. A respeito da acumulação de riquezas no topo da pirâmide social,

Ao que parece, tem ocorrido em larga medida por meio de uma combinação de corrupção, artifícios clandestinos e apropriação direta de direitos e ativos que foram um dia propriedade comum. Com a transferência de cotas de empresas aos gerentes pelos governos locais, como parte de sua estratégia de reestruturação, muitos gerentes passaram da noite para o dia a dispor de cotas que valiam dezenas de milhões de *yuan*s por vários meios, tomando-se um novo grupo de magnatas (HARVEY, 2008, p. 157-158).

Harvey dá vários exemplos dos expedientes que permitiram essa acumulação de riquezas. Assim, o processo gradual de privatização das EPEs permitiu a ascensão de uma parte significativa dos gerentes responsáveis por administrá-las, os quais receberam uma parte substantiva das ações distribuídas a partir da reestruturação das empresas.

As relações entre os membros do partido, do governo, dos bancos e dos proprietários de empresas também mostrou-se importante, visto que os agentes com passagem nesses círculos desfrutavam de privilégios substanciais seja na obtenção de financiamento, seja, por exemplo, durante as operações de resgate durante os períodos de crise.

A criação de um mercado de terras e de imóveis também favoreceu os agentes capitalistas ligados à especulação imobiliária. Essa passagem é importante e merece ser citada, seja porque praticamente não é abordada por Arrighi, seja porque possui uma estreita ligação com o argumento de Brenner sobre as pré-condições para a transição ao modo de produção capitalista. Nela, Harvey afirma que,

O desenvolvimento imobiliário, particularmente nas grandes cidades e em seu entorno, assim como nas zonas de desenvolvimento de exportações, parece ser outro caminho para acumular imensas riquezas nas mãos de uns poucos. Como os produtores rurais não têm títulos de propriedade, é fácil promover a expropriação e dar à terra lucrativas finalidades urbanas, o que os deixa sem base rural para ganhar a vida, expulsando-os da terra, a fim de tomá-los parte do mercado de trabalho. A compensação oferecida aos ruralistas costuma ser uma pequena porcentagem do valor da terra, que é então passada por funcionários do governo aos desenvolvedores. Algo em torno de 70 milhões de agricultores podem ter perdido a terra dessa maneira na última década. Os líderes comunais, por exemplo, privilegiavam com frequência os direitos de propriedade *de facto* sobre a terra e os ativos comunais em negociações com investidores e desenvolvedores estrangeiros. Esses direitos foram mais tarde confirmados como bens pessoais desses líderes, o que na prática equivale a expropriar bens comuns em benefício de umas poucas pessoas (HARVEY, 2008, p. 158)

Aqui, percebe-se como Harvey posiciona-se frontalmente contra a tese de Arrighi de que o desenvolvimento chinês tenha sido caracterizado pela não-separação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, e pela acumulação *sem* espoliação.

A polarização da riqueza também verificou-se por meio dos incontáveis episódios de resgate promovidos pelo governo e os bancos estatais chineses durante as fases de turbulência local da trajetória de desenvolvimento chinesa. Em última instância, as operações governamentais de resgate implicam a socialização dos prejuízos causados pelas crises, enquanto a liberalização está intimamente associada à garantia dos direitos de propriedade e à privatização dos ganhos advindos do crescimento econômico. Aqui, Harvey mobiliza um dos principais argumentos de Arrighi a respeito da evolução do sistema-mundo capitalista, isto é, as fases de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação, aplicando-a ao contexto nacional chinês, negando a caracterização de Arrighi do padrão de desenvolvimento oriental e associando-as ao padrão de consolidação e desenvolvimento capitalistas abordados por Brenner.

O outro lado da moeda do novo padrão desenvolvimento chinês descrito por Harvey refere-se à deterioração das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora chinesa, conforme descrito a seguir,

A outra fonte de acumulação de riqueza vem da superexploração da força de trabalho, particularmente de jovens mulheres migrantes de áreas rurais. Os níveis salariais na China são extremamente baixos e as condições de trabalho suficientemente desreguladas, despóticas e exploradoras, capazes de deixar cobertas de vergonha as descrições feitas há tanto tempo por Marx em seu devastador relato das condições de trabalho doméstico e fabril na Grã-Bretanha nos primeiros estágios da Revolução Industrial. E ainda mais odioso é o não-pagamento de salários e de obrigações trabalhistas (HARVEY, 2008, p. 161).

Aqui, novamente, Harvey mobiliza as teses elaboradas por Brenner ao longo do debate da transição para combater a visão otimista de Arrighi sobre o caráter do desenvolvimento chinês em particular, e da Ásia oriental como um todo. A respeito da recusa comum em remunerar mesmo a quantia ínfima recebida pelos trabalhadores chineses, Harvey coloca que

Boa parte do capital acumulado por empresas privadas e estrangeiras vem do não-pagamento de salários devidos. O resultado foi a irrupção de intensos protestos dos trabalhadores em muitas áreas do país. Embora os trabalhadores chineses se disponham a aceitar longas horas de trabalho, tenebrosas condições de trabalho, assim como os baixos salários, como parte da modernização e do crescimento econômico, o não pagamento de salários e de pensões é algo totalmente diferente. Petições e queixas ao governo central por causa disso têm aumentado muito em anos recentes, e a incapacidade governamental de reagir adequadamente tem levado à ação direta (HARVEY, 2008, p. 160).

Harvey toca aqui numa das características mais marcantes do neoliberalismo, que, entre outras coisas, ajuda a perceber o caráter fundamentalmente ideológico, no sentido de politicamente motivado e fundamentalmente distorcido, da defesa da liberdade individual e da propriedade por parte de seus defensores. Essa característica refere-se justamente ao fato de que o não-pagamento dos trabalhadores, ou seja, a negação ao direito da apropriação do salário estipulado por meio do contrato de trabalho, embora possa ser marginalmente combatida no plano teórico, não é vista como uma violação fundamental aos princípios de uma sociedade liberal, como ocorre no caso do encampamento estatal de empresas à beira da falência, ou às iniciativas de taxaço sobre o capital e as grandes fortunas, por exemplo.

Além disso, as observações de Harvey contradizem mais uma vez o caráter otimista da visão de Arrighi sobre o desenvolvimento chinês, mostrando mais uma das formas de manifestação da acumulação por espoliação que o caracterizam. A respeito dos movimentos trabalhistas chineses, Harvey também dá todos os indícios de discordar da visão de Arrighi, baseada nas virtudes e qualidades das classes trabalhadoras forjadas ao longo da evolução do sistema-mundo oriental. Nesse sentido, mostra que os episódios recentes da China de mobilização contra os abusos dos capitalistas e agentes governamentais têm sido caracterizados não por qualquer espécie de superioridade inata dos trabalhadores chineses

mas sim por seu caráter fundamentalmente incipiente e pouco organizado, embora com importância crescente.

Por fim, Harvey faz ainda outra observação que contrasta fortemente com a abordagem desenvolvida por Arrighi em *Adam Smith em Pequim*, particularmente no que se refere à relação entre os padrões de desenvolvimento prevaletentes nos Estados Unidos e na China, afirmando que

Embora haja várias iniciativas do Partido Comunista destinadas a frustrar a formação de uma classe capitalista, o partido também aceitou a ampla proletarização da força de trabalho chinesa (...), a evisceração das proteções sociais, a imposição de mensalidades e taxas de uso, a criação de um regime de mercado de trabalho flexível e a privatização de ativos que antes eram propriedade comum. Ele criou um sistema social em que empresas capitalistas podem tanto se formar como funcionar livremente. Ao fazê-lo, alcançou um rápido crescimento e atenuou a pobreza de muitos, mas também acolheu grandes concentrações de riqueza nos estratos sociais mais altos. Além disso, o número de membros do Partido que são empresários tem crescido (...) Seja como for, isso indica uma crescente integração entre o Partido e elites de negócios das maneiras tão corriqueiras nos Estados Unidos (HARVEY, 2008, p. 163-164).

Aqui, como se percebe claramente, ao contrário de opor os padrões associados ao desenvolvimento capitalista, simbolizado pelo poder *hegemônico* americano, e aquele característico do desenvolvimento de mercado não-capitalista prevaletente no sistema-mundo oriental e na China em particular, Harvey os aproxima, mostrando não só como os processos de proletarização abordados por Brenner, como a ligação entre Estado e capital enfatizada pelo próprio Arrighi, têm se tornado cada vez mais importantes na China, caracterizando indubitavelmente um processo de transição chinesa a um modo de produção capitalista. Harvey encerra seu texto afirmando novamente o caráter neoliberal, e portanto, pró-capitalista das transformações chinesas a partir das reformas de Xiaoping, mostrando ainda uma tendência incipiente ao crescimento da influência neoconservadora na China, o que mais uma vez a aproxima dos desenvolvimentos recentes nos Estados Unidos descritos pelo próprio Arrighi, e que dão conta do esfacelamento da hegemonia americana e de sua decadência em direção à dominação pura,

Podemos concluir que a China tomou inequivocamente o rumo da neoliberalização e da restauração do poder de classe, ainda que ‘com características peculiarmente chinesas’. Contudo, o autoritarismo, o apelo ao nacionalismo e a retomada de certas pressões de cunho imperialista sugerem que a China pode estar caminhando, ainda que de numa direção bem distinta, para uma confluência com a maré neoconservadora que hoje percorre com vigor os Estados Unidos. Isso não constitui um bom augúrio para o futuro (HARVEY, 2008, p. 164).

Por fim, o prognóstico de Arrighi acerca da tendência do padrão de desenvolvimento oriental de impulsionar a transição do capitalismo para um sistema-mundo

onde prevaleça a propensão à equalização da riqueza e do poder das nações não poderia ser mais distante do diagnóstico de Harvey, o qual, em razão tanto dos fatores internos que Brenner privilegia em sua análise da transição, quanto dos fatores externos aos quais o próprio Arrighi dá tanta atenção, o autor identifica tanto um processo acelerado de transição para o capitalismo e *acumulação primitiva* na China, quanto um processo sem precedentes de *acumulação por espoliação* no sistema capitalista global para buscar contornar a crise de queda da taxa de lucro que Brenner tenta captar em sua teoria e descrever em sua narrativa do longo declínio do século XX.

7 COMENTÁRIOS II

Na primeira parte, nos posicionamos de maneira favorável à abordagem de Arrighi no que diz respeito a sua escolha da unidade de análise. Argumentaremos aqui, contudo, que a adoção do “sistema” como uma unidade não necessariamente constitui a ferramenta mais apropriada para as análises de todo tipo de estrutura social abrangente. No caso da China, por exemplo, as noções de Arrighi ligadas ao padrão de desenvolvimento trilhado pelo sistema-mundo oriental acabam levando o autor a uma interpretação bastante problemática do significado e das causas por trás da ascensão chinesa contemporânea. Nesse caso, a aplicação de algumas das ideias ligadas ao arcabouço conceitual de Brenner, principalmente no que se refere ao debate da transição, podem contribuir bastante para a interpretação dos desdobramentos econômicos recentes da China. Apesar, portanto, de Brenner não haver aproveitado seu enorme conhecimento sobre a transição para discutir o tipo de modo de produção em vigor na China contemporânea, isto é, de sua filiação ao socialismo, ao capitalismo, ou a um tipo híbrido de sociedade, Harvey, partindo dos insights de Brenner sobre a transição, mas aproximando-se mais interpretação do capitalismo como um sistema-mundo ou totalidade orgânica, elabora uma interpretação que diverge radicalmente daquela adotada por Arrighi. Analisaremos a seguir a relação entre os debates da transição e do longo declínio levando em conta o problema da unidade de análise, os padrões de desenvolvimento identificados por Brenner e Arrighi, e, por fim, o *status* do processo de transição na China e no sistema capitalista global.

Tanto no debate do longo declínio do século XX quanto no debate da transição, como já observamos, Brenner parte do Estado como unidade de análise. Vimos na segunda parte que essa escolha está ligada à importância conferida pelo autor às relações sociais de propriedade, que, segundo ele, são em grande medida determinadas a partir de comunidades políticas ligadas às classes capitalista e trabalhadora.

De forma algo esquemática, pode-se dizer que a interação entre diferentes comunidades políticas nacionais ou “infra-nacionais” ligadas às classes pertencentes a um tipo de sociedade específico é responsável pelo surgimento de relações sociais de propriedade nacionais específicas. Inseridos nessas relações, os agentes econômicos adotam estratégias e formas de comportamento com elas compatíveis para permitir sua reprodução da melhor maneira possível. Essas estratégias e formas de comportamento são batizadas por Brenner de regras de reprodução. A agregação das regras de reprodução da totalidade dos agentes

econômicos resulta nos padrões ou trajetórias de desenvolvimento específicos de cada região. Essas regiões são então praticamente identificadas por Brenner com os territórios sob o domínio de Estados nacionais específicos.

Partindo dessas noções, é possível reinterpretar o debate sobre o longo declínio do século XX e a noção central por trás da dinâmica do período, o *desenvolvimento desigual*. Assim, os blocos de capital nacionais com características específicas podem ser interpretados como resultado das relações sociais de propriedade específicas de cada uma das economias avançadas, seja dos Estados Unidos, seja da Alemanha ou do Japão. Essas relações sociais de propriedade dão origem a regras de reprodução distintas. O caráter organizado e mobilizado da classe trabalhadora inglesa, por exemplo, que o próprio Brenner destaca de passagem, poderia ser assim interpretado como resultado da adoção de regras de reprodução apropriadas às características da economia pouco dinâmica do bloco de capital inglês. O contrário poderia ser verificado no Japão, onde predominou um movimento trabalhista relativamente debilitado, e uma economia bastante dinâmica. No caso das regras de reprodução adotadas pela classe capitalista, talvez não seja um completo exagero associá-las a características como o fordismo americano e o toyotismo japonês.

A agregação das regras de reprodução prevalentes em cada um dos blocos de capital que juntos conformam o capitalismo global, com destaque para seus três principais integrantes, Estados Unidos, Alemanha e Japão, acabam por gerar os padrões ou trajetórias de desenvolvimento cuja interação ou competição, captada através do conceito de desenvolvimento desigual, é o principal fator por trás do período de turbulência global associado ao longo declínio do século XX. Essas associações, reconhecidamente exageradas aqui e nunca levadas a cabo de maneira explícita e sistemática pelo próprio Brenner, servem apenas para mostrar como, apesar de seu caráter aparentemente paralelo, *parece haver na verdade uma grande continuidade nos argumentos avançados pelo autor em seus dois debates, ambos os quais são focados nos padrões ou trajetórias de desenvolvimento nacionais de cada região ou Estado específico*. Em outras palavras, as relações entre as teorias do debate da transição e aquela que embasa a discussão sobre o longo declínio em Brenner não são perfeitas nem diretas, mas, não obstante, parece haver uma compatibilidade bastante expressiva entre os trabalhos iniciais do autor, onde ele se dedica a combater as versões da transição que buscam generalizar os padrões de desenvolvimento smithiano e malthusiano através da história, sintetizando as contribuições dos historiadores dos modelos comercial e demográfico, e sua discussão recente sobre os blocos de capital e o desenvolvimento desigual.

O problema é que, em suas discussões mais recentes sobre a transição, Brenner tem tendido a elevar cada conjunto específico de relações sociais de propriedade quase ao *status* de um modo de produção próprio. Essa tendência faz com que as características específicas de cada Estado passem a ser vistas cada vez menos como variantes de um modo de produção mais geral, e cada vez mais como um modo de produção próprio e específico. Por isso, é possível dizer que, não só em relação a seus interlocutores teóricos, mas também no que diz respeito à análise de regiões específicas, Brenner se engaja num processo de tipologização das relações sociais de propriedade que leva, no limite, à definição de “modos de produção nacionais”, que pouco contribui para o debate sobre a transformação das estruturas sociais. O autor nunca chega a completar esse movimento, mas chega próximo de fazê-lo em seus trabalhos mais recentes, especialmente em *England's divergence e Property and progress*.

Outra questão refere-se à forma de extração do excedente que vigora nos modos de produção pré-capitalistas e capitalista. Segundo Brenner, enquanto no modo de produção capitalista vigora a extração econômica do excedente – ligada à introdução de inovações como maneira de fazer face à competição e auferir a maior taxa de lucro possível por parte de cada capitalista individual, levando a um grande desenvolvimento das forças produtivas – nos modos de produção pré-capitalistas predomina a extração extra-econômica do excedente, como no caso da coerção política dos senhores feudais sobre os servos camponeses. Até aí, a análise de Brenner contribui bastante para entender parte da *differentia specifica* do modo de produção capitalista em relação a todos os demais que o precederam ao longo da história da humanidade.

O problema começa quando o autor passa a negligenciar a hipótese de que o funcionamento do capitalismo, e não só sua origem, estejam associados não unicamente ou primordialmente a processos de extração econômica em todas as fases de sua evolução, mas também de extração extra-econômica do excedente, particularmente através da coerção política. Isso equivale a desconsiderar a hipótese de que possa ser do interesse do capital investir em meios que confirmem a ele a capacidade de obter ativos de outra forma que não através da simples combinação de meios de produção e força de trabalho para a geração de mais-valia relativa. Assim, a abordagem de Brenner mostra-se cada vez menos compatível com a noção de continuidade dos processos de acumulação primitiva não apenas na fase de transição para o capitalismo, mas também ao longo de seu funcionamento.

A reiteração da necessidade do capitalismo de ancorar seu funcionamento em processos análogos àqueles que caracterizam a acumulação primitiva corresponde à ideia da

acumulação por espoliação desenvolvida por Harvey e aproveitada por Arrighi. No contexto nacional, a negação da acumulação por espoliação como uma estratégia atraente para o capital, especialmente em períodos prolongados de crise como o longo declínio, equivale a desconsiderar tentativas de recuperação da lucratividade de cada um dos blocos de capital que não sejam simplesmente resultado dos processos ligados diretamente à competição intercapitalista global. A obtenção do direito à exploração predatória da natureza, por meio, por exemplo, do afrouxamento das exigências ligadas ao licenciamento ambiental, pode conferir a um determinado bloco de capital a capacidade de dinamizar o crescimento interno e aumentar a competitividade interna sem que se sofra imediatamente as consequências que os processos de sobreinvestimento por ele descritos normalmente acarretam. Embora não necessariamente resolva o problema do excesso de capacidade e de produção, essa estratégia permite a um bloco de capital específico garantir vantagens que podem mostrar-se decisivas no contexto do desenvolvimento desigual em momentos específicos.

Do ponto de vista externo, a extração extra-econômica do excedente através da acumulação por espoliação ajuda a explicar o caráter necessariamente interdependente entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, e as razões pelas quais a simples adoção da receita de Rostow para o crescimento econômico, ou a implantação das pré-condições de Brenner, não possibilitam a instauração de um padrão de desenvolvimento smithiano de crescimento econômico auto-sustentado. Assim, a tentativa da exportação do fardo da crise pode assumir não só a feição da mudança das relações cambiais internacionais, como nos Acordos Plaza e Plaza Invertido, mas também da coação através de organismos internacionais como o FMI e a OMC, ou, no limite, de ameaças de países como os Estados Unidos, ou de instituições como a OTAN, e mesmo da manipulação das decisões do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. Nesse sentido, a Crise da Dívida dos países americanos pode ser ao menos em parte interpretada como uma tentativa de exportar a crise interna das economias avançadas para as regiões periféricas e contê-las, impedindo seu espraiamento. Da mesma maneira, as iniciativas de “democratização” forçada de países do Oriente Médio por parte dos Estados Unidos, apoiada ou tolerada pelos organismos internacionais de segurança, representam em grande medida um esforço de controle sobre a torneira global de petróleo, como afirma Harvey, tanto para diminuir seus custos para os produtores americanos, quanto para aumentá-los para seus concorrentes.

A acumulação por espoliação, isto é, o recurso continuado das formas de extração extra-econômica do excedente são identificados por Arrighi como uma das mais importantes, se não a mais importante, característica do sistema-mundo capitalista ao longo dos ciclos

sistêmicos de acumulação. Aqui, em oposição direta a Brenner, o qual tende a identificar o capitalismo à extração econômica do excedente, Arrighi atribui uma importância muito maior à coerção e à exploração política como base de sustentação e de evolução para o sistema capitalista. Mas, enquanto Brenner trata da extração econômica em referência a Estados nacionais distintos, Arrighi associa a acumulação por espoliação também, ou primordialmente, ao funcionamento do sistema-mundo capitalista em geral.

A identificação pura e simples que Brenner e Arrighi tendem a fazer do capitalismo com um tipo específico de extração do excedente é particularmente prejudicial ao debate. Como é notório, os períodos da Era do Imperialismo, da Era de Ouro e, finalmente, do longo declínio do século XX, isto é, em diversas fases da evolução do capitalismo global, utilizou-se recorrentemente tanto das formas econômicas quanto extra-econômicas de extração do excedente, seja ao nível nacional, seja ao nível mundial. Além disso, a persistência das relações de dominação e exploração da periferia ou Sul global pelos países do centro ou Norte global parecem ter representado uma constante ao longo do período. Essa, inclusive, é uma das razões pelas quais Arrighi critica a noção de que a implantação do capitalismo, normalmente associado aos processos de industrialização, seja capaz por si só de permitir a implementação de processos generalizados de *catching up* dos blocos de capital periféricos em relação aos blocos centrais. Na verdade, como o autor procura mostrar ao longo de sua obra, a industrialização dos países periféricos não resultou, como preconizado pelos autores desenvolvimentistas, num estreitamento do *gap* de renda entre a maior parte dos países do Sul e seus modelos do Norte. Apenas alguns blocos de capital da Ásia oriental foram capazes de alcançar essa façanha, por razões que o autor credita principalmente às características do sistema-mundo oriental.

A ênfase de Brenner na importância das formas econômicas, intimamente ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas, que representam o grande diferencial e um dos maiores argumentos a favor da legitimação do capitalismo, não podem ser ignoradas. Nesse sentido, é importante frisar que, por não conceder o devido crédito às análises de Brenner e Marx, Arrighi acaba por elaborar um relato que ignora a *differentia specifica* do capitalismo consolidado a partir da Revolução Industrial na Inglaterra. Esse é um dos principais motivos pelos quais o autor não consegue explicar satisfatoriamente o surgimento do capitalismo, suas características essenciais, e a relação entre o capitalismo e outros tipos de sociedade onde o mercado assume uma importância relativamente grande. Como veremos, esses problemas, derivados em grande medida da incapacidade de Arrighi de reconhecer os méritos da análise de Brenner, resultará em consequências catastróficas em sua abordagem do sistema-mundo

asiático, resultando numa versão que mistura exotismo, atavismo e *wishfull thinking* em proporções espantosas.

No caso de Brenner, a identificação entre o capitalismo e a extração econômica, e a dicotomização entre ele e os modos de produção não-capitalistas, baseados na extração extra-econômica, faz com que o autor simplesmente elimine de sua teoria qualquer menção às iniciativas concretas de expropriação pela força de recursos naturais e humanos, seja no plano nacional, seja no plano global. Mais uma vez, em sua narrativa histórica o autor acaba por mencionar elementos importantes, como as próprias iniciativas ligadas às recomendações monetaristas, a Crise da Dívida dos países latino-americanos na década de 1980, a conformação da plutocracia financeira americana, etc. Ainda assim, essas observações são feitas contra ou apesar de seu arcabouço teórico, e não com base nele. A própria ênfase de Brenner sobre o apoio cada vez maior e mais arbitrário do Estado ao sistema financeiro e aos rentistas que dele se beneficiam não é interpretado como resultado de qualquer processo de acumulação por espoliação.

O período massivo de acumulação por espoliação generalizada durante o longo declínio do século XIX, por exemplo, ligado ao imperialismo, à subjugação e à exploração das regiões periféricas do globo, é um dos principais motivos por trás da ascensão dos movimentos nacionalistas de descolonização e do aumento da capacidade de influência dos países socialistas sobre as nações do Terceiro Mundo, que muitas vezes se ligavam a eles primordialmente para marcar posição contra a influência capitalista ocidental. Do ponto de vista dos blocos de capital nacionais, a acumulação por espoliação está ligada, por exemplo, à especulação imobiliária e à servidão por endividamento de grupos vulneráveis tanto das economias avançadas, quanto das regiões subdesenvolvidas. Passemos agora ao problema ligado ao padrão de desenvolvimento recente da China, que representa também um processo de transição, cuja interpretação é fruto de controvérsias.

Em *Englands divergence*, Brenner, em parceria com Isett, compara o padrão de desenvolvimento chinês àquele trilhado pela Inglaterra a partir do início da Era Moderna. De acordo com ele(s), enquanto a partir desse período essa começa a se libertar das restrições econômicas ligadas ao funcionamento do modo de produção feudal, e a estabelecer as pré-condições para a transição ao modo de produção capitalista, a região chinesa do delta do Yang-tsé continua a apresentar um padrão de desenvolvimento malthusiano bastante parecido com aquele característico das demais regiões europeias, com exceção da Holanda. A análise das relações sociais de propriedade e do padrão de desenvolvimento chinês representa mais uma tentativa de Brenner de combater as teses avançadas pelos historiadores smithianos, que

tendem a explicar a transição a partir da expansão do comércio, recaindo num argumento que pressupõe a existência dos elementos que procura explicar. Nesse caso específico, o autor visa refutar as teses de Pomeranz, segundo o qual os padrões de desenvolvimento inglês e chinês trilharam trajetórias semelhantes até a virada para o século XIX. Nesse caso, Pomeranz interpreta o aumento da importância do mercado, particularmente do comércio de algodão, como um sinal de semelhança entre a estrutura social do Yang-tsé e aquela prevalecente na Inglaterra. Nesse caso, o fator decisivo para o início da Grande Divergência entre os caminhos de desenvolvimento inglês e chinês diz respeito à exploração dos recursos disponíveis nas colônias americanas conquistadas pelas potências europeias, em especial os Estados Unidos no caso da Inglaterra.

De posse de seu aparato teórico desenvolvido ao longo do debate da transição, Brenner procura mostrar como o aumento da importância do mercado na região do delta do Yang-tsé representa não uma evidência de prosperidade, mas sim um sinal das tentativas cada vez mais desesperadas dos camponeses de combater os efeitos da queda da produtividade implicados pelo crescimento da relação homem-terra na região. Assim, dada a impossibilidade de aumentar a produção de grãos diretamente para garantir a própria subsistência, as famílias camponesas são obrigadas a investir em cultivos que, não obstante sua contribuição para o aumento da produtividade da terra, acabavam por implicar na diminuição da produtividade do trabalho. Esse padrão de desenvolvimento malthusiano acaba resultando, portanto, num colapso econômico e demográfico análogo àquele vivido pelas economias feudais europeias durante o século XVII. Brenner não analisa a evolução da economia chinesa, ou mesmo da região do Yang-tsé, após o período de início da Revolução Industrial – que representa para ele uma espécie de coroação final do padrão de desenvolvimento smithiano capitalista nascido no campo – e portanto não deixa claro se, como e quando essa região teria atravessado um período de transição de seu modo de produção pré-capitalista, para um outro tipo de estrutura social.

Arrighi, por sua vez, acompanha o desenvolvimento não só da região do Yang-tsé e da China desde o fim do século XVIII, mas de toda a região compreendida pelo que ele identifica como o sistema-mundo asiático ou oriental. Um dos objetivos de Arrighi ao analisar a região, além de tentar compreender o caráter do desenvolvimento chinês contemporâneo, é combater as visões eurocentristas da história, que identificam o “padrão de desenvolvimento” ocidental às virtudes da civilização, da liberdade e do desenvolvimento econômico, associando o restante das regiões do planeta a atributos não só anti-desenvolvimentistas, como, em alguns casos, simplesmente “bárbaros”. Segundo esse tipo de visão, a ascensão da

China contemporânea é resultado de seu reconhecimento das vantagens do modelo ocidental de desenvolvimento, e de sua adoção a partir das reformas de Xiaoping²⁸. Arrighi busca combater essas visões com uma abordagem não ocidentalista da evolução da Ásia e da China. De forma análoga ao sistema-mundo capitalista, Arrighi identifica na Ásia oriental um outro sistema-mundo, também baseado no mercado, mas de caráter não-capitalista. O surgimento de um sistema-mundo caracterizado pela prevalência de um sistema interestatal e pela generalização das relações de mercado seriam, além disso, não elementos originados na Europa, mas sim na Ásia oriental.

Além de utilizar novamente a unidade de análise sistêmica para compreender não só o capitalismo, mas também a estrutura social prevalecente na Ásia oriental, Arrighi também se utiliza da noção dos padrões de desenvolvimento associada às discussões de Brenner sobre a transição e o longo declínio do século XX. Ao contrário de Brenner, contudo, que identifica seu padrão de desenvolvimento smithiano com o funcionamento do capitalismo de origem ocidental, Arrighi também faz uso da noção do padrão de desenvolvimento smithiano, mas aplica-o não aos blocos de capital europeus ou americano, nem tampouco ao capitalismo global, mas sim ao sistema-mundo oriental. Para além da inspiração smithiana de Arrighi, o autor parece aqui fazer uma espécie de ironia com a rotulação que Brenner faz de Wallerstein e Frank como marxistas neo-smithianos.

Arrighi também defende a ideia de que a teoria de Smith seja capaz de explicar grande parte dos traços essenciais do padrão de desenvolvimento capitalista. O caminho trilhado pelo sistema-mundo oriental corresponderia, nesse sentido, ao caminho de desenvolvimento natural de Smith, enquanto o caminho de desenvolvimento anti-natural estaria associado ao capitalismo. Já a teoria de Marx, que realiza sua crítica da economia política como uma forma de combater a naturalização do capitalismo em grande medida levada a cabo pelos economistas clássicos, dentre os quais encontra-se o próprio Smith, e cuja obra inclui discussões sobre os modos de produção pré-capitalistas e suas diferenças em relação ao modo de produção capitalista, são tidas por Arrighi não como mais abrangentes, mas sim como mais limitadas que a análise de Smith. Por isso, Arrighi defende em *Adam Smith em Pequim* que, em linhas gerais, uma análise da relação entre os sistemas-mundo capitalista e oriental tem muito mais que se beneficiar das ideias contidas em *A riqueza das nações*, do que nas obras de Marx, como *O capital* e *Os grundrisse*. Aqui, tanto por uma

²⁸ Veja-se a esse respeito, por exemplo, o novo livro do historiador conservador britânico Niall Ferguson, *Civilization: the west versus the rest*, obra cujo título sugestivo dá uma ideia do tom do argumento desenvolvido pelo autor.

decisão em parte saudável e em parte arbitrária de não se deixar levar pela tendência à teologização dos argumentos marxianos e das abordagens marxistas clássicas, quanto, ao que parece, como pura forma de provocação contra Brenner, Arrighi defende as virtudes e o legado da obra de Smith e combate a ideia de que Marx tenha cumprido seu próprio objetivo de demonstrar a historicidade e a transitoriedade do sistema capitalista.

Apesar das vantagens da abordagem geral de Smith, contudo, Arrighi atribui ao padrão de desenvolvimento capitalista o atributo de marxista ou schumpeteriano, dada sua tendência, talvez a única não antecipada por Smith, à transformação do arcabouço social que o caracteriza, e à sua constante reestruturação. Repassemos rapidamente agora as características contrastantes desses dois sistemas-mundo, para em seguida mostrarmos como as teses de Brenner, conciliadas com a adoção da unidade de análise sistêmica na avaliação da evolução do capitalismo, levadas a cabo por Harvey, podem contribuir para o debate e a tentativa de síntese das contribuições desses dois autores.

Ambos os sistemas-mundo analisados por Arrighi são caracterizados pela existência de um sistema interestatal e de importantes redes de comércio entre seus diversos integrantes. Além disso, ambas são dotadas de um ator central que lidera e ajuda a estabilizar o sistema. No caso do capitalismo, esse ente é representado pelos *hegemons* que se sucederam ao longo dos ciclos sistêmicos de acumulação e das reformulações do arcabouço social capitalista a eles associado. No caso do sistema-mundo oriental, essa posição é ocupada pela China, que desde o final do período Song e início do período Qing, assume uma posição incontestável de liderança na região. Além das relações econômicas e políticas, Arrighi refere-se também a uma herança cultural comum a cada um desses sistemas-mundo, que diminui as fricções e aumenta a afinidade entre seus integrantes.

Apesar dessas semelhanças básicas, os dois sistemas-mundo identificados por Arrighi possuem características bastante diversas e, na maior parte dos casos, até oposta. Não retomaremos os argumentos desenvolvidos nos capítulos anteriores a respeito desse assunto. Apenas listaremos aqui as características que tornam divergentes os padrões de desenvolvimento desses dois sistemas-mundo: i) enquanto o sistema-mundo capitalista é fundado a partir da relação Estado-capital, que acaba por submeter o Estado e os “interesses gerais” aos interesses capitalistas, o sistema-mundo oriental é caracterizado por uma maior independência entre esses dois elementos; ii) enquanto no capitalismo prevalece um impulso ilimitado à acumulação de capital e poder em razão do caráter relativamente equilibrado e altamente competitivo de seus integrantes, no sistema-mundo oriental prevalece um desequilíbrio de poder em favor da figura de liderança, a China, e um caráter menos

competitivo e mais cooperativo; iii) enquanto as lutas pelo poder impulsionam o sistema capitalista à expansão e à reformulação constante de suas características e limites, no sistema oriental prevalece um padrão voltado para o desenvolvimento interno; iv) enquanto o impulso à acumulação de riqueza e poder estão associados a uma tendência à introdução de inovações disruptivas no capitalismo, o desenvolvimento das relações de mercado num arcabouço social fixo faz do desenvolvimento oriental uma estrutura voltada às pequenas inovações; v) enquanto o caminho de desenvolvimento capitalista prioriza o desenvolvimento do comércio exterior e da indústria, o caminho oriental dá mais atenção à agricultura e à integração e expansão do mercado interno; vi) enquanto, em razão da relação Estado-capital e da sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo, o capitalismo possui um caráter irremediavelmente belicista, o sistema-mundo oriental possui um caráter quase inabalavelmente “pacifista”, como demonstram a comparação feita por Arrighi entre a Paz de Cem Anos europeia do século XIX, isto é, do período de armamento pacífico que precede as guerras imperialistas de fins do século, com a Paz de Trezentos anos do sistema-mundo oriental e a Paz de Quinhentos Anos chinesa; vii) enquanto o desenvolvimento capitalista privilegia as atividades capital e energo-intensivas, o desenvolvimento oriental baseia-se na priorização do trabalho e na economia de recursos naturais e energéticos; viii) enquanto no desenvolvimento oriental prevalecem as virtudes associadas ao desenvolvimento da divisão *social* do trabalho; no sistema capitalista prevalecem as tendências à degradação das qualidades da classe trabalhadora associadas à divisão técnica do trabalho; ix) enquanto o desenvolvimento ocidental é baseado em relações de mercado capitalistas, isto é, fundadas no privilégio, o desenvolvimento oriental é baseado em relações de mercado onde prevalecem as trocas de equivalentes e a igualdade de condições entre os participantes do mercado; x) por fim, enquanto o sistema-mundo capitalista é fundamentalmente baseado na acumulação por espoliação, o sistema-mundo oriental é baseado na acumulação sem espoliação.

As características do sistema-mundo oriental são definidas principalmente durante o período Ming, mas também, em menor medida, durante o período Qing. As características diferenciadas do desenvolvimento asiático não impedem que o sistema-mundo oriental e, mais particularmente, a China, se desenvolva tanto quanto o sistema-mundo capitalista ocidental, levando em conta principalmente a Inglaterra. Mesmo durante a primeira fase da Revolução Industrial na Inglaterra, a China mostra-se capaz de acompanhar a evolução do nível de desenvolvimento econômico ocidental em razão da ocorrência simultânea de uma Revolução Industrial no país. A Revolução Industrial representa em grande medida um reforço das características do padrão de desenvolvimento oriental que permite ao sistema em

geral, e à China em particular, escapar do estado estacionário em que supostamente se encontrava até então em razão do completo aproveitamento das oportunidades disponíveis no contexto do antigo arcabouço social. Assim, a mudança exógena do arcabouço social oriental e chinês permitiram que, até praticamente meados do século XIX, a Inglaterra e a China desfrutassem de níveis de desenvolvimento semelhantes, apesar dos caminhos diferentes de desenvolvimento de cada um dos dois sistemas nos quais elas se incluíam. Entre meados do século XIX e meados do século XX ocorre o período da chamada Grande Divergência.

O fator principal por trás da Grande Divergência está ligado à pré-condição fundamental de Arrighi para o surgimento do sistema-mundo capitalista: a relação Estado-capital. É fundamentalmente a partir da interação entre, por um lado, a sinergia dada pela relação capitalismo-industrialismo-militarismo e, por outro, o impulso à expansão constante do sistema associado às lutas pelo poder que explica-se a diferenciação não entre os caminhos ou trajetórias de desenvolvimento, que já divergiam entre si, mas sim entre os níveis de desenvolvimento desses dois sistemas-mundo. E é a partir não da simples expansão do mercado determinada pela superioridade competitiva europeia, segundo Arrighi em grande medida um mito, mas principalmente por meio da força militar, que o oriente é aberto ao mundo do capital, sendo incluído de maneira subordinada ao sistema-mundo capitalista ampliado. Aqui percebe-se a importância fundamental daquilo que, do ponto de vista do sistema-mundo capitalista, representa um enorme processo de acumulação por espoliação. A subsunção do sistema-mundo oriental ao sistema capitalista é seguida de tentativas dos próprios integrantes dos países da Ásia oriental de se aproximarem do caminho de desenvolvimento capitalista. A região que mais avançou nesse sentido foi o Japão, com consequências desastrosas simbolizadas pelo fim trágico do imperialismo japonês marcado pelo lançamento das bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki no fim da Segunda Guerra Mundial. Em alguma medida, a China também seguiu os passos dos blocos de capital ocidentais, as quais resultaram não na aceleração do desenvolvimento da região, mas sim da reação aos princípios capitalistas por meio da Revolução Chinesa de 1949. A partir de então, o governo de Mao resgata em diversos sentidos as características do sistema-mundo oriental que permitem o início dessa nova fase de ascensão da economia chinesa, acentuada com o início das reformas de Xiaoping. Segundo Arrighi, tanto os Governos de Mao quanto de Xiaoping caminharam, em grande medida, no sentido de resgatar as tradições ligadas ao padrão de desenvolvimento oriental baseado no mercado, mas não-capitalista, incorporando de maneira seletiva, apesar de tudo, algumas características menos nocivas do padrão de desenvolvimento ocidental.

Assim, ao contrário de um processo de transição rumo ao capitalismo, a China na verdade se afastado do padrão de desenvolvimento capitalista a ela imposto a partir de meados do século XIX, bem como se aproximado do caminho de desenvolvimento smithiano originado no início da Era Moderna. O que permitiu que a China pudesse se libertar da influência ocidental, sem no entanto ser isolada pelo resto do mundo, foi basicamente o fracasso da tentativa americana de consolidar um Estado mundial, a descoberta, por parte das nações do Sul, do caráter ilusório da promessa desenvolvimentista que tinha por objetivo afastar as nações do Terceiro Mundo da influência soviética, a criação de um mercado mundial onde as características orientais e chinesas da produção flexível e da terceirização em várias camadas levam vantagem sobre as empresas transnacionais verticalmente integradas americanas. O declínio da legitimidade e do poder americanos se agravam com a instauração e o aprofundamento de sua crise de hegemonia, que praticamente coincide com o período do longo declínio de Brenner.

Segundo Arrighi, caso a evolução do sistema-mundo capitalista siga o padrão de repetição dos ciclos sistêmicos de acumulação passados, com a emergência de um período de caos sistêmico, a ser solucionado por ainda novas rodadas de acumulação por espoliação e expansão do sistema-mundo capitalista para as escassas eventuais regiões ainda não submetidas a sua influência, teria uma consequência catastrófica e, potencialmente fatal para a humanidade como um todo. Além disso, o caráter capital-intensivo e energo-intensivo do capitalismo tende, em outra frente potencialmente catastrófica, a agravar os problemas ambientais que assolam o planeta.

A solução para a perspectiva sombria apontada por Arrighi está ligada ao espraiamento do padrão de desenvolvimento associado ao sistema-mundo oriental ao redor do sistema-mundo capitalista, que torna-se cada vez mais provável em razão do aumento da influência chinesa no cenário econômico e político internacional. A aproximação em relação ao caminho de desenvolvimento oriental baseado no mercado é apontada por Arrighi como a chave para alcançar uma equalização entre os níveis de desenvolvimento econômico e de poder político entre os diversos integrantes do sistema-mundo ampliado, isto é, da estrutura criada a partir da junção entre os sistemas-mundo ocidental e oriental a partir de meados do século XIX. Apesar de se recusar a utilizar o termo, é difícil não associar essa situação visualizada por Arrighi às características de um socialismo de mercado *sui generis*, onde o respeito mútuo é baseado no temor mútuo inspirado pelos diversos integrantes do sistema-mundo entre si, e não pela superação das relações de mercado e a supressão da divisão de classes da sociedade.

O relato de Arrighi sobre o desenvolvimento oriental bastante problemático, o que torna até difícil criticá-lo. Em primeiro lugar, as unidades de análise sistêmicas não devem ser assumidas como inerentemente superiores a outros tipos de unidade de análise independentemente das características do objeto de estudo em tela. Nesse sentido, embora continuemos defendendo a superioridade da escolha de Arrighi em relação à de Brenner no que diz respeito à discussão sobre o longo declínio do século XX, o mesmo não se aplica necessariamente à análise das sociedades orientais. As oposições quase simétricas entre os sistemas-mundo ocidental e oriental, por si sós, já levantam suspeitas de que Arrighi tenha caído na tentação, também experimentada por Brenner, da radicalização de seus próprios argumentos, e nas dicotomizações que costumam acompanhá-la. Afirmar, por exemplo, que os movimentos de expansão chinesa na região ao longo da evolução do sistema-mundo oriental tenham tido um caráter quase exclusivamente defensivo representa uma posição bastante controversa, sobretudo quando se recordam as críticas feitas pelo próprio Arrighi à tese de Schumpeter sobre o caráter anti-imperialista do desenvolvimento do capitalismo americano ao longo da expansão para o oeste.

Outra posição de Arrighi bastante afastada da realidade diz respeito a sua ênfase despropositada nas virtudes quase inatas dos diversos tipos de agentes que compõem o sistema-mundo oriental e a sociedade chinesa. Assim, Arrighi contrapõe o “gangsterismo” americano ao caráter benevolente e sábio do Estado chinês, e a subserviência do Estado capitalista aos interesses financeiros à independência e à propensão ao atendimento dos interesses gerais da sociedade em detrimento da satisfação de “grupos de interesse” como o dos agentes empresariais ligados às finanças. Mesmo os capitalistas ultramarinos chineses, que exploram com avidez o trabalho dos novos *coolies* da região, são pintados de maneira favorável pelo autor por sua capacidade de articulação entre o capital estrangeiro, os trabalhadores e o Estado, bem como por sua inclinação à promoção do desenvolvimento econômico. Por fim, os trabalhadores chineses são vistos como o produto milenar das tradições ligadas ao desenvolvimento oriental, que incentiva a industriiosidade, a pró-atividade, a polivalência, a disciplina, a capacidade de autogerenciamento, o baixo custo, e, além de tudo, o ímpeto à militância! Essas características são derivadas em grande parte do caráter diversificado da produção concentrada na agricultura, que impede a degradação associada ao aprofundamento da divisão técnica do trabalho e estimula as virtudes do trabalho oriental.

Outra posição bastante estranha de Arrighi refere-se à defesa do sistema de produção flexível e de terceirização em várias camadas como tendências positivas, se não

desejáveis, associadas ao caminho de desenvolvimento oriental. Nesse sentido, elas estariam associadas à produção familiar diversificada em pequena escala de caráter cooperativo que segundo ele caracterizava o sistema-mundo oriental. Aqui, a presença generalizada e a importância dos *sweatshops* que submetem os trabalhadores a condições análogas à escravidão na China e demais regiões onde prevalece o sistema de terceirização e flexibilização por ele defendido não são abordados pelo autor. Nesse contexto, apesar de seu louvor à obra de Smith, o próprio Arrighi assume, nos termos de Brenner, uma feição inegavelmente malthusiana ao tentar defender as virtudes e os efeitos positivos dessas formas de ultra-exploração do trabalho.

De forma intimamente relacionada aos fatores acima mencionados, Arrighi defende ainda que o desenvolvimento chinês recente tenha sido caracterizado pela acumulação por espoliação. Para fazê-lo, o autor, depois de todas as suas críticas à redução das pré-condições para o surgimento do modo de produção capitalista à separação entre capital e trabalho e à generalização da influência do mercado sobre os agentes econômicos, indissociavelmente ligadas à incapacitação da extração extra-econômica do excedente, Arrighi baseia-se nessas mesmas pré-condições para defender a ideia de que o desenvolvimento chinês recente tem sido caracterizado pela acumulação sem espoliação. Essa posição só pode ser assumida se se levam em conta apenas os aspectos formais das relações sociais de propriedade chinesas, segundo as quais ainda não foi generalizada a adoção da propriedade privada. Do ponto de vista concreto, porém, como o próprio Harvey aponta em *O neoliberalismo*, a privatização dos recursos por meios legais e ilegais por parte principalmente agentes empresariais associados ao partido e/ou ao governo tem avançado a passos largos desde o início das reformas de Xiaoping.

Ao longo de suas grandes obras, Arrighi toma para si a nobre missão de combater as visões eurocêntricas e preconceituosas sobre as evoluções distintas do Ocidente e do Oriente. Ao fazê-lo, contudo, a radicalização progressiva de seus argumentos e a produção de uma clivagem semelhante àquelas incorridas por Brenner levam o autor a produzir um relato tão caricatural do desenvolvimento chinês quanto as abordagens que procura combater, principalmente no campo conservador. Nesse sentido, enquanto o sucesso do desenvolvimento econômico do Ocidente tende a ser encarado como resultado de seus valores e instituições associados à liberdade individual, ao empreendedorismo e à democracia, Arrighi acaba por produzir uma abordagem que, em *Adam Smith em Pequim*, assume um caráter maniqueísta, “demonizando” o desenvolvimento capitalista, e louvando o desenvolvimento oriental. Além disso, ao atribuir o sucesso chinês às características seculares do

desenvolvimento oriental, o autor acaba por produzir um relato altamente “exotista” da evolução das sociedades orientais, conferindo aos trabalhadores, empresários e agentes governamentais chineses virtudes praticamente inatas. Antes de seguir adiante, cabe ainda destacar uma última característica do desenvolvimento oriental apontada por Arrighi: sua tendência à economia de recursos naturais e de energia. Já vimos o quão absurda é essa proposição a partir dos dados apresentados por Harvey, e complementados com a notícia mais recente publicada no *Washington Post*. A certa altura, Arrighi é obrigado a reconhecer que a tendência à economia de energia e de recursos naturais não tem se manifestado recentemente. Apesar disso, contudo, o autor tende a atribuir essa, bem como outras características negativas da ascensão chinesa a desvios periódicos em relação ao caminho de desenvolvimento oriental, e não a uma característica intrínseca ao desenvolvimento da China.

Os problemas da análise de Arrighi sobre o desenvolvimento chinês estão ligados não simplesmente a qualquer excesso de otimismo ou à grande afinidade do autor em relação ao estudo das sociedades orientais. Ele parece estar ligado, também a problemas que não são incomuns na análise dos sistemas-mundo. E esses problemas referem-se justamente à subestimação da importância das relações internas das regiões, Estados ou nações que integram um determinado sistema. Vimos que a ênfase nas relações sociais de propriedade internas ou nacionais são uma das principais características da análise de Brenner, e também como Harvey mobiliza seus argumentos, sem abandonar a unidade de análise sistêmica na avaliação do capitalismo, para defender teses opostas àquelas de Arrighi.

No que diz respeito à sociedade de mercado não-capitalista que, segundo Arrighi, caracteriza o desenvolvimento oriental, o autor parece basear-se na ideia de que, numa sociedade onde não predomina a separação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência, nem tampouco relações de extração extra-econômica do excedente, como no feudalismo, os agentes econômicos encontram-se em posição de aproveitar as oportunidades do mercado sem sofrerem as restrições que a dependência em relação a ele geram do ponto de vista da subsistência básica dos indivíduos e famílias da sociedade. Essa posição é extremamente problemática porque, em primeiro lugar, tende a ignorar o caráter exploratório ligado à extração econômica do excedente que vigora em sociedades de classe com relações de mercado generalizadas. Além disso, ela tende a ignorar o fato de que, conforme observado por Brenner, em sociedades onde a subsistência camponesa é garantida de forma praticamente auto-suficiente, o aproveitamento das oportunidades do mercado resume-se à venda dos produtos excedentes.

Mesmo assumindo que o tipo de sociedade de mercado defendido por Arrighi pudesse ser mantido por algum tempo, o próprio processo de competição e de eliminação dos produtores menos eficientes, destacados por Brenner tanto em sua análise do longo declínio quanto no debate da transição, isto é, a própria tendência das sociedades de mercado à concentração e à centralização de capital, levariam à substituição da sociedade de mercado de Arrighi por outra qualitativamente diferente. As tendências à concentração e à centralização do capital nas sociedades cuja reprodução depende majoritariamente das relações de mercado são dois dos principais argumentos pelos quais a criação do sistema-mundo ideal de Arrighi, baseado na adoção geral das características do desenvolvimento oriental, não tem grandes chances de se concretizar, impedindo a equalização da riqueza e do poder das nações por ele desejadas. Apesar de Arrighi evitar o termo, suas propostas de generalização do padrão de desenvolvimento oriental em geral e chinês em particular se assemelham à tentativa de construir uma espécie de socialismo de mercado de alcance mundial. Um última razão por trás da impossibilidade de tal tipo de padrão de desenvolvimento de promover uma generalização da riqueza e do bem-estar das nações está ligada aos argumentos do próprio Arrighi sobre a relação entre Estado e capital. Nesse sentido, conforme avançam os processos de concentração e centralização de capitais resultantes da generalização das relações de mercado, tendem a avançar também as iniciativas ligadas à intensificação da competição interestatal entre as nações, como após a Paz de Cem Anos europeia do século XIX. Assim, o “temor mútuo” que Arrighi defende como fator último do fim dos conflitos característicos do belicismo capitalista é, na verdade, uma das principais causas das corridas armamentistas que costumam preceder os períodos de caos sistêmico. Antes de finalizar a discussão, cabem algumas observações sobre a escolha da unidade de análise, as formas de extração de excedente e os padrões de desenvolvimento a elas relacionados, bem como aos estudos sobre as transições entre estruturas sociais distintas.

Grande parte das divergências teóricas de Brenner e Arrighi derivam de suas escolhas de unidades de análise distintas. Ao priorizar em seus relatos as economias nacionais, Brenner tende a subestimar o caráter necessariamente interligado das diversas estruturas sociais que mantêm relações entre si. Tanto no debate da transição, como em relação ao estudo do longo declínio do século XX ou, em última instância, das abordagens a respeito de uma eventual transição a partir do capitalismo para outro tipo de sociedade, essa tendência é bastante problemática.

No que diz respeito ao debate da transição do feudalismo, ela tende a enxergar o processo de formação e consolidação do capitalismo como resultado de condições

estabelecidas ao nível nacional. Por isso ignora, por exemplo, o papel da exploração das colônias americanas, do comércio de escravos, da compra de bens de subsistência das regiões do leste europeu e da criação de mercados para os produtos ingleses conforme avançava o processo de generalização das relações de trabalho assalariado na Inglaterra. Os recursos e os mercados das regiões periféricas foram, nesse sentido, essenciais para possibilitar o avanço das relações capitalistas e impedir a morte prematura desse modo de produção nascente. Além disso, os recursos obtidos a partir da exploração das colônias e dos satélites durante a Era Moderna foram importantes para permitir que o Estado inglês garantisse a segurança interna de seus súditos e externa de seus comerciantes frente à competição com outras potências do sistema interestatal.

Por isso, não é possível isolar o surgimento do capitalismo inglês dos acontecimentos do restante do sistema-mundo capitalista nascente. Caso contrário, como deveria ser interpretada a situação da região que na primeira metade do século XIX viria a formar o Brasil, já que as próprias lutas pelo poder no centro estiveram intimamente associadas não só à vinda da corte para o país, mas a sua independência e à necessidade de colocar em prática recursos cada vez mais ardilosos para permitir a continuidade do regime de escravidão no país? Se os próprios produtores diretos dessa região eram apresados em um continente distante e transportados por comerciantes de ainda outro continente, será que a noção de Brenner das relações sociais de propriedade e da determinação nacional dos padrões de desenvolvimento continuam a vigorar nesse caso? E se a transição para o capitalismo não dependeu apenas da separação entre o produtor direto e seus meios de produção e subsistência, qual então o papel da acumulação primitiva mundial que acompanha a acumulação nacional representada pelos *cercamentos*, por exemplo?

Talvez a própria ênfase de Brenner no papel primordial do capital fixo em sua discussão sobre os blocos de capital e o desenvolvimento desigual possam ser úteis. O próprio Brenner rejeita a ideia de que o capital fixo tenha tido uma importância relativamente pequena até o fim da primeira fase da Revolução Industrial, onde o setor têxtil assumiu a liderança. Mas o autor não explicita em relação a que ele se refere. Se Brenner tem em vista a importância do capital fixo a partir da fase centrada na produção de bens de capital por volta das décadas de 1830 e 1840, então certamente essa afirmação é verdadeira, mas ainda assim não resolve o problema, porque não identifica qual o papel do capital fixo durante a Revolução Industrial em relação às fases anteriores da transição ou mesmo aos modos de produção pré-capitalistas. Além do capital fixo, outro ponto importante refere-se à necessidade já mencionada de obter recursos para a proteção das relações sociais de

propriedade em processo de consolidação na Inglaterra. Por fim, cabe mencionar a obtenção de recursos de primeira necessidade, de matérias-primas para a fabricação de bens de luxo e da criação forçada de mercados ligada ao dinamismo econômico inglês. Por todas essas razões, reafirmamos a defesa da unidade de análise sistêmica de Arrighi na análise do surgimento e da evolução do capitalismo como mais apropriada.

No que diz respeito ao debate sobre o longo declínio, a priorização das unidades de análise nacionais como ponto de partida para a análise do capitalismo global também merece destaque. Nesse sentido, é preciso mencionar novamente o entrelaçamento entre os blocos de capital ou nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, isto é, entre centro e periferia ou, nos termos de Arrighi, entre Norte e Sul global. Levando em conta uma situação de continuidade indefinida do capitalismo global, as relações de dominação entre centro e periferia são importantes porque permitem identificar as condições e as probabilidades de sucesso reais ligadas aos esforços para promover o desenvolvimento nacional. Além disso, permitem entender a tendência muitas vezes bastante pronunciada para a formação de alianças entre as classes trabalhadora e capitalista do Sul para combater as investidas no Norte. Essa discussão está intimamente ligada às tendências e contratendências à unificação e à fragmentação da classe trabalhadora. O fato de que o reconhecimento dessas relações tornem ainda mais difícil concretizar as aspirações internacionalistas de solidariedade da classe trabalhadora que está ligada aos debates marxistas não pode servir de pretexto para sua desconsideração. A análise sistêmica no âmbito das discussões sobre o longo declínio permite não só a criação de um aparato teórico mais útil e abrangente nas análises do capitalismo global, mas também a flexibilização da importância apriorística da escala nacional nas discussões sobre a evolução das diversas regiões do capitalismo global, levando em conta de fato, por exemplo, regiões econômicas como a zona do euro, por exemplo. Esse tipo de análise, além disso, não deve impedir a sobreposição da análise em diversas escalas, desde o nível local até, se preciso, o nível verdadeiramente global.

A ênfase nas unidades de análise nacionais também está relacionada com a discussão de Brenner sobre as formas de extração de excedentes que predominam nos modos de produção por ele identificados. Assim, as regiões ou nações onde prevalecem relações sociais de propriedade pré-capitalistas são relacionadas à forma de extração extra-econômica, enquanto o capitalismo é identificado à extração econômica do excedente. Arrighi, por outro lado, associa o sistema-mundo capitalista principalmente à extração econômica do excedente através dos mecanismos da acumulação por espoliação, enquanto tende a identificar o padrão de desenvolvimento do sistema-mundo oriental com a acumulação sem espoliação e as trocas

de equivalentes, isto é, quase o exato oposto de Brenner. Harvey, por sua vez, tendo em foco o capitalismo global, também toma como ponto de partida a unidade de análise sistêmica, o que o aproxima de Arrighi. Apesar disso, contudo, o autor evita estabelecer uma relação entre o capitalismo e uma forma de extração econômica do excedente específica. Por isso, o autor pode defender a ideia de que, em fases onde predomina a tendência à acumulação e à manutenção de taxas de lucro relativamente elevadas, tende a prevalecer a extração econômica do excedente. Já em fases de crise prolongada, os mecanismos da acumulação por espoliação tornam-se especialmente importantes. Por fim, é preciso notar que, mesmo durante as fases onde prevalece a reprodução ampliada, podem ser colocados em prática expedientes relacionados à acumulação por espoliação.

Além da flexibilização em relação às formas de extração do excedente, a análise de Harvey parece permitir uma síntese entre a ênfase nas relações internas, defendida por Brenner, e nas relações sistêmicas, em que Arrighi se concentra. Essas parecem ser as razões por trás do relato muito mais equilibrado do autor no que diz respeito às características e à evolução do desenvolvimento chinês recente. Ainda que não esteja livre de problemas, portanto, a abordagem de Harvey mostra que é possível incorporar as principais contribuições de Brenner e Arrighi numa análise da evolução do capitalismo global contemporâneo, mesmo que ela seja focada em relatos sobre nações específicas.

8 REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. Marxist Century, American century: The Making and Remaking of the World Labour Movement. *New Left Review*, n. 179, p. 29, 1990.
- _____. *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. Verso, 1994.
- _____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo* Book, Whole. São Paulo, SP: Contraponto, 1996. Disponível em:.
- _____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo, SP: Contraponto, 2006.
- _____. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. New York, NY: Verso, 2007.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* Book, Whole. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2001.
- ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BRENNER, R. The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism. *New Left Review*, n. 104, p. 25, 1977.
- _____. The economics of global turbulence. *New Left Review*, n. 229, 1998.
- _____. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.
- _____. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. New York, NY: Verso, 2006.
- _____. Property and progress: where Adam Smith went wrong. In: WICKHAM, C. (eds.). *Marxist history-writing for the twenty-first century*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p.
- _____. *La economía de la turbulencia global: las economías capitalistas avanzadas de la larga expansión al largo declive, 1945-2005*. Madri: Akal Ediciones, 2009.
- _____. Property and progress: where Adam Smith went wrong. ca. 2006.
- BRENNER, R.; ISETT, C. England's Divergence from China's Yangzi Delta: Property Relations, Microeconomics, and Patterns of Development. *The Journal of Asian Studies*, v. 61, n. 2, p. 609-662, 2002.
- GRESPLAN, J. L. D. S. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx a economia política*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1999.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo, SP: Loyola, 2005.
- _____. *Breve historia del neoliberalismo*. Tres Cantos, Madrid: Akal Ediciones, 2007.
- _____. *O neoliberalismo: historia e implicações*. São Paulo, SP: Loyola, 2008.
- MARIUTTI, E. B. A perspectiva dos sistemas-mundo. In: VIEIRA, P. A. V., ROSÂNGELA DE LIMA; FILOMENO, FELIPE AMIN (eds.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Cultural, 1996.
- NLR. Editorial introduction to The economics of global turbulence. *New Left Review*, n. 229, 1998.

- POSTONE, M. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey. *Novos Estudos - CEBRAP*, p. 79-97, 2008.
- SCHWARTZ, H. Dependency or Institutions? Economic Geography, Causal Mechanisms, and Logic in the Understanding of Development. *Studies in Comparative International Development*, v. 42, n. 1, p. 115-135, 2007.
- SHAIKH, A. Explaining the Global Economic Crisis. *Historical Materialism*, v. 5, n. 1, p. 103-144, 1999.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.
- SWANSON, A. How China used more cement in 3 years than the U.S. did in the entire 20th Century. *The Washington Post*, 24/03/2015, 2015.
- WALLERSTEIN, I. M. *O sistema mundial moderno A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1990.
- WOOD, E. M. Horizontal Relations: A Note on Brenner's Heresy. *Historical Materialism*, v. 4, n. 1, p. 171-180, 1999.